

Mensagem à
Assembleia Legislativa

2024

Eduardo Leite
Governador

Mensagem à Assembleia Legislativa

Eduardo Leite
Governador

2024

GOVERNADOR DO ESTADO

Eduardo Leite

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Gabriel Souza

SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL

Artur Lemos

CHEFE DA CASA MILITAR

Cel. Luciano Chaves Boeira

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Eduardo Cunha da Costa

**SECRETÁRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL
E IRRIGAÇÃO**

Giovani Feltes

SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO

Tânia Moreira

SECRETÁRIA DA CULTURA

Beatriz Araujo

**SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

Ernani Polo

**SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
RURAL**

Ronaldo Santini

**SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**

Beto Fantinel

**SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E METROPOLITANO**

Carlos Rafael Mallmann

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

Raquel Teixeira

SECRETÁRIO DO ESPORTE E LAZER

Danrlei de Deus Hinterholz

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Pricilla Maria Santana

**SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO E
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

Carlos Gomes

**SECRETÁRIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA**

Simone Stülp

**SECRETÁRIO DE JUSTIÇA, CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS**

Fabricio Guazzelli Peruchin

**SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E
TRANSPORTES**

Juvir Costella

**SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE E
INFRAESTRUTURA**

Marjorie Kauffmann

SECRETÁRIA DE OBRAS PÚBLICAS

Izabel Matte

**SECRETÁRIO DE PARCERIAS E
CONCESSÕES**

Pedro Capeluppi

**SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO**

Danielle Calazans

SECRETÁRIA DA SAÚDE

Arita Bergmann

**SECRETÁRIO DA SEGURANÇA
PÚBLICA**

Sandro Caron

**SECRETÁRIO DE SISTEMAS PENAL E
SOCIOEDUCATIVO**

Luiz Henrique Viana

**SECRETÁRIO DE TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**

Gilmar Sossella

SECRETÁRIO DE TURISMO

Luiz Fernando Rodriguez Júnior

**SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA DA
INCLUSÃO DIGITAL E APOIO ÀS
POLÍTICAS DE EQUIDADE**

Lisiane Lemos

APRESENTAÇÃO

Em atenção ao disposto no artigo 82, inciso IX, da Constituição Estadual, encaminhamos a presente Mensagem à Assembleia Legislativa, por ocasião da abertura de sua sessão anual.

O documento apresenta, inicialmente, um panorama da economia do Rio Grande do Sul — com destaques para o cenário econômico internacional e a conjuntura brasileira, detalhando a atividade econômica gaúcha — e o quadro atual das finanças públicas estaduais. Na sequência, demonstra a evolução da estratégia de governo e indica em que ponto estamos e o que tem sido feito para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). Após, o documento se dedica às conquistas do Governo em 2023 e às prioridades para 2024. Por fim, trata dos desastres naturais que atingiram o Estado desde 2003, os danos e prejuízos dos eventos climáticos e as ações da gestão adotadas para mitigação dos efeitos desses episódios para a população.

O futuro do Rio Grande do Sul depende do equilíbrio das suas contas. É com essa convicção reafirmada como alicerce do projeto desta gestão que adentramos o sexto ano consecutivo de governo, algo inédito na democracia do Estado. O ano de 2023 foi, novamente, complexo. Chegamos a 2024 com alguns desafios novos e outros contínuos, mas seguros de que estamos no caminho certo para seguirmos transformando o Rio Grande.

É incontestável, por exemplo, que o Estado mudou a realidade na área fiscal. Basta lembrar os anos em que convivemos com atrasos nos pagamentos de salários e de fornecedores, mesmo com alíquotas de ICMS majoradas. Isso ficou para trás. Mas o equilíbrio alcançado, é bom lembrar, não é definitivo e muito menos imune a ações que independem do governo. E enfrentamos muitas nesse período. Algumas delas nos atingiram ainda mais, como a perda significativa de arrecadação imposta de maneira unilateral e forçada pelas Leis Complementares n.º 192 e n.º 194 de 2022, que alteraram as alíquotas de ICMS sobre energia, telecomunicações e combustíveis, além da estiagem e a destruição econômica e social provocada pelas tempestades ao longo do ano que passou.

Em face desses desafios, encerramos 2023 com um necessário debate na Assembleia Legislativa em prol do equilíbrio das contas públicas, de maneira responsável e compatível com a manutenção e mesmo a expansão da qualidade dos serviços públicos. Foi uma discussão importante, em que se cristalizou mais uma vez a nossa responsabilidade com o futuro do Rio Grande do Sul. Sempre deixamos muito claro que havia dois caminhos: a recomposição da alíquota modal de ICMS ou um ajuste em benefícios fiscais, que acabou sendo a alternativa possível. Jamais consideramos uma terceira, de precarização de serviços públicos e redução da capacidade do Estado em atender às demandas da população. O equilíbrio fiscal, repetimos, é um pilar da nossa visão de gestão.

Foi esse equilíbrio, alcançado a partir de muito esforço e dedicação do Governo e desta Assembleia Legislativa, que nos permitiu dar as respostas adequadas nos momentos de maior dificuldade, como durante a tragédia climática que atingiu a região do Vale do Taquari, em setembro, bem como a necessária assistência aos demais municípios em situação de emergência e de calamidade. Com apoio da Casa Legislativa e do Tribunal de Justiça, repassamos valores diretamente para as famílias vulneráveis atingidas pelas chuvas, com o programa Volta por Cima. Ao todo, investimos, aproximadamente, R\$ 300 milhões em ações voltadas à mitigação dos impactos sofridos pela população em razão dos eventos climáticos. Destacadamente, aportamos mais de R\$ 110 milhões em transferências fundo a fundo da Defesa Civil do Estado para viabilizar a rápida resposta dos municípios com ações de reconstrução, além de mais de R\$ 20 milhões em recursos extras para a área da saúde, para atender às necessidades mais urgentes. Ofertamos programas e linhas de crédito com juros subsidiados para ajudar empresas e o setor primário a se reerguerem. Para a reparação de estradas, destinamos R\$ 60 milhões. E seguimos em constante

trabalho e parceria com os municípios mais atingidos, para viabilizar a reconstrução de habitações, vias e equipamentos públicos atingidos.

Empatia deve ser a base da ação pública consciente e consequente. Nosso Governo decidiu que não bastaria se posicionar ao lado dos atingidos, mas que seria preciso nos colocarmos próximos das vítimas para agir com a velocidade e a presteza desejadas. Este episódio acrescentou mais uma convicção: principalmente em calamidades, a população não pode ser vitimada duas vezes, a primeira pela natureza, a segunda pela demora do poder público.

Com esse espírito, fizemos e fazemos absolutamente tudo o que está ao nosso alcance, porque a reconstrução é um processo longo e que se estenderá por 2024. As tragédias nos comovem e nos ensinam. Aprendemos com as chuvas de setembro de 2023 que precisamos melhorar a nossa capacidade de alertar a população sobre eventos climáticos severos. Também devemos tornar as cidades e a infraestrutura mais resilientes, porque iremos conviver com mais adversidades desse tipo. Temos o compromisso geracional de construir e adotar medidas de mitigação e prevenção de novos desastres climáticos, intensificando a educação ambiental e promovendo a transição energética consciente e a descarbonização das atividades econômicas. Estamos trabalhando fortemente nesse sentido. Em meio a tanta tristeza, afloraram o espírito de solidariedade e o sentimento de colaboração que entrelaçou milhares de pessoas e governos em torno da tarefa de reconstrução.

O apoio que o Governo tem oferecido não seria possível se as contas não estivessem equilibradas. Também não teria sido possível lançarmos, ao longo do ano, as bases da transformação daquilo que elencamos como prioridade para o novo ciclo de governo: a educação. Criamos o Programa Lição de Casa, com mais de R\$ 100 milhões dedicados para obras e adequações de escolas. Adicionamos R\$ 30 milhões aos R\$ 228 milhões previamente anunciados no programa Agiliza, destinado a acelerar consertos pontuais necessários. Divulgamos o Mapa Escolar, com fotos e informações sobre as 2.342 unidades da rede pública estadual, ampliando a transparência em relação à situação das escolas gaúchas. Reformulamos o programa Todo Jovem na Escola, a maior iniciativa estadual de combate à evasão escolar do País, com reforço no auxílio financeiro para os alunos da rede estadual nos próximos anos. Realizamos concurso para docentes, nomeando 1,5 mil servidores e, para 2024, anunciamos novo certame para a contratação de outros 3 mil professores. E estamos também avançando em nosso compromisso de expansão do Ensino Médio em tempo integral — chegamos a 111 escolas nessa condição em 2023.

A capacidade de investimento do Governo em políticas públicas faz a diferença na vida das pessoas. Iniciamos 2024 com a marca histórica do balanço dos indicadores de criminalidade de 2023, considerado o ano mais seguro desde 2010 no Estado. A partir do programa RS Seguro, nossa política de enfrentamento ao crime, tivemos uma redução expressiva nos indicadores. Graças ao trabalho de integração entre os órgãos e as corporações vinculadas e à política de recomposição programada de quadros da segurança — com a qual conseguimos reverter a tendência de queda no contingente do efetivo policial —, aliado a fortes investimentos em equipamentos, viaturas e tecnologia, observamos, em 2023, os menores números de crimes violentos contra a vida, de roubos e de abigeatos da série histórica.

O ano passado também registrou outro momento histórico para a segurança pública do Rio Grande do Sul, que foi a demolição dos últimos dois pavilhões remanescentes (A e B) da Cadeia Pública de Porto Alegre (CPPA). Com isso, o Governo do Estado iniciou a última etapa da reconstrução completa do presídio, que já foi considerado um dos piores da América Latina. Ainda em 2023, a Susepe reassumiu a administração da CPPA após quase 30 anos. A mudança permitiu o retorno de cerca de 200 brigadianos para atividades de policiamento ostensivo.

Na área de Finanças, o Devolve ICMS bateu o recorde de famílias beneficiadas e de recursos, com R\$ 271 milhões em 2023. A Secretaria da Fazenda realizou as maiores transferências

para o Devolve ICMS e quebrou recorde de beneficiados — no pagamento de outubro, 632 mil famílias receberam o repasse trimestral. Também concluímos a obtenção de financiamento de US\$ 500 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para viabilizar o pagamento de parcela dos precatórios. Seguimos trabalhando nas reformas estruturais do Estado e promovemos o reequilíbrio financeiro do IPE Saúde, em sua maior reforma desde a criação. A autarquia convivia com uma dívida de cerca de R\$ 250 milhões, além de um déficit mensal médio de R\$ 36 milhões, o que inviabilizava investimentos na melhoria da assistência à saúde dos segurados. Garantir o IPE equilibrado significa assegurar o atendimento a todos e dar condições de ampliar e qualificar a rede credenciada. A estratégia de um novo IPE Saúde que ora se implementa é a garantia de um futuro melhor para os segurados.

Na Saúde, investimos na qualificação de hospitais de todos os portes, buscando melhorar a estrutura da rede de atendimento. Ampliamos a Rede Bem Cuidar para 494 municípios, alcançando 1,7 milhão de pessoas em todo o Estado. Por meio do programa, 161 Unidades Básicas de Saúde (UBSs) receberam recursos para ampliação e/ou reforma. Habilitamos mais 258 municípios no programa Primeira Infância Melhor, chegando a 98,7% dos municípios do Estado contemplados pela iniciativa. Investimos e habilitamos ambulatórios de traumatologia e ortopedia, urologia, litotripsia, dermatologia, coloproctologia, neurologia, cardiologia e cirurgia bariátrica, entre outros. Proporcionamos, por meio do Programa TEAcolhe, atendimento mensal a 3,4 mil pacientes em centros macrorregionais e regionais de referência em Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Na Infraestrutura, destinamos R\$ 796 milhões para 234 projetos no Plano de Investimento em Rodovias, que executarão 36 projetos de acessos municipais em todas as nove Regiões Funcionais do Estado, 30 ligações regionais e 168 obras de conservação ou recuperação. Entregamos 50 obras de pavimentação e sinalização de vias, em convênios com os municípios, por meio do programa Pavimenta. Também avançamos na instalação do free flow no conjunto de rodovias que compõem o Bloco 3 do Plano de Concessões de Rodovias, tornando o Rio Grande do Sul pioneiro no País em adotar o modelo que prevê a cobrança de pedágio em fluxo livre. Também ampliamos os investimentos na aviação regional e na infraestrutura portuária, com a dragagem do canal de acesso ao Porto do Rio Grande.

Na Inovação, consolidamos o Rio Grande do Sul como referência na área, a partir do fortalecimento do ecossistema, investimentos e cooperação com o setor empresarial e acadêmico. Destinamos R\$ 131,9 milhões em editais para projetos de vários setores, que englobam semicondutores, saúde, agronegócio, educação, meio ambiente, inovação aberta e iniciação científica. Avançamos para tornar o Rio Grande do Sul referência no Brasil e na América Latina em semicondutores, com a previsão de investimentos de R\$ 70 milhões até 2026. Voltamos a sediar o South Summit Brazil em 2023, recebendo mais de 22 mil pessoas, vindas de 50 países, para atividades no evento, que reuniu fundos de investimentos com 123 bilhões de dólares sob gestão, e já estamos em plena atividade para a edição 2024, ainda maior, em março próximo. Além disso, mantivemos a liderança no ranking nacional de oferta de serviços digitais da Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Abep-TIC) pelo terceiro ano consecutivo.

Ao lado das medidas de qualificação da educação, da segurança pública, da infraestrutura e da inovação, avançamos na competitividade e na atração de novos investimentos ao Estado por meio do Fundopem, que destinou R\$ 2,8 bilhões, maior valor acumulado na série histórica iniciada em 2011, com um total de 104 empreendimentos atendidos e previsão de gerar 2.388 empregos diretos. Levamos o Tudo Fácil Empresas a 44 municípios, permitindo a abertura, em apenas dez minutos e gratuitamente, de negócios de baixo risco ambiental, sanitário e de incêndio. Nossos bancos públicos, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Banco do Estado

do Rio Grande do Sul (Badesul), financiaram cerca de R\$ 3,5 bilhões em agronegócio, setor público e empresas, o que também anima a nossa economia e o ambiente de negócios.

Na Agricultura, lançamos ações específicas sob o bojo do programa Supera Estiagem. Foram mais de R\$ 85 milhões dedicados à subvenção de projetos de irrigação e à perfuração de poços, adução e distribuição de água para propriedades rurais, em parceria com produtores e municípios. O programa Troca-Troca de Sementes anistiu cerca de R\$ 8,35 milhões, beneficiando 32.279 produtores rurais afetados pela estiagem. A Expointer bateu novo recorde, com quase R\$ 8 bilhões em negócios e 822 mil visitantes, um incremento de 5,96% de público e de 11,76% em volume de negócios, superando a edição de 2022. Abrimos dois mercados para proteína animal: Chile e República Dominicana. Só em 2022, o Rio Grande do Sul exportou carne bovina para 92 países, gerando US\$ 442,96 milhões.

Na Cultura, garantimos investimentos importantes em projetos a partir da Lei de Incentivo à Cultura (R\$ 70 milhões), da Lei Paulo Gustavo (R\$ 91,5 milhões) e do Fundo de Apoio à Cultura (R\$ 30 milhões). Além disso, destinamos R\$ 7,5 milhões para conclusão do Teatro Oficina Olga Reverbel e outros espaços do Complexo Multipalco do Theatro São Pedro

Ainda que exista muito a ser feito, os avanços resumidos anteriormente nos ajudam a mostrar o impacto positivo da agenda de transformação do Estado, com a qual nos comprometemos. A continuidade do Governo significou o início da superação de um cenário anterior que era caracterizado pela combinação entre crise fiscal aguda, falta de investimento público e precarização dos serviços oferecidos à sociedade. Nos últimos seis anos, essa agenda, de impacto e com perspectivas de longo prazo, foi rigorosamente implementada, com o intuito de reverter o quadro pessimista e restituir a ambição de poder fazer do Rio Grande do Sul um estado que pudesse voltar a ser conhecido pelas soluções que apresenta, e não apenas pelos seus problemas crônicos.

Protagonizamos um movimento de reorganização do setor público, com apoio e entendimento decisivos do Parlamento, enfrentando temas delicados com medidas profundas, por vezes impopulares, mas necessárias. As conquistas e o otimismo não podem nos enganar com uma sensação de jogo ganho. É certo que retomamos o equilíbrio das contas e voltamos a investir — com um ciclo de investimentos sem precedentes na história recente —, mas ainda estamos distantes da vitória completa, que seria a felicidade de vivermos em um estado com equilíbrio consolidado, que concilie firmeza e disciplina fiscal com sensibilidade social de uma maneira sustentável e duradoura.

A manutenção do fundamento fiscal garante que o Estado não retroceda. É o antídoto racional que temos à mão para o Rio Grande do Sul não voltar a atrasar salários e repasses para saúde, educação e segurança, além de ser a ferramenta para assegurar recursos suficientes a investimentos públicos básicos. O rigor fiscal também é vital para que a energia da gestão pública se amplie e seja canalizada para outras frentes de médio e longo prazo, não apenas para o fechamento das contas ao final do mês. Mas, é importante ressaltar, o equilíbrio precisa ser cultivado e preservado, uma vez que ele não nos torna 100% imunes a fatores externos.

O propósito do Governo deve ser alcançar um novo patamar de desenvolvimento econômico e social, baseado na qualidade de vida, com oportunidades distribuídas igualmente. Sabemos que os cenários global e nacional determinam certas fronteiras do desenvolvimento, mas há muito que se pode fazer localmente, por entes subnacionais, com visão, estratégia e disciplina de execução, tanto mais em um estado como o nosso, caracterizado por um espírito empreendedor que nos cabe resgatar.

Por isso, reafirmamos o compromisso de aumentar a produtividade da economia gaúcha, com mais igualdade de oportunidades, com o intuito de inseri-la na tendência moderna de sustentabilidade e inovação, sempre em sintonia com o preceito que nos mobiliza: fazer com que

seja possível viver melhor no Rio Grande do Sul, o que sempre nos impõe metas de alcance social. Estamos avançando nessa direção, com um robusto plano de desenvolvimento do Estado e a implantação da agência de atração de investimentos, que servirá como diretriz e instrumento dos investimentos públicos e privados.

Nos últimos anos, equacionamos questões de curto prazo e encaminhamos soluções de longo prazo. Fizemos da disciplina fiscal não um fim em si mesmo, mas uma alavanca. O Rio Grande do Sul reformou, privatizou, reorganizou carreiras, reduziu impostos, tornou-se mais seguro, construiu e melhorou estradas, ofereceu melhores serviços de educação, segurança e saúde, estimulou o desenvolvimento e a inovação, alavancou a competitividade e o ambiente de negócios (somos hoje o quinto estado mais competitivo do Brasil, segundo o Centro de Liderança Pública - CLP). Sempre em parceria com os municípios e de uma maneira respeitosa, nos colocamos em um círculo virtuoso e promissor, com uma janela de investimentos capaz de estimular o desenvolvimento das próximas décadas.

Em 2024, seguiremos trabalhando para dar à sociedade gaúcha as respostas que ela espera do Governo. Isso passa por uma necessária renegociação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). É importante lembrar que a adesão ao RRF foi uma medida acertada diante da ausência de outras alternativas por parte da União. O Estado ficou sem pagar a dívida durante um período, mas com uma liminar atrelada à assinatura do regime. Se não assinasse a adesão ao regime, a liminar cairia e o Estado teria de voltar a pagar as parcelas da dívida de maneira integral, o que provocaria um colapso nas finanças públicas e a precarização ou mesmo a paralisação de uma série de serviços.

O RRF foi assinado em determinadas condições no que diz respeito à arrecadação, e essas condições foram afetadas por fatores alheios à vontade do Governo, como as legislações citadas anteriormente, que alteraram as alíquotas de ICMS. Como ressaltamos, embora tenhamos reequilibrado as contas, esse equilíbrio não é imune a ações externas com tamanho impacto.

Segundo dados do Banco Central, até novembro de 2023 a União incorporou R\$ 67 bilhões ao saldo da dívida refinanciada pela Lei 9.496/97 de todos os estados, que atingiu R\$ 592 bilhões. Por outro lado, as unidades federativas pagaram R\$ 17 bilhões. Ou seja, o saldo devedor do conjunto dos estados (inclusive os que não entraram no RRF e, conseqüentemente, mantiveram regularmente os pagamentos das suas dívidas) aumentaria em R\$ 50 bilhões (9% em 11 meses) em decorrência dos encargos contratuais desse refinanciamento, atrelados à taxa Selic e que, por conta disso, cresceram. Isso mostra que é urgente e necessária a desindexação dos contratos, independentemente da discussão acerca do Regime de Recuperação Fiscal, pois há um crescimento das dívidas estaduais muito maior que o da arrecadação.

O equilíbrio financeiro e a preservação da arrecadação são fundamentais não apenas para viabilizar investimentos e garantir o funcionamento das políticas públicas. Queremos criar as condições para podermos valorizar os servidores públicos do Estado. Fizemos o possível nos últimos anos, com o pagamento do piso do magistério, o reajuste no vale-alimentação e a revisão geral de 6% em 2022, entre outras medidas de valorização do funcionalismo. Os servidores, chamados a fazer um esforço por meio das reformas estruturais, nunca faltaram ao Estado. Não admitimos pedir sacrifícios adicionais a eles, que já deram sua cota de colaboração.

O nosso futuro depende da manutenção dos pilares e conceitos que nos trouxeram até aqui. É a partir disso que teremos condições de preservar conquistas e avançar em políticas públicas e iniciativas que melhorem, de fato, a vida das pessoas. O futuro nos une e o equilíbrio nos faz mais fortes.

EDUARDO LEITE
Governador do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

OS CENÁRIOS ECONÔMICOS INTERNACIONAL, BRASILEIRO E DO RS	15
CENÁRIO INTERNACIONAL	15
CENÁRIO NACIONAL	18
ECONOMIA GAÚCHA	22
FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RS	31
O ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2024	31
AS REFORMAS ESTRUTURANTES	32
AS PRIVATIZAÇÕES, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E CONCESSÕES PÚBLICAS NO RS.....	35
BREVE QUADRO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS	37
PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA PÚBLICA	44
A EVOLUÇÃO DO GASTO TOTAL DO ESTADO DO RS	47
O FUNDO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Fundeb)	53
A DÍVIDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO	56
O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO RS.....	59
O COMPROMISSO DO RS PARA ALCANÇAR OS ODSs	63
A AGENDA 2030	63
A AGENDA 2030 NO RS	64
OS ODSs NO PPA 2024-2027	66
REALIZAÇÕES 2023 E PRIORIDADES 2024.....	71
REALIZAÇÕES EM 2023.....	71
PRIORIDADES PARA 2024.....	121
DESASTRES NATURAIS NO RS	125
OCORRÊNCIAS DE DESASTRES NATURAIS ENTRE 2003 E 2023	125
DANOS E PREJUÍZOS OCASIONADOS POR DESASTRES NATURAIS.....	127
PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO EM RELAÇÃO AOS DESASTRES NATURAIS..	130

OS CENÁRIOS ECONÔMICOS INTERNACIONAL, BRASILEIRO E DO RS

A análise do desempenho econômico do Rio Grande do Sul requer uma compreensão da dinâmica das condições econômicas nacionais e internacionais. Isso se deve às relações cruciais em termos de produção, comércio e finanças entre a economia gaúcha, a brasileira e a mundial. Dessa maneira, o ritmo de crescimento econômico do Estado é predominantemente moldado pelos ciclos econômicos do Brasil. Variações nos desempenhos podem, na maioria das vezes, ser associadas a fenômenos climáticos adversos no RS, especialmente durante períodos de estiagem, seguidos por anos de recuperação na safra agrícola.

Desse modo, a análise da economia gaúcha inicia-se com a avaliação da economia internacional, a qual, no ano de 2023, prosseguiu com o lento processo de recuperação após eventos impactantes, como a pandemia e o conflito na Ucrânia. Nesse ambiente de crescimento global mais limitado, com previsões de desaceleração em 2023 e 2024, é esperado que o comércio internacional de bens e serviços mantenha um ritmo baixo de expansão, bem como os preços das *commodities* devam se situar em patamares inferiores aos registrados nos últimos anos. No contexto nacional, a economia brasileira experimentou crescimento ao longo do ano, impulsionada principalmente pela produção agrícola, mas, por outro lado, registrou queda nos investimentos. Para o ano de 2024, prevê-se um cenário de crescimento mais moderado, uma vez que a agropecuária não deverá exercer um impulso tão expressivo.

Em 2023, a economia do Rio Grande do Sul cresceu a partir da expansão da agropecuária, com recuperação parcial em cima das perdas de 2022. Serviços também cresceram, com a indústria sendo o único setor a ter queda no período, impactada pela diminuição dos investimentos nacionais. Para o ano de 2024, prevê-se a continuidade da recuperação na produção agrícola, contribuindo de maneira positiva para o desempenho econômico do Estado.

CENÁRIO INTERNACIONAL

Em 2023, a economia mundial continuou o seu lento processo de recuperação após grandes choques adversos como a pandemia e a invasão russa à Ucrânia. Enquanto o crescimento da atividade econômica global, a despeito de um cenário de inflação ainda elevada, foi mais forte que o esperado até meados de 2023, ele passou a moderar-se à medida que os impactos das condições financeiras mais restritivas, do fraco dinamismo do comércio e da menor confiança das empresas e dos consumidores foram cada vez mais sentidos.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em sua publicação de outubro de 2023, o crescimento do PIB global deve desacelerar para 3,0% em 2023, após um crescimento de 3,5% em 2022 (**Tabela 1**), abaixo da média histórica de 2000-2019, de 3,8%. Embora com crescimentos desiguais dentro dos grupos de economias, a desaceleração será fortemente influenciada pelas economias avançadas (cerca de 90% dessas economias devem registrar crescimento menor em 2023), passando de um crescimento de 2,6% em 2022 para 1,5% em 2023, enquanto as economias emergentes devem crescer 4,0% em 2023, 0,1 ponto percentual a menos que em 2022.

Segundo o FMI, a desaceleração do produto mundial é fundamentada em certas forças globais que estão impedindo a sua recuperação. Algumas delas apresentam características estruturais e outras consequências conjunturais. As primeiras refletem as implicações de longo

prazo da pandemia, a guerra na Ucrânia e o aumento da fragmentação geoeconômica. Já as de caráter mais cíclico apontam para os efeitos do aperto da política monetária para reduzir a inflação, a retirada de suportes fiscais em meio a dívidas elevadas e a eventos climáticos extremos.

Tabela 1 - Crescimento do PIB de 2022 e projeções do FMI para 2023 e 2024 em economias selecionadas

	(%)		
Discriminação	2022	2023*	2024*
Mundo	3,5	3,0	2,9
Economias avançadas	2,6	1,5	1,4
Estados Unidos	2,1	2,1	1,5
Área do Euro	3,3	0,7	1,2
Japão	1,0	2,0	1,0
Reino Unido	4,1	0,5	0,6
Canadá	3,4	1,3	1,6
Economias emergentes	4,1	4,0	4,0
China	3,0	5,0	4,2
Índia	7,2	6,3	6,3
Rússia	-2,1	2,2	1,1
Brasil	2,9	3,1	1,5
México	3,9	3,2	2,1

Fonte: International Monetary Fund (IMF)¹.

Parte importante da desaceleração global pode ser entendida como autoimposta, decorrente do aperto global síncrono das condições monetárias pelos bancos centrais, com o intuito de restaurar a estabilidade de preços, o que vem reduzindo o núcleo da inflação em diversas economias importantes, sobretudo nas economias avançadas (**Tabela 2**). Por outro lado, alguns dos impactos negativos desse movimento de aperto monetário global serão mais sentidos em 2024, em especial, nos Estados Unidos. A forte desaceleração do comércio mundial de bens e serviços, bem como a retração nos preços das commodities, sobretudo as energéticas, também contribuem para a desaceleração da atividade econômica global, especialmente a partir de países especializados na oferta desses produtos.

Embora desacelerando, a economia global apresentou certa resiliência face ao que se esperava em 2023, muito em função dos Estados Unidos, que deve manter, em 2023, o crescimento de 2,1% de 2022. Já a projeção para 2024 é de uma desaceleração para 1,5%. Mesmo em um cenário de inflação elevada (mas em queda ao longo do ano) e aumento dos juros, a manutenção das despesas das famílias e do governo, bem como um mercado de trabalho ainda aquecido, vem contribuindo para que o PIB dos Estados Unidos feche o ano acima das expectativas de mercado. Contudo, a projeção para o crescimento da demanda doméstica é de moderação em 2024, devido às condições monetárias e financeiras mais restritivas, com um crescimento mais lento do emprego e ligeiro aumento da taxa de desemprego.

Diferentemente dos Estados Unidos, o crescimento da economia da Área do Euro em 2023 foi mais baixo que o esperado, com projeção de forte desaceleração, passando de um crescimento de 3,3% em 2022 para 0,7% em 2023. Explicam tal desaceleração as políticas monetárias mais restritivas para conter a inflação ainda elevada, a fraqueza das demandas domésticas (em particular do consumo privado) e global, bem como os impactos persistentes do choque nos termos de troca

¹INTERNATIONAL MONETARY FUND (FMI). **World economic outlook**: navigating global divergences. Washington, DC: IMF, oct. 2023.

decorrente do aumento nos preços de energia e de maior exposição à guerra na Ucrânia. Entretanto, a desaceleração das principais economias da região diverge consideravelmente, como uma retração de 0,5% no PIB da Alemanha (após crescimento de 1,8% em 2022) e crescimento de 1,0% no PIB da França (ante 2,5% em 2022).

Tabela 2 - Crescimento e projeções do FMI de variáveis econômicas selecionadas — 2022-2024

	(%)		
Discriminação	2022	2023*	2024*
Comércio mundial (bens e serviços)	5,1	0,9	3,5
Importações			
Economias avançadas	6,7	0,1	3,0
Economias emergentes	3,2	1,7	4,4
Exportações			
Economias avançadas	5,3	1,8	3,1
Economias emergentes	4,1	-0,1	4,2
Preços das <i>commodities</i> (US\$)			
Energia	39,2	-16,5	-0,7
Não energéticas	7,9	-6,3	-2,7
Preços ao consumidor mundial	8,7	6,9	5,8
Economias avançadas	7,3	4,6	3,0
Economias emergentes	9,8	8,5	7,8

Fonte: International Monetary Fund (IMF)².

A projeção do FMI para o crescimento do PIB do Reino Unido também é de forte desaceleração de 4,1% em 2022 para 0,5% em 2023. Para o Japão, a projeção é de aceleração do crescimento de 1,0% em 2022 para 2,0% em 2023, impulsionada por demanda reprimida, aumento do turismo e de políticas acomodatórias, bem como retomada das exportações de automóveis após dificuldades nas cadeias de abastecimento.

No caso da China, a projeção para o produto global é de crescimento de 5,0% em 2023, após 3,0% em 2022. A expansão de 2023 reflete, em maior grau, o abandono da política de covid zero, mas também a implementação de políticas contracíclicas, como os investimentos em infraestrutura que sustentaram a demanda doméstica. Contudo, ao final do ano, houve uma desaceleração significativa decorrente do aprofundamento da crise do setor imobiliário e de questões estruturais.

Nesse cenário, as projeções para a atividade econômica global, em 2024, indicam, a despeito da redução da inflação e retomada do comércio mundial, para a continuidade do seu processo de desaceleração, sobretudo por conta da expectativa de redução do crescimento nas duas maiores economias mundiais e continuidade no arrefecimento dos preços das *commodities*, os quais afetam mais fortemente as economias emergentes. No que se refere à inflação, espera-se uma redução mais pronunciada nas economias avançadas por, entre outros fatores, uma menor exposição a choques em preços de *commodities* e nas taxas de câmbio.

Entre os riscos e incertezas ao panorama do crescimento global, alguns pontos podem melhorar as expectativas para 2024 de acordo com o FMI, entre os quais uma queda da inflação mais rápida que o esperado e uma recuperação mais acelerada da demanda interna das principais

²INTERNATIONAL MONETARY FUND (FMI). **World economic outlook: navigating global divergences**. Washington, DC: IMF, oct. 2023.

economias mundiais. Entretanto, a quantidade de riscos negativos é ainda mais numerosa: inflação persistente; desaceleração mais pronunciada da economia chinesa; preços de commodities mais voláteis em meio a choques climáticos e geopolíticos; aumento do nível de endividamento das economias; reavaliação dos mercados financeiros para uma situação ainda mais restritiva das condições financeiras; intensificação da fragmentação geoeconômica; conflitos militares; e retomada de agitações sociais.

CENÁRIO NACIONAL

A economia brasileira apresentou taxas positivas de crescimento em todos os três primeiros trimestres de 2023, tanto em relação aos trimestres imediatamente anteriores quanto na comparação com os mesmos períodos de 2022. Como resultado desses avanços, o PIB nacional cresceu 3,2% no acumulado de janeiro a setembro, impulsionado, em grande parte, pela expansão da agropecuária (18,1%), mas também pelos aumentos da indústria (1,2%) e dos serviços (2,6%) (**Tabela 3**). A importante expansão da agropecuária foi resultado, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), das elevações das quantidades produzidas de soja (26,9%), milho (18,9%), algodão (14,4%) e cana-de-açúcar (13,5%), principalmente.

Tabela 3 - Taxas de variação do PIB, total e pelas óticas da produção e da demanda no Brasil, no acumulado no ano até set./2023

Discriminação	Jan.-Set./2023 / Jan.-Set./2022
PIB	3,2
Ótica da oferta	
VAB	3,3
Agropecuária	18,1
Indústria	1,2
Serviços	2,6
Ótica da demanda	
Consumo das famílias	3,4
Consumo do governo	1,2
Formação bruta de capital fixo	-2,5
Exportações	9,8
Importações	-1,3

Fonte: SNCT-IBGE³.

O crescimento da indústria foi o menos intenso ao longo do ano. Positivamente, pesaram os avanços da indústria extrativa (7,9%), a partir do crescimento das vendas externas de petróleo e minerais, e da atividade de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (5,8%). Na direção oposta, houve retrações importantes na indústria de transformação (-1,6%) e na construção (-0,9%). A queda da transformação, a mais importante atividade do setor industrial, guarda relação com as questões monetárias, pelo encarecimento e a diminuição do crédito, e com a dinâmica dos preços relativos, que acabam por beneficiar um maior consumo de serviços em

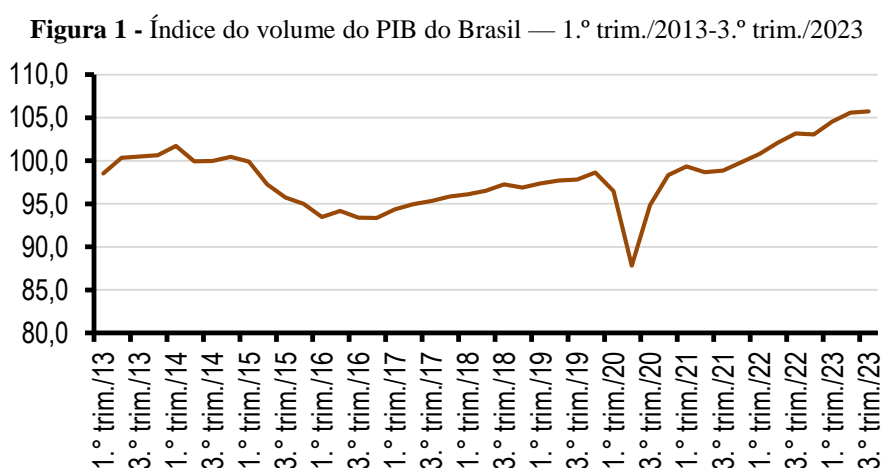
³IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – referência 2010 – 3.º trimestre 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

detrimento de bens industrializados. Além disso, a demanda externa por produtos manufaturados brasileiros apresentaretração no ano.

O aumento dos serviços no agregado veio acompanhado de ampla difusão, com expansão nos sete segmentos que compõem o setor. As maiores altas foram verificadas nas atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (7,0%), de informação e comunicação (3,8%), de transportes, armazenagem e correio (3,5%) e de atividades imobiliárias (3,1%). O desempenho positivo dos serviços tem causas na dinâmica dos preços relativos, conforme mencionado acima, e na evolução positiva na massa de rendimentos dos ocupados.

Pela ótica da demanda, os dois destaques principais foram os aumentos do consumo das famílias (3,4%) e das exportações (9,8%). No primeiro caso, o desempenho positivo do mercado de trabalho e o arrefecimento da inflação pesaram mais que o crédito caro e a inadimplência elevada no impacto sobre os gastos das famílias. Quanto às exportações, as maiores vendas externas de produtos da agropecuária, notadamente de soja, e da indústria extrativa, principalmente petróleo e minerais, determinaram a expansão da produção com origem na demanda externa. O consumo do governo, em menor ritmo, também cresceu, 1,2%. A fonte da demanda de maior impacto negativo foi a formação bruta de capital fixo, com queda de 2,5% no acumulado do ano. Especificamente, ocorreu redução importante na demanda por máquinas e equipamentos, com impacto sobre a formação de capital e, também, sobre a produção doméstica desses bens. Os juros altos, a retração do crédito e a fragilidade financeira das empresas estão na origem dessa queda dos investimentos em 2023.

Com os sucessivos crescimentos na margem, ao longo do ano, o nível do volume do PIB brasileiro estava, no segundo trimestre de 2023, em patamar 7,2% superior ao quarto trimestre de 2019, isto é, antes dos efeitos da pandemia, e 3,9% acima do pico anterior à crise de 2014-16, no primeiro trimestre de 2014 (**Figura 1**).



Fonte: SCNT-IBGE⁴.

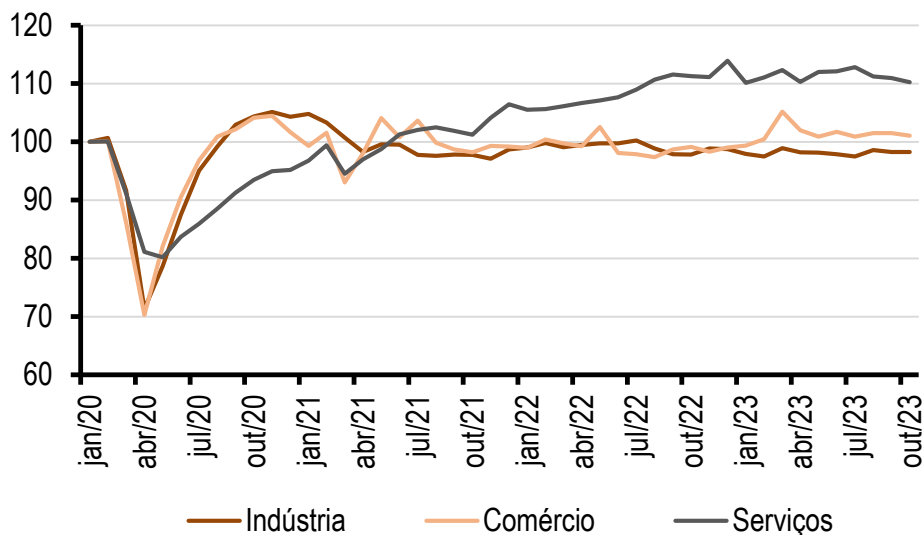
Nota: O índice tem como base 2013=100.

Na análise dos dados conjunturais mensais da indústria de transformação, do comércio varejista ampliado e dos serviços, nota-se, ao longo de 2023, que a indústria de transformação mostra um comportamento próximo da estabilidade, em patamares levemente inferiores aos observados em 2022. O comércio e os serviços também apresentam relativa estabilização ao longo

⁴IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – referência 2010 – 3.º trimestre 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

do ano, mas, ao contrário da indústria, em níveis superiores aos registrados no ano anterior (**Figura 2**).

Figura 2 - Índices de volume da indústria de transformação, do comércio varejista ampliado e dos serviços no Brasil — jan./2020-out./2023



Fonte: PIM-PF-IBGE⁵; PMC-IBGE⁶; PMS-IBGE⁷.

Nota: Os índices têm como base jan./2020=100.

A produção física da indústria de transformação nacional apresentou variação negativa de 1,5% no acumulado de janeiro a outubro de 2023 contra igual período de 2022. O desempenho manteve-se, ao longo do ano, muito perto da estabilidade, com pequenas oscilações, mas sempre abaixo da média do ano anterior. O nível de produção de outubro encontra-se 1,8% abaixo do registrado em janeiro de 2020, mês anterior ao início dos efeitos da pandemia sobre a economia brasileira. Das 25 subatividades pesquisadas pelo IBGE, houve queda em 18, sendo as maiores baixas registradas em produtos de madeira (-15,5%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-11,5%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-9,9%), artigos do vestuário e acessórios (-8,9%) e produtos químicos (-8,3%). De outro lado, fabricações de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (15,0%), de impressão e reprodução de gravações (11,9%) e de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (7,9%) apresentaram as maiores variações positivas no período.

O comércio varejista ampliado do Brasil teve expansão de 2,4% de janeiro a outubro de 2023 frente ao mesmo período do ano anterior. Após apresentar uma alta importante no início do ano, as vendas arrefeceram nos meses seguintes e seguiram em relativa estabilidade até outubro. Neste último mês, o patamar de vendas encontra-se 1,0% acima do praticado em janeiro de 2020, antes do início da pandemia. Nos segmentos, as taxas mais positivas foram observadas no comércio de veículos, motocicletas, partes e peças (7,3%), de combustíveis e lubrificantes (14,5%) e de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (4,3%). Já as maiores baixas ocorreram nas atividades comerciais de outros artigos de uso pessoal e doméstico (-11,3%), de tecidos, vestuário e calçados (-6,7%) e de livros, jornais, revistas e papelaria (-4,1%).

No caso dos serviços, houve variação positiva de 3,1% nos primeiros oito meses do ano. Apesar desse crescimento em relação ao mesmo período de 2022, os serviços do Brasil trabalharam

⁵IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

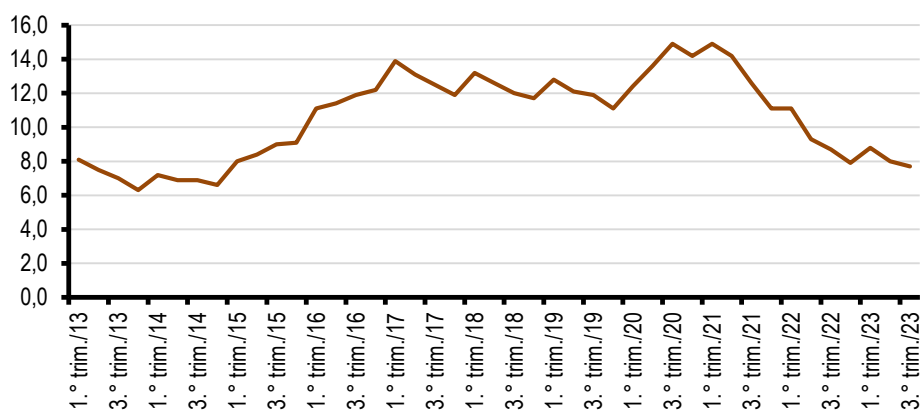
⁶IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

⁷IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

praticamente na estabilidade ao longo de 2023. Mesmo assim, o nível do volume do setor encontra-se, em outubro, 10,2% acima do período pré-pandemia, em janeiro de 2020. Das cinco subatividades, houve expansão em quatro: serviços prestados às famílias (4,2%), serviços profissionais, administrativos e complementares (4,0%), serviços de informação e comunicação (3,7%) e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (2,9%). A única retração ocorreu nos outros serviços (-1,2%).

O desempenho do mercado de trabalho do Brasil foi positivo ao longo do ano. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que abrange tanto o mercado formal quanto informal de trabalho, os números de ocupados nos três primeiros trimestres de 2023 sempre foram maiores que os números trimestrais de 2022. No terceiro trimestre do ano, foi de 99.838 mil pessoas, um incremento de 569 mil ocupados em termos absolutos e de 0,6% em termos relativos na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. A taxa de desocupação no trimestre de julho a setembro, a menor desde o quarto trimestre de 2014, foi de 7,7%, um recuo de 1,0 ponto percentual em relação ao mesmo trimestre de 2022 (**Figura 3**). O rendimento médio mensal real habitual de todos os ocupados cresceu 4,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando, no terceiro trimestre de 2023, o valor de R\$ 2.982. Os aumentos do número de ocupados e do rendimento médio resultaram na expansão da massa de rendimentos, que apresentou elevação de 5,0% na comparação anual do terceiro trimestre de 2023. No mercado de trabalho estritamente formal, cuja fonte de dados é o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), houve criação líquida de 1.914.467 vagas no acumulado de janeiro a novembro de 2023. Setorialmente, os maiores saldos foram observados nos serviços (1.067.218 novas vagas), seguidos pelo comércio (284.170), indústria (238.377), construção (235.975) e agropecuária (88.756).

Figura 3 - Taxa trimestral de desocupação no Brasil — 1.º trim./2013-3.º trim./2023 (%)



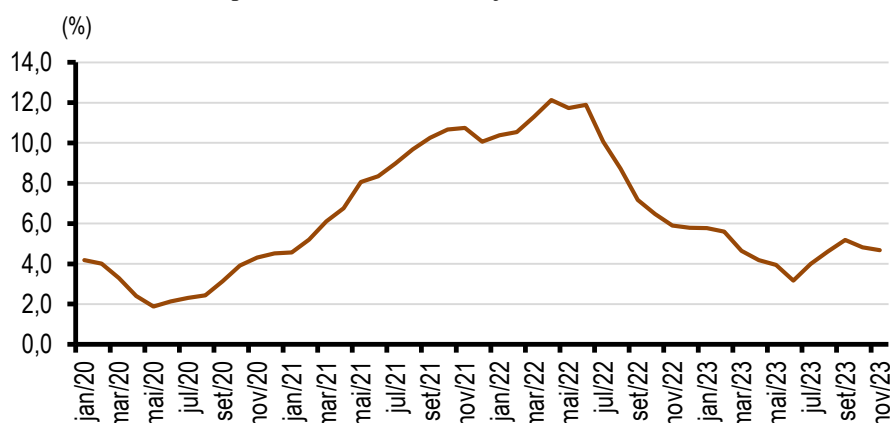
Fonte: PNAD Contínua-IBGE⁸.

A inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apresentou tendência de queda ao longo de 2023. Após fechar o ano de 2022 com alta de 5,79%, o IPCA acumulado em 12 meses até novembro de 2023, registrou elevação de 4,68% (**Figura 4**). A redução do índice foi mais intensa na primeira metade do ano, chegando a 3,16% nos 12 meses terminados em junho. A subida no início do segundo semestre foi interrompida por nova descida a partir de outubro. Dos sete grupos que compõem o índice, cinco cresceram acima

⁸IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Divulgação Trimestral — 3.º trimestre de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

da média. A educação foi o grupo de maior crescimento (8,18%), seguida pelos grupos de saúde e cuidados pessoais (7,91%), transportes (6,85%), despesas pessoais (5,56%) e habitação (4,92%). Já os grupos de artigos de residência (0,16%), alimentação e bebidas (0,57%), comunicação (3,35%) e vestuário (3,75%) apresentaram elevação abaixo do IPCA médio. Com o resultado do acumulado do ano, a inflação estaria dentro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2023 (centro da meta de 3,25% e limite superior de 4,75%). A consistente diminuição da inflação fez com que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil iniciasse um período de redução da taxa básica de juros – Selic – a partir de agosto de 2023. Após quatro diminuições sucessivas de 0,50 ponto percentual cada, a taxa encontra-se, desde 13 de dezembro, em 11,75% ao ano

Figura 4 - Variação acumulada em 12 meses do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Brasil — jan./2020-nov./2023



Fonte: IPCA/IBGE⁹.

As expectativas de crescimento para o PIB em 2023 foram melhorando ao longo do ano, adaptando-se aos números positivos que eram divulgados trimestralmente pelo IBGE. Dados do Sistema de Expectativas do Banco Central de 29 de dezembro de 2023 mostram que as expectativas de fechamento do ano para o PIB são de alta de 2,92% para 2023. Para 2024, as expectativas também melhoraram, embora as projeções de 1,52% indiquem uma taxa de crescimento menor que a de 2023. A previsão de desaceleração do aumento do PIB em 2024 está respaldada, principalmente, na perspectiva de diminuição da produção agrícola nacional, após uma safra recorde em 2023.

ECONOMIA GAÚCHA

Após o ano de 2022, em que o PIB do Rio Grande do Sul apresentou queda de 2,8% em função de uma estiagem que afetou fortemente a produção agrícola de verão, a economia gaúcha teve de enfrentar, novamente, problemas climáticos ao longo de 2023. No começo do ano, uma nova estiagem, embora em menor intensidade, impediu que a produção da agropecuária se recuperasse totalmente das perdas do ano anterior. No segundo semestre, a presença do fenômeno El Niño teve como consequência, no território gaúcho, o excesso de chuvas, com impactos negativos sobre a produção agrícola, mas também sobre a produção dos outros setores, além de efeitos sobre a infraestrutura do Estado, como estradas e pontes. Além desse condicionante interno,

⁹IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo: Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

a economia gaúcha foi prejudicada por um efeito nacional, que foi a redução dos investimentos, conforme apontado na seção anterior. A produção de bens de capital tem um peso relevante na indústria de transformação gaúcha, que acaba afetada pelas decisões de investimentos das empresas.

Neste cenário, o PIB do Estado apresentou crescimento de 2,5% no acumulado do ano até setembro de 2023 contra igual período do ano anterior (**Tabela 4**). Ainda nesta base de comparação, o Valor Adicionado Bruto (VAB) cresceu 3,0%, impulsionado, principalmente, pelo aumento da agropecuária (26,5%). Mesmo diante da ocorrência de uma nova estiagem durante o verão, que impediu uma recuperação total da produção agrícola, a sua menor intensidade em comparação com a estiagem de 2022 possibilitou uma expansão na produção do setor primário, notadamente de soja e de milho no primeiro semestre. A indústria, por outro lado, apresentou queda de 5,0% no acumulado do ano, com todas as quatro atividades tendo retrações em relação ao mesmo período de 2022. A queda mais impactante, por ser a atividade de maior peso, foi a da indústria de transformação, que retraiu 5,6% no período. De certa forma, a atividade industrial do Rio Grande do Sul acompanhou a diminuição da produção nacional, porém, de forma mais intensa. O desempenho negativo da indústria de transformação gaúcha, em um ritmo mais acentuado que o nacional durante o período em questão, pode ser atribuído principalmente à maior dependência em relação à demanda nacional em declínio por bens de capital destinados a investimentos. Além disso, fatores pontuais, analisados na sequência do texto, também desempenharam um papel significativo nesse cenário. Houve, também, retração na indústria extrativa (-0,8%), na de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (-4,6%) e na construção (-2,5%). No segundo caso, a falta de chuvas durante os primeiros meses do ano impediu o pleno funcionamento das usinas hidrelétricas. Já a redução da construção seguiu o desempenho nacional, afetado pelo custo do crédito.

Tabela 4 - Taxas de crescimento do PIB, impostos, VAB total e por atividade econômica no RS, no acumulado no ano até set./2023

	(%)
DISCRIMINAÇÃO	Jan.-Set./2023 / Jan.-Set./2022
PIB	2,5
Valor Adicionado Bruto (VAB)	3,0
Agropecuária	26,5
Indústria	-5,0
Indústria extrativa	-0,8
Indústria de transformação	-5,6
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	-4,6
Construção	-2,5
Serviços	2,9
Comércio	2,0
Transportes, armazenagem e correio	3,2
Serviços de informação	2,4
Intermediação financeira e seguros	8,3
Atividades imobiliárias	2,5
Outros serviços	3,6
Administração, educação e saúde públicas	1,3

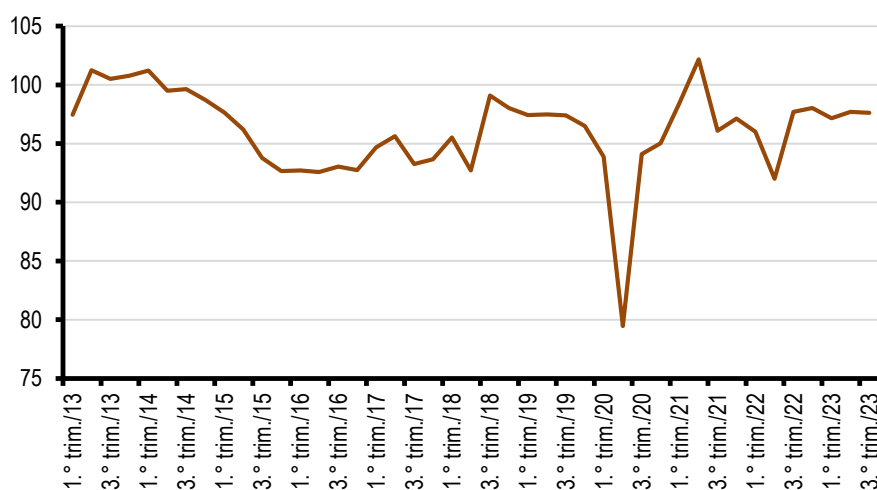
Fonte: SPGG/DEE¹⁰.

¹⁰RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2023.

O crescimento de 2,9% dos serviços do Estado no acumulado do ano acompanhou muito de perto o desempenho nacional, inclusive com aumentos em todas as sete atividades. A maior expansão ocorreu nos serviços de intermediação financeira e seguros (8,3%), seguida pelos incrementos nos outros serviços (3,6%) e nos transportes, armazenagem e correio (3,2%). A atividade de menor crescimento foi a administração, educação e saúde públicas (1,3%). O comércio, uma das atividades mais importantes do setor, apresentou aumento de 2,0%, mais que o dobro da atividade nacional, que expandiu 0,9% no mesmo período.

No que se refere ao volume do PIB, a estiagem de 2023, embora menos severa do que a ocorrida no ano anterior, foi fator preponderante no impedimento da completa recuperação do produto agregado do Estado em relação à média de 2021 (**Figura 5**). Mesmo assim, o nível do terceiro trimestre de 2023 encontra-se 1,2% acima do observado no período anterior ao início da pandemia, no quarto trimestre de 2019, mas ainda 4,4% abaixo do pico histórico, que foi registrado no segundo trimestre de 2021, período marcado pela maior safra da história no Estado.

Figura 5 - Índice do volume do PIB no RS — 1.º trim./2013-3.º trim./2023



Fonte: SPGG/DEE¹¹.

Nota: O índice tem como base 2013=100.

Conforme já destacado, a safra de 2023 foi novamente prejudicada por uma estiagem, a terceira em quatro anos. Entretanto, como foi de menor intensidade que a do ano anterior, a produção da agricultura do Estado apresentou recuperação, mesmo que parcial (**Tabela 5**). Dos principais produtos agrícolas do Estado, houve expansão das quantidades colhidas de soja edemilho. Os dois grãos apresentaram aumentos de produção em relação ao ano anterior, embora as quantidades ainda estejam em níveis inferiores aos da safra de 2021. No caso da soja, a quantidade colhida em 2023 ainda é 37,9% menor que a do último ano sem estiagem, enquanto a do milho é 9,7% inferior. De outro lado, as produções de arroz, fumo e trigo encolheram em 2023, na comparação com a safra de 2022. No caso do arroz, a queda de 7,9% é explicada pela redução da área plantada, movimento que se tem intensificado desde 2015, em meio ao processo de troca de culturas, do arroz para a soja. A área atual, de 851.708 hectares, é a menor desde 1997. Já no trigo, a redução, ocasionada notadamente pelo excesso de chuvas no segundo semestre do ano, vem após uma safra recorde em 2022.

¹¹RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2023.

Tabela 5 - Quantidades produzidas, em toneladas, e taxa de variação percentual dos principais produtos agrícolas do RS— 2021-2023

Produto	2021	2022	2023	Variação %	
				2023/2021	2023/2022
Arroz	8.295.840	7.671.078	7.066.687	-14,8	-7,9
Fumo	344.496	294.029	298.425	-13,4	1,5
Milho	4.389.617	3.000.744	3.962.100	-9,7	32,0
Soja	20.420.501	9.370.274	12.688.793	-37,9	35,4
Trigo	3.547.866	5.299.994	3.723.130	4,9	-29,8

Fonte: LSPA-IBGE¹²; PAM-IBGE¹³.

De modo geral, os preços das commodities agrícolas experimentaram forte elevação a partir do primeiro trimestre de 2020. Em relação aos principais grãos produzidos no Rio Grande do Sul, este movimento de natureza global redundou em crescimento importante nos preços internos do arroz, do milho, da soja e do trigo. Com a exceção do arroz, a tendência de alta dos preços dos demais grãos perdurou até os primeiros meses de 2022. Nos meses seguintes, até meados de 2023, ocorreu uma queda dos preços internos, acompanhando o movimento das commodities no mercado internacional. A partir da metade do ano, no entanto, os preços da soja voltaram a se recuperar, enquanto os preços do milho só tiveram uma pequena recuperação no final do ano. Já os preços do trigo tiveram uma leve elevação a partir de novembro. O caso do arroz é um pouco diferente. Como ele tem seus preços atrelados em maior intensidade ao jogo da oferta e demanda domésticas, passou por importante aumento a partir de meados de 2023, alcançando, no final do ano, seu pico recente. Na média do ano, os preços do arroz estiveram 25,0% acima dos praticados no ano anterior. Por outro lado, os do milho, da soja e do trigo apresentaram queda no período, de 26,4%, 20,5% e 30,1% respectivamente. Importante notar, no entanto, que os preços dos quatro produtos estiveram, ao longo de 2023, sempre acima dos preços médios registrados em 2019, período anterior ao início da elevação recente.

Na análise dos dados conjunturais mensais, a indústria de transformação e o comércio varejista ampliado têm apresentado desempenhos parecidos ao longo de 2023, ao contrário dos serviços (**Figura 6**): a produção industrial, com algumas oscilações importantes, notadamente em fevereiro e março de 2023, apresentou uma tendência de queda entre janeiro de 2022 e julho de 2023, com uma leve recuperação nos últimos meses do ano; desempenho semelhante teve o comércio, com trajetória declinante entre maio de 2022 e maio de 2023, e pequena recuperação a partir de junho; em movimento oposto, os serviços apresentaram expansão quase contínua entre outubro de 2021 e junho de 2023, período seguido de relativa estabilidade. Em linhas gerais, os movimentos dessas atividades no Rio Grande do Sul acompanham seus respectivos desempenhos nacionais.

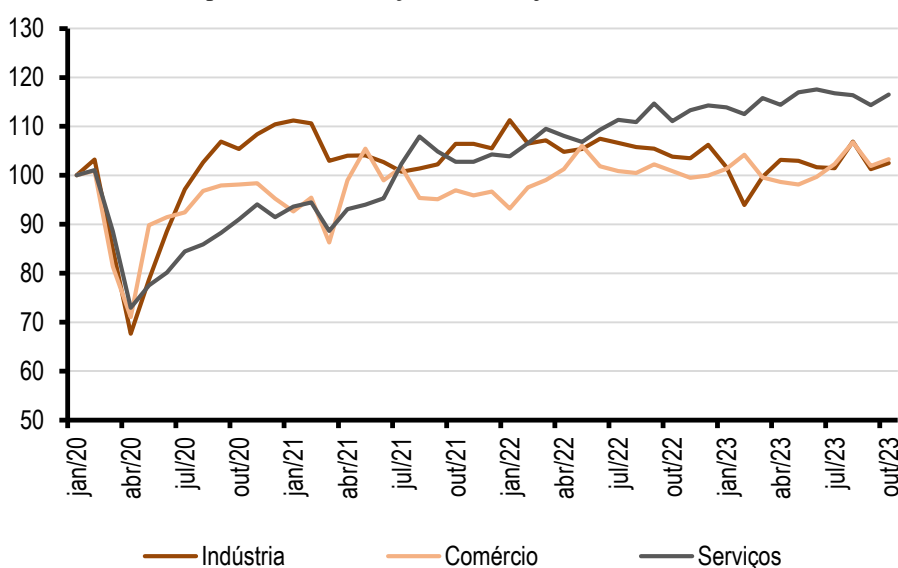
De janeiro a outubro de 2023, contra igual período do ano anterior, a produção industrial do Rio Grande do Sul apresentou redução de 4,5% (**Tabela 6**). O desempenho negativo do agregado foi acompanhado por 11 das 14 atividades pesquisadas, sendo as maiores quedas registradas nas atividades de produtos de metal (-15,1%), metalurgia (-13,6%), derivados de petróleo (-10,2%), produtos de borracha e plástico (-9,3%) e máquinas e equipamentos (-7,4%). Alguns eventos específicos ajudam a explicar o desempenho negativo da indústria gaúcha no ano: parada técnica da Refinaria Alberto Pasqualini, realizada entre janeiro e abril, para manutenção e troca de equipamentos, com impacto significativo sobre a produção de derivados de petróleo; concessão de férias coletivas pela General Motors em fevereiro e junho, buscando alinhar a

¹²IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

¹³IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Agrícola Municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

produção à demanda por automóveis; e os efeitos do excesso de chuvas de setembro sobre a indústria de carnes do Vale do Taquari principalmente. Ao lado dessas questões pontuais, outro fator relevante, de natureza mais abrangente, foi a redução dos investimentos em nível nacional, especialmente nos gastos com máquinas agrícolas. Isso afetou diretamente a produção de máquinas e equipamentos do Estado, que é o principal produtor nacional desse segmento. A menor produção das atividades de veículos e de maquinário, juntamente com a redução observada na atividade de produtos de metal, influenciada pela redução na fabricação de armas, ocasionou a menor produção da atividade metalúrgica, fornecedora de matéria-prima para as primeiras atividades. A indústria de produtos de borracha e plástico também produziu menos em função da menor demanda do setor automotivo e de maquinário agrícola, como tratores e colheitadeiras, por pneus. De outro lado, apresentaram crescimento as atividades de bebidas (6,2%), de produtos do fumo (4,7%) e de produtos químicos (4,0%).

Figura 6 - Índices de volume da indústria de transformação, do comércio varejista ampliado e dos serviços no RS —jan./2020-out./2023



Fonte: PIM-PF-IBGE¹⁴; PMC-IBGE¹⁵; PMS-IBGE¹⁶.

Nota: Os índices têm como base jan./2020=100.

O comércio varejista ampliado do Estado cresceu 1,3% entre janeiro e outubro (**Tabela 7**). Também em relação aos mesmos meses de 2022, as atividades comerciais que apresentaram as maiores altas foram as de veículos, motocicletas, partes e peças (10,0%), de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (6,3%) e de combustíveis e lubrificantes (5,0%). De outro lado, as maiores baixas ocorreram nas vendas de livros, jornais, revistas e papelaria (-11,2%), do atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo (-10,6%) e de tecidos, vestuário e calçados (-8,4%). Pode-se observar que o desempenho das atividades comerciais foi bastante desigual, mostrando um cenário de avanços em alguns setores e ainda dificuldades em outros. O aumento do consumo pela expansão da massa de rendimentos ainda encontra entraves no custo do crédito e no endividamento e inadimplência dos consumidores.

¹⁴IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

¹⁵IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

¹⁶IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Tabela 6 - Taxas de variação do volume da indústria de transformação, total e por atividade econômica, do RS em relação ao mesmo período do ano anterior, acumulado no ano até out./2023

(%)

Atividades Industriais	Jan.-Out./2023 / Jan.-Out./2022
Indústria de transformação	-4,5
Produtos alimentícios	-3,4
Bebidas	6,2
Produtos do fumo	4,7
Couros e artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-1,7
Celulose, papel e produtos de papel	-5,4
Produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	-10,2
Produtos químicos	4,0
Produtos de borracha e de material plástico	-9,3
Produtos de minerais não metálicos	-0,3
Metalurgia	-13,6
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-15,1
Máquinas e equipamentos	-7,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-2,4
Móveis	-3,5

Fonte: PIM-PF-IBGE¹⁷.

Tabela 7 - Taxas de variação do volume do comércio varejista ampliado, total e por atividade econômica, do RS em relação ao mesmo período do ano anterior, acumulado no ano até out./2023

(%)

Atividades Comerciais	Jan.-Out./2023 / Jan.-Out./2022
Comércio varejista ampliado	1,3
Combustíveis e lubrificantes	5,0
Hiper., supermercados, prod. alimentícios, bebidas e fumo	2,6
Tecidos, vestuário e calçados	-8,4
Móveis e eletrodomésticos	-2,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perf. e cosméticos	6,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	-11,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-3,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-4,4
Veículos, motocicletas, partes e peças	10,0
Material de construção	-0,1
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-10,6

Fonte: PMC-IBGE¹⁸.

Na média do ano, os serviços tiveram o melhor desempenho entre as atividades econômicas acompanhadas e mensuradas mensalmente pelo IBGE. O volume do setor apresentou expansão de 5,9% no acumulado do ano até outubro sobre os mesmos meses de 2022 (**Tabela 8**). Houve crescimento em quatro das cinco atividades, com destaque para as elevações dos serviços de informação e comunicação (8,9%), transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (8,0%)

¹⁷IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

¹⁸IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

e serviços prestados às famílias (5,9%). A única atividade a apresentar retração no período foi a dos outros serviços (-1,7%).

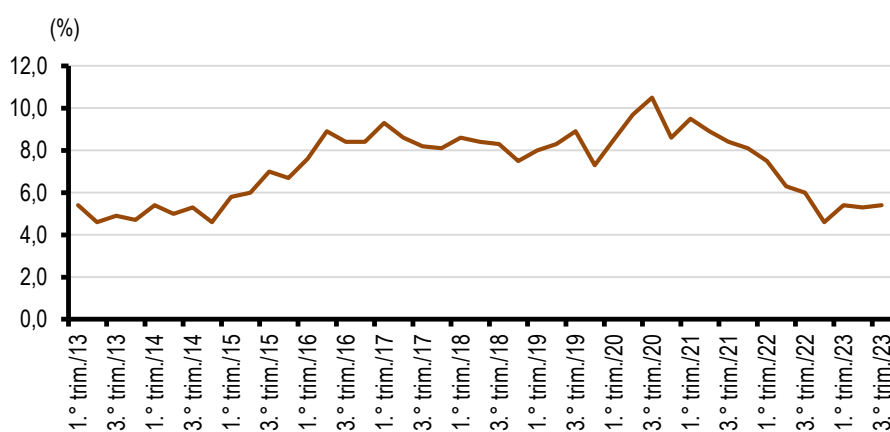
Os dados gerais do mercado de trabalho formal e informal do Rio Grande do Sul, acompanhados pela PNAD Contínua, foram positivos ao longo dos três primeiros trimestres de 2023. No primeiro semestre do ano, houve avanço no número de ocupados, sendo de 3,2% no primeiro trimestre, sempre na comparação com o mesmo período de 2022, e de 2,5% no segundo trimestre. No terceiro, o indicador apresentou estabilidade, chegando a 5.843 mil pessoas ocupadas no Estado. Na média simples dos três trimestres de 2023, houve aumento de 1,7% nos ocupados em relação ao mesmo período do ano anterior. A taxa de desocupação apresentou o mesmo desempenho do número de ocupados, com crescimento nos dois primeiros trimestres e estabilidade no terceiro. Nos três meses de julho a setembro, a taxa de desocupação foi de 5,4%, a mais baixa para esse trimestre desde 2014 (**Figura 7**). Por fim, o indicador da massa real de rendimentos também teve a mesma trajetória dos indicadores anteriores, significando, portanto, que na média de 2023, a massa de rendimentos foi maior que a de 2022. Esse crescimento foi resultado tanto do aumento dos ocupados quanto do rendimento médio mensal.

Tabela 8 - Taxas de variação do volume dos serviços, total e por atividade econômica, do RS em relação ao mesmo período do ano anterior, acumulado no ano até out./2023

Atividades de Serviços	Jan.-Out./2023 / Jan.-Out./2022
Serviços	5,9
Serviços prestados às famílias	5,9
Serviços de informação e comunicação	8,9
Serviços profissionais, administrativos e complementares	0,8
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	8,0
Outros serviços	-1,7

Fonte: PMS-IBGE¹⁹.

Figura 7 - Taxa trimestral de desocupação no RS — 1.º trim./2013-3.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua-IBGE²⁰.

¹⁹IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

²⁰IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Divulgação Trimestral — 3.º trimestre de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Em relação ao mercado estritamente formal de trabalho, o saldo entre admitidos e desligados, de acordo com o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), manteve-se positivo no acumulado dos 12 meses terminados em novembro de 2023. No período, houve criação de 47.955 novos empregos, um crescimento de 1,8% em relação ao estoque de empregos de novembro de 2022. Por atividade econômica, os saldos positivos foram registrados nos serviços (43.806), no comércio (11.198) e na agropecuária (2.505). As atividades da indústria (-7.413) e da construção (-2.141) apresentaram saldos negativos no acumulado em 12 meses, seguindo, de certa forma, o desempenho da produção desses setores ao longo do ano. Na trajetória mensal de 2023, houve expansão do emprego nos primeiros quatro meses do ano, saldos negativos nos meses de maio, junho e julho e retomada de saldos positivos em agosto, setembro, outubro e novembro.

Para 2024, as perspectivas atuais sinalizam uma taxa de crescimento mais elevada do PIB do Rio Grande do Sul em comparação com a de 2023. Caso as estimativas de novembro do IBGE se confirmem, indicando uma significativa recuperação nas produções de soja (65,0%) e milho (55,0%) para a próxima safra, é esperado que o valor adicionado do setor agropecuário gaúcho apresente uma taxa de crescimento expressiva em 2024. Além dos efeitos diretos no setor primário, o impulso vindo de uma maior produção agrícola deverá ter efeitos positivos em diversas atividades econômicas relacionadas. A expansão da agropecuária, juntamente com possíveis aumentos nos investimentos nacionais e uma baixa base de comparação em algumas atividades, deverá influenciar positivamente a produção industrial do Estado em 2024. No setor de serviços, a perspectiva é de manutenção da tendência de crescimento observada no ano anterior. Diante desse cenário de maior expansão econômica, é esperado que os dados do mercado de trabalho continuem a melhorar ao longo de 2024.

FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RS

O ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2024

Na elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2024 (LOA 2024), as receitas foram estimadas tomando-se como parâmetros o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No tocante aos gastos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias n.º 15.982, de 24 de julho de 2023 (LDO 2024) norteou a elaboração do orçamento de 2024, em seu artigo 16, determinando que, com relação à fonte de recursos Tesouro-Livres, a proposta orçamentária terá a correção de 5,06%, incluídos no limite os grupos de despesas Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2023.

A estimativa da Receita Pública para o Orçamento de 2024

A previsão de arrecadação compreende a totalidade da receita da administração direta, assim como as das autarquias e das fundações. Para 2024, sobre uma receita total de R\$ 80,348 bilhões, excluídas as receitas intraorçamentárias de R\$ 17,230 bilhões (dupla contagem contábil), estima-se um montante de arrecadação ajustada de R\$ 63,118 bilhões, contra R\$ 53,394 bilhões previstos em 2023, um acréscimo de R\$ 9,724 bilhões, 18,2% maior.

A **Tabela 9** mostra os principais agregados da receita pública estadual do orçamento de 2024 comparados aos de 2023. Em 2024, prevê-se uma arrecadação total de ICMS de R\$ 46,870 bilhões, 10,6% maior do que a prevista em 2023.

Tabela 9 - Principais agregados das receitas públicas consolidadas (R\$ 1,00)

Agregados da Receita Pública	LOA 2023	PLOA 2024	PLOA 2024 - LOA 2023	% PLOA 2024 / LOA 2023
Receitas correntes	53.030.133.878	60.216.229.377	7.186.095.499	13,6
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	53.879.219.514	59.706.439.466	5.827.219.952	10,8
ICMS TOTAL	42.389.409.508	46.870.000.000	4.480.590.492	10,6
IPVA TOTAL	4.351.345.551	5.234.000.000	882.654.449	20,3
Receitas de contribuições	5.417.439.913	6.007.368.156	589.928.243	10,9
Receitas patrimoniais	1.295.949.120	1.926.764.519	630.815.399	48,7
Receitas agropecuária, industrial e de serviços	543.626.191	605.286.267	61.660.076	11,3
Transferências correntes	11.627.457.581	14.335.994.680	2.708.537.099	23,3
Outras receitas correntes	724.297.492	1.070.793.272	346.495.780	47,8
Deduções - Formação do Fundo da Educação	-7.680.442.100	-8.782.925.578	-1.102.483.478	14,4
Deduções - Transferências aos Municípios (TLCM)	-12.777.413.832	-14.653.491.405	-1.876.077.573	14,7
Receitas de capital	364.197.987	2.902.173.864	2.537.975.877	696,9
Operações de crédito	101.925.986	2.580.345.562	2.478.419.576	2.431,6
Outras receitas de capital	262.272.001	321.828.302	59.556.301	22,7
Total das receitas sem as intraorçamentárias	53.394.331.865	63.118.403.241	9.724.071.376	18,2
(+) transferências de receitas intraorçamentárias	16.934.388.900	17.229.808.310	295.419.410	1,7
Total das receitas com as intraorçamentárias	70.328.720.765	80.348.211.551	10.019.490.786	14,2

Fonte: LOA 2023 e LOA 2024.

A fixação da Despesa Pública para o Orçamento de 2024

A dotação da despesa compreende a totalidade dos órgãos da administração direta, assim como as autarquias e fundações. A **Tabela 10** mostra os grupos das despesas fixadas na proposta orçamentária. Para o exercício de 2024, sobre uma despesa total de R\$ 83,034 bilhões, excluindo-se as transferências intraorçamentárias (dupla contagem contábil), de R\$ 17,230 bilhões, dotou-se um gasto total ajustado de R\$ 65,804 bilhões, contra R\$ 57,150 bilhões fixados em 2023, o que resulta em um acréscimo de R\$ 8,654 bilhões, ou seja, 15,1% maior do que o ano anterior.

A previsão das despesas com pessoal e encargos sociais sem as transferências intraorçamentárias é de R\$ 38,463 bilhões. O gasto com outras despesas correntes sem as transferências intraorçamentárias (manutenção, custeio da máquina pública e repasses vinculados ao Sistema Único de Saúde) alcança R\$ 20,485 bilhões; o serviço da dívida (juros, encargos e amortização da dívida), R\$ 3,251 bilhões; os investimentos amplos (investimentos e inversões financeiras), R\$ 2,023 bilhões; e a Reserva de Contingência Orçamentária e Previdenciária, R\$ 1,582 bilhão.

Tabela 10 - Principais agregados das despesas públicas consolidadas (R\$ 1,00)

Agregados da Despesa Pública	LOA 2023	PLOA 2024	PLOA 2024 - LOA 2023	% PLOA 2024 / LOA 2023
Pessoal e encargos sociais	35.451.987.031	38.463.061.420	3.011.074.389	8,5
Outras despesas correntes (manutenção e custeio)	15.701.570.564	20.485.007.537	4.783.436.973	30,5
Serviço da dívida (juros, encargos e amortização)	2.231.222.326	3.251.436.208	1.020.213.882	45,7
Investimentos amplos (investimentos e inversões financeiras)	1.752.456.771	2.023.179.446	270.722.675	15,4
Reserva de contingência e previdenciária	2.012.600.050	1.581.809.854	-430.790.196	-21,4
Total das despesas sem transferências intraorçamentárias	57.149.836.742	65.804.494.465	8.654.657.723	15,1
(+) Transferência de despesas intraorçamentárias	16.934.388.900	17.229.808.310	295.419.410	1,7
Total das despesas com transferências intraorçamentárias	74.084.225.642	83.034.302.775	8.950.077.133	12,1

Fonte: LOA 2023 e LOA 2024.

Nota: A tabela foi ajustada em relação a da PLOA 2024 (original) para contemplar as emendas parlamentares, retirando-se R\$ 110.000.000,00 da Reserva de Contingência e alocando-se R\$ 67.979.300,00 para outras despesas correntes (ODC) e R\$ 42.020.700,00 para Investimentos.

A alocação dos recursos do Orçamento de 2024

A **Tabela 11** mostra os principais itens que compõem a despesa pública consolidada dotados no orçamento de 2024, tomando-se por base a previsão das receitas. Ressalta-se que, do total das despesas fixadas para o Poder Executivo, pequena parte é discricionária, ou seja, que o gestor tem autonomia para decidir em qual projeto ou atividade alocar. Os demais gastos são ditos obrigatórios (vinculados ou rígidos), isto é, não se tem autonomia para decidir, como por exemplos, o pagamento do serviço da dívida, os salários dos servidores ativos e inativos, os pensionistas e as contribuições patronais.

Para o exercício de 2024, o resultado previsto é deficitário em R\$ 2,686 bilhões, sendo R\$ 63,118 bilhões de receitas e R\$ 65,804 bilhões de despesas. Observe-se que, sem a dupla contagem das despesas de transferências intraorçamentárias, o Estado injetará na economia gaúcha R\$ 65,8 bilhões, o que corresponde a cerca de 10,0% do PIB total do Rio Grande do Sul estimado para 2024.

AS REFORMAS ESTRUTURANTES

No final do ano de 2019, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul encaminhou ao Poder Legislativo um conjunto de medidas, no âmbito do programa denominado Reforma RS. O principal

objetivo da proposta é alcançar o equilíbrio fiscal das contas públicas, enfrentando o crescimento da despesa com pessoal, modernizando a legislação sobre as carreiras dos servidores públicos e recepcionando as novas regras previdenciárias dispostas na Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Tabela 11 - Apropriação de recursos do orçamento de 2024, nos seus grandes grupos da despesa

Especificação do Orçamento de 2024	Valores	%
Receitas totais do Orçamento de 2024 sem as transferências intraorçamentárias = (A)	63.118.403.241	100,0
Gastos Totais de Outros Poderes e Órgãos Autônomos sem as Transferências Intraorçamentárias = (B)	8.476.140.095	13,4
Gastos do Poder Executivo sem as transferências intraorçamentárias = (C)	57.328.354.370	90,8
(-) Grupo de pessoal e encargos sociais	32.633.165.099	51,7
a) Salários de Ativos Civis e Militares	11.730.439.124	18,6
b) Proventos dos Aposentados	13.703.136.910	21,7
c) Proventos dos Pensionistas	3.675.273.654	5,8
d) Sentenças Judiciais, Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs)	2.041.326.159	3,2
e) Obrigações Patronais	572.974.697	0,9
f) Demais despesas do Grupo Pessoal e Encargos Sociais	910.014.555	1,4
(-) Serviço da dívida (juros, encargos e amortização)	3.183.456.908	5,0
(-) Investimentos amplos (investimentos e inversões financeiras)	1.620.138.805	2,6
(-) Gastos com outras despesas correntes (manutenção e custeio da máquina pública)	17.004.705.405	26,9
(-) Repasses vinculados ao SUS	1.305.439.991	2,1
(-) Reserva de contingência orçamentária e previdenciária	1.581.448.162	2,5
Gastos Totais sem as Transferências Intraorçamentárias = (D = B + C)	65.804.494.465	104,3
Déficit orçamentário do Orçamento de 2024 = (E = A - D)	-2.686.091.224	

Fonte: DOF-SPGG (LOA 2024).

O Reforma RS foi dividido em oito peças legislativas: uma proposta de emenda constitucional (PEC), um projeto de lei (PL) e seis projetos de lei complementares. Todas as peças transformaram-se em leis aprovadas e são elencadas a seguir.

A PEC n.º 285/2019 foi promulgada como Emenda Constitucional n.º 78, no dia 2 de fevereiro de 2020. A referida norma introduz alterações nas carreiras dos servidores e atualiza as regras previdenciárias. Entre as mudanças administrativas, destacam-se as seguintes: (i) vedação da incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo ou aos proventos de inatividade; (ii) salário-família ou abono familiar para os dependentes do servidor de baixa renda; (iii) extinção das vantagens por tempo de serviço atribuídas aos servidores públicos civis e aos militares, ativos e inativos, inclusive aos ocupantes de cargo em comissão, em decorrência de avanços, anuênios, triênios, quinquênios, adicionais ou gratificações de 15 anos e de 25 anos; e (iv) extinção das promoções automáticas (grau a grau ou de nível).

Entre as principais mudanças nas regras previdenciárias para os servidores civis vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do RS, o RPPS/RS, estão: a idade mínima que passou a ser de 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens; os professores, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e Médio, estabelecidos em Lei Complementar, terão idade mínima para a aposentadoria reduzida em cinco anos em relação às idades mínimas exigidas aos demais servidores públicos, observado o disposto na Constituição Federal.

O Plano de Lei Complementar (PLC) n.º 503/2019 tornou-se a Lei Complementar n.º 15.429, de 22 de dezembro de 2019, e adequou as regras de previdência dos servidores civis gaúchos à legislação federal ao alterar a Lei Complementar n.º 13.758, de 15 de julho de 2011, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul, que instituiu o FUNDOPREV, e a Lei Complementar n.º 15.142, de 05 de abril de 2018.

A referida norma apresenta diversas alterações no sistema previdenciário dos servidores públicos estaduais, como as alterações de alíquotas de contribuição e regras de aposentadoria, seguindo, basicamente, o que havia sido aprovado em âmbito federal com a instituição da Emenda

Complementar (EC) n.º 103/19. Os valores das diversas faixas serão reajustados na mesma data e com o mesmo índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Nessa norma, preveem-se as alíquotas de contribuição progressivas, conforme a **Tabela 12**.

Tabela 12 - Alíquotas de contribuições previdenciárias sobre os vencimentos e os proventos

Parâmetro	Alíquota (%)
Até um salário mínimo	7,5
acima de um salário mínimo até R\$ 2.000,00	9,0
de R\$ 2.000,01 até R\$ 3.000,00	12,0
de R\$ 3.000,01 até R\$ 5.839,45	14,0
de R\$ 5.839,46 até R\$ 10.000,00	14,5
de R\$ 10.000,01 até R\$ 20.000,00	16,5
de R\$ 20.000,01 até R\$ 39.000,00	19,0
acima de R\$ 39.000,00	22,0

Fonte: Lei Complementar Estadual n.º 15.429, de 22 de dezembro de 2019.

O PLC n.º 504/2019, dispondo sobre alteração das alíquotas previdenciárias dos servidores militares ativos, inativos e pensionistas foi arquivado em fevereiro de 2020. Em março de 2021, por meio da Lei Complementar n.º 15.602, de 16 de março de 2021 (PLC n.º 13/2021), foram também adotadas alíquotas progressivas para os militares, bem como aprovada a ampliação da base de cálculo dos inativos e pensionistas para um salário mínimo. Dessa forma, a partir de julho de 2021, as alíquotas previdenciárias aplicadas aos militares passaram a ser as mesmas aplicadas aos civis.

A Lei Complementar n.º 15.450, de 17 de fevereiro de 2020, tratou também sobre o Estatuto e Regime Jurídico Único do Servidor Público Civil do Estado do Rio Grande do Sul, sobre a instituição de um sistema de vale-refeição no âmbito da administração direta e das autarquias e dispõe sobre o RPPS/RS.

Entre as regras administrativas, destacam-se as seguintes: (i) férias em três períodos: por requerimento do servidor, e havendo concordância da chefia, as férias poderão ser gozadas em até três períodos; (ii) teletrabalho: fica autorizada a modalidade, desde que preenchidas cumulativamente três condições existenciais de mecanismo de controle de produtividade, cumprimento de metas individuais e coletivas de produtividade previamente fixadas e quando as atribuições do cargo e as atividades do setor não exijam a presença física do servidor; (iii) gratificação de permanência: ao servidor que adquirir direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais e cuja permanência no desempenho de suas funções for julgada conveniente e oportuna para o serviço público estadual, poderá ser deferida, por ato do Governador, uma gratificação de permanência em serviço de valor correspondente a 10% do seu vencimento básico; e (iv) redução de jornada de trabalho: a pedido do servidor, a jornada de trabalho poderá ser reduzida entre 25% e 50%, mediante a concordância do titular do órgão ou entidade a que o servidor estiver vinculado.

A Lei n.º 15.454, de 17 de fevereiro de 2020, fixou o subsídio mensal dos militares estaduais, alterou a Lei Complementar n.º 10.990, de 18 de agosto de 1997, que dispôs sobre o Estatuto dos Militares Estaduais, e alterou a Lei Complementar n.º 10.992, de 18 de agosto de 1997, que versa sobre a carreira dos servidores militares do Estado do RS.

A Lei n.º 15.451, de 17 de fevereiro de 2020, alterou a Lei n.º 6.672, de 22 de abril de 1974, instituiu o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul. Entre as alterações, destaca-se que a remuneração dos membros do Magistério Público Estadual será por meio de subsídio, nos termos do §4.º e §8.º, do art. 39 da Constituição Federal. Com isso, o Estado buscará atender à Lei do Piso do Magistério, o que permitirá maior previsibilidade e segurança

jurídica. A reforma criou condições para uma política de incentivos à qualificação dos professores, ao estruturar a carreira desses profissionais em seis classes, com cinco níveis de habilitação e promoções de classe a classe. Os níveis de habilitação correspondem com o nível de formação dos professores e especialistas de educação (nível médio, licenciatura de curta duração, graduação, especialização, mestrado e doutorado).

A Lei Complementar n.º 15.452, de 17 de fevereiro de 2020, fixou o subsídio mensal para o quadro de cargos de provimento efetivo do Instituto-Geral de Perícias (IGP). O projeto define que a remuneração mensal dos servidores do Instituto-Geral de Perícias passa a ser na forma de subsídio, fixado em parcela única, nos termos dos § 4.º, do art. 39, da Constituição Federal. Aos servidores que tiverem decréscimo remuneratório em decorrência da aplicação da modalidade de pagamento por subsídio, é assegurada a percepção de parcela autônoma de irredutibilidade.

A Lei Complementar n.º 15.453, de 17 de fevereiro de 2020, dispõe sobre a aposentadoria especial para os policiais civis e agentes penitenciários. A proposta, alinhada com a EC n.º 103/2019, alterou as idades mínimas e de tempo de contribuição para os policiais civis, integrantes do órgão a que se refere o inciso IV, do caput do art. 144 da Constituição Federal.

Ainda como medida estruturante, cabe referir a Lei Complementar Estadual n.º 15.756, de 08 de dezembro de 2021, conhecida como “Lei do Teto de Gastos”. Foi concebida como parte do acordo para a adesão do Estado com a União, no tocante ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A Lei do Teto de Gastos prevê que o crescimento anual das despesas primárias tenha como limite a variação do IPCA acumulado no ano de elaboração e aprovação do orçamento estadual. A limitação faz parte de um conjunto de medidas que busca dar sustentabilidade fiscal no período de vigência do RRF (dez anos).

As reformas estruturais aprovadas tendem a aliviar os cofres do Estado no curto, médio e longo prazos. O equacionamento quanto às vantagens pessoais dos servidores (adicionais, avanços, triênios, quinquênios, etc.), bem como as reformas previdenciárias, buscam proporcionar uma considerável redução da taxa de crescimento vegetativo da folha de pessoal e do déficit previdenciário.

AS PRIVATIZAÇÕES, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E CONCESSÕES PÚBLICAS NO RS

Por conta do entendimento entre o Poder Executivo, as entidades representativas do Estado e a sua Casa Legislativa, o processo de privatização foi retomado em 2021. A venda da distribuidora da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE-D) foi efetivada em leilão ocorrido em 31 de março de 2021, sendo adquirida no valor de R\$ 100 mil. Cabe destacar que a empresa vencedora assumiu um passivo em torno de R\$ 7,0 bilhões. A venda da CEEE-T deu-se por R\$ 2,67 bilhões e foi realizada em 16 de julho de 2021. A Companhia de Gás do Estado (Sulgás) foi arrematada em 22 de outubro de 2021, pelo valor de R\$ 928 milhões. A privatização da CEEE-G deu-se em 29 de julho de 2022 por R\$ 928 milhões. Por fim, ocorreu o leilão de privatização da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) em 20 de dezembro de 2022, com lance de R\$ 4,15 bilhões, sendo que, por questões jurídicas, a venda foi concluída somente em 07 de julho de 2023.

A desestatização dessas empresas pode repercutir em maiores investimentos e modernização da economia gaúcha, podendo acarretar em ganhos de eficiência, produtividade e competitividade. Ao mesmo tempo, a arrecadação tributária tende a ser potencializada no seu

máximo, podendo garantir recursos para fazer frente às demandas de serviços públicos de qualidade.

Devido às restrições fiscais e orçamentárias, o Estado optou por fortalecer um modelo que amplia a interação entre o setor público e a iniciativa privada na busca pelos investimentos necessários ao Rio Grande do Sul. Com o objetivo de buscar sinergia com o setor privado, o Estado lançou, em 2019, o Programa RS Parcerias. Esse programa visa à qualificação da prestação de serviços e à adequação da infraestrutura às necessidades atuais e futuras do Estado, por meio da captação de recursos privados para investimento, operação e manutenção. No âmbito do Programa, o primeiro projeto concedido foi a rodovia RSC-287, que liga Tabaí a Santa Maria. Em julho de 2021, foi assinado o contrato com a empresa Sacyr, cuja concessão está em plena operação. Outro projeto rodoviário concedido foi o Bloco 3, que abrange rodovias da região da Serra e Vale do Caí. O contrato foi assinado em dezembro de 2022 e já está em atividade.

No que diz respeito às concessões de parques, foram assinados contratos de concessão dos Parques Estaduais do Caracol e de Tainhas, que foram concedidos em conjunto. O contrato foi assinado em novembro de 2022, pelo lance de R\$ 150 milhões. Também foi concedido o Parque do Turvo, cujo contrato foi assinado em julho de 2023. A vencedora do certame pagou R\$ 125 mil.

O leilão do projeto de parceria público-privada (PPP) do Complexo Prisional no Município de Erechim foi concluído com êxito em outubro de 2023. O Complexo terá 10,4 hectares divididos em dois módulos, com 26 mil metros quadrados cada, totalizando 1,2 mil vagas disponibilizadas para apenados. A previsão para realização da obra é de até 24 meses. Serão investidos cerca de R\$ 149 milhões em uma concessão de 30 anos. A próxima etapa é a assinatura do contrato.

Outro projeto que está prestes a ser licitado é a PPP para revitalização, urbanização, gestão, operação, restauração, manutenção, modernização, conservação e execução de obras e serviços na área do Cais Mauá. Após uma licitação sem propostas, em dezembro de 2022, o projeto passou por reformulações para aumentar sua atratividade. O Governo do Rio Grande do Sul publicou, no dia 13 de dezembro de 2022, no Diário Oficial do Estado, a nova data para a realização do leilão de concessão do Cais Mauá, na Capital. O certame ocorrerá na B3, em São Paulo, em 6 de fevereiro de 2024. Com isso, a data de recebimento de propostas por parte dos interessados mudará para 31 de janeiro de 2024.

Além dos projetos mencionados, ainda estão em estudo os seguintes:

- i) Concessão para exploração, manutenção e expansão dos aeroportos de Passo Fundo (SBPF) e Santo Ângelo (SBNM). O projeto está aguardando a homologação do edital pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) para posterior publicação do edital.
- ii) Delegação destinada ao uso de áreas, atrativos e instalações, precedida da realização de investimentos e destinada à requalificação, modernização, operação e manutenção do Jardim Botânico de Porto Alegre. O projeto está sendo aprimorado após licitação deserta em 2022;
- iii) Concessão de dois blocos de rodovias gaúchas, ambos em processo de estruturação (Bloco 1: ERS-020, ERS-040, ERS-115, ERS-118, ERS-235, ERS-239, ERS-466 e ERS-474 e Bloco 2: ERS-128, ERS-129, ERS-130, ERS-324, RSC-453 e ERS-135 + BR-470);
- iv) Concessão para estruturação imobiliária com ativos de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul. O projeto está em processo de estruturação;
- v) PPP para requalificação, manutenção e operação do Centro Administrativo Fernando

- Ferrari (CAFF). O projeto está em processo de estruturação;
- vi) PPP para investimentos e prestação de serviços de operação e manutenção de 100 escolas estaduais. Em agosto de 2023, uma empresa foi contratada para estruturar o projeto;
 - vii) PPP para construção, manutenção e operação de um hospital de alta complexidade em Viamão. O projeto está na fase de definição de premissas e contratação de estruturador;
 - viii) Projeto para estruturação da modelagem da Rede Metropolitana e do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de passageiros (SETM) na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). O projeto está na fase de estruturação e uma fundação foi contratada para apoiar; e
 - ix) Projeto para implantação e operação de serviços lotéricos no Estado do Rio Grande do Sul. O Processo de Manifestação de Interesse (PMI) foi lançado em agosto de 2023, com prazo de 120 dias para o recebimento de estudos.

Por fim, é importante destacar o papel da Secretaria de Parcerias e Concessões (Separ) na fiscalização das rodovias concedidas. A Lei Complementar n.º 15.680, de 13 de agosto de 2021, regulada pelo Decreto n.º 56.382, de 14 de fevereiro de 2022, estabeleceu, na Secretaria, o departamento de Fiscalização de Concessões Rodoviárias. A equipe desse departamento trabalha para implementar uma fiscalização eficaz, eficiente e adequada aos contratos de concessões rodoviárias, realizando inspeções periódicas de campo com a emissão de relatórios de acompanhamento.

BREVE QUADRO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

A situação das finanças do Estado do Rio Grande do Sul continua sendo muito preocupante, pois ainda persistem problemas estruturais de longo prazo. Nas últimas décadas, as contas estaduais apresentaram déficits orçamentários recorrentes. Entre 1971 e 2023, somente em dez anos o resultado orçamentário foi positivo, sendo que as receitas arrecadadas foram maiores do que as despesas executadas.

A principal despesa pública é a previdenciária. Ao longo do tempo, o Estado não criou um fundo previdenciário que tivesse a finalidade de suportar os encargos com os atuais aposentados e pensionistas. Em 2023, os gastos com os empenhos da folha dos proventos de aposentados e pensionistas totalizaram R\$ 18,754 bilhões, equivalente a 33,1% da Receita Corrente Líquida (RCL). Ainda nesse ano, o sistema previdenciário do Estado apresentou um déficit do regime financeiro de R\$ 9,703 bilhões, consumindo 17,1% de toda a RCL.

A trajetória de déficits previdenciários crescentes foi quebrada com as reformas previdenciária e administrativa, em vigor desde 2020, que trouxeram alívio financeiro ao sistema previdenciário. Já os efeitos positivos do Regime de Previdência Complementar, para os novos servidores a partir de 19 de agosto de 2016, serão sentidos somente a longo prazo.

Outro problema estrutural das finanças é a dívida pública estadual. Em 31 de dezembro de 2023, a dívida total do Estado (interna e externa) totalizava R\$ 102,395 bilhões. Desse total, 90,7% são dívidas contratuais com a União (R\$ 92,878 bilhões). É importante mencionar, no que concerne ao período no qual o Estado esteve abrigado sob a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) (de julho de 2017 a março de 2022), que o montante acumulado de dívida que não

foi paga para a União totalizou R\$ 16,357 bilhões. Tendo em vista ao acordo celebrado entre ambos, por conta da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, houve o refinanciamento desse montante em 360 parcelas mensais, sendo que a primeira foi quitada em abril de 2022.

A pauta da dívida pública estadual já era motivo de grande preocupação por parte dos governantes ainda no chamado Plano Real (1994), quando se deu fim ao “financiamento inflacionário”. Ao final da década de noventa do século passado, a dívida entrou numa trajetória “explosiva”, obrigando o Estado a aderir ao processo de renegociação junto à União.

As negociações com a União ficaram marcadas pelo fim da emissão de títulos públicos estaduais e pela obrigatoriedade da venda de ativos, além da imposição de um austero ajustamento fiscal. Não apenas o equilíbrio das contas passou a ser perseguido, mas também a própria mudança do espectro das políticas públicas. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em vigor desde 2000, e com as obrigações assumidas com a União por conta da renegociação das dívidas, o Estado viu-se, de um lado, obrigado a disciplinar fortemente os gastos, e, de outro, incumbido, legalmente, de atender às crescentes necessidades vinculadas à saúde e à educação.

Assim, no início dos anos 2000, começaram a pesar fortemente as despesas com a previdência e com o serviço da dívida. Foram frustradas as sucessivas tentativas de recolocar as necessidades de custeio, folha salarial e financiamento nos patamares da arrecadação. Os déficits orçamentários expressivos foram-se acumulando. A alternativa inicialmente encontrada para suprir a escassez de recursos e otimizar o fluxo financeiro foi a utilização do caixa único, potencializado pelos depósitos judiciais. Concomitante a isso, houve a postergação do pagamento dos precatórios, o não pagamento salarial das chamadas “Leis Britto”. Mais recentemente, a não reposição salarial pela inflação e o forte contingenciamento do custeio e dos investimentos.

Somente a partir do segundo semestre de 2021 é que as contas estaduais começaram a apresentar equilíbrio orçamentário e financeiro, por conta de uma melhor arrecadação, mas principalmente pelo forte controle dos gastos, principalmente o de pessoal. As privatizações foram responsáveis pela entrada de mais de R\$ 8,5 bilhões no caixa.

Ao se analisarem os mandatos do executivo estadual, o Governo Olívio Dutra (1999-2002) apresentou resultados primário e orçamentário negativos. Não foram pagos precatórios nem os percentuais salariais das chamadas “Leis Britto”, o que deu origem a um passivo trabalhista multibilionário. Foi esgotada a totalidade dos recursos existentes no caixa único. Já os níveis de investimento foram os menores entre os governos até aquela data.

O Governo Germano Rigotto (2003-2006) desenvolveu forte política de contenção de gastos com pessoal, custeio e investimentos públicos. Em todo o período, o cenário foi de escassez de recursos próprios e de impossibilidade de financiamento, tanto interna como externamente. Houve aumento de alíquotas de ICMS de alguns produtos e serviços seletivos, passando a vigorar no início da segunda metade de seu mandato, porém insuficiente para fazer frente aos problemas das contas públicas, agravados pela frustração de metade de toda a safra agrícola gaúcha de 2005.

O Governo Yeda Crusius (2007-2010) recebeu de seu antecessor as contas em desequilíbrio. Em 2007, não havia recurso para pagar os servidores, fornecedores e convênios. As alíquotas do ICMS, que foram majoradas no Governo Rigotto, voltaram ao seu patamar original, visto não terem sido prorrogadas pela ALRS. A partir de 2008, com a combinação de diversas ações pelo lado da receita (substituição tributária, por exemplo), pelo controle das despesas (pessoal, custeio e investimento) e pelo crescimento econômico, as contas públicas apresentaram superávit financeiro até o final do Governo. No período referido, houve uma forte reestruturação das contas públicas e das carreiras dos servidores e, ainda, a recuperação de parte da capacidade de investimento, sendo a gestão marcada pelo “déficit zero”.

O Governo Tarso Genro (2011-2014) recebeu de sua antecessora as finanças equilibradas. Dessa forma, optou por forte expansionismo dos gastos. Tornaram-se permanentes os constantes aumentos com pessoal. Nesse governo, houve acréscimo considerável de recursos à área da saúde, com o propósito de cumprimento de 12,0% da Receita Líquida de Imposto e Transferências, devido aos gastos da Corsan não terem sido mais computados no cálculo. Com o aval exclusivo do Governo Federal, captou, via operação de crédito, o montante de R\$ 3,9 bilhões. Para cobrir o déficit financeiro, o Governo Tarso fez uso rotineiro de R\$ 1,75 bilhão do caixa único e de R\$ 5,40 bilhões de depósitos judiciais, totalizando a retirada de R\$ 7,15 bilhões. Sob ponto de vista técnico e focado na questão fiscal, a situação das finanças se agravou nesse governo, deixando para o sucessor um gasto fixo superior ao poder de arrecadação e, ainda, criou despesas continuadas de pessoal a serem pagas durante o mandato do futuro governante.

O Governo Ivo Sartori (2015-2018) iniciou seu mandato sem recursos suficientes para pagar as obrigações mais emergentes. Em meio a um período de grave crise econômica, o poder arrecadatório do Estado enfraqueceu-se. Destacam-se algumas medidas adotadas no período para enfrentar os problemas financeiros: (i) aumento das alíquotas de ICMS a partir de 2016 (entrada anual em torno de R\$ 2,5 bilhões brutos); (ii) suspensão e não pagamento de parcelas da dívida contratual com a União (de julho de 2017 até o final de 2018, uma economia de R\$ 4,2 bilhões); (iii) venda da folha salarial do Poder Executivo para o Banrisul, por R\$ 1,25 bilhão; (iv) venda de ações do Banrisul, que gerou caixa de R\$ 500 milhões; (v) saques nas contas do caixa único e dos depósitos judiciais, que totalizaram R\$ 7,2 bilhões; e (vi) outras ações pelo lado da receita e da despesa. Contudo, apesar do amplo leque de medidas extraordinárias, os recursos foram insuficientes para pagar em dia os salários e o décimo-terceiro, honrar fornecedores, dar contrapartida a convênios e fazer os investimentos mínimos necessários. Todo seu governo foi de grandes dificuldades.

Dessa forma, Sartori deixou para o primeiro Governo de Eduardo Leite (2019-2022) um conjunto enorme de compromissos pendentes. O orçamento de 2019 foi sancionado com receitas extraordinárias não factíveis de R\$ 7,4 bilhões. Mesmo com a aprovação, pela ALRS, da manutenção das alíquotas de ICMS, ao final do exercício o déficit foi de R\$ 3,4 bilhões.

Em 2020, a LOA projetou um déficit de R\$ 5,3 bilhões. Nesse ano, se, por um lado, houve, novamente, a manutenção das alíquotas majoradas, por outro, houve o impacto da pandemia do novo coronavírus (covid-19), que, num primeiro momento, deprimiu como nunca visto tanto a arrecadação própria como as transferências federais, ao que se somaram as perdas na agricultura ocasionadas pela forte estiagem. A partir do segundo semestre de 2020, começou a recuperação arrecadatória de tributos. A ajuda federal para compensar parte das perdas na arrecadação foi importante para atravessar aquele momento com menores percalços. Ao final, o déficit orçamentário de 2020 foi de R\$ 597 milhões. Assim, nesse ano de 2020, o Estado teve superávit financeiro por conta do não pagamento da dívida do Estado com a União. Ainda, o Estado pagou as folhas salariais em dia, além de ter honrado a maioria dos compromissos com fornecedores, hospitais, serviços médicos e convênios.

No ano de 2021, o Estado apresentou superávits orçamentário e primário de R\$ 2,546 bilhões e R\$ 4,658 bilhões, respectivamente, por conta de uma forte recuperação da arrecadação do ICMS e pela contenção de gastos públicos, propiciando a retomada da capacidade de investimento. Nesse ano, também o décimo terceiro salário foi pago em dia a todos os servidores estaduais.

Em 2022, o superávit orçamentário totalizou R\$ 3,340 bilhões, e o superávit primário foi de R\$ 1,352 bilhão. Nesse ano, o ICMS apresentou queda por conta do menor crescimento do consumo e pela decisão de o Governo Estadual reduzir, a partir de 1.º de janeiro de 2022, a alíquota geral de 17,5% para 17,0% e, ainda, as alíquotas do ICMS majoradas sobre energia elétrica,

combustíveis e telecomunicações, de 30% para 25%. Contudo, o maior impacto sobre a arrecadação decorreu da chamada “PEC dos combustíveis”, aprovada pelo Congresso Nacional (LCFs 192/22 e 194/22), que produziram uma redução abrupta do ICMS a partir do mês de julho de 2022, das alíquotas sobre comunicação, combustíveis e energia elétrica, passando de 25% para a alíquota geral de 17%.

As perdas com o ICMS, verificadas no segundo semestre de 2022, por conta da “PEC dos Combustíveis” totalizaram R\$ 3,020 bilhões. A União já compensou 78% desse total (R\$ 2,344 bilhões) ainda no ano de 2023. Ressalta-se que o ressarcimento se limita pontualmente ao período entre 01 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022. Para os anos de 2023 e seguintes, a Secretaria da Fazenda estimou perda de arrecadação de R\$ 5,0 bilhões brutos anuais. Desse total, R\$ 1,25 bilhão seria direito de partição aos municípios (25,0%).

Como informado acima, em 2021 e 2022, as contas públicas apresentaram resultados robustos. Em 2023, também houve superávit orçamentário de R\$ 3,618 bilhões e superávit primário de R\$ 2,484 bilhões. A partir do segundo semestre desse ano, as receitas próprias do Estado tiveram boa recuperação. Menciona-se a entrada de R\$ 4,0 bilhões, pela venda da Corsan. Por outro lado, as despesas tiveram forte controle de gestão, principalmente a do grupo de pessoal.

Outra preocupação que perpassa permanentemente os diversos governos é com relação ao montante a ser pago referente aos precatórios. Em 31 de dezembro de 2023, o estoque de precatórios totalizou R\$ 16,333 bilhões (valores preliminares, sujeitos às alterações). Nesse ano, foram empenhados R\$ 1,9 bilhão para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs). Frisa-se que, conforme determinação legal, o Estado tem prazo até 2029 para a quitação de todos os seus precatórios pendentes.

Para o exercício de 2024, o Estado contratará US\$ 500 milhões — em torno de R\$ 2,5 bilhões — por meio de operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse montante será integralmente repassado para o pagamento de precatórios ainda no exercício de 2024, objetivando não só reduzir o estoque como também aumentar o montante pago anualmente com esse compromisso. Adicionalmente à referida contratação, o orçamento anual ainda prevê para esse fim o valor equivalente a 1,5% da RCL.

A Lei n.º 15.038, de 16 de novembro de 2017, autorizou a compensação de débitos de natureza tributária ou de outra natureza inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, com precatórios vencidos do Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias ou fundações, próprios ou de terceiros. Entre 2018 e 2023, já foram negociados, nessa modalidade, R\$ 1,664 bilhão.

O financiamento público estadual ao longo do tempo

As contas públicas estaduais apresentaram, ao longo do tempo, sucessivos déficits públicos. Esses desequilíbrios foram cobertos por diversos meios, entre os quais: (i) endividamento por operações de crédito; (ii) emissão de títulos públicos; (iii) financiamento inflacionário; (iv) receitas de privatizações; (v) alienação de ações do Banrisul e venda da folha de pagamento do Poder Executivo a esse banco; (vi) antecipações tributárias; (vii) atrasos nos pagamentos de fornecedores; e (viii) parcelamento de vencimentos mensais e do décimo terceiro salário de parte dos servidores.

A reestruturação da dívida contratualizada junto à União, ocorrida no final dos anos 90, fez com que o Estado não pudesse mais emitir títulos públicos. Ao mesmo tempo, com a entrada em vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, no início dos anos 2000, ficou impedido de contratar novas operações de crédito, pois, conforme determina essa Lei, os entes não podem contratar novas operações de crédito caso a Dívida Consolidada Líquida seja duas vezes maior do que a RCL, que era o caso do RS.

Sem outros recursos para fazer frente ao constante aumento nas despesas, principalmente com as aposentadorias/pensões e com o serviço da dívida, foram utilizados os valores constantes do caixa único, potencializados pelos depósitos judiciais. Assim, houve forte crescimento do endividamento de curto prazo, agravado pelo não pagamento de passivos judiciais trabalhistas e de precatórios vencidos.

O **Quadro 1** mostra de forma sucinta como foi enfrentado o déficit público pelos diversos governos. Mesmo fazendo uso de um variado conjunto de fontes extraordinárias de financiamento, não houve a canalização de mais recursos para investimento.

Quadro 1 - Principais formas utilizado de enfrentamento do déficit público — 1971-2023

Período	Governo	Enfrentamento do Déficit Público
1971-1974	TRICHES	Endividamento
1975-1978	GUAZELLI	Endividamento
1979-1982	AMARAL	Endividamento e inflação
1983-1986	JAIR	Débitos de tesouraria e inflação
1987-1990	SIMON	Inflação
1991-1994	COLLARES	Inflação
1995-1998	BRITTO	Venda de ativos
1999-2002	OLÍVIO	Saques do caixa único, menor volume de investimentos, venda de ativos, antecipação de impostos, atrasos no pagamento de fornecedores, programa de refinanciamento de dívidas (REFAZ), não pagamento de precatórios e das Leis Britto.
2003-2006	RIGOTTO	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, atrasos no pagamento de fornecedores, não pagamento de precatórios e das Leis Britto, antecipação de impostos, menor volume em custeio e em investimentos, programa de refinanciamento de dívidas (REFAZ), financiamento do décimo terceiro salário junto ao Banrisul e aumento de tributos com majoração de alíquotas.
2007-2010	YEDA	Venda de ações do Banrisul, saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, financiamento do décimo terceiro salário junto ao Banrisul, parcelamento de salários mensais, REFAZ, redução do gasto em custeio e em investimento.
2011-2014	TARSO	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, endividamento com recursos de operações de crédito internas e externas, REFAZ e redução de gastos com investimentos.
2015-2018	SARTORI	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, atraso no pagamento de fornecedores e convênios, antecipação de impostos, parcelamento de salários, não pagamento integral do décimo terceiro salário, redução de gastos em custeio e investimento, venda da folha salarial ao Banrisul, REFAZ, venda de ações do Banrisul, suspensão de parcelas da dívida com a União, não reposição salarial, não pagamento das parcelas da dívida com a União e aumento de tributos com a majoração de alíquotas de ICMS.
2019-2022	LEITE (primeiro mandato)	Saques do caixa único efetuados em 2019, atraso no pagamento de fornecedores e convênios, parcelamento de salários mensais e do décimo terceiro salário, redução de gastos em custeio e investimento, venda de créditos do FUNDOPEM, entradas de recursos oriundos da partilha de royalties de petróleo, REFAZ 2019, entrada de recursos de causa judicial da cesta básica, não pagamento das parcelas da dívida com a União, manutenção das alíquotas majoradas de ICMS até o final de 2021, não reposição salarial, recebimento de ajuda emergencial do Governo Federal por conta da pandemia da covid-19 e privatização de empresas estatais CEEE-D, CEEE-T, CEEE-G e Sulgás.
2023	LEITE (segundo mandato)	Entrada de recursos pela privatização da Corsan, não reposição salarial e ressarcimento pela União de parte das perdas de ICMS (PEC dos Combustíveis).

Fonte de dados brutos: Balanços Gerais do Estado do RS (CAGE-RS).

A **Tabela 13** mostra os valores sacados do caixa único e dos depósitos judiciais a partir do Governo Olívio. No caixa único, os cinco governos anteriores ao atual fizeram uso de R\$ 8,255 bilhões, contudo os Governos Leite (2019-2022 e 2023) recompuseram R\$ 7.837 bilhões, resultando em saques de R\$ 418 milhões. Nos depósitos judiciais, enquanto os Governos Rigotto, Yeda, Tarso e Sartori sacaram R\$ 10,691 bilhões, o Governo Leite repôs R\$ 723 milhões, resultando em um total retirado de R\$ 9,968 bilhões. Em suma, em 31 de dezembro de 2023, o Estado fez uso de R\$ 10,386 bilhões (R\$ 418 milhões do caixa únicos e R\$ 9,968 bilhões dos depósitos judiciais).

Tabela 13 - Evolução dos saques do caixa único e dos depósitos judiciais (R\$ milhões) — 1999-2023

RESGATES	1999- 2002 Olívio	2003- 2006 Rigotto	2007- 2010 Yeda	2011- 2014 Tarso	2015 - 2018 Sartori	2019- 2022 Leite	2023 Leite	Total dos Saques
Saques do caixa único	-1.729	-85	-780	-1.488	-4.173	6.493	1.345	-418
Saques dos depósitos judiciais	0	-1.428	-615	-5.665	-2.983	650	72	-9.968
Total de saques por Governo	-1.729	-1.513	-1.395	-7.153	-7.156	7.143	1.417	-10.386

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Notas 1: A autorização para saques dos depósitos judiciais deu-se mediante a Lei n.º 12.069/04.

2: Os depósitos judiciais utilizados pelo Estado são remunerados pela mesma rentabilidade da caderneta de poupança.

3: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

4: No final do exercício de 2022, foram desconstituídos R\$ 482 milhões de obrigações sobre os depósitos judiciais. (Fonte: CAGE/BGE-RS 2022 – fl. 69). O passivo, que era de R\$ 10,523 bilhões, passou para R\$ 10,041 bilhões (IPC 15).

Evolução dos resultados orçamentário e primário

O resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas em um exercício e as despesas nele empenhadas ou liquidadas. Quando as despesas são maiores do que as receitas, o resultado orçamentário será deficitário. O resultado primário indica se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Assim, o resultado primário positivo indica basicamente o quanto sobrou para pagar as despesas financeiras, principalmente com o serviço da dívida (juros, encargos e amortização da dívida).

As receitas primárias correspondem ao total das receitas deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. As despesas primárias correspondem ao total das despesas deduzidas as despesas de juros, encargos e amortização da dívida consolidada, da aquisição de títulos de capital integralizado e da concessão de empréstimos.

Na **Tabela 14** são apresentados os resultados orçamentário e primário, entre os anos de 2000 e 2023, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho. Constata-se a frequência de resultados orçamentários negativos, em que o Estado se financiou através de diversas fontes extraorçamentárias.

A evolução dos restos a pagar

Os Restos a Pagar são as despesas empenhadas ou liquidadas que não foram pagas no exercício no qual elas ocorreram. O aumento dos estoques entre 2015 e 2017 foi devido ao não pagamento do décimo terceiro salário de parte dos servidores estaduais, sendo quitado ao longo do exercício seguinte, e ao não pagamento da folha salarial da competência do mês de dezembro, paga no início do ano seguinte, além de atrasos na quitação de dívidas com fornecedores e convênios. O forte aumento do saldo dos Restos a Pagar, a partir de 2018 até 2021, decorreu, principalmente, do não pagamento das parcelas da dívida pública com a União, em função de liminar junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Os valores acumulados de Restos a Pagar referentes à dívida pública com a União atingiram, ao final de 2021, o montante de R\$ 14,54 bilhões (R\$ 1,0 bilhão em 2017, R\$ 3,20 bilhões em 2018, R\$ 3,45 bilhões em 2019, R\$ 3,47 bilhões em 2020 e R\$ 3,42 bilhões em 2021). É importante ressaltar que, em 2020 e 2021, o estoque dos Restos a Pagar não foi maior porque tanto a folha de pagamento quanto o décimo terceiro salário foram quitados integralmente dentro dos seus respectivos exercícios.

Tabela 14 - Resultados primário e orçamentário — 2000-2023

Ano	Resultado Orçamentário IGP-DI 31/12/23	Resultado Primário-IGP-DI 31/12/23	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
2000	-3.231.104.839	-2.423.640.407	-0,66%	-0,49%	11,26%	11,99%
2001	-2.876.316.447	-1.526.444.393	-0,59%	-0,31%	11,39%	12,16%
2002	-1.039.395.723	-271.103.238	-0,23%	-0,06%	11,60%	11,96%
2003	-241.574.326	-380.644.504	-0,05%	-0,08%	11,12%	11,42%
2004	-2.573.755.803	122.550.716	-0,55%	0,03%	10,50%	11,17%
2005	-3.076.232.330	1.916.493.614	-0,64%	0,40%	11,55%	12,19%
2006	-2.908.696.677	1.469.861.322	-0,57%	0,29%	11,54%	12,12%
2007	1.889.905.891	2.894.054.330	0,35%	0,54%	11,41%	11,05%
2008	1.207.260.102	5.865.897.025	0,22%	1,08%	11,81%	11,61%
2009	28.850.715	5.052.804.333	0,00%	0,84%	10,97%	10,97%
2010	-392.315.715	3.973.972.964	-0,06%	0,66%	11,87%	11,93%
2011	-1.157.576.929	3.452.158.884	-0,18%	0,55%	11,18%	11,36%
2012	-1.608.102.475	1.766.956.212	-0,26%	0,28%	11,34%	11,60%
2013	-2.901.234.973	1.298.389.658	-0,42%	0,19%	10,98%	11,40%
2014	-2.540.253.637	-1.087.264.600	-0,35%	-0,15%	11,60%	11,95%
2015	-8.953.827.198	-3.219.435.829	-1,29%	-0,47%	10,73%	11,93%
2016	-241.925.063	1.444.581.254	-0,04%	0,21%	11,50%	11,51%
2017	-2.833.039.711	-717.271.999	-0,39%	-0,10%	11,47%	11,86%
2018	-4.339.729.835	-408.696.516	-0,60%	-0,06%	11,64%	12,28%
2019	-5.051.953.100	-643.400.428	-0,71%	-0,09%	11,41%	12,07%
2020	-714.267.263	3.425.902.927	-0,13%	0,50%	10,00%	10,16%
2021	2.586.110.090	4.730.710.658	0,44%	0,80%	9,73%	9,35%
2022	3.230.174.578	1.307.624.675	0,56%	0,23%	9,51%	8,95%
2023	3.617.804.275	2.483.800.000	ND	ND	ND	ND

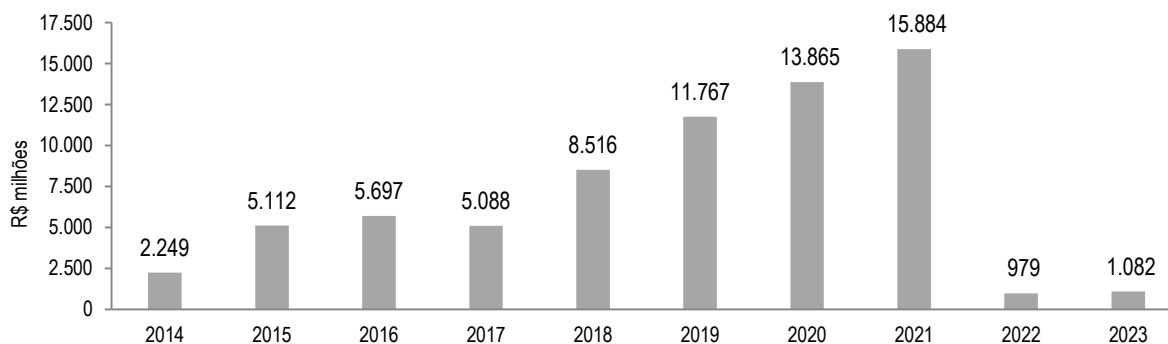
Fonte: Balanço Geral do Estado do RS e Departamento de Economia e Estatística (SPGG/DEE).

Nota 1: As receitas e despesas com relação ao PIB estão pelos seus totais líquidos nominais, sem as transferências intraorçamentárias.

2: Os resultados orçamentários e primários com relação ao PIB estão em valores nominais.

O saldo de estoque dos restos a pagar processados, no exercício encerrado de 2023, foi de R\$ 1,082 bilhão. Nota-se que, após 2021, houve uma queda significativa no volume, devido à adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal, no qual se renegociou as parcelas não pagas da dívida com a União. O motivo principal da redução do estoque é a evidente melhora da saúde financeira do Estado, que vem pagando seus compromissos rigorosamente na data. A Figura 8 exhibe os Restos a Pagar processados de 2014 a 2023.

Figura 8 - Restos a Pagar processados — 2014-2023



Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE-RS).

Nota: Os valores acima estão pelos seus valores nominais. Em R\$ milhões.

PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA PÚBLICA

A **Tabela 15** mostra a evolução real da receita pública consolidada. No demonstrativo, as receitas intraorçamentárias são expurgadas por representarem dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual. As receitas de impostos e taxas (receitas próprias do Estado) são responsáveis pela maior parte da arrecadação, seguidas pelas transferências correntes (receitas da União). A tabela abaixo traz a totalidade das receitas arrecadadas entre 2014 e 2023.

Tabela 15 - Receitas orçamentárias consolidadas (R\$ milhões) — 2014-2023

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	% 2023 / 2014	% 2023 / 2022
Receitas Correntes	53.451	50.907	54.223	53.662	55.941	56.673	57.845	62.607	57.528	61.542	15,1	7,0
Impostos e Taxas	54.027	52.269	53.632	54.930	58.178	58.966	57.110	67.207	58.740	58.544	8,4	-0,3
Receita de Contribuições	4.379	4.225	4.506	4.408	4.843	4.809	5.518	5.278	5.359	5.571	27,2	4,0
Receita Patrimonial	1.006	926	2.787	1.017	1.171	1.247	1.023	1.411	2.118	4.330	330,6	104,4
Receita Agropecuária/Industrial/Serviços	521	557	558	709	705	668	506	609	647	569	9,3	-12,0
Transferências Correntes	13.105	12.505	12.117	11.611	11.648	11.510	14.865	12.902	12.440	14.824	13,1	19,2
Outras Receitas Correntes	1.449	952	1.270	1.829	1.671	1.350	723	1.368	1.096	1.177	-18,8	7,4
Deduções Receita Corrente (TCLM/Fundeb)	-	-	-	-20.843	-	-	-	-	-	-	11,6	2,6
Receitas de Capital	4.483	675	804	1.101	1.828	1.088	1.296	3.336	2.679	4.393	-2,0	64,0
Operações de Crédito	3.709	308	478	770	362	248	31	49	101	79	-97,9	-21,7
Alienação de Bens	163	216	120	177	1.154	739	987	3.095	2.205	4.072	2.395,1	84,7
Demais Receitas de Capital	611	151	206	154	312	101	279	192	373	241	-60,5	-35,3
Total das Receitas	57.934	51.582	55.027	54.762	57.769	57.761	59.141	65.943	60.207	65.935	13,8	9,5

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Os números acima estão atualizados pelo IPCA.

- 2: O grande volume de transferências correntes, em 2020, deve-se a maiores repasses pela União, a título de Ajuda Emergencial ao Estado e de combate à covid-19.
- 3: O grande volume de transferências correntes verificado em 2023 deve-se pelo repasse dos valores referentes às perdas de ICMS compensadas pela União, relativa à PEC dos Combustíveis (LCFs 192 e 194)

Entre 2014 e 2023, as receitas totais cresceram 13,8%, em termos reais pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nesse período, as receitas correntes tiveram aumento de 15,1%, sendo que os impostos e as taxas cresceram 8,4%. Comparando-se 2023 com 2022, as receitas totais foram maiores em 9,5%, sendo que tanto as receitas correntes como as receitas de capital cresceram 7,0% e 64,0%, respectivamente.

Em 2021, cabe destacar os seguintes eventos extraordinários pelo lado da receita: (i) contabilização escritural na rubrica de impostos e taxas, de R\$ 2,576 bilhões, em valores nominais, referente ao recebimento, em dívida ativa de ICMS, pela venda da CEEE-D; (ii) R\$ 804 milhões de deduções na receita corrente (R\$ 515 milhões de repasses financeiros aos municípios e R\$ 289 milhões de repasses financeiros ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb), em valores nominais, referentes ao que foi contabilizado em Dívida Ativa de ICMS, pela venda da CEEE-D; (iii) recebimento financeiro de R\$ 2,670 bilhões (receitas de capital), em valores nominais, referente à venda da CEEE-T; e (iv) recebimento financeiro de R\$ 599 milhões (outras receitas correntes), em valores nominais, pela assunção dos pagamentos futuros dos aposentados autárquicos da CEEE.

Em 2022, destacam-se os seguintes eventos extraordinários na receita: a entrada de recursos nas receitas de capital (alienação de bens) de R\$ 928 milhões, pela venda da Sulgás; e R\$ 928 milhões, pela venda da CEEE-G. Nessa mesma conta, em 2023, o Estado recebeu líquido R\$ 3,959 bilhões (venda da Corsan). Também R\$ 1,449 bilhão de receita patrimonial (causa judicial Corsan). Ainda em 2023, R\$ 2,344 bilhões de recebimentos de transferências correntes da União, referentes

às compensações pelas perdas de ICMS, conforme determinado pelas LCFs 192/22 e 194/22, também chamadas de “PEC dos Combustíveis”.

O ICMS

São diversas as variáveis que impactam direta e/ou indiretamente na arrecadação do ICMS, destacando-se: o PIB brasileiro e o gaúcho, a inflação, a taxa de câmbio, a taxa básica de juros da economia, os preços das *commodities* no mercado internacional, o valor das importações e das exportações, o nível de produção das indústrias, o poder de compra do consumidor, a taxa de emprego, a confiança na economia interna e externa, as crises econômicas, tanto interna como externa, as guerras, a instabilidade política interna e global; as condições climáticas (agricultura e sistema hídrico), as imunidades tributárias, os eventos pandêmicos, as desonerações fiscais, as novas legislações e a sonegação fiscal.

A **Tabela 16** mostra a evolução da arrecadação do ICMS Total, entre 2010 e 2023. Observa-se que, no período, o ICMS total cresceu 150,7%, em termos nominais (de R\$ 17,893 bilhões para R\$ 44,866 bilhões) e 17,2% pelo IPCA (de R\$ 38,898 bilhões para R\$ 45,595 bilhões). Em 2023, comparando-se com 2022, o ICMS total cresceu 3,4% nominalmente (de R\$ 43,382 bilhões para R\$ 44,866 bilhões) e -1,2% pelo IPCA (de R\$ 46,165 bilhões para R\$ 45,595 bilhões).

Tabela 16 - Evolução da arrecadação do ICMS total (R\$ milhões) — 2010-2023

Ano	Arrecadação nominal	Variação nominal sobre ano anterior	IPCA 31/12/2023	Variação IPCA sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
2010	17.893	18,6	38.898	12,9	7,4
2011	19.503	9,0	39.752	2,2	7,4
2012	21.370	9,6	41.317	3,9	7,4
2013	24.061	12,6	43.813	6,0	7,2
2014	25.854	7,5	44.277	1,1	7,2
2015	27.126	4,9	42.630	-3,7	7,1
2016	30.386	12,0	43.915	3,0	7,4
2017	31.933	5,1	44.612	1,6	7,5
2018	34.839	9,1	46.918	5,2	7,6
2019	36.531	4,9	47.426	1,1	7,6
2020	36.381	-0,4	45.728	-3,6	7,7
2021	44.984	23,6	55.222	20,8	8,1
2022	43.382	-3,6	46.165	-16,4	7,3
2023	44.866	3,4	45.595	-1,2	ND
% 2023 / 2010	150,7	-	17,2	-	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS e SPGG/DEE.

Nota 1: Entre 2016 e 2021, vigoraram as alíquotas majoradas de ICMS sobre alguns produtos e serviços seletivos. Em 2022, a partir de julho, o ICMS foi abruptamente impactado negativamente pela chamada “PEC dos Combustíveis”.

2: Na arrecadação do ICMS Total de 2021, houve a contabilização escritural de uma entrada de R\$ 2,576 bilhões nominais, referente ao recebimento de valores em Dívida Ativa pela venda da estatal CEEE-D.

3: O ICMS Total é o ICMS Principal, a Dívida Ativa e os Programa Compensa e Ampara.

As transferências constitucionais da União ao estado do RS

As duas principais transferências constitucionais da União ao Estado são o Fundo de Participação dos Estados e a Cota-Parte do IPI-Exportação. A **Tabela 17** mostra os valores

transferidos entre os anos de 2014 e 2023. Em 2014, ambos os tributos representavam 6,9% sobre o total dos Impostos e das Taxas; já em 2023, essa participação diminuiu para 6,3%.

Tabela 17 - Transferências da União ao Estado do RS (R\$ milhões) — 2014-2023

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Cota-parte do FPE	1.710	1.799	1.974	1.918	2.038	2.183	2.136	2.698	3.251	3.209
Cota-parte IPI-EXPORTAÇÃO	466	529	380	487	509	534	514	514	423	437
Total	2.176	2.328	2.354	2.405	2.547	2.717	2.650	3.212	3.675	3.646
Impostos e Taxas	31.555	33.263	37.095	39.321	43.184	45.432	45.452	57.919	55.236	57.620
% Transferências da União / Impostos e Taxas	6,9	7,0	6,3	6,1	5,9	6,0	5,8	5,5	6,7	6,3

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

No tocante às compensações das perdas de ICMS (Lei Kandir), decorrentes da isenção de produtos exportados, foi acordado pelos entes federativos, homologado pelo STF e avalizado pelo Congresso Nacional, o RS receberá aproximadamente R\$ 6,5 bilhões (em valores não corrigidos pela inflação), sendo R\$ 4,9 bilhões ao Estado (75%) e R\$ 1,6 bilhão aos municípios (25%), considerando o período de 2020 a 2037. A Lei Estadual n.º 15.577/20 autorizou o Governo a dar quitação total a possíveis créditos vencidos e vincendos da Lei Kandir (LCF n.º 176/20). Dessa forma, a partir de 2020, o Estado já recebeu da União a quantia líquida de R\$ 992 milhões.

As considerações sobre as receitas públicas

Para potencializar o recebimento de seus tributos, o Estado empreende esforço ininterrupto para modernizar e aprimorar a função arrecadadora. Para tanto, diversas ações foram postas em prática nos últimos anos: (i) aquisição de equipamento de grande capacidade de processamento de dados; (ii) constituição do sistema da Nota Fiscal Eletrônica; (iii) criação da Nota Fiscal Gaúcha (NFG), com três milhões de cidadãos cadastrados e com 100% do comércio varejista obrigado a incluir o CPF na nota fiscal; (iv) estabelecimento do Programa de Sustentabilidade Financeira, que engloba ações de melhoria da gestão fiscal, tais como a “malha fina” estadual, o rigor para com o devedor contumaz e o domicílio eletrônico; e (v) a parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de financiar projetos junto à Receita Estadual na melhoria da gestão tributária (Profisco II).

É política governamental a revisão da totalidade dos incentivos fiscais concedidos às empresas, no intuito de corrigir possíveis distorções. Dessa forma, ampliaram-se ainda mais os mecanismos de controle. Em outro "front", o Estado precisa continuar avançando na qualificação das ações de fiscalização, com foco principal na simplificação da vida das empresas, a fim de que a única obrigação do contribuinte seja emitir devidamente a nota fiscal. O objetivo, no médio prazo, é transformar a Receita 100% Digital, desburocratizando o sistema e incorporando os avanços tecnológicos nos mecanismos de arrecadação.

Por fim, as ações do Fisco estadual buscam dar respostas aos desafios por maior transparência e melhor *performance* de arrecadação tributária. Tão importante quanto racionalizar o gasto é manter o nível da arrecadação pública compatível com o potencial contributivo da sociedade gaúcha.

A EVOLUÇÃO DO GASTO TOTAL DO ESTADO DO RS

A **Tabela 18** mostra a evolução da despesa pública consolidada, a partir de 2014 até 2023. Em 2014, o Estado gastou 22,5% acima da Receita Corrente Líquida, e, em 2023, as despesas totais superaram a RCL em apenas 5,5%. Pode-se notar uma melhora substancial das contas públicas estaduais, nos últimos quatro anos, convergindo para uma melhor situação financeira. No demonstrativo, não foram computadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual.

Tabela 18 - Despesas empenhadas consolidadas (R\$ milhões) — 2014-2023

Grupo da Despesa	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Pessoal e Encargos Sociais	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487	31.125	33.085	36.001
Outras Despesas Correntes	16.076	17.025	18.847	19.736	21.207	21.823	12.050	13.624	15.564	17.771
(-) Distribuição Receitas aos Municípios	7.669	8.135	8.921	9.327	10.345	10.543	0	0	0	
Outras Despesas Correntes Ajustadas	8.407	8.890	9.926	10.409	10.862	11.280	12.050	13.624	15.564	17.771
Serviço da Dívida	3.269	3.740	1.744	2.250	3.970	4.338	4.340	4.381	857	2.136
Investimentos Amplos	1.775	809	1.097	1.106	1.751	928	970	5.508	3.760	5.270
(-) Capitalização CEEE-D	0	0	0	0	0	0	0	2.603	0	0
(-) Dação em pagamento CEEE-D								512	0	0
(-) Aquisição títulos Corsan (Litígio judicial)	0	0	0	0	0		0	0	0	1.449
Investimentos Amplos Ajustados	1.775	809	1.097	1.106	1.751	928	970	2.393	3.760	3.821
Total do Grupo da Despesa	35.062	37.424	38.099	40.858	45.799	47.707	47.847	51.523	53.266	59.729
Receita Corrente Líquida - RCL	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.790	50.634	56.639
% do Total da Despesa / RCL	122,5	124,2	109,9	116,6	121,2	119,9	113,7	95,8	105,2	105,5

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

O grupo Pessoal e Encargos Sociais

A **Tabela 19** exibe a evolução quantitativa de vínculos de pessoal do Estado. No período entre 31 de dezembro de 2000 e 30 de novembro de 2023, as matrículas totais da administração direta e indireta do Estado (ativos, inativos, pensionistas e outros) cresceram 13.981 (+4,1%). Em 30 de novembro de 2023, do total de 359.022 matrículas, 139.940 eram de ativos (39,0%) e 219.082 eram de inativos, pensionistas e outros (61,0%). No período considerado, o quadro de ativos foi reduzido em 19,8% (-34.488 matrículas), já os inativos, pensionistas e outros tiveram acréscimo de 28,4% (+48.469 matrículas). Nesse interstício, em média, 2.255 matrículas líquidas por ano foram para a inatividade.

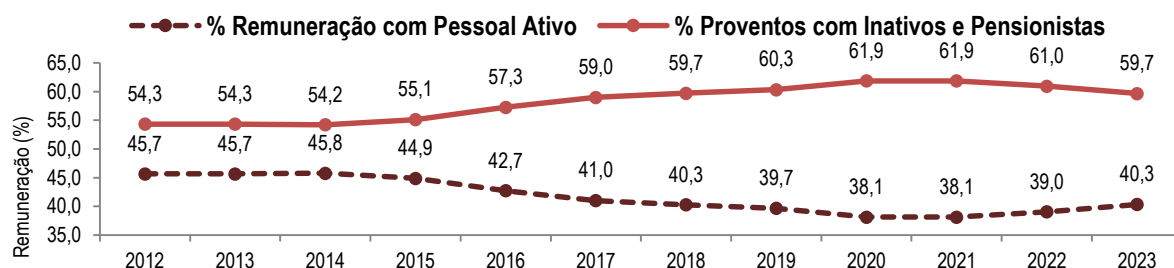
Desde o início dos anos 2000, os gastos empenhados com a remuneração do pessoal inativo e pensionista já superavam os dispêndios em relação aos ativos. A **Figura 9** mostra a evolução da composição das despesas com pessoal de 2012 a 2023. Em 2023, do total da folha de pagamento, 40,3% foram gastos para pagar os salários do pessoal ativo (elementos 11 e 12) e 59,7% foram alocados para os proventos dos aposentados e pensionistas (elementos das despesas 01 e 03).

Tabela 19 - Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas — períodos selecionados

Órgãos	Matrículas/Vínculos	31/12/2000 (A)	30/11/2023 (B)	(B) – (A)	% (B) / (A)
Administração Direta	Ativos	165.180	133.701	-31.479	-19,1
	Inativos, Pensionistas e Outros	110.344	171.395	61.051	55,3
	Total	275.524	305.096	29.572	10,7
Fundações	Ativos	4.943	4.069	-874	-17,7
	Inativos, Pensionistas e Outros	0	12	12	-
	Total	4.943	4.081	-862	-17,4
Autarquias	Ativos	4.305	2.170	-2.135	-49,6
	Inativos, Pensionistas e Outros	60.269	47.675	-12.594	-20,9
	Total	64.574	49.845	-14.729	-22,8
Total Geral de Matrículas	Ativos	174.428	139.940	-34.488	-19,8
	Inativos, Pensionistas e Outros	170.613	219.082	48.469	28,4
	Total	345.041	359.022	13.981	4,1

Fonte: Painel de Informações de Pessoal da Secretaria da Fazenda do RS.

Figura 9 - Percentual empenhado com a remuneração de pessoal da administração consolidada — 2012-2023



Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

A **Tabela 20** mostra a relação entre a arrecadação de ICMS Total líquido e a despesa com o grupo Pessoal e Encargos Sociais. Em 2014, o ICMS líquido pagava 89,7% de todos os gastos de Pessoal e Encargos Sociais. Em 2023, o ICMS líquido pagou 93,7%. Entre 2014 e 2023, em valores nominais, a arrecadação do ICMS líquido variou 74,0%, enquanto a despesa com Pessoal e Encargos Sociais variou 66,6%.

Tabela 20 - Relação entre o ICMS líquido e o grupo de Pessoal e Encargos Sociais (R\$ milhões) — 2014-2023

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	%2023 / 2014
Gasto com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487	31.125	33.085	36.001	66,6
Total arrecadado de ICMS	25.854	27.126	30.386	31.933	34.839	36.531	36.381	44.984	43.382	44.866	
(-) Transferências aos Municípios (25%)	6.464	6.781	7.543	7.916	8.629	8.860	8.988	11.338	10.722	11.118	
(=) ICMS Líquido	19.390	20.345	22.843	24.017	26.210	27.672	27.393	33.646	32.660	33.748	74,0
ICMS Líquido – Gasto Pessoal (R\$)	-2.221	-3.640	-2.489	-3.076	-3.005	-3.488	-3.094	2.521	-425	-2.253	
ICMS Líquido / Gasto Pessoal (%)	89,7	84,8	90,2	88,6	89,7	88,8	89,9	108,1	98,7	93,7	

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Em 2021, houve a contabilização escritural de R\$ 2,576 bilhões, em valores nominais, referente ao recebimento em dívida ativa de ICMS pela venda da CEEE-D, sendo que, para efeitos desse demonstrativo, esse valor foi deduzido do ICMS total arrecadado.

2: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

3: Em 2023, houve empenhos de R\$ 1,932 bilhões de sentenças judiciais, a maior parte de precatórios. Em 2022, R\$ 1,013 bilhão.

A **Tabela 21** processa os gastos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, por elemento da despesa, entre 2014 e 2023. Em 2023, os gastos com as aposentadorias totalizaram R\$ 15,142 bilhões. Com o pessoal ativo civil, R\$ 10,671 bilhões; com as pensões, R\$ 3,611 bilhões; e com o pessoal ativo militar, R\$ 2,008 bilhões. Ressalta-se o grande volume de empenhos com sentenças

judiciais (R\$ 1,932 bilhão), a maior parte são precatórios. Em 2014, gastava-se com o grupo Pessoal e Encargos Sociais o equivalente a 75,5% da RCL. Em 2023, esse percentual reduziu significativamente para 63,6% da RCL. Observa-se que, a partir de 2021, a relação Total da Despesa do grupo de Pessoal/RCL permaneceu abaixo de 70,0%.

Tabela 21 - Gasto com o grupo pessoal e encargos sociais (R\$ milhões) — 2014-2023

Elementos da Despesa	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Aposentadorias	8.298	9.521	10.560	11.602	12.525	13.251	13.770	13.804	14.708	15.142
Vencimento Pessoal Civil	7.686	8.461	8.505	8.520	8.723	8.838	8.653	8.693	9.686	10.671
Pensões	2.202	2.430	2.649	2.866	3.105	3.284	3.355	3.333	3.513	3.611
Vencimento Pessoal Militar	1.177	1.272	1.344	1.533	1.815	2.027	1.903	1.868	1.987	2.008
Sentenças Judiciais	831	1.175	898	1.031	1.073	1.838	799	983	1.013	1.932
Despesas Exercícios Anteriores	659	368	492	370	585	613	844	1.297	820	1.084
Demais Despesas	385	377	500	765	949	874	699	666	764	821
Obrigações Patronal (RGPS)	373	381	384	406	440	435	464	480	594	733
Total da Despesa	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487	31.125	33.085	36.001
Receita Corrente Líquida	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878	50.634	56.639
% Total da Despesa / RCL	75,5	79,6	73,1	77,3	77,3	78,3	72,5	57,8	65,3	63,6

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: O percentual de gasto com pessoal sobre a RCL teve queda significativa em 2016, por conta da majoração das alíquotas de ICMS sobre alguns produtos seletivos.

2: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

O grupo Outras Despesas Correntes

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado, os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Pública e os repasses vinculados para o Sistema Único de Saúde (SUS).

A Tabela 22 mostra a evolução das Outras Despesas Correntes de 2014 a 2023, sem as transferências intraorçamentárias, discriminada por elemento da despesa. Em 2014, gastava-se 29,4% da RCL; em 2023, o gasto foi de 31,4% da RCL, o maior volume de aplicação em custeio de toda a série apresentada, beneficiando uma ampla gama de novos serviços ofertados para a população. No período analisado, de dez anos, as despesas cresceram 111,4%, em valores nominais (de R\$ 8.408 bilhões para R\$ 17,771 bilhões).

Tabela 22 - Outras Despesas Correntes empenhadas, por elementos (R\$ milhões) — 2014-2023

Elementos da Despesa	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Outros Serviços de Terceiros	3.083	2.958	3.384	3.817	4.123	3.893	4.035	4.627	4.925	5.888
Contribuições	949	874	943	1.057	1.050	1.239	1.183	1.464	1.621	1.917
Despesas Exercícios Anteriores	679	976	1.072	1.031	1.058	1.173	1.384	1.537	1.711	1.831
Gestão Plena do SUS	772	757	794	770	806	919	1.090	1.382	1.241	1.677
Demais "Outras Despesas Correntes"	543	368	399	499	519	432	680	696	969	1.141
Material de Consumo	450	415	469	483	559	610	697	669	934	1.126
Sentenças Judiciais	132	245	235	270	355	528	684	579	767	1.116
Obrigações Tributárias e Contribuições	319	381	397	403	438	482	534	552	581	631
Auxílio-Alimentação	281	297	328	367	360	356	394	436	505	625
Locação de Mão de Obra	322	356	380	404	413	433	440	486	504	614
Outros Auxílios às Pessoas Físicas	63	44	10	6	8	7	9	106	492	498
Outros Serviços Terceiros - Física	339	346	353	370	373	382	327	342	383	424
Indenizações e Restituições	476	872	1.164	930	802	826	593	748	932	282
Total das Outras Despesas Correntes	8.408	8.889	9.927	10.409	10.862	11.280	12.050	13.624	15.564	17.771
Receita Corrente Líquida	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878	50.634	56.639
% Outras Despesas Correntes / RCL	29,4	29,5	28,6	29,7	28,8	28,4	28,6	25,3	30,7	31,4

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

Os grupos Investimentos Amplos

A **Tabela 23** demonstra a evolução dos valores apropriados em Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras), por elemento da despesa, de 2014 a 2023. Em 2014, aplicou-se 6,2% da Receita Corrente Líquida. Em 2023, 6,7% da RCL, a maior aplicação da série apresentada. Nota-se claramente que, a partir de 2021, o Estado começou a recuperar sua capacidade de investimento.

Tabela 23 - Valores empenhados em investimentos amplo (R\$ milhões) — 2014-2023

Elementos da Despesa	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Obras e Instalações	683	343	509	657	1.013	513	367	960	1.389	1.288
Equipamento e Material	400	212	198	223	422	207	357	609	1.119	831
Auxílios Financeiros	272	41	91	87	49	31	39	606	730	768
Constituição de Capital	160	38	236	56	94	51	80	80	176	720
Outros Investimentos e Inversões Financeiras	171	60	29	26	111	97	81	106	309	204
Despesas Exercícios Anteriores	89	115	34	57	63	29	46	32	36	9
Total	1.775	809	1.097	1.106	1.751	928	970	2.393	3.760	3.820
Receita Corrente Líquida	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878	50.634	56.639
% Investimentos sobre a RCL	6,2	2,7	3,2	3,2	4,6	2,3	2,3	4,4	7,4	6,7

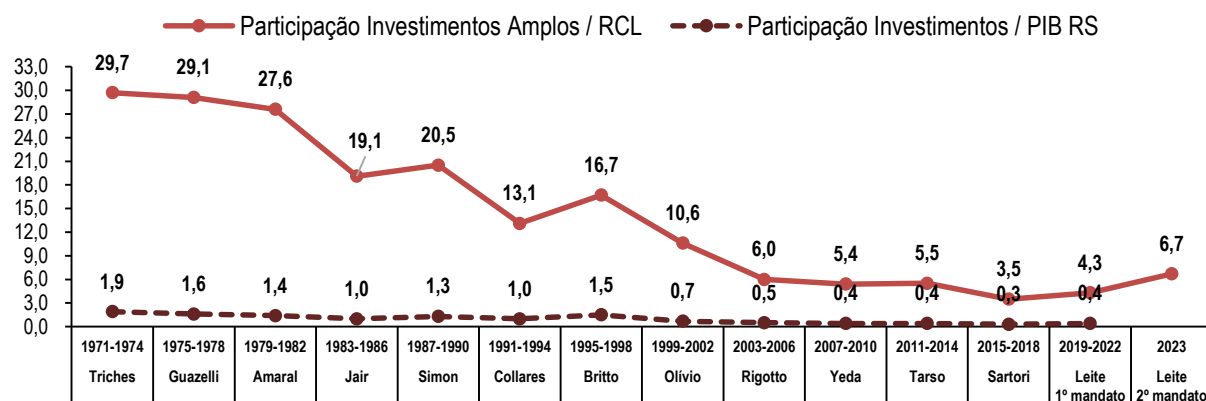
Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Em 2021, houve a contabilização extraordinária de R\$ 512 milhões em inversões financeiras (Outras Despesas com Investimentos), em valores nominais, referente à dação em pagamento de imóveis pela venda da CEEE-D. Esse valor foi excluído da tabela. Houve, ainda, a contabilização extraordinária escritural de R\$ 2,603 bilhões, em inversões financeiras (constituição de capital), em valores nominais, referente à capitalização da CEEE-D. Esse valor também foi excluído da tabela. Em 2023, foi contabilizada em Inversões Financeiras a quantia de R\$ 1,449 bilhão, referente à aquisição de títulos de crédito da Corsan (litígio judicial), valor esse não foi incluído na tabela acima.

2: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

A crise estrutural das finanças públicas, a partir do final da década de 1990, teve reflexo direto sobre a capacidade de investimento do Estado. A **Figura 10** mostra os investimentos de vários mandatários gaúchos, de 1971 a 2023. Os Governos de Triches, Guazelli e Amaral investiram, respectivamente, 29,7%, 29,1% e 27,6% da Receita Corrente Líquida. Já os Governos mais recentes, de Tarso Genro, Ivo Sartori, Eduardo Leite, em seu primeiro mandato, e o primeiro ano do seu segundo mandato (2023) investiram, em média, respectivamente, 5,5%, 3,5%, 4,3% e 6,7% da RCL.

Figura 10 - Percentual de investimento, por governo, sobre a RCL e sobre o PIB — 1971-2023



Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE/RS) e SPGG/DEE.

Nota: As informações de 2023 dependem do PIB estadual, que ainda não foram divulgadas.

Com a recuperação da capacidade de investimento do Estado, o Programa Avançar representou um grande salto na aplicação de recursos próprios. Em 2021 e 2022, foram executados (liquidados) R\$ 1,1 bilhão e R\$ 3,4 bilhões, respectivamente, divididos entre os 19 eixos do programa, destacando-se os setores de logística e transporte, de educação, de justiça e de saúde. Em 2023, com a continuação do programa, foi aplicado mais R\$ 1,6 bilhão (liquidado), totalizando R\$ 6,1 bilhões.

Os grupos Serviço da Dívida

A **Tabela 24** mostra os valores empenhados do Serviço da Dívida (juros, encargos e amortização da dívida) de 2014 a 2023. Em 2014, foram comprometidos 11,4% da RCL, já em 2023, a participação caiu para 3,8% da RCL. Em 31 de dezembro de 2023, o Estado do Rio Grande do Sul contabilizou uma dívida total (dívida consolidada interna e externa) de R\$ 102,4 bilhões.

Tabela 24 - Valores empenhados com serviço da dívida em relação à RCL (R\$ milhões) — 2014-2023

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Serviço da Dívida	3.269	3.740	1.744	2.250	3.970	4.338	4.340	4.381	857	2.136
Receita Corrente Líquida	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878	50.634	56.639
% Serviço Dívida / RCL	11,4	12,4	5,0	6,4	10,5	10,9	10,3	8,1	1,7	3,8

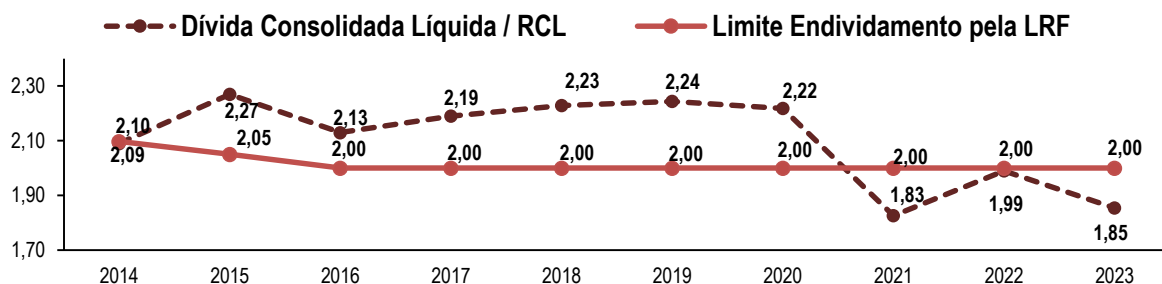
Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

A queda brusca do percentual empenhado de Serviço da Dívida em relação à RCL, que se verifica em 2016 e 2017, deveu-se ao não pagamento das parcelas da dívida com a União, entre abril e junho de 2016, e à suspensão do pagamento, entre julho e dezembro de 2016. A partir de julho de 2017, o Estado não pagou as parcelas mensais, tendo em vista à liminar concedida pelo STF, contudo contabilizou normalmente o empenho e a liquidação. Em 2022, o Estado aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal. Em 2023, conforme regra contratual, o Estado pagou na proporção de 1/9 do valor das parcelas. Em 2024, está acordado o pagamento na proporção de 2/9 do valor das parcelas.

A **Figura 11** mostra a Dívida Consolidada Líquida (DCL) de 2014 a 2023, em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Em 2014, a dívida comprometia 2,09 vezes a RCL e, ao final de 2023, a relação DCL/RCL foi reduzida para 1,85 vez. Dessa forma, o Estado tem alguma margem para contrair operações de crédito.

Figura 11 - Comprometimento da dívida consolidada líquida em relação à RCL — 2014-2023



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Anexo 2, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), art. 55, I, alínea "b", da Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Quando a relação DCL/RCL for inferior a duas vezes, o Estado torna-se apto para contrair novos empréstimos internos e externos.

A dívida do Estado com a União representa importante encargo para as finanças estaduais. Em título especial adiante, tratar-se-á de maneira individualizada o assunto.

A evolução do gasto com Educação

A **Tabela 25** mostra os valores aplicados em Educação, entre os anos de 2014 e 2023, em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT). Em 2023, foram aplicados em Educação 28,7% da RLIT. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 25,0% da RLIT; a Constituição Estadual, 35,0% da RLIT.

Tabela 25 - Percentuais aplicados (liquidados) em Educação, em relação à RLIT (R\$ milhões) — 2014-2023

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Recursos Aplicados Educação	8.116	8.843	8.542	8.919	9.169	9.535	9.952	11.614	12.031	13.345
Receita Líquida de Impostos e Transferências – RLIT	24.754	26.256	29.176	30.842	33.634	34.905	35.390	45.067	43.142	46.567
Percentual aplicado em Educação / RLIT	32,8%	33,7%	29,3%	28,9%	27,3%	27,3%	28,1%	25,8%	27,9%	28,7%

Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE/RS).

Nota: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

A evolução do gasto com Saúde

A **Tabela 26** exibe os valores aplicados em Saúde, de 2014 a 2023, em relação à RLIT. Em 2023, foram aplicados 12,2% da RLIT. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 12,0% da RLIT; a Constituição Estadual, 10,0% da Receita Tributária Líquida (RTL).

Tabela 26 - Percentuais aplicados (liquidados) em saúde, em relação à RLIT (R\$ milhões) — 2014-2023

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2022
Total Aplicado em Saúde	3.161	3.219	3.559	3.787	4.090	4.242	4.299	5.494	5.246	5.670
Receita Líquida Impostos e Transferências - RLIT	24.754	26.256	29.176	30.842	33.634	34.905	35.390	45.067	43.142	46.567
Percentual em Saúde sobre RLIT	12,8%	12,2%	12,1%	12,2%	12,2%	12,2%	12,1%	12,2%	12,2%	12,2%

Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE/RS).

Nota: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

A evolução do gasto com a Segurança Pública

A **Tabela 27** mostra os gastos liquidados com a Função Segurança Pública, em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), entre 2014 e 2023. Em 2023, foram aplicados 14,4% da RLIT. Nos últimos anos, houve forte crescimento dos gastos com a Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, por conta de aumentos salariais, promoções, novas contratações e compra de equipamentos.

Tabela 27 - Percentuais aplicados (liquidados) em Segurança, em relação à RLIT (R\$ milhões) — 2014-2023

Aplicação em Segurança	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2022
Recursos Aplicados em Segurança	3.018	3.048	3.304	3.762	4.442	4.914	5.439	5.699	6.755	6.697
Receita Tributária Líquida e Transferências - RLIT	24.754	26.257	29.176	30.842	33.634	34.905	35.390	45.067	43.142	46.567
Percentual de Aplicações Segurança sobre RLIT	12,2%	11,6%	11,3%	12,2%	13,2%	14,1%	15,4%	12,6%	15,7%	14,4%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Os valores referem-se tão somente aos gastos ordinários dos respectivos órgãos de segurança, não constando inativos e pensionistas.

2: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

O FUNDO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Fundeb)

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um fundo de natureza contábil, instituído originariamente pela EC n.º 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela MP n.º 339, de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos n.º 6.253, de 13 de novembro de 2007 e n.º 6.278, de 29 de novembro de 2007. Ele substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006.

O Fundeb foi inicialmente implantado em 1.º de janeiro de 2007, alcançando sua plenitude no ano de 2009, cobrindo todo o universo de alunos da Educação Básica pública presencial. A EC n.º 53 estabeleceu o prazo de 14 anos, a partir de sua promulgação, para a vigência do fundo, prazo que expirou, portanto, em 31 de dezembro de 2020. A partir de 01 de janeiro de 2021, o Fundo foi reinstituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública básica pela EC n.º 108, promulgada em 27 de agosto de 2020, regulamentada pela Lei n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020, atualizada pela Lei n.º 14.276, de 27 de dezembro de 2021.

O Fundeb promove, de um lado, a constituição de 27 fundos (26 estados e o Distrito Federal) e, de outro, a distribuição de recursos que se dá com base no número de alunos matriculados em cada etapa da Educação Básica, de acordo com os dados do último Censo Escolar. São computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (conforme art. 211, da Constituição Federal), assim, os municípios recebem os recursos com base no número de alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, e os estados, com base no número de alunos matriculados no ensino fundamental e médio. Com as novas regras, está prevista a revisão dos critérios de distribuição dos recursos a cada dez anos, devendo a primeira ocorrer no sexto ano de vigência do novo Fundeb, isto é, em 2026.

A distribuição dos recursos entre os estados e os municípios leva em conta também os fatores de ponderações para cada segmento da educação básica. Salienta-se que os fatores de ponderação consideram os diferentes custos médios gerados nas diferentes etapas e modalidades, duração de jornada e tipos de estabelecimento de ensino da Educação Básica.

O Fundeb é constituído por recursos próprios dos estados e dos municípios e por complementações da União, que visam reduzir as disparidades de financiamento entre os diversos Estados, garantindo um valor anual mínimo por aluno a ser investido na Educação Básica (VAAF), nos estados, um valor anual total mínimo por aluno a ser investido na Educação Básica (VAAT), nos municípios, estados e Distrito Federal, e um valor anual por aluno e por resultados (VAAR).

Os estados participam com 20% das receitas da seguinte cesta de fontes: do ICMS líquido; do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) líquido; do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD); do Fundo de Participação dos Estados (FPE); da cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)-Exportação; da cota-parte da Desoneração das Exportações (Lei Kandir); e das receitas da dívida ativa e dos juros e multas incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

No tocante ao ICMS repartido aos municípios, com a nova regra, no mínimo, 65% da cota-parte do município será alocada com base nas atividades econômicas relativas à sua área territorial, e de 25% a 35% serão repassados de acordo com lei estadual, tendo como base “indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos”.

Os municípios contribuem também com 20% da seguinte cesta de fonte de receitas: Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cota-parte do ICMS, cota-parte do IPI-Exportação, cota-

parte da Lei Kandir, cota-parte do IPVA, Imposto Territorial Rural (ITR) e receitas da dívida ativa e dos juros e multas incidentes sobre as fontes acima relacionadas (Lei 14.113/2020).

Quanto às complementações da União, conforme a EC 108/2020, elas ocorrerão sempre que o valor anual por aluno (VAAF) e o valor anual total por aluno (VAAT) não alcançarem o mínimo definido nacionalmente, e conforme as melhorias identificadas na Educação Básica (VAAR). Não há, portanto, um valor fixo para as complementações, mas um mínimo a alcançar e a junção de indicadores de desempenho. Com o novo Fundeb, o percentual de participação da União no financiamento da Educação Básica eleva-se de 10% para 23%, com previsão de aumentos graduais durante seis anos.

Em 2021, o percentual de complementação da União, consubstanciado apenas no VAFF, alcançava o patamar máximo de 10% do total da contribuição de estados, DF e municípios ao Fundo. Em 2021, o percentual mínimo de participação da União no Fundeb passou de 10% para 12%; em 2022, foi de 15%; em 2023, será de 17%; em 2024, 19%; em 2025, 21%; e, a partir de 2026, 23%. Iniciando em 2026, a complementação federal total será distribuída da seguinte forma: (i) 10% de acordo com o VAAF, (ii) 10,5% de acordo com o VAAT; e (iii) 2,5% de acordo com o VAAR.

Em 2023, a estimativa de receita total do Fundeb soma R\$ 263,0 bilhões. Desse total, R\$ 224,9 bilhões são provenientes dos tesouros dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A União aportará R\$ 22,5 bilhões referente à complementação valor aluno-ano do Fundeb (VAAF), R\$ 14,0 bilhões como complementação ao valor-aluno ano total (VAAT) e R\$ 1,6 bilhão como complementação (VAAR) da União ao Fundeb. A complementação da União beneficiará 11 estados e os seus municípios, quais sejam: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.

Os recursos do Fundeb destinam-se ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), independentemente da modalidade em que o ensino é oferecido (regular, especial ou de jovens e adultos), da sua duração (ensino fundamental de oito ou de nove anos), da idade dos alunos (crianças, jovens ou adultos), do turno de atendimento (matutino, vespertino ou noturno) e da localização da escola (urbana, rural, área indígena ou quilombola), considerando-se exclusivamente as matrículas presenciais efetivas, conforme dados apurados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A aplicação desses recursos pelos gestores estaduais e municipais deve considerar a responsabilidade constitucional, conforme estabelecido no §2º e §3º, do art. 211, da Constituição Federal, com os estados atendendo preferencialmente os ensinos fundamental e médio, e os municípios, os ensinos infantil e fundamental.

Na nova legislação do Fundeb, também estão previstos como indicadores para a distribuição dos recursos do Fundo, o nível socioeconômico dos educandos, os indicadores de disponibilidade de recursos vinculados à educação de cada ente federado e os indicadores de utilização do potencial de arrecadação tributária de cada ente federado.

Na distribuição dos recursos, também deve ser considerada a aplicação mínima de 70% dos recursos totais na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica pública, e os restantes 30% poderão ser aplicados em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica.²¹

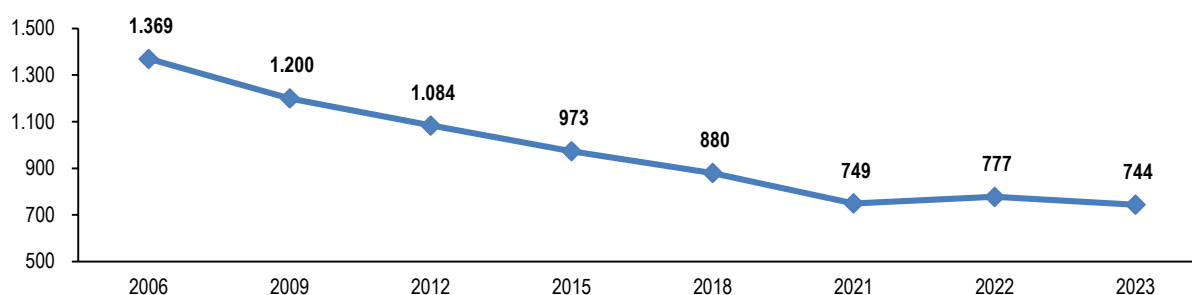
²¹Com a EC n° 108/2020, o artigo 212 da Constituição Federal — que estabelece como deve ser a aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) — foi acrescido do parágrafo 7º, que prevê: “É vedado o uso dos recursos referidos no *caput* e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões”.

As “perdas” do Estado com o Fundeb

Durante todo o período de vigência do Fundeb, o Estado contribuiu com mais recursos do que obteve em retorno. Dadas as regras de funcionamento, os montantes aportados são superiores aos retornados. Assim, o Estado computa “perdas” ao longo de todos os anos, que decorrem de dois fatores principais: (i) os aumentos reais nas receitas vinculadas aos aportes para o fundo; e (ii) o flagrante decréscimo no número de matrículas na rede de ensino estadual, resultado do fenômeno da transição demográfica.

A **Figura 12** exibe a quantidade de alunos matriculados nas escolas estaduais do RS de 2006 a 2023. Em 2006, era 1,369 milhão de alunos; em 2023, o número caiu para 744 mil alunos. Ao longo de somente 18 anos, a rede pública estadual perdeu 625 mil alunos, representando uma queda de 45,7%.

Figura 12 - Alunos matriculados nas escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul — 2006-2023



Fonte: Censo Escolar da Secretaria da Educação do Estado do RS.

Nota: Em 2023, o dado foi coletado diretamente na Secretaria Estadual de Educação.

A **Tabela 28** demonstra as “perdas” financeiras do Estado do Rio Grande do Sul com o Fundeb, de 2014 a 2023. Neste último exercício de 2023, aportou-se ao Fundo a quantia de R\$ 8,585 bilhões; contudo, o retorno foi de R\$ 5,806 bilhões, resultando em um saldo negativo de R\$ 2,779 bilhões, equivalente a 4,9% da RCL. Caso o valor dessa perda fosse revertido para o caixa do Estado, seria suficiente para, por exemplo, pagar um mês de salário líquido a todos os servidores estaduais (ativos e inativos). No período entre 2014 e 2023 (dez anos), o Estado arcou com “perdas” para o Fundeb no montante de R\$ 18,244 bilhões (valores nominais), correspondendo a 4,3%, em média, da RCL.

Tabela 28 - “Perdas” do Estado com o Fundo da Educação (R\$ milhões) — 2014-2023

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Transferência do Fundeb	3.712	3.866	4.158	4.170	4.483	4.411	4.350	5.571	5.461	5.806	45.988
Deduções para o Fundeb	4.612	4.923	5.355	5.590	6.184	6.311	6.364	8.357	7.951	8.585	64.332
Perdas com o Fundeb	900	1.057	1.197	1.420	1.701	1.900	2.014	2.786	2.490	2.779	18.244
% Perdas Fundeb / RCL	3,1	3,5	3,5	4,1	4,5	5,0	4,8	5,2	4,9	4,9	4,3

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

2: Em 2023, houve o repasse extraordinário de R\$ 352 milhões para o Fundeb, referente aos valores recebidos pelo Estado advindos da União a título da “PEC dos Combustíveis” (LCFs 192 e 194).

A DÍVIDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO

A **Tabela 29** apresenta a evolução da dívida do estado do RS com a União – de 1998 a 2023 - e o que representa em relação ao Produto Interno Bruto estadual. Em 2023, a dívida totalizou R\$ 92,878 bilhões.

Tabela 29 - Demonstrativo do estoque total da dívida estadual contratada junto à União (R\$ milhões) — 1998-2023

Anos	Total do Estoque da Dívida com a União	PIB-RS	% Estoque Dívida com a União / PIB RS
1998	9.566	67.673	14,1
1999	11.781	74.016	15,9
2000	13.417	81.815	16,4
2001	15.210	92.310	16,5
2002	19.102	105.487	18,1
2003	21.210	124.551	17,0
2004	24.159	137.831	17,5
2005	25.793	144.218	17,9
2006	27.676	156.827	17,6
2007	30.041	176.615	17,0
2008	33.903	199.494	17,0
2009	33.760	215.864	15,6
2010	37.040	241.256	15,4
2011	39.423	264.969	14,9
2012	42.619	287.056	14,8
2013	45.231	332.293	13,6
2014	47.181	357.816	13,2
2015	51.617	381.985	13,5
2016	57.421	408.645	14,1
2017	58.572	423.270	13,8
2018	63.006	457.294	13,8
2019	66.915	482.464	13,9
2020	69.064	470.942	14,7
2021	73.723	581.284	12,7
2022	82.467	594.968	13,9
2023	92,878	ND	ND

Fonte: Relatório Anual da Dívida Pública Estadual, publicado pela Secretaria da Fazenda do RS.

Notas 1: Os PIBs do Estado do Rio Grande do Sul foram divulgados pela SPGG/DEE.

2: O PIB do RS de 2022 é ainda preliminar. O PIB de 2023 será divulgado em março ou abril de 2024.

O Programa de adesão do Estado do RS ao Regime de Recuperação Fiscal

No acordo firmado através da Lei Complementar n.º 156, de 28 de dezembro de 2016, foi concedida a suspensão do pagamento das parcelas entre julho e dezembro de 2016. A contar de janeiro de 2017 até junho de 2018 (18 meses), as prestações voltariam a ser pagas na proporção de 5,55% ao mês, de forma cumulativa e crescente até chegar a 100%.

Contudo, entre julho de 2017 e dezembro de 2021, por medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, o Rio Grande do Sul deixou de pagar as parcelas mensais devidas, provocando a discussão sobre um possível programa federal visando ao reequilíbrio das contas estaduais.

O Regime de Recuperação Fiscal (RRF), aprovado pela Lei Complementar n.º 159, de 19 de maio de 2017, e modificado pela Lei Complementar n.º 178, de 13 de janeiro de 2021, visa fornecer os instrumentos para o ajuste de suas contas aos estados em situação de desequilíbrio financeiro. A LC 159 estabelece estes três indicadores para determinar se um Estado se encontra em situação de desequilíbrio financeiro: (i) Receita Corrente Líquida anual menor do que a Dívida Consolidada ao final do último exercício; (ii) despesas correntes superiores a 95% da RCL ou despesas com pessoal superiores a 60% da RCL; e (iii) valor total de obrigações superior ao valor

das disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa de recursos sem vinculação. Assim, só poderá aderir ao RRF o Estado que cumprir as três exigências conjuntamente.

Em 2020, a Lei Complementar n.º 173, de 29 de maio de 2020, instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao SARS-Cov-2. Entre as medidas, destacam-se: (i) A suspensão de pagamentos, entre março a dezembro de 2020, das dívidas dos estados, Distrito Federal e municípios contratadas com a União; (ii) O afastamento de disposições, limites e condições da Lei de Responsabilidade Fiscal e outros dispositivos legais durante o estado de calamidade pública para o enfrentamento da covid-19, relaxando o cumprimento de itens de controle fiscal; (iii) A suspensão de pagamentos de estados, Distrito Federal e municípios, de empréstimos internos e externos com o sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito devidos em 2020; e (iv) A entrega, pela União, de auxílio financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios, em quatro parcelas mensais e iguais, no valor de R\$ 60 bilhões, para aplicação em ações de enfrentamento à covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros.

A Lei Complementar n.º 178/21 tem como objetivo o equilíbrio fiscal de estados e municípios, bem como fazer cumprir o compromisso de pagamento das dívidas contraídas com a União. Ficou estabelecido o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PATF) e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF). A norma altera as Leis Complementares n.º 101/2000, n.º 156/16 e n.º 159/17. A adesão dos estados ao PATF é condição para a pactuação do PEF com a União. O Programa poderá estabelecer limites individualizados para contratação de dívidas em percentual da receita corrente líquida, de acordo com a capacidade de pagamento, conforme metodologia a ser definida pelo Ministério da Economia.

O PEF conterá conjunto de metas e de compromissos pactuados entre a União e cada estado com o objetivo de promover o equilíbrio fiscal e a melhoria das respectivas capacidades de pagamento. Destaca-se que o Ministério da Economia disporá sobre a metodologia de cálculo e a classificação da capacidade de pagamento dos estados.

A norma prevê que poderá ser firmado termo aditivo para prolongar a validade do “teto de gastos” para os exercícios de 2021 a 2023, em relação às despesas primárias correntes em 2020, limitando o crescimento anual à variação do IPCA. Além disso, a LC n.º 178/21 determinou que a União ficasse impedida, até 30 de junho de 2021, de aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento da limitação do “teto de gastos” e de exigir a restituição prevista. Posteriormente, o prazo foi ampliado para 31 de dezembro de 2021, pela LC n.º 181/21. A LC n.º 178/21 ampliou o prazo de vigência do Regime de Recuperação Fiscal para até nove exercícios financeiros.

Entre as alterações do Regime de Recuperação Fiscal, a LC n.º 178/21 autoriza a União a celebrar com o Estado, cujo pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal tenha sido aprovado, nos termos do art. 4º, contrato de refinanciamento dos valores não pagos em decorrência da aplicação do art. 9º e do disposto na alínea “a” do inciso II do art. 4º-A. O pagamento será em parcelas mensais, apuradas pela tabela Price, com prazo de 360 meses.

A norma autoriza, ainda, a União a celebrar com os estados contratos específicos com as mesmas condições financeiras do contrato previsto no art. 9º-A da Lei Complementar n.º 159, de 19 de maio de 2017, com prazo de 360 meses, a fim de refinar os valores inadimplidos em decorrência de decisões judiciais proferidas em ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2019.

Em geral, o estado que aderir ao RRF tem asseguradas as seguintes prerrogativas: (i) suspensão total de dívidas pelo prazo de até 12 meses, caso atenda aos três requisitos de adesão (essa prerrogativa não alcança os Estados que atenderem apenas os requisitos II e III); (ii) suspensão dos limites de despesa com pessoal e de dívida consolidada, prevista na LRF; (iii) dispensa de comprovação prevista na LRF, para fins de recebimento de transferências voluntárias; (iv) dispensa de todos os requisitos legais exigidos para a contratação de operação de crédito com garantia da

União; (v) dispensa de verificação dos requisitos exigidos pela LC n.º 101/2000 para a realização de operações de crédito e equiparadas e para a assinatura de termos aditivos aos contratos de refinanciamento.

Caso o Estado possua Receita Corrente Líquida menor que a dívida consolidada ao final do exercício financeiro anterior ao pedido de adesão, serão concedidas as seguintes vantagens: redução extraordinária das prestações relativas a contratos de dívidas administrados pelo Tesouro Nacional e pagamento, pela União, em nome do Estado, das prestações relativas às operações de crédito com o sistema financeiro e instituições multilaterais, garantidas pela União.

A suspensão do pagamento das dívidas com a União será: (i) integral, durante o primeiro exercício de vigência do RRF; e (ii) decrescente à razão de 11,1111 pontos percentuais anuais, a partir do 2º ano, até que, ao final do nono ano de Regime, as prestações voltem a ser pagas integralmente. Todos os valores não pagos serão refinanciados por um novo contrato com as mesmas condições da Lei n.º 9.496, de 11 de setembro de 1997, num prazo de 30 anos, sendo atualizado pelo IPCA mais juros de 4% ao ano ou o percentual da taxa Selic, o que for menor. Os pagamentos se iniciam após a formalização do acordo de adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal.

Em contrapartida, o Estado deverá cumprir uma série de exigências e vedações previstas na LC n.º 159/2017. As vedações impostas aos estados estão elencadas no art. 8º, destacando-se as principais proibições: concessão de reajustes a servidores e empregados públicos e militares além da revisão anual assegurada pela Constituição Federal, com exceção dos provenientes de sentença judicial; criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; admissão ou contratação de pessoal, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e de contratos temporários; realização de concurso público; criação de despesa obrigatória de caráter continuado; adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória; concessão, prorrogação, renovação ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita; e alteração de alíquotas ou bases de cálculo de tributos que implique redução da arrecadação.

O objetivo principal do RRF é assegurar que, ao longo da vigência do Regime, as contas do Estado estejam equilibradas, o que será considerado atingido quando o Estado alcançar superávits primários superiores ao serviço de sua dívida e, portanto, atingir um nível sustentável das obrigações financeiras no longo prazo.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul formalizou o pedido de adesão ao RRF no dia 23 de dezembro de 2021. O Parecer n.º 66/2022, de 18 de janeiro de 2022, da Secretaria do Tesouro Nacional concluiu que o Estado do Rio Grande do Sul se encontrava habilitado a aderir ao RRF por cumprir os três requisitos do artigo 3º da LC n.º 159/2017. Após despacho favorável do Ministro de Estado da Economia, o Plano de Recuperação Fiscal foi homologado pelo Presidente da República em 20 de junho de 2022 e terá vigência de 01 de julho de 2022 a 31 de dezembro de 2030.

Com a adesão ao RRF, o Estado obteve a suspensão, desde fevereiro de 2022, do pagamento da dívida com a União referente à Lei n.º 9.496/97. O pagamento dessa dívida, com vencimento em 2048, será retomado gradualmente. A adesão possibilitou também a suspensão do pagamento de dívidas com terceiros — BNDES, Banco Mundial, Banco do Brasil e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — por serem garantidas pela União. A retomada de pagamentos dessas dívidas também será gradual. Outro benefício da adesão refere-se à possibilidade de o Estado contratar operação de crédito, com garantia da União, a fim de quitar o estoque de precatórios. Além disso, com a adesão foi possível refinar o montante da dívida não

paga desde julho de 2017, suspensa pela liminar do STF (R\$ 16,357 bilhões). Essa dívida tem prazo de 30 anos, e os pagamentos foram retomados a partir de abril de 2022.

O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO RS

Os sistemas de Repartição Simples e de Capitalização

O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul é organizado e financiado mediante dois sistemas, sendo um de repartição simples e outro de capitalização. A aprovação das Leis Complementares n.º 13.757 e n.º 13.758, ambas de 15 de julho de 2011, permitiu a segregação de massas dos segurados, com a instituição dos Fundos Previdenciários Militar e Civil: FUNDOPREV/MILITAR e FUNDOPREV/CIVIL. Dessa forma, os servidores que ingressaram no serviço público a partir de 18 de julho de 2011 (data de entrada em vigor das respectivas leis) ficaram vinculados aos FUNDOPREVs civil e militar (capitalizados).

No sistema de repartição simples, os recursos das contribuições dos servidores e a contrapartida patronal são destinados a cobrir os gastos com as atuais aposentadorias e pensões. O Estado do Rio Grande do Sul contribui com a parte patronal na proporção de duas vezes a contribuição do segurado. No sistema de capitalização, os recursos das contribuições dos servidores e a contrapartida patronal são acumulados para pagamento dos futuros benefícios de aposentadorias e pensões. A contribuição patronal do Estado do Rio Grande do Sul para os fundos previdenciários é paritária.

A Lei Complementar n.º 14.750, de 15 de outubro de 2015, criou o Regime de Previdência Complementar (RPC) para os novos servidores civis. Para a implantação e estruturação desse regime complementar, foi criada a entidade fechada denominada de Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado (RS-PREV). O RPC permite também a adesão dos antigos servidores, nos termos da Lei.

A regra do Regime de Previdência Complementar é prevista para os servidores civis de cargos efetivos que tomaram posse a partir de 19 de agosto de 2016, data de sua homologação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). O servidor contribuirá com percentual de sua remuneração até o valor máximo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). De outro lado, o Estado deve arcar com o mesmo percentual de aporte. Uma vez aposentado, o servidor receberá do Estado um benefício que estará limitado ao teto do RGPS, conforme a média de suas remunerações. Para ter um benefício maior, o servidor poderá aderir à Previdência Complementar, contribuindo sobre o que exceder ao referido teto do RGPS. No caso de adesão do servidor, o Estado contribuirá em seu favor com o mesmo valor pago pelo servidor, limitado a 7,5% da base de contribuição.

A adesão ao plano de previdência complementar é opcional. O servidor poderá buscar outra previdência privada em instituições financeiras de mercado caso preferir não aderir à Previdência Complementar patrocinada pelo Estado. Porém, receberá do Estado, através do IPERGS, apenas até o limite máximo do RGPS e não contará com a contribuição do Estado em outro plano de previdência complementar.

Para o Regime de Previdência Complementar (RS-PREV), foi criado um comitê gestor para cada plano de benefícios complementares e um comitê de investimentos. O comitê gestor é o órgão responsável pela definição da estratégia das aplicações financeiras e acompanhamento do respectivo plano de benefícios previdenciários do RS-Prev. O Comitê de Investimentos é o órgão responsável por assessorar a Diretoria Executiva do RS-Prev na gestão econômico-financeira dos recursos.

Por meio da Lei Complementar n.º 15.511, de 24 de agosto de 2020, foi alterada a data de corte da segregação de massas dos segurados civis, conforme previsto originalmente na LC n.º 13.758/2011, resultando na transferência de cerca de 17.000 vínculos de servidores civis do FUNDOPREV para o Fundo Financeiro. A data de corte foi alinhada com a data de publicação do ato de instituição do RPC (19 de agosto de 2016).

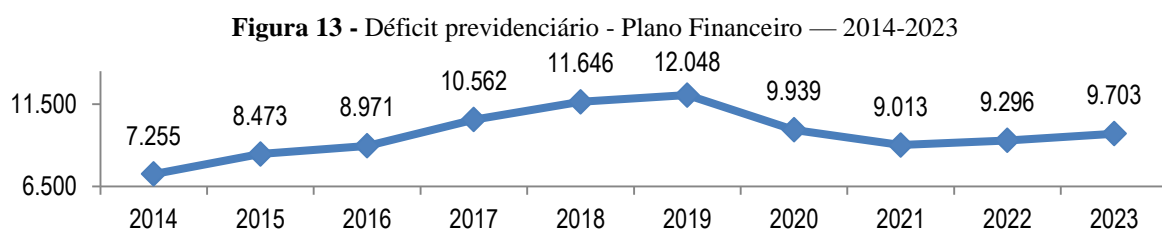
A referida norma também autorizou a utilização de parte dos recursos recolhidos ao FUNDOPREV Civil correspondentes às contribuições previdenciárias dos servidores, à contrapartida patronal paritária e aos rendimentos das aplicações financeiras referentes ao grupo de servidores transferidos para o Fundo Financeiro Civil como aporte para o pagamento de benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão. Criou também um benefício especial, de caráter estatutário e compensatório, aos servidores e membros do Poder, como forma de incentivo à migração ao RPC/RS, proporcional ao tempo que o servidor ficou vinculado ao RPPS antes da migração ao Regime de Previdência Complementar, a ser pago pelo Estado do Rio Grande do Sul na forma de regulamento. Importante referir que, até o momento, a transferência de recursos do FUNDOPREV para o Fundo Financeiro não foi efetivada.

O déficit previdenciário do Sistema de Repartição Simples

No sistema de repartição simples, cujos vínculos com o Estado deram-se até 18 de agosto de 2016 para os servidores civis e até 17 de julho de 2011 para os servidores militares, os recursos das contribuições dos servidores ativos são destinados a cobrir os gastos com as atuais aposentadorias e pensões, sendo que o Estado contribui com a parte patronal na proporção de duas vezes a contribuição do segurado. Todavia, as contribuições (pessoal e patronal) são insuficientes para a cobertura dos benefícios previdenciários, o que resulta no chamado "déficit previdenciário financeiro". Dessa forma, é necessária uma complementação financeira, realizada pelo Tesouro estadual.

Ao final de agosto de 2023, a administração direta e indireta do Estado possuía 361.464 matrículas, dentre as quais 139.748 ativas e 221.716 de aposentados, pensionistas e outros. Ressalva-se que, no sistema de repartição simples, o ideal é ter uma proporção de 5 matrículas ativas contribuindo para cada uma inativa. Em 31 de dezembro de 2022, de cada dez matrículas, 3,9 matrículas eram ativas e 6,1 matrículas eram inativas, equação totalmente desigual.

O **Figura 13** mostra a evolução do déficit previdenciário — plano financeiro — entre 2014 e 2023. Em 2014, o déficit contabilizado foi de R\$ 7,3 bilhões. Em 2019, atingiu-se o pico de R\$ 12,0 bilhões, em 2021, o déficit foi reduzido para R\$ 9,0 bilhões, em 2022, atingiu R\$ 9,3 bilhões e, em 2023, R\$ 9,7 bilhões. Nesse período de dez anos, o rombo acumulado do sistema previdenciário gaúcho atingiu o montante de R\$ 96,9 bilhões, em valores nominais.



Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE/RS).

Nota 1: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

2: Conforme dados fornecidos pelo economista Darcy Francisco Carvalho dos Santos, em 2022, entre os Estados brasileiros, o RS é o que apresentou o maior déficit previdenciário em relação à Receita Corrente Líquida (18,4%), seguido pelo DF (12,8%), MG (11,0%) e RJ (10,7%).

Com a aprovação das reformas previdenciária e administrativa, a partir de 2020, primeiro ano de vigência das mudanças, verificou-se uma quebra da tendência de crescimento do déficit previdenciário. Cabe salientar que, no longo prazo, somar-se-ão, ainda, os efeitos positivos do Regime de Previdência Complementar.

Atualmente, o desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está, justamente, associado ao sistema de repartição simples. Ao longo do tempo, o Estado não tratou de buscar formas de financiar os gastos futuros com aposentadorias e pensões, mediante, por exemplo, a criação de um fundo previdenciário, visto que as contribuições dos atuais ativos e da parte patronal não são suficientes para pagar o seu custeio.

Registre-se também que a Lei Complementar n.º 15.602, de 16 de março de 2021, alterou a previdência dos militares, ampliando a base de cálculo e as alíquotas previdenciárias progressivas para manter equivalência com as alíquotas civis, aprovadas no final de 2019 pela Assembleia Legislativa gaúcha. O Estado do Rio Grande do Sul não aderiu ao Sistema de Proteção dos Militares, decorrente da EC103/2019 e da Lei Federal n.º 13.954, de 16 de setembro de 2019. A manutenção dos Planos Financeiro e Previdenciário dos Militares foi garantida em sede de liminar do STF, Ação Cível Originária (ACO) n.º 3.350.

São diversos os fatores que contribuem para que o Estado do Rio Grande do Sul apresente uma relação de déficit previdenciário/RCL muito expressiva, destacando-se: (i) elevada expectativa de vida da população gaúcha; (ii) perfil etário do funcionalismo ativo estadual, que reflete o próprio perfil etário da população gaúcha como um todo; (iii) constituição de uma máquina pública anterior à da maioria dos demais estados brasileiros; e (iv) regras previdenciárias especiais voltadas, especialmente, às funções de segurança e educação, na qual se concentra a grande maioria do contingente de beneficiários.

Por outro lado, as reformas previdenciária e administrativa promoveram uma contenção no déficit previdenciário, destacando-se as seguintes medidas: (i) majoração das contribuições tanto pessoal como patronal; (ii) ampliação da base de incidência; (iii) adoção de alíquotas progressivas; e (iv) mudança da idade de jubilação dos servidores civis, atualmente aos 62 anos para a mulher e aos 65 anos para o homem, exceto os casos especiais.

O COMPROMISSO DO RS PARA ALCANÇAR OS ODSs

A Agenda 2030

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) é um plano de ação global que busca promover um mundo mais sustentável e resiliente até 2030. A Agenda foi elaborada a partir de um amplo trabalho colaborativo iniciado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que envolveu representantes de governos, iniciativa privada, institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil, e foi adotada, em 2015, por todos os 196 países-membros das Nações Unidas. Ela herda os propósitos e a experiência dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, vigentes entre 2000 e 2015²², atualizando e aprofundando em escopo e em ambição os objetivos compartilhados internacionalmente e as ferramentas para atingi-los.

O modelo de desenvolvimento sustentável proposto pela Agenda 2030 reside no equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental dentro de um contexto de reforço à liberdade e à paz, para tornar as sociedades mais pacíficas e inclusivas. É uma agenda abrangente, alicerçada nos princípios da “universalidade”, da “integração” e de “não deixar ninguém para trás”²³ e orientada por cinco pilares, os chamados cinco “Ps”, descritos abaixo.

- i) Pessoas: erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir dignidade e equidade;
- ii) planeta: proteger os recursos naturais e o clima do planeta para as gerações futuras;
- iii) prosperidade: garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza;
- iv) paz: promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; e
- v) parcerias: implementar a Agenda por meio de uma parceria global sólida.

Dentro dessa perspectiva, a Agenda 2030 está organizada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) (**Figura 14**), que se desdobram em 169 metas finalísticas ou de implementação²⁴. Os objetivos e as metas debruçam-se sobre diversos setores, incluindo ações para erradicação da pobreza, segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero, meio ambiente, urbanização, justiça social, emprego e renda, entre outros. A Agenda também é composta por 231 indicadores para acompanhamento dos objetivos e das metas, por meios de implementação e propostas de parcerias globais, e por um roteiro para acompanhamento e revisão periódicos da Agenda²⁵.

²² Para mais informações sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, consultar: <http://www.odmbrasil.gov.br/>.

²³ Segundo o princípio da “universalidade”, a Agenda 2030 é aplicável a todos os países, considerando as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento. O princípio da “integração”, por sua vez, considera os ODSs interligados e indivisíveis, buscando equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental). Já o princípio de “não deixar ninguém para trás” postula que se deve promover um olhar detalhado e localizado para as desigualdades e para a pobreza, buscando que os benefícios do desenvolvimento sustentável atinjam a todos, erradicando a pobreza e solucionando problemas.

²⁴ As metas finalísticas (88) indicam os resultados e impactos desejáveis na realidade social. As metas de implementação (81) referem-se aos princípios da “universalidade”, da “integração”, e de “não deixar ninguém para trás” e aos recursos humanos, financeiros, tecnológicos e de governança necessários ao alcance dos resultados esperados.

²⁵ A lista completa de objetivos, metas e indicadores dos ODSs pode ser encontrada no site <https://odsbrasil.gov.br/>.

Figura 14 - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs)



Fonte: PNUD, 2015²⁶.

Atualmente, a Agenda é compartilhada e fomentada por inúmeros atores, que vão de diferentes entes governamentais a organizações internacionais, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, ambientes acadêmicos, iniciativa privada, dentre outros, dada a possibilidade de sua adaptação a diferentes realidades e níveis de desenvolvimento. No âmbito do Estado, diversos benefícios derivam da incorporação da Agenda 2030 no planejamento e execução de políticas públicas, em especial a promoção de transversalidade e intersectorialidade das políticas, integração entre diferentes processos de planejamento, cooperação e alinhamento entre distintos órgãos de governo, fortalecimento dos processos de monitoramento e sinergia com outros atores, conforme será descrito a seguir.

A Agenda 2030 no RS

No Estado do Rio Grande do Sul, a primeira vez que a Agenda 2030 e os ODSs figuraram no planejamento governamental foi no Projeto Futuro RS (2016-2018)²⁷, que teve por objetivo a criação de uma agenda propositiva de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul, no horizonte de 2040. Partindo de uma análise dos planos ou processos de planejamento de longo prazo conduzidos anteriormente pelo Estado, o Departamento de Planejamento Governamental (Deplan) da Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) organizou uma série de oficinas com especialistas sobre os oito temas que foram identificados como recorrentes e fundamentais para o desenvolvimento do Estado²⁸. Cada um desses temas foi objeto de um dos dez Cadernos para o futuro, que contam ainda com os cadernos Temas para uma agenda de desenvolvimento regional

²⁶ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Acompanhando a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Brasília: PNUD, 2015. *E-book* (291 p.). ISBN 978-85-88201-29-3. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/acompanhando-agenda-2030>. Acesso em: 28 dez. 2023.

²⁷ Para mais informações sobre o Projeto Futuro RS, consultar: <https://planejamento.rs.gov.br/futuro-rs>.

²⁸ Quais sejam: o envelhecimento da população gaúcha e as políticas para a saúde e educação; alternativas para o aumento da produtividade da agropecuária; alternativas para a dinamização da indústria de transformação; alternativas para o desenvolvimento regional e equilíbrio territorial; alternativas para as finanças públicas do Estado; desafios e alternativas para a superação dos gargalos de infraestrutura no Estado; a inteligência e o uso de tecnologias para qualificação da segurança do Estado; e o futuro das cidades e a sustentabilidade.

— onde as propostas apresentadas nos planos de longo prazo já desenvolvidos pelo Estado foram revisitadas e os principais temas recorrentes identificados — e A agenda de desenvolvimento do Futuro RS em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), estes últimos com uma análise das propostas oriundas do Projeto Futuro RS em relação aos ODSs. Nesta análise, identificou-se que, dos 17 ODSs, 11 apresentavam relação direta com um ou mais dos temas trabalhados pelo Projeto, indicando que a implementação das referidas propostas pode contribuir consideravelmente para que o Estado alcance as metas estabelecidas pela ONU.

Seguindo o esforço de integrar os ODSs aos instrumentos de planejamento do Estado, para o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023²⁹ foram indicadas as Iniciativas que contribuirão direta ou indiretamente para a consecução de um ou mais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Somada às outras inovações propostas pela metodologia de elaboração inaugurada nesse PPA³⁰ — tais como a utilização das técnicas da Árvore de Problemas e da Teoria da Mudança, a introdução dos Programas Temáticos, como elementos de organização do Plano, e das Agendas Transversais, como mecanismos de identificação das Iniciativas de setores e órgãos distintos cujos beneficiários fossem de um mesmo grupo social —, a integração dos ODSs ao PPA buscou reforçar uma perspectiva abrangente de desenvolvimento sustentável, colocando na agenda do Estado os objetivos acordados internacionalmente, de forma que eles fossem considerados no momento da elaboração das ações de governo. Além disso, essa vinculação trouxe ganhos para o planejamento estadual no sentido de fortalecer a transversalidade e intersectorialidade nas políticas públicas, uma vez que permite visualizar como diferentes órgãos e ações de governo podem contribuir para o atingimento de um mesmo objetivo.

Reforçando a importância do tema na agenda das políticas públicas gaúchas, vale destacar que, em 2023, pela primeira vez, o Relatório Anual de Avaliação do PPA³¹ apresentou resultados relativos ao exercício anterior estruturados por ODS, com foco nos cinco objetivos e nas 17 metas dos ODSs considerados os mais diretamente relacionados às políticas públicas afetas ao Estado gaúcho³². Dessa maneira, o Relatório soma-se à Mensagem do Governador³³, que, desde 2019, contempla questões relativas à Agenda 2030 e ao progresso dos ODSs, e aos Cadernos ODS³⁴, publicações do Departamento de Economia e Estatística (DEE) que agregam estudos e pesquisas referentes à evolução dos Objetivos no Estado, reafirmando o compromisso do RS com a implementação dos ODSs.

²⁹ RIO GRANDE DO SUL. **Plano Plurianual 2020-2023**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2019. *E-book* (366 p.). Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202305/15150949-ppa-2020-2023.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023.

³⁰ RIO GRANDE DO SUL. **Marco Metodológico para Elaboração do PPA 2020-2023**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2019. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/07174054-1-2-marco-metodologico-do-ppa-2020-2023.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023.

³¹ RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Avaliação PPA 2020-2023: Exercício 2022**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2019. *E-book* (366 p.). Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202305/19164042-relatorio-ppa-ex-2022-completo.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023.

³² ODSs propostos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul na abordagem restrita solicitada pela Requisição TCE/RS n.º 11/2023. Em relação ao ODS 3 (Saúde e Bem Estar) foram destacadas as metas 3.5., 3.6 e 3.c; ao ODS 4 (Educação de Qualidade), as metas 4.1, 4.3, 4.4, 4.6, 4.a e 4.c; ao ODS 6 (Água Potável e Saneamento), as metas 6.4 e 6.5; ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), as metas 12.7 e 12.b; e ao ODS 16, as metas 16.1, 16.5, 16.9, e 16.10. A lista completa das metas dos ODSs pode ser encontrada em <https://odsbrasil.gov.br>.

³³ Para mais informações sobre as Mensagens do Governador do Rio Grande do Sul à Assembleia Legislativa, consultar: <https://planejamento.rs.gov.br/mensagem-do-governador>.

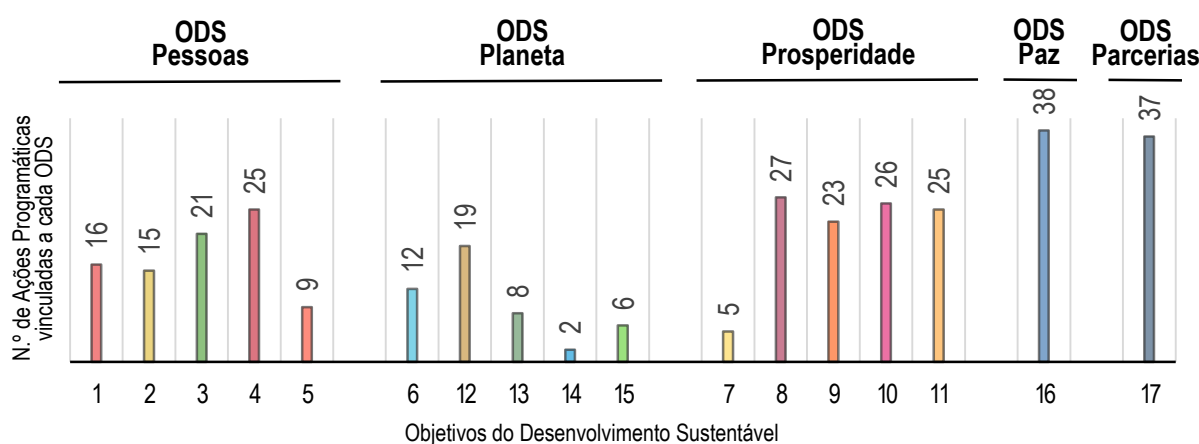
³⁴ Para mais informações sobre Os Cadernos ODS, consultar: <https://dee.rs.gov.br/cadernos-ods>.

Os ODSs no PPA 2024-2027

Para o PPA 2024-2027³⁵, a metodologia³⁶ proposta trouxe um aprimoramento da integração promovida no PPA anterior, com a incorporação das metas dos ODSs³⁷ como subsídio para a elaboração das ações de governo e dos indicadores dos ODSs para o acompanhamento simultâneo dos resultados do PPA e o progresso da Agenda 2030. À vista disso, os Objetivos passaram a ser vinculados às Ações Programáticas, e as metas, às Iniciativas. Além disso, quando da definição dos Indicadores de Resultado para as Ações Programáticas, sugeriu-se, também, a utilização dos indicadores relacionados aos ODSs no que se aplicasse.

Como resultado dessa integração, no PPA 2024-2027, todas as 69 Ações Programáticas foram vinculadas aos ODSs, e 571 das 605 Iniciativas, às suas metas, o que representa 94,4% do total. Na **Figura 15**, é possível observar a quantidade de Ações Programáticas que contribuem para cada um dos ODSs, de acordo com os cinco pilares citados anteriormente, levando em consideração que uma mesma Ação Programática pode estar vinculada a mais de um objetivo.

Figura 15 - Quantidade de Ações Programáticas do PPA 2024-2027 que contribuem para cada ODS



Fonte: Elaboração própria.

Nota 1: Os ODSs estão agrupados de acordo com os cinco pilares norteadores (os chamados “5 Ps”).

2: Cada Ação Programática pode estar vinculada a mais de um ODS.

3: A lista completa dos ODSs pode ser encontrada em no site <https://odsbrasil.gov.br>.

Quanto às Iniciativas, observa-se que elas contribuem para o alcance de 124 metas distribuídas por todos os 17 ODSs. Na Figura 16, são apresentados os percentuais das Iniciativas que contribuem para cada meta dos ODSs, organizados pelos cinco pilares, considerando que uma mesma Iniciativa pode mobilizar, ao mesmo tempo, mais de uma meta. Através dela, também pode ser observado que as metas dos ODSs que apresentaram um maior número de Iniciativas vinculadas³⁸ no PPA 2024-2027 foram as do Objetivo 4 - Educação de Qualidade (331) ; as do

³⁵ RIO GRANDE DO SUL. **Plano Plurianual 2024-2027**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2023. *E-book* (410 p.). Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202311/28172943-mensagem-ppa-2024-2027-pos-emenda-28112023-final-1.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023.

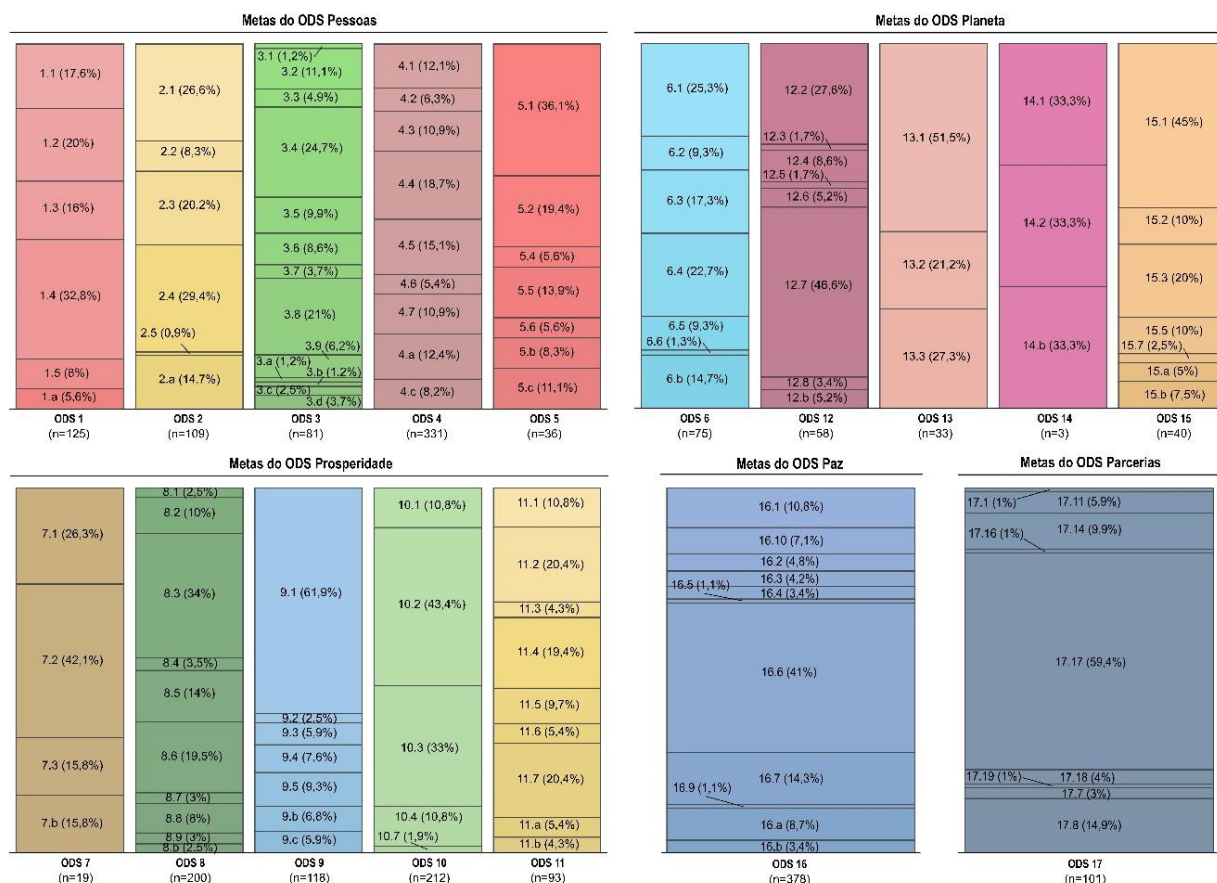
³⁶ RIO GRANDE DO SUL. **Marco Metodológico para Elaboração do PPA 2024-2027**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2023. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202307/17153506-marco-metodologico-ppa-2024-2027-julho-2023.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023.

³⁷ Antes do processo de elaboração do PPA 2024-2027, foi realizada uma análise técnica da aplicação das metas dos ODSs ao Estado e ao PPA, com o objetivo de desconsiderar as metas que não fossem de competência do Governo do Estado ou não se aplicassem ao plano. Das 169 metas, 34 foram desconsideradas: 1.b, 2.b, 2.c, 4.b, 5.a, 6.a, 7.a, 8.10, 8.a, 9.a, 10.5, 10.6, 10.a, 10.b, 10.c, 11.c, 12.a, 12.c, 13.a, 13.b, 14.3, 14.6, 14.7, 16.8, 17.2, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6, 17.9, 17.10, 17.12, 17.13 e 17.15. A lista completa das metas dos ODSs pode ser encontrada em <https://odsbrasil.gov.br>.

³⁸ Para fazer essa seleção, considerou-se como ODSs com mais Iniciativas vinculadas às suas metas os que tivessem mais de 200 iniciativas com essa vinculação. Cabe ressaltar que uma mesma Iniciativa pode mobilizar, ao mesmo tempo, mais de uma meta de um mesmo ODS.

Objetivo 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico (200); as do Objetivo 10 - Redução das Desigualdades (212); e as do Objetivo 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes (378). Complementarmente, é possível verificar, no Quadro 2, o total de Iniciativas vinculadas a cada uma das metas desses ODSs (metas quatro, oito, dez e 16). Tais números demonstram o esforço concentrado e prioritário do Governo na melhoria das condições da Educação, promoção do desenvolvimento econômico, redução das desigualdades, promoção da segurança pública e qualificação institucional para o período 2024-2027.

Figura 16 - Percentual de Iniciativas do PPA 2024-2027 que contribuem para as metas de cada ODS



Fonte: Elaboração própria.

Nota 1: Os ODSs estão agrupados de acordo com os cinco pilares norteadores (os chamados “5 Ps”).

2: Cada barra representa um ODS e, abaixo dela, entre parênteses, está o número total de Iniciativas (n) vinculadas às metas do respectivo ODS. Uma mesma Iniciativa pode mobilizar, ao mesmo tempo, mais de uma meta.

3: Cada subdivisão da barra representa uma meta que teve vínculo às Iniciativas. Em cada subdivisão, está o código da meta e, entre parênteses, o percentual de Iniciativas a ela vinculadas (o “n” abaixo de cada ODS foi considerado como 100%).

4: A lista completa das metas dos ODSs pode ser encontrada em <https://odsbrasil.gov.br>.

Além do grande número de Iniciativas que contribuem para o alcance das metas dos Objetivos supracitados, chama a atenção a forte intersectorialidade das ações planejadas para o atingimento dos ODSs no PPA 2024-2027. No caso do Objetivo 4, as suas metas foram vinculadas a Iniciativas de 25 órgãos de Estado³⁹. Em relação às metas do Objetivo 8, 31 órgãos tiveram

³⁹ São eles: Banrisul, CC, FADERS, Fase, FETLSVC, FGTAS, FOSPA, FPERGS, FTSP, Secom, Sedac, Sedes, Seduc, Sehab, SEL, SES, SICT, SJCDH, SOP, SPGG, SSP, SSPS e STDP.

Iniciativas relacionadas a elas⁴⁰. Para o Objetivo 10, 21 órgãos apresentaram Iniciativas vinculadas às suas metas⁴¹. Por fim, para o Objetivo 16, 26 órgãos apresentaram Iniciativas que concorrem para o alcance de suas metas⁴². Assim, o PPA consolida o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável e servir como instrumento de coordenação de esforços de erradicação da pobreza, proteção do meio ambiente e garantia de paz e prosperidade aos cidadãos gaúchos.

Conclui-se, dessa forma, que a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentam-se como uma grande ferramenta de planejamento e de qualificação de políticas públicas, tendo em vista a busca pelo desenvolvimento sustentável. Ademais, destaca-se que, além de promover a transversalidade e intersectorialidade das políticas do Estado, os ODSs podem ser utilizados para integrar diferentes processos de planejamento, de curto, médio e longo prazo; viabilizar a cooperação e alinhamento entre diferentes entes nacionais e subnacionais, a partir do uso compartilhado de uma mesma agenda de desenvolvimento; fortalecer os processos de monitoramento, em especial a partir dos indicadores das Metas dos ODSs; e propiciar a sinergia com outros atores, seja da sociedade civil, da iniciativa privada ou de outros segmentos sociais. É visando aproveitar as oportunidades derivadas desses benefícios que o Estado do Rio Grande do Sul vem buscando, cada vez mais, integrar seus processos de planejamento à Agenda 2030.

⁴⁰ São eles: AGERGS, BAC, Badesul, Banrisul, BP, CC, Fase, Fepam, FETLSVC, FGTAS, FOSPA, FPERGS, FTSP, IRGA, JucisRS, SDR, Seapi, Sedac, Sedec, Sedes, Seduc, SEL, Setur, SICT, SJCDH, SOP, SPGG, SSP, SSPS, STDP e UERGS.

⁴¹ São eles: CC, Detran, FADERS, Fase, FETLSVC, FGTAS, FPERGS, IPEPREV, SDR, Secom, Sedac, Sedes, Seduc, Sehab, SEL, SICT, SJCDH, SPGG, SSP, SSPS e STDP.

⁴² São eles: AGERGS, CC, Defpub, Detran, EDP, FADERS, Fase, FELTSVC, IPEPREV, IPESAÚDE, JucisRS, PGE, Procergs, Secom, Sedac, Seduc, Sefaz, SEL, Sema, SES, Setur, SJCDH, SOP, SPGG, SSP e SSPS.

Quadro 2 - ODSs com mais Iniciativas do PPA 2024-2027 vinculadas às suas metas

ODS	Meta dos ODSs	N.º de Iniciativas
ODS 4 – Educação de Qualidade Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos	4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;	40
	4.2 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário;	21
	4.3 - Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade;	36
	4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;	62
	4.5 - Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;	50
	4.6 - Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática;	18
	4.7 - Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;	36
	4.a - Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos;	41
	4.c - Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	27
	ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos	8.1 - Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto (PIB) nos países menos desenvolvidos;
8.2 - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra;		20
8.3 - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;		68
8.4 - Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança;		7
8.5 - Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;		28
8.6 - Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação;		39
8.7 - Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas;		6
8.8 - Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários;		16
8.9 - Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais;		6
8.b - Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT].		5
ODS 10 – Redução das Desigualdades Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	10.1 - Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional;	23
	10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra;	92
	10.3 - Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito;	70
	10.4 - Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade;	23
	10.7 - Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.	4
ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	16.1 - Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares;	41
	16.2 - Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças;	18
	16.3 - Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos;	16
	16.4 - Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado;	13
	16.5 - Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas;	4
	16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;	155
	16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;	54
	16.9 - Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento;	4
	16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais;	27
	16.a - Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime;	33
16.b - Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.	13	

Nota: Foram considerados os ODSs cujas metas foram vinculadas a mais de 200 Iniciativas do PPA 2024-2027.

REALIZAÇÕES 2023 E PRIORIDADES 2024

Para fins de prestação de contas à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALRS) e à sociedade, inicialmente, este capítulo relata as ações executadas em 2023 pelo Poder Executivo gaúcho no âmbito do Plano Plurianual 2020-2023, instituído pela Lei n.º 15.326/201943. Ao final, as prioridades governamentais para o ano de 2024 serão apresentadas, conforme compromisso assumido no PPA 2024-2027, instituído pela Lei n.º 16.005/2023, e nas leis orçamentárias consequentes⁴⁴.

REALIZAÇÕES EM 2023

Nesta seção, estão descritos, por Eixo Estratégico (**Quadro 3**), as principais conquistas do serviço público gaúcho em 2023. Como insumo, foram utilizados, majoritariamente, os dados inseridos quadrimestralmente pelas secretarias e órgãos vinculados durante o acompanhamento do PPA 2020-2023. Complementarmente, foram utilizadas notícias divulgadas nas páginas oficiais do Governo.

Quadro 3 - Programas Temáticos do PPA 2020-2023 que compõem os Eixos Estratégicos do Governo do RS

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA TEMÁTICO	OBJETIVO TEMÁTICO
Desenvolvimento Sustentável	Acelera RS	Modernizar e agregar valor à produção por meio do fomento à educação empreendedora e ao incentivo à qualificação tecnológica e às empresas da nova economia, gerando emprego e renda.
	Campo em Ascensão	Promover a qualidade da produção agropecuária, investindo na inovação tecnológica, na educação profissional, na assistência técnica, na extensão rural, na infraestrutura e no cooperativismo, com vistas a agregar valor ao produto e gerar emprego e renda no campo.
	Desenvolve RS	Fortalecer a atividade econômica, estimulando as potencialidades regionais, por meio da participação social, da melhoria da infraestrutura dos municípios, da qualificação da mão de obra e do fomento à inovação e à modernização da produção.
	RS Infraestrutura	Integrar os atuais e os novos modais de transporte de maneira eficiente e segura, por meio da modernização da infraestrutura logística, bem como garantir o acesso à energia, ao abastecimento de água e ao saneamento básico.
Estado Sustentável	Simplifica RS	Incentivar a competitividade e promover a sustentabilidade dos negócios, por meio da simplificação da legislação tributária, da desregulamentação e da revisão e redução dos processos burocráticos.
	Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias	Promover e garantir a gestão sustentável dos recursos públicos, otimizando e qualificando a entrega de resultados para o cidadão, por meio da revisão de processos de trabalho, da busca pela qualidade do gasto, do combate à evasão e à sonegação fiscal, bem como da busca por alternativas inovadoras de parcerias e gestão de ativos.
Governança e Gestão	Governo 4.0	Entregar respostas ágeis e efetivas às demandas do cidadão e otimizar a prestação de serviços e de informações de maneira simples, clara e transparente, por meio do alinhamento estratégico entre níveis de governo, do desenvolvimento de soluções digitais intuitivas e do atendimento por servidores qualificados.
Sociedade com Qualidade de Vida	Educa+RS	Garantir educação de qualidade para acompanhar a evolução do conhecimento, criando um ambiente favorável para diminuir as desigualdades sociais, fomentando o desenvolvimento integral em uma ambiência de empreendedorismo, inovação e inteligência.
	Evolução Sustentável	Promover o desenvolvimento sustentável por meio da implementação de ações de proteção e gestão ambiental e do fortalecimento das práticas de educação ambiental.
	RS Cidadania	Promover uma sociedade mais próspera, igualitária e participativa, por meio da geração de oportunidades de inclusão social e de vivência de cultura, esporte e lazer, em sinergia com as ações de educação, saúde e segurança.
	RS Seguro	Recuperar a sensação de segurança da população, por meio do fortalecimento das instituições e da atuação efetiva, em sinergia com a sociedade, buscando a maior qualidade na prestação dos serviços.
	Saúde Cidadã	Promover a prevenção e melhorar a assistência à saúde da população, baseada na integralidade do cuidado, com atenção à qualidade, à resolutividade e à otimização da aplicação dos recursos públicos.

Fonte: PPA 2020-2023⁴⁵

⁴³O PPA 2020-2023 foi revisado anualmente pelas Leis 15.563/2020, 15.719/2021 e 15.946/2023 e alterado pelas seguintes normativas: Lei 15.479/2020, Lei 15.595/2021, Lei Complementar 15.680/2021, Decreto 55.860/2021, Decreto 55.863/2021, Decreto 55.999/2021, Decreto 56.094/2021, Decreto 56.103/2021, Decreto 56.054/2021, Lei 15.717/2021, Decreto 56.312/2022, Lei 15.934/2023 e Decreto 57.194/2023.

⁴⁴Mais informações sobre o PPA 2020-2023 e PPA 2024-2027 podem ser encontradas em: <https://planejamento.rs.gov.br/plano-plurianual>. Acesso em: 17 de dez. de 2024.

⁴⁵RIO GRANDE DO SUL. **Plano Plurianual 2020-2023**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2019. *E-book* (366 p.). Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202305/15150949-ppa-2020-2023.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023.

Eixo Desenvolvimento Empreendedor

Na busca do desenvolvimento empreendedor, o PPA 2020-2023 conta com cinco Programas Temáticos: “Acelera RS”, “Campo em Ascensão”, “Desenvolve RS”, “RS Infraestrutura” e “Simplifica RS”. Para a execução dos objetivos temáticos desses Programas (**Quadro 3**), foram feitos esforços por várias secretarias, principalmente as destacadas nesta seção.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO (Seapi) Órgão vinculado: Irga

A **Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação** promoveu, ao longo de 2023, diversas iniciativas no âmbito do Programa Temático “Campo em Ascensão”.

Em relação à Ação Programática “novos negócios e comercialização”, destacam-se os resultados da Iniciativa “qualificação do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil”. A Expointer, em 2023, contou com mais de 822 mil visitantes e quase R\$ 8 bilhões em comercialização (aumento de 5,96% e 11,76%, respectivamente, em relação ao ano anterior). Durante o evento, o Governo do Estado também apresentou um dispositivo que funciona como um *scanner* de raízes e permite análises acerca do nível de carbono no solo. O equipamento foi adquirido por meio de recursos do Programa Avançar e se relaciona com o Plano da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC+), possibilitando a realização de um diagnóstico das raízes das plantas e verificação do estoque de carbono no solo.

No âmbito da Iniciativa “pesquisa, desenvolvimento e inovação para a agropecuária gaúcha”, em 2023, a Seapi também implementou ações para a inovação tecnológica para o campo no escopo do Plano ABC+. Em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), iniciou o estudo intitulado “Balanço de Gases de Efeito Estufa em Áreas de Produção de Soja no Rio Grande do Sul”, que vai permitir estimar o balanço líquido de carbono para quantificar as emissões de gases de efeito estufa a partir da coleta de dados de 216 produtores em 36 municípios do Estado. Além disso, dados de financiamento do Plano Safra em 2022 e 2023 demonstram que os produtores, no Estado, financiaram cerca de R\$ 831 milhões com tecnologias do Plano ABC+ em 5.284 contratações. Esses recursos foram suficientes para financiar cerca de 100 mil hectares com tecnologias de produção sustentável no ano na safra 2022-2023. De acordo com dados do Plano Safra 2022-2023, R\$ 269 milhões foram contratados por meio do Pronaf ABC+, R\$ 202 milhões pelo Programa Proirriga e R\$ 360 milhões mediante do Programa ABC+. Além disso, a Seapi realizou 137 publicações técnicas e a publicação de um boletim anual. Em adição, contou com 65 mil participantes em seminários, palestras, capacitações e treinamentos realizados ao longo do ano.

No âmbito da Ação Programática “redução do impacto da estiagem e qualificação da infraestrutura no campo”, destaca-se o auxílio prestado pela Secretaria na recuperação da infraestrutura dos municípios atingidos pelas fortes chuvas e ciclone extratropical. A Seapi disponibilizou R\$ 10 milhões em horas-máquina para os municípios mais afetados pelas chuvas do mês de setembro. Em junho, a Secretaria também realizou o empréstimo de máquinas para auxiliar a recuperação do Município de Caraá, um dos mais afetados pelo ciclone do dia 16 daquele mês, além de outros municípios atingidos no Litoral Norte e Vale do Caí. Para apoio à infraestrutura rural, foram construídos 1.691 açudes e reservatórios para uso múltiplo e 65 poços tubulares. Além da recuperação de 1.039 vias de acesso à propriedade e do atendimento a 1.132 propriedades com patrulha mecanizada, foram executados 82 projetos de terraço, curvas de nível, nascentes, cisternas e reservatórios.

Ainda no âmbito do “Campo em Ascensão”, visando garantir a qualidade dos produtos da agropecuária gaúcha, são adotadas várias medidas para defesa e controle da sanidade animal e vegetal. Em 2023, a Seapi, para defesa e inspeção animal, realizou 1.214 barreiras sanitárias e fiscalizou 910 propriedades com certificação pelo Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos (SISBOV), assim como todas as propriedades com certificação em brucelose e tuberculose. Além disso, foram realizadas auditorias em serviços de inspeção em três municípios, correspondendo à integralidade da demanda do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Para defesa e inspeção vegetal, 1.175 barreiras fitossanitárias foram executadas, 66.803 permissões de trânsito vegetal foram emitidas e 1.722 produtores foram orientados com produção integrada e rastreabilidade. Também foram realizados 1.686 monitoramentos de pragas, 7.574 análises laboratoriais e 2.355 fiscalizações de insumos. Em adição, foram fiscalizados 36 unidades consolidadoras e 587 estabelecimentos de comércio/produção produtor de vinhos e derivados de uva. Por fim, ao longo do ano, 32.464 guias de livre trânsito (GLTs) de vinhos e derivados de uva/vinho a granel foram inspecionadas via Sistema de Declarações Vinícolas (SISDEVIN) e foram realizadas 283 coletas para microvinificação. Dentre as demais ações relacionadas à sanidade animal e vegetal, cabe citar o controle e a prevenção de doenças infecciosas em animais de produção, realizado mediante a coleta de dados/amostras em propriedades rurais para diagnóstico laboratorial. Em 2023, foram emitidos 12 relatórios oficiais com dados epidemiológicos de doenças importantes para a cadeia produtiva, os quais são disponibilizados e atualizados automaticamente na plataforma do Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias (SISBRAVET). O projeto de educação sanitária na área vegetal é realizado para disseminar conhecimentos e informações aos envolvidos na cadeia produtiva, conscientizando o produtor quanto às boas práticas agrícolas. Ao longo do ano, foi possível realizar 4.925 ações. Com o intuito de divulgar o diagnóstico e a pesquisa em sanidade vegetal e animal no Estado, a Seapi promove cursos, palestras e dias de campo com produtores rurais, tendo sido realizados 71 eventos em 2023. Em adição, no Programa Temático “Saúde Cidadã”, as ações da Seapi para fortalecimento da prevenção e promoção em saúde estão relacionadas à promoção do uso racional de agrotóxicos. Para propiciar uma melhor qualidade e segurança ao consumidor de produtos de origem vegetal, desde maio, foram realizadas 27 análises de resíduos de agrotóxicos em produtos vegetais.

Em 2023, o **Instituto Riograndense do Arroz**, mediante a “pesquisa para orizicultura”, Iniciativa do Programa Temático “Campo em Ascensão”, que objetiva a inovação tecnológica para o campo, analisou 8.349 amostras (sementes, solo e água) e realizou 149 atividades de recomendação de boas práticas agrícolas, oriundas do resultado de projetos desenvolvidos ao longo dos anos em várias localidades do Estado. O laboratório de solos e água segue uma rotina de análises já estabelecida e constantemente aprimorada para atender com adequada exatidão/precisão as análises e segurança dos envolvidos. Durante 2023, o laboratório obteve uma precisão de 97% em seus resultados. As análises (nove por amostra) são, em grande maioria, para a certificação de sementes para fins de pesquisa. O laboratório tem, ainda, mais de 80 amostras para análise.

Além disso, contribuindo para a qualificação do processo produtivo no meio rural, ao longo do ano, o Instituto Riograndense do Arroz (Irga) proporcionou atividades de assistência técnica e extensão rural e social (ATERS) a 48.004 produtores. Por fim, por meio do Programa Temático “Saúde Cidadã”, buscando o fortalecimento da prevenção e a promoção em saúde, o Irga difundiu a alimentação saudável e a valorização do arroz, conseguindo sensibilizar e conscientizar cerca de 52.000 pessoas sobre a importância e os benefícios do consumo desse grão e de seus coprodutos para a saúde. Foram realizadas quatro palestras no Estado, publicação de um livreto informativo do arroz e, também, dois anúncios na Revista Planeta Arroz.

Dentre as realizações da **Secretaria de Desenvolvimento Econômico**, destacam-se as que integram o RS Competitivo, incluso no Programa Temático “Desenvolve RS”. Nesse escopo, há aquelas relacionadas ao fortalecimento das cadeias de valor, com o objetivo de definir setores prioritários para apoio de projetos, visando o fortalecimento e a consolidação do segmento com acesso à inovação tecnológica, mercados e melhoria da competitividade. Para isso, em 2023, por meio do programa de Arranjos Produtivos Locais (APLs), que é uma política pública de Estado para estimular e apoiar a auto-organização produtiva de aglomerações setoriais e para promover o desenvolvimento dos territórios, a Sedec apoiou, por meio de edital de chamamento público, um polo de informática para a Serra Gaúcha. Os recursos serão repassados por meio da assinatura de um termo de colaboração.

Além disso, destaca-se o reconhecimento do APL Basalto da Serra Gaúcha em outubro de 2023. Com esse reconhecimento institucional, pela resolução do Núcleo Estadual de Ações Transversais (NEAT), o Estado chega a 15 APLs reconhecidos. O RS possui cerca de 200 pedreiras de basalto, a maioria de escala familiar, com destaque de produção nos distritos mineiros dos Municípios de Nova Prata e Paraí. São aproximadamente 150 empresas que beneficiam o material. Dessas, 131 integram o APL Basalto da Serra Gaúcha. Estima-se que, na extração e no beneficiamento do basalto, estejam envolvidos cinco mil empregos diretos em 12 municípios do Estado.

Com o intuito de atrair investimentos por meio da disponibilização de incentivos financeiros, cumpre salientar a atuação do programa Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM-RS), que tem como objetivo incentivar investimentos em empreendimentos industriais, agroindustriais e de centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que visem ao desenvolvimento socioeconômico integrado e sustentável do Estado. Em 2023, o FUNDOPEM-RS destinou R\$ 2,8 bilhões para atração de novos investimentos ao Estado, com um total de 104 empreendimentos atendidos, e previsão de gerar 2.388 empregos diretos. Esse é maior valor registrado em aprovação de investimentos desde o início do Fundo, em 2011. Destaque para os setores de alimentos (com 24 projetos aprovados e R\$ 642 milhões em investimentos previstos), metalmeccânico (18 projetos aprovados e R\$ 214 milhões em investimentos previstos) e vidros (um projeto aprovado e R\$ 553 milhões em investimentos previstos). Territorialmente, destacam-se os COREDEs Vale do Rio dos Sinos, Norte e Serra, que representam 54% do total de investimentos previstos. Já os COREDEs Serra e Vale do Taquari representam 42% do total de projetos aprovados.

No que diz respeito ao Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI), que tem como objetivo realizar investimentos dos quais resultem a implantação ou instalação de indústrias ou atividades correlatas ao setor à industrial, em 2023, foram instaladas quatro empresas em distritos industriais.

Dentre as realizações que integram do Invest RS, que também integra o Programa Temático “Desenvolve RS”, destaca-se o apoio a empresas em feiras internacionais. Ao longo de 2023, a Sedec apoiou 13 feiras/estandes e um conjunto de 153 empresas em suas participações. O valor estimado de aporte supera R\$ 800 mil. Destaca-se a 32.^a edição da Feira de Inovação Industrial (Mercopar), no centro de feiras e eventos da Festa da Uva, em Caxias do Sul, que reuniu empresas de diversos setores, como o metalmeccânico, o eletroeletrônico, o de automação industrial, o de serviços industriais, o de borracha, de plástico, de energia e de meio ambiente. O Governo do Estado contou com um estande coletivo, composto por 35 empresas gaúchas expositoras desses

segmentos, por meio do Programa de Apoio à Participação de Empresas Gaúchas em Feiras Internacionais do Estado.

Além disso, cabe salientar que, mediante as ações de crédito para o desenvolvimento econômico, espera-se como resultado do “programa de crédito”, Iniciativa do **Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (Badesul)**, o aumento do número de empresas no Estado, com a consequente promoção do desenvolvimento regional através da maior oferta de crédito para setores estratégicos e do apoio financeiro e técnico a municípios, especialmente projetos de COREDEs de baixo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese). Nesse sentido, em 2023, o Badesul aprovou para setores e regiões do RS o montante de R\$ 748.793.658,52 em operações de crédito.

Por meio do Descomplica RS, incluso no Programa Temático “Simplifica RS”, a **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul** realiza a Iniciativa “Junta Comercial Integrada”, a qual trata da interlocução e do trabalho conjunto com os órgãos estaduais para aprimorar as integrações já existentes, bem como otimizar o fluxo de análise de registro empresarial. Nesse contexto, cumpre mencionar a implementação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) no RS. A Rede é uma parceria entre a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JucisRS), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae-RS) e prefeituras. Hoje, a Rede abrange todos os 497 municípios do Estado. Até dezembro de 2023, 255 municípios já haviam aderido ao uso do módulo de licenciamento disponibilizado no sistema Integrador da JucisRS, de forma a permitir a interação entre empresas e municípios com licenciadores, exclusivamente via portal da Redesim disponibilizado pela JucisRS.

O ano de 2023 encerrou com 44 unidades do Tudo Fácil Empresas em funcionamento, que traz em sua operação o conceito *one stop shop* (encontrar todas as facilidades em um único local). Para a sua implantação, requer do município a adesão a automatizações de processos de análise tradicionalmente humanas, mas perfeitamente aplicáveis por meio de preenchimento de tabelas de análise de risco e locacional (Plano Diretor Municipal), além de elaboração de *Application Programming Interfaces* (APIs) para que o sistema integrador e o sistema do município interajam no processo. A empresa é aberta em até dez minutos por meio da ferramenta. Além disso, a Junta Comercial realizou, ao longo de 2023, cinco jornadas de interiorização, disseminando o tema das integrações e simplificações no registro público de empresas, inovação, empreendedorismo e tecnologia, com a participação de diversos municípios nas regiões do Estado do RS.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR)

Órgão vinculado: CEASA-RS

A **Secretaria de Desenvolvimento Rural**, em 2023, realizou diversas ações no âmbito dos Programas Temáticos “Campo em Ascensão”, contribuindo com iniciativas de promoção das agroindústrias familiares e apoio aos municípios em situação de emergência, e “Desenvolve RS”, com ações voltadas para o incentivo à permanência da população no campo.

Relacionado ao apoio para os municípios em situação de emergência, houve repasse de recursos para a recuperação de áreas cultiváveis dos municípios que possuem decreto de situação de emergência homologado e que apresentavam perda de solo de áreas cultiváveis. A ação dividiu-se em dois editais: o primeiro atendendo 22 municípios atingidos pelo ciclone extratropical na região litorânea, ocorrido entre os dias 15 e 16 de junho de 2023, dos quais 11 municípios já possuem projeto empenhado, totalizando R\$ 5,6 milhões. Já o segundo edital, voltado para a região

do Vale do Taquari, contemplou 18 municípios atingidos pelas chuvas intensas e alagamentos ocorridos entre os dias 2 e 6 de setembro.

Em 2023, o Programa de Fomento às Agroindústrias Familiares (PEAF) do Estado encerra o ano contando com 3.800 agroindústrias cadastradas e 1.772 inclusas em 471 municípios. Ao longo do ano, foram desenvolvidas atividades de apoio a feiras em diversas regiões do Estado e firmamento de contratos de liberação de recursos via Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper) para mais de 400 agroindústrias, totalizando quase R\$ 5 milhões investidos. No tocante à agricultura familiar, foram realizadas em 51 feiras da agricultura familiar do Estado em 2023, com faturamento acumulado de quase R\$ 24 milhões, ante um aporte de pouco mais de R\$ 2 milhões.

Em 2023, para melhoria da infraestrutura de cooperativas, foi concedido benefício de assistência técnica e extensão rural (ATER) a 74 cooperativas/associações, e foram realizados eventos de fomento à intercooperação que beneficiaram 45 cooperativas/associações. Buscando estimular a criação de novos negócios e a comercialização de produtos agrícolas, para apoio ao cooperativismo e visando o fomento à participação em mercados privados e institucionais, ao longo do ano a SDR beneficiou 260 agricultores e cooperativas com ATERs e 14 cooperativas com planos de gestão, além de ter concedido a qualificação de 464 cooperativas/associações e ter realizado 1.151 assessoramentos.

No Programa Temático “Desenvolve RS” também estão previstas ações para o incentivo à permanência no campo, as quais objetivam a promoção de melhores condições, principalmente, para o agricultor familiar, pecuarista, produtor de leite e públicos especiais. Em 2023, 1.942 agricultores foram capacitados em agroecologia, assim como foram capacitados 1.645 produtores de leite e pecuaristas e 159 agroindústrias. Ao longo do ano, para apoio e desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e pecuária, 303 projetos produtivos foram apoiados e 10.841 agricultores e pecuaristas foram beneficiados. Já em relação à promoção de ATERs, durante o ano, foram realizadas 1.287 para beneficiários de feiras apoiadas pela SDR, 22.983 para produtores de leite e pecuaristas familiares e 20.928 para assentados, reassentados, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e piscicultores.

Objetivando o aumento da renda das famílias no campo, em 2023, 6.381 projetos produtivos foram apoiados. Além disso, o Programa Troca-Troca de Sementes, o Programa Troca-Troca de Sementes-anistiu cerca de R\$ 8,35 milhões, beneficiando 32.279 produtores rurais afetados pela estiagem. Foi realizado atendimento da totalidade da demanda para disponibilização de sementes, somando a disponibilização de 122.163 sacas de sementes, em um investimento de R\$ 22.581.213,84. O Programa beneficiou 41.000 agricultores em 498 entidades de 402 municípios. Ainda no âmbito do Programa Troca-Troca de Sementes, houve reposição aos beneficiários do Programa que tiveram perdas de sementes de milho e doação para outros produtores nos municípios em situação de calamidade e emergência. Foram entregues 5.656 sacas de sementes de milho recebidas como doação das empresas fornecedoras de sementes do Troca-Troca para 68 municípios.

Com o objetivo de fornecer informações sobre os públicos atendidos, a SDR realizou, com o auxílio da Emater e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), um curso de extensão sobre povos e comunidades rurais do Rio Grande do Sul, com quatro módulos: núcleo comum, pescadores artesanais, povos indígenas e comunidades quilombolas. Os módulos juntos totalizaram mais de 2.000 inscritos, sendo estes servidores públicos de diversas esferas, membros de instituições públicas e privadas, funcionários da Emater, acadêmicos, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas e ainda outros participantes sem vinculação institucional. Além disso, com o auxílio da Emater e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi realizado um diagnóstico das 130

comunidades quilombolas certificadas do Rio Grande do Sul, tendo como principais objetivos: conhecer a realidade socioeconômica e cultural das 130 comunidades; ter uma visão ampla do conjunto de potencialidades e demandas das comunidades; e possuir melhores e mais eficazes condições de propor políticas públicas considerando a realidade encontrada nas comunidades.

Com relação aos pedidos de reconsideração e alguns equívocos de informações no Cadastro Único (CadÚnico), esta secretaria promoveu, através da comissão do SOS Estiagem a reanálise de casos, efetuando novos pagamentos do crédito emergencial quando atendidos os requisitos, totalizando mais 370 beneficiários contemplados com o valor de R\$ 1.000,00 por família. Além disso, promoveu a operacionalização do acesso ao crédito emergencial decorrente da estiagem, disponibilizado pelo Governo Federal para assentados de assentamentos da reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Estado, situados em municípios prejudicados pela estiagem. Estima-se que a operacionalização beneficiou até o final de 2023 mais de 2.120 famílias de assentamentos estaduais que receberão o crédito no valor de R\$ 5.200,00.

As **Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA-RS)** pelo Programa Temático “Campo em Ascensão”, buscam impulsionar novos negócios e comercialização através do abastecimento de hortifrutigranjeiros no RS. Para isso, em 2023, foram comercializadas 572.863 toneladas de produtos, os quais beneficiaram 22.565 usuários. Já por meio do Programa Temático “RS Cidadania”, com o intuito de garantir proteção à vida e promoção do trabalho, é realizado o Programa Social da CEASA, o qual conta com a solidariedade de produtores e atacadistas. Ao longo do ano, 1.202.419 quilogramas de alimentos foram doados, atendendo 789.705 pessoas em situação de vulnerabilidade social cadastradas no projeto, que também envolve ações de assistência educacional, alimentar e reinserção social.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO (Sedur)

Órgão vinculado: Metroplan

A **Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano** atua como facilitadora entre órgãos governamentais, como secretarias estaduais e municipais, principalmente no auxílio político e técnico aos municípios do Rio Grande do Sul. Entre suas principais ações, em 2023, estão aquelas relacionadas à sequência do “programa Pavimenta”, que objetiva firmar parcerias com os municípios para melhorar a infraestrutura rodoviária para turismo e escoamento da produção, além de trazer mais qualidade de vida para a população beneficiada. Por meio desta Iniciativa, que faz parte da Ação Programática para “desenvolvimento territorial e mobilidade urbana” do Programa Temático “Desenvolve RS”, foram assessorados 440 municípios, assinados 409 convênios para a pavimentação de rodovias, 234 para pavimentação de acessos municipais e aprovados 234 projetos de infraestrutura urbana e rodoviária municipal, os quais contemplam pavimentação (asfalto ou bloco de concreto), terraplenagem, sinalização, acessibilidade, drenagem e microdrenagem.

Com relação à Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), órgão responsável pela elaboração e coordenação de planos, programas e projetos do desenvolvimento regional e urbano do Estado do RS, destacam-se as ações do Programa Temático “Desenvolve RS”, que visam ao desenvolvimento territorial e mobilidade urbana. No que diz respeito à Iniciativa “aperfeiçoamento do Programa Passe-Livre Estudantil”, encontra-se quase finalizada a integração da bilhetagem eletrônica por meio do Programa Passe-Livre Online e Desenvolvimento da Padronização de Informações (DPI). Além disso, foram proporcionadas aos estudantes 12.314 passagens integralmente subsidiadas e realizados 12.699 atendimentos para concessão do benefício. Fora do âmbito do Programa Passe-livre, para aperfeiçoamento do planejamento e da mobilidade urbana nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e

regionais, outra ação destacada da Fundação diz respeito à qualificação de 87,24 km de estrutura viária no Estado.

Por fim, no âmbito do Programa Temático “Evolução Sustentável”, visando ações para gestão em proteção e defesa civil, a Metroplan assessorou a elaboração de 15 planos regionais e municipais e aprovou 11 projetos de parcelamento do solo, cabendo ressaltar a finalização da primeira etapa dos Planos Metropolitanos de Proteção Contra Cheias, que consiste em estudos que têm como principal objetivo garantir a segurança das populações que vivem em áreas suscetíveis à ocorrência de desastres naturais. Foram realizados estudos para a bacia do rio dos Sinos e do rio Gravataí, do baixo rio Caí, do rio Gravataí e afluentes em Alvorada e Porto Alegre, e do Delta do Jacuí.

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SICT)

Órgãos vinculados: UERGS e FAPERGS

No que tange às principais realizações da **Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia** no ano de 2023, destacam-se as ações do Programa Temático “Acelera RS” relacionadas aos ambientes de inovação. Por meio da Iniciativa “Conecta RS”, que visa o acesso das escolas da rede estadual de educação às redes de fibra ótica de alta velocidade, foi realizado o monitoramento da conectividade em 50 escolas na fase dois do projeto. Conforme definições da reestruturação do projeto, se efetiva a visão de instalar o número suficiente e necessário de pontos de acesso (roteadores sem fio) por escola, de modo que se possa “iluminar” todo o ambiente escolar com sinal wi-fi. Para a primeira etapa da reestruturação do projeto Conecta RS, foram definidas 17 escolas.

Por meio do INOVA RS, o qual visa incluir o Estado no mapa global da inovação a partir da articulação entre a sociedade civil organizada e os setores empresarial, acadêmico e governamental, foram desenvolvidos e implantados oito Ecossistemas Regionais de Inovação (ERIs) com governança estruturada e atuação efetiva de Comitês Estratégicos e Técnicos (Central; Fronteira Oeste e Campanha; Metropolitana e Litoral Norte; Noroeste e Missões; Produção e Norte; Serra Gaúcha; Sul; e Vales). Os avanços de cada ecossistema foram apresentados no Evento Anual de Avaliação e Reconhecimento do programa INOVA RS, que ocorreu em dezembro, com público estimado de 150 pessoas. Destaca-se, igualmente, a publicação do Edital Inova Agro 05/2023, lançado em agosto, que apoia projetos de pesquisa aplicada para o uso de tecnologia na resolução de dificuldades relacionadas ao agronegócio nas áreas estratégicas de irrigação, descarbonização, aumento da eficiência de produção e transição energética. Após suplementação, foi disponibilizado o valor de R\$ 14.000.000,00 para o Edital. Foram aprovados 25 projetos, advindos dos oito ERIs, e o processo de análise de documentação para a emissão de empenho e para a assinatura dos termos de colaboração/convênios está em andamento.

Também no “Acelera RS”, para promover conhecimento em inovação, ciência e tecnologia, destacam-se as realizações do *Startup Labs*: empreendedorismo intensivo em conhecimento. Quanto ao incentivo para o desenvolvimento de *startups*, foram publicados os seguintes editais: *Startup Lab* 01/2023, para a seleção de dez *startups* apresentarem suas soluções em espaço apoiado pelo Governo, no Gramado *Summit*, ocorrido em abril; e o 04/2023 do Programa *Startup Lab*, via Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), publicado em agosto, que visa às ações de suporte à inovação aberta definidas pelo Comitê Gestor do Programa *Startup Labs* através de concessão de bolsas, de recursos de custeio e de capital. Nesse edital, foram aprovados oito projetos, com aplicação financeira de R\$ 1.210.000,00 para despesas de custeio e capital e concessão de bolsa durante 24 meses. Na Iniciativa “*Startup Labs*: empreendedorismo intensivo em conhecimento”, em relação à divulgação

dos novos negócios regionais, foram apoiadas sete feiras e missões durante o ano. O Governo do RS foi correalizador do Gramado *Summit*, realizado em abril, com um suporte financeiro de R\$ 500.000,00 e do *Gauten Summit*, em agosto, no valor de R\$ 30.000,00. Ambos tiveram como contrapartida espaços físicos para governo e *startups*. Através da RS *Innovation Agro* na 46.^a Expointer, em setembro, 70 *agtechs* revezaram-se nos estandes coletivos, em busca de novas conexões e potenciais parcerias. Em outubro, foi locado espaço para participação de 46 *startups* na 32.^a Mercopar, com um custo de R\$ 200.000,00. Ressalta-se que o *South Summit Brasil 2023* consolidou o RS como referência em inovação e empreendedorismo. O evento recebeu 22 mil visitantes, mais de sete mil empresas e três mil *startups* participantes, além de 600 investidores, incluindo 30 fundos internacionais. Através do *Tech Futuro: tecnologias portadoras de futuro para setores econômicos estratégicos*, em 2023, foram formalizados nove projetos. Pelo meio dos programas *Produtos Premium*, *Startup Lab* e *Techfuturo*, o edital de chamamento público SICT 04/2023 — Casos de Sucesso de Inovação RS 2023 — foi lançado em julho de 2023. A iniciativa tem por objetivo identificar casos de sucesso relacionados aos respectivos programas que evidenciem a inovação nas principais cadeias produtivas do Estado, agregando economia intensiva em conhecimento e diferenciação aos produtos desenvolvidos. Foram submetidas dez propostas. O resultado final foi publicado e divulgado em novembro, com nove projetos aprovados. Já em setembro, foi publicado o Edital SICT 06/2023 *Techfuturo Saúde*, que objetiva apoiar projetos estratégicos voltados ao desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, processos ou serviços no setor de saúde humana, apontado como um dos principais setores econômicos. O valor total dos recursos disponibilizado é de R\$ 14.500.000,00. Foram apresentadas 13 propostas de projeto, das quais nove foram aprovadas, conforme publicado no Diário Oficial, em dezembro. Atualmente, estão sendo elaborados os instrumentos para celebração dos termos de cooperação ou convênios. Adicionado a isso, o Evento *Techfuturo*, por *webinar*, apresentou os resultados alcançados pelo Programa *Techfuturo* — com três projetos apoiados pela SICT e o aprendizado acumulado durante o ano de 2023. Além disso, em setembro, foi realizado o *Webinar Edital Techfuturo Saúde 2023: orientações para submissão de propostas de projetos referente ao Programa Techfuturo Saúde* para todas as regiões do Estado. A publicação da atualização do *e-book Casos de Sucesso em Inovação* deve ocorrer até janeiro de 2024.

Também com o objetivo de promover o conhecimento em inovação, ciência e tecnologia, o GameRS: desenvolvimento da indústria gaúcha de games, visa estimular o empreendedorismo atraindo e retendo grandes *players* nacionais e internacionais capazes de oferecer emprego, estimular a internacionalização das empresas e as exportações de *games*. Em setembro de 2023, foi lançado o Edital *GameRS 07/2023*, com objetivo de apoiar projetos que possam contribuir para o desenvolvimento do setor da educação a partir do desenvolvimento de jogos eletrônicos por parte da indústria do Estado, conforme áreas definidas nos objetivos do Programa *Gamers*. O valor disponibilizado foi de R\$ 1.000.000,00. Sete propostas de projeto foram recebidas e três aprovadas. Atualmente, estão sendo elaborados os instrumentos visando firmar os termos de colaboração ou convênios. A iniciativa TEC4B apoia a implantação de um *living lab* em área urbana que permita o desenvolvimento de novos negócios em áreas estratégicas utilizando tecnologias de telecomunicações e *Internet das Coisas*, intensivas em conhecimento e de alto valor agregado. O edital TEC4B 08/2023, publicado em setembro, apoia projetos que viabilizem o acesso e a utilização de tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento e o aprimoramento de serviços, produtos ou processos inovadores na área de agronegócio através da implantação de *Living Labs*. O resultado, divulgado em dezembro, teve seis propostas de projetos aprovados no valor total de aproximadamente R\$ 6.000.000,00.

Para a sensibilização em inovação, por meio do Programa Educar para Inovar, a SICT promoveu, em parceria com a Secretaria de Educação, o Prêmio Jovem Talento Científico Gaúcho. Em sua quinta edição, o evento reconheceu estudantes de escolas públicas que conquistaram

medalhas e menções honrosas em eventos de conhecimento nacionais e internacionais. Foram reconhecidos 29 alunos de escolas públicas do RS. Além disso, em 2023, a SICT participou de palestras, bate-papo, *podcast*, painel e oficinas sobre diversos temas ligados à governança, comunicação em ecossistemas de inovação, impactos do uso de ferramentas de inteligência artificial e sustentabilidade. Visando à educação para a nova economia, no Programa Temático “Educa+RS”, ainda, através do Educar para Inovar, foram capacitados 384 professores/multiplicadores em formação empreendedora, computacional e científica. Por meio desse programa, ao todo, foram apoiados 11 eventos de sensibilização, mostra de projetos e premiações nacionais e internacionais, incluindo o apoio na elaboração, divulgação e premiação de editais de projetos da Olimpíada Nacional de Aplicativos.

A FAPERGS, mediante o Programa Temático “Acelera RS”, também visa à promoção do conhecimento em inovação, ciência e tecnologia, praticando o fomento à pesquisa para a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico. Em 2023, a Fundação concedeu 506 auxílios à pesquisa e à inovação e 1590 bolsas de Iniciação Científica (BICs) e de Iniciação Tecnológica e de Inovação (BITIs), a partir de setembro de 2023, com vigência de até 12 meses. Destaca-se o fomento de 96 projetos de Fomento ao Intercâmbio Científico, o qual se refere a projetos conjuntos de pesquisa entre equipes gaúchas e estrangeiras. Ademais, a FAPERGS lançou, em dezembro, quatro editais de fomento à pesquisa e inovação, com valor total de R\$ 39.000.000,00, Programa Pesquisador Gaúcho, Auxílio Recém-Doutor/Recém-Contratado, Chamada para Cooperação FAPERGS/FAPESP e o Auxílio à Organização de Eventos Científicos. Contemplando o Programa *Tech* futuro Semicondutores, em setembro foi divulgado o edital FAPERGS 06/2023, em parceria com a SICT, visando apoiar até três projetos estratégicos destinados ao desenvolvimento e aprimoramento de produtos e processos no âmbito do setor produtivo da indústria eletroeletrônica e de automação, com enfoque em soluções e tecnologias ancoradas no segmento da microeletrônica e semicondutores. O aporte é limitado ao montante de R\$ 3.000.000,00 para cada projeto, com prazo de 36 meses de execução.

Por intermédio do Programa Temático “Desenvolve RS”, a **Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)** objetiva à indução das potencialidades regionais e do desenvolvimento científico e tecnológico. Para isso, em 2023, o IDEA-S UERGS Empreende ofertou 40 cursos de graduação em diversos municípios do Estado e concedeu 263 bolsas de monitoria e 203 bolsas pró-disciplina. Já o IDEA-S UERGS Extensão, ao longo do ano, beneficiou 205.653 pessoas com ações de extensão, concedeu 154 bolsas de extensão, realizou 267 ações de extensão, assim como e 154 projetos de extensão. Durante o ano, o IDEA-S UERGS PROPPG ofertou 26 cursos de pós-graduação *latu sensu* e seis cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Além disso, através dessa iniciativa, houve a publicação de um total de 575 produções científicas. Por fim, visando à promoção de ambientes de inovação, por meio do PROJETO IDEA-S UERGS Formação Continuada, vinculado ao Programa Temático “Acelera RS”, 447 alunos formaram-se em curso de pós-graduação pela UERGS.

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES (Selt)

Órgãos vinculados: Daer, EGR e Portos RS

Em 2023, a **Secretaria de Logística e Transportes** atuou no planejamento e na coordenação de ações destinadas à manutenção e ao aprimoramento da infraestrutura que dá suporte ao transporte de passageiros e cargas, buscando proporcionar ao setor transportador possibilidades de ganhos de eficiência, produtividade e redução de custos logísticos.

O Programa Temático “RS Infraestrutura” foi o elemento centralizador dos esforços, atividades e investimentos realizados na infraestrutura dos diferentes modais. Através dele, a Selt

e seus órgãos vinculados promoveram a aplicação de mais de R\$ 706,4 milhões em iniciativas comprometidas com o tratamento de deficiências setoriais sistêmicas que, no passado, limitaram o RS a um contexto de baixa integração modal. A partir de uma visão setorial integrada, baseada na intermodalidade, a Selt gestionou a realização coordenada de ações estratégicas desenvolvidas por seus diferentes órgãos vinculados.

A reestruturação dos portos e hidrovias esteve sob o balizamento de atividades focadas na modernização e ampliação da capacidade operacional do sistema aquaviário. Iniciado com a constituição da Portos RS, este processo, no ano de 2023, culmina com acréscimos de mais de 5,68 milhões de toneladas nas movimentações portuárias, permitindo inferir relevante ampliação da opção pelo transporte aquaviário e consequente fortalecimento do modal hidroviário. Tal indicativo oferece base de avaliação dos resultados alcançados na Ação Programática “transportes: integração e otimização intermodal”, mediante a qual a Selt, no setor aeroaviário, impulsionou o Programa Estadual de Desenvolvimento da Aviação Regional — motor da retomada de rotas e voos comerciais regulares.

A modernização, manutenção e ampliação do sistema aeroportuário, em especial as atividades dos sítios aeroportuários dos aeroportos Lauro Kurtz e Sepé Tiaraju (em Passo Fundo e Santo Ângelo, respectivamente), resultado de cooperações estratégicas estabelecidas pela Selt e entidades do setor aeronáutico, permitiu que os aeroportos tivessem condições de operar aeronaves com capacidade de mais de 180 passageiros. O investimento de mais de R\$ 9,1 milhões em obras e serviços destinados à manutenção e modernização dos aeroportos do sistema regional e o incentivo aos operadores do transporte aeroaviário resultou na ampliação das operações comerciais. Esse fato elevou o RS a uma inédita condição de liderança na aviação regional, considerando o número de voos com origem no interior do Estado. São 132 vôos semanais e 528 mensais. Do interior gaúcho para São Paulo são 73 voos semanais.

No setor rodoviário, a Selt coordenou ainda o enfrentamento de processos de depreciação dos ativos da infraestrutura de transportes decorrentes de condições climáticas adversas que se abateram sobre o RS em período recente, desencadeando acelerada degeneração de parcela do patrimônio infraestrutural, especialmente rodovias. Assim, as ações inseridas na Ação Programática “Amplia RS: ampliação e manutenção da malha rodoviária estadual” foram orientadas à recuperação e manutenção da malha rodoviária e, tendo como base as diretrizes gerais consignadas, o Programa Avançar contou com o aporte de recursos extraordinários previstos pelo Plano de Obras Selt/Daer – 2023, o qual complementou em R\$ 540 milhões os R\$ 256 milhões originalmente consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023, elevando a R\$ 796 milhões o valor dos recursos previstos para investimentos destinados a acelerar obras em andamento, iniciar novos acessos municipais e recuperar rodovias afetadas pelas enxurradas.

A Selt supervisionou o andamento de obras e serviços junto a 34 acessos municipais, incluindo o suporte necessário ao desenvolvimento de projetos de engenharia rodoviária destinados à pavimentação de outros 11 acessos, sendo que, em 2023, ela promoveu a reserva de mais de R\$ 360 milhões para investimento. Ligações regionais, por sua capacidade de articulação territorial, foram objeto de atividades destinadas a implantar 30 segmentos rodoviários necessários à ampliação da conectividade regional. Investimentos em ampliação de capacidade de segmentos da malha rodoviária também foram objeto de supervisão por parte da Selt. Destaque para a ERS-118, que recebeu mais de R\$ 100 milhões em melhorias complementares.

No âmbito das instabilidades climáticas ocorridas no período, o esforço concentrado para a recuperação de rodovias envolveu a coordenação de empresas que detêm contratos de conservação administrados pelo Daer. Os trabalhos realizados sob a recorrência das instabilidades climáticas acrescentaram às atividades rotineiras inúmeras outras, de natureza emergencial, agravadas pela urgência das demandas sociais e econômicas. Envolveram o planejamento de

reconstrução de cinco pontes, desbloqueio de cerca de 30 rodovias danificadas e o aporte de mais de R\$ 60 milhões para que fossem liberados 38 trechos de 24 rodovias. Destaque para obras realizadas na ERS-110, na ERS-129, ERS-132 e na ERS-434. Os serviços se desenvolveram especialmente no Vale do Taquari, na região das Missões e Médio Alto Uruguai, alcançando ainda as regiões: Central; Fronteira Oeste; Nordeste; Serra e Litoral. Foram planejadas e iniciadas 66 obras de revitalização e recuperação de mais de 1.863 km de vias pavimentadas, com investimentos acima de R\$ 206 milhões na reparação de segmentos estratégicos de conexões intrarregionais e interestaduais. Foram investimentos destinados às melhorias das condições de superfície de porções da malha que sustenta fluxos rodoviários relacionados à aquisição de insumos, ao escoamento da produção, ao acesso a pontos turísticos e, ainda, a fluxos afetos às rotinas da população na busca por serviços sociais, educacionais e de saúde.

O Daer, por meio da Ação Programática “Amplia RS: ampliação e manutenção da malha rodoviária estadual”, vinculada ao “RS Infraestrutura”, implementou atividades fundamentais no tocante à rede rodoviária. Obras e serviços de manutenção, conservação e restauração de rodovias e de outros ativos da malha foram realizados com o aporte de mais de R\$ 218,7 milhões e se estenderam por mais de 16.780 quilômetros de rodovias. Foram obras e serviços de conservação rotineira, recuperação, revitalização e ampliação da vida útil de rodovias em trechos críticos, envolvendo a retirada de material danificado, aplicação de asfalto novo e correção de imperfeições em rodovias de todas as Regiões Funcionais do RS. As atividades ligadas à construção de acessos municipais receberam o aporte de mais de R\$ 88,6 milhões e tiveram constituídos os meios necessários à retomada e ao andamento efetivo de obras de pavimentação de 34 acessos municipais, estando 11 obras em fase de desenvolvimento de projetos de engenharia. A construção de rodovias e ligações regionais recebeu investimentos de mais de R\$ 175,19 milhões, alcançando a marca dos 68,26 km de conexões rodoviárias implantadas e aumentando a articulação de núcleos urbanos e áreas rurais a corredores rodoviários estruturados, o que contribui para processos de sustentação da economia regional. Destaque para os serviços realizados na ERS-430, que liga Tapejara a Charrua, importante ligação regional que adensa e estrutura a malha rodoviária da Região Funcional 9, que recebeu o aporte de mais de R\$ 23 milhões do Programa Avançar, tendo sido concluídos mais de 12 quilômetros de pavimentação, favorecendo a mobilidade entre o Nordeste do estado e o Alto Uruguai.

Com aporte de mais de R\$ 26,6 milhões, foram desenvolvidas importantes atividades de ampliação de capacidade de rodovias em diferentes Regiões Funcionais. Destaque, na Região Funcional 9, para a conclusão da implantação de terceiras faixas na RSC-153, entre Passo Fundo e Tio Hugo. As obras ampliaram a capacidade de suporte de fluxos rodoviários em 14 quilômetros considerados críticos. Na Região Funcional 5, foram iniciadas obras de duplicação rodoviária e, na ERS-734, as atividades estenderam-se por mais de 6,5 quilômetros, do entroncamento com a BR-392 até o pórtico da entrada de Rio Grande. Neste campo, destaque para a conclusão dos serviços complementares à duplicação da ERS -118 com implantação de sistema de iluminação da rodovia, que permite mais conforto e segurança aos usuários que circulam pela Região Metropolitana de Porto Alegre. Foi realizada a instalação de 1,7 mil luminárias de alta potência em postes do canteiro central, ao longo de 22,5 quilômetros no trecho situado entre a BR-116 e a BR-290.

Além disso, em 2023, através de consecução de quatro convênios municipais, o Daer viabilizou projetos e obras viárias em trechos urbanos e porções de rodovias, estando em desenvolvimento atividades para investimento compartilhado entre estado e municípios para a implementação de obras rodoviárias para pavimentação de pontes e acessos municipais em diferentes regiões funcionais do RS. Destaque para o avanço no desenvolvimento de uma iniciativa do Programa Temático “Desenvolve RS” que visa promover o desenvolvimento territorial e mobilidade urbana vinculada ao Programa Temático, o Sistema de Gestão de Transporte Coletivo - GTC, que é destinado a agilizar a concessão de licenças para o transporte especial através de

fretamento. Por fim, neste ano, relacionado à Ação Programática “redução da morbimortalidade por causas externas”, promovida pelo Programa Temático “Saúde Cidadã”, foi realizado o acompanhamento do transporte regular em aproximadamente 1.400 linhas, buscando, através de fiscalização continuada, promover a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos.

A Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), em 2023, no bojo do Amplia RS, aportou mais de R\$ 91,9 milhões para o suporte de processos gestão da malha pedagiada. Serviços de manutenção rotineira receberam o aporte de mais de R\$ 19,4 milhões, viabilizando conservação de mais de 630 km de rodovias pedagiadas que perpassam 45 municípios em 11 COREDEs e cinco Regiões Funcionais. Nas atividades relacionadas à restauração de rodovias pedagiadas, com o aporte de mais de R\$ 49,1 milhões, foram aplicadas, conforme a exigência local, soluções de engenharia específicas para corrigir defeitos e conferir nova vida útil em mais de 115,27 km de rodovias. Destaque para as atividades relacionadas a obras na malha rodoviária, cujo aporte de mais de R\$ 11,3 milhões viabilizou a implantação de sete interseções rodoviárias rotatórias e duas obras de arte especiais. Destaque para as interseções na ERS-129, na ERS-235 e na RSC-453. Destaque também para a melhoria urbana na RSC-453, com alça de acesso à rua Hugo Welter e, ainda, para a construção do viaduto em Gramado, junto à ERS-115, na comunidade de Várzea Grande, dispositivo que visa facilitar a travessia de veículos e organizar o tráfego, oferecendo mais segurança para motoristas e pedestres. Note-se a construção da ponte sobre o Arroio Pereira, no quilômetro 3,5 da ERS-474, em Santo Antônio da Patrulha, a qual pode ser concluída cerca de 40 dias após o ciclone extratropical ter destruído completamente a estrutura anterior. Por fim, buscando a redução da morbimortalidade por causas externas, no âmbito do Programa Temático “Saúde Cidadã”, e a promoção da gestão ambiental, no âmbito do Programa Temático “Evolução Sustentável”, importa destacar os investimentos de mais de R\$ 9,8 milhões em serviços de atendimento aos usuários das rodovias pedagiadas e de mais de R\$ 2,3 para o desenvolvimento dos Planos de Gestão Ambiental que, a partir de dados cadastrais, permitiram planejar ações de controle de danos à estrutura das estradas, monitoramento e estabilização de encostas e recuperação de áreas degradadas.

Em relação aos Portos RS, por meio da Ação Programática “reestruturação dos portos e hidrovias do RS”, vinculada ao Programa Temático “RS Infraestrutura”, o sistema hidroportuário gaúcho foi elevado à condição de ativo estratégico estruturado por três portos públicos instalados em Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, 17 terminais de uso privativo e mais de 745 km de vias navegáveis. Especialmente vocacionado ao transporte de grandes volumes, o sistema, no ano de 2023, teve ampliada a sua capacidade de promover aumentos de produtividade, ganhos de eficiência e redução de custos logísticos incidentes sobre a produção regional, especialmente aquela geradora de cargas de baixo valor agregado. As três unidades portuárias da Portos RS, no ano de 2023, movimentaram, em conjunto, um total de mais de 44,86 milhões de toneladas de cargas, superando em 14,5 % as movimentações consignadas no período anterior. Tais acréscimos de movimentações, em boa medida, resultam do aperfeiçoamento da gestão e de investimentos efetuados na qualificação de infraestruturas conexas à atividade portuária.

No campo do controle do tráfego portuário e hidroviário, foram realizadas atividades e investimentos destinados a garantir a manutenção da navegabilidade do sistema hidroviário com serviços de sinalização náutica. Refira-se a evolução da implantação do Plano de Dragagem, que, com a realização de serviços especializados, viabilizou a retirada de mais de 2,22 milhões de toneladas de sedimentos do canal de acesso ao Porto do Rio Grande. Destaque para a consolidação do projeto Porto-Indústria, que reformulou a apresentação das áreas disponíveis para novos investimentos destinados a expandir as operações do complexo portuário. Comprometida com a implementação de um novo modelo de gestão e modernização setorial, a Portos RS realizou intensivo trabalho de desenvolvimento, implementando atividades relacionadas à modernização de

sua infraestrutura de armazenagem e de apoio à operação com investimentos em 40 atividades vinculadas à adequações em armazéns, estruturas de acostagem e segurança da navegação.

Destaque para as iniciativas destinadas ao aumento das operações que, em ato conduzido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários, no ano de 2023, viabilizaram o leilão de 3 áreas destinadas a instalação de novos terminais. A área RIG71, no PRG, será utilizada para movimentação de graneis sólidos vegetais. Outras duas áreas, POA 02 e POA 11, ambas no Porto de Porto Alegre, serão utilizadas para a movimentação de granéis sólidos, vegetais e minerais. Novas áreas de operação e novos parceiros privados que ampliam possibilidades de gestão, capacidade de movimentação e atração de novos embarcadores e cargas para o sistema portuário. Destaque ainda para as movimentações de embarque e desembarque de carga rodante realizadas com embarcações do tipo *roll-on roll-off*. Registre-se a continuidade das atividades do Terminal Logístico do Arroz, marco para o setor orizícola gaúcho. Por tudo, as atividades e os investimentos realizados, associados à disponibilidade de retroáreas e infraestrutura disponível e a certificação para a operação de embarcações de até 70 mil toneladas consolidam o Porto do Rio Grande como um dos mais importantes portos brasileiros e, em 2023, ano em que completou 108 anos de sua fundação, o habilitam como principal elo logístico regional.

SECRETARIA DE TURISMO (Setur)

A **Secretaria de Turismo**, em 2023, implementou, principalmente, atividades e investimentos alinhados com as orientações estratégicas do Programa Temático “Desenvolve RS” e com o resultado esperado da Ação Programática “RS Turismo Sustentável”, que objetivou o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo gaúcho como estratégia de promoção da geração de emprego e renda a partir do fomento aos processos de desenvolvimento, diversificação e divulgação de produtos e destinos turísticos. Sob essas diretrizes, a Setur, no contexto das atividades vinculadas com o fomento ao turismo, realizou Planejamento Estratégico, incorporando às orientações do planejamento quadrienal o PPA, insumos contidos no Plano de Governo e ferramentas de *design* estratégico como o *Business Model Canvas*. Resultado desse processo foi a consolidação do arranjo geral da política setorial e a declaração de seus objetivos estruturadores, que foram dispostos em três grupos principais: inovação e mercado, infraestrutura e sustentabilidade.

No primeiro grupamento, o de inovação e mercado, foram alocados objetivos que aglutinaram diferentes esforços destinados à implementação de ações comprometidas com a estruturação de novos produtos e destinos e também com a promoção e a diversificação da oferta turística, com destaque para aquelas vinculadas ao *branding* e promoção do turismo. Foram promoções em feiras e eventos estratégicos, com participação em nove grandes eventos nacionais (incluindo *WTM Latin America*, Festival das Cataratas, *Travel Next* Minas, Expo ABAV, LGBT+ Turismo Expo do Brasil e *Brazil Travel Market*); realização de ações promocionais em 12 eventos nacionais geradores de fluxo turístico, como o Planeta Atlântida 2023. Destaque para as atividades de interiorização e desenvolvimento regional do turismo, com a realização de 107 ações de fomento ao ecossistema turístico, incluindo participação e promoção em eventos identitários, com o objetivo de criar e desenvolver novos produtos com a identidade local, cultural, gastronômica e rural. No total, foram 30 feiras que desenvolveram produtos identitários. Refira-se ainda a ampla promoção do RS na Argentina, realizada de forma prévia à temporada de verão 2023-2024. As atividades visaram a produção de matérias nos cadernos de viagens dos principais jornais argentinos, buscando ampliar a divulgação dos destinos turísticos do RS, tendo sido realizada *press trip* para veículos de grande projeção, propiciando experiências típicas em pontos turísticos gaúchos. Relevantes ainda foram as iniciativas realizadas no campo da captação de novos voos

internacionais diretos para o RS quando da participação no evento *Routes World 2023*, em Istambul, na Turquia, buscando posicionar o RS como *hub* de conectividade aérea no Cone Sul.

Outro objetivo destacado foi o de dados e informações. As atividades desenvolvidas no âmbito da reestruturação do Observatório do Turismo RS consolidaram o *business intelligence* do turismo do RS que, através da implantação de sua plataforma digital, passou a oferecer um conjunto de painéis interativos que permitem a visualização das variáveis que atuam no complexo contexto do fenômeno turístico. O *business intelligence* permite, por meio de uma única ferramenta, a visualização de dados úteis à tomada de decisões. São seis painéis que disponibilizam informações relativas à abertura de empresas de turismo; ao fluxo de passageiros com destino ao RS; ao atendimento nos Centros de Atenção ao Turista; ao perfil do visitante dos eventos com fluxo turístico; ao PIB do turismo com dados do Valor Adicionado Bruto das atividades características do turismo; ao ICMS das atividades características; e, ainda, ao Relatório de Análise de Fluxo Turístico, com disponibilização de informações relativas a 15 diferentes eventos, dentre os quais se pode destacar a Feira do Livro, a ExpoBento e a Fenachamp, sem, contudo, deixar de referir outros eventos como o Balonismo, a Festa da Uva, a Oktoberfest, o Natal Luz e a Fenadoce. De forma complementar, há o lançamento da edição de 2023 do Censo Hoteleiro de Porto Alegre, compilação de dados inédita disponibilizada pelos Observatórios de Turismo. Alinhado com a metodologia da Rede Brasileira de Observatórios de Turismo, o censo monitora a situação do segmento através do levantamento de gargalos e da quantificação do potencial do setor, permitindo a coleta de insumos para a elaboração de políticas que contribuam com a melhoria e a evolução do setor hoteleiro. Destaque ainda para os Relatórios de Análise de Fluxo Turístico realizados a partir de dados de telefonia móvel, que permitirão ao poder público melhorar a assertividade do planejamento e a execução das políticas relacionadas à infraestrutura de transportes que dá sustentação aos fluxos turísticos.

Em relação ao grupamento infraestrutura, outro objetivo esteve diretamente relacionado com o Programa Avançar no Turismo, o qual, na sua formulação, previu a realização de um total de 162 projetos em 135 municípios. As atividades desenvolvidas no período redundaram na entrega de 81 obras, com 62 prestações de contas já apresentadas. Salienta-se também as realizações na Região da Uva para a melhoria do turismo no Roteiro Termas e Longevidade e na Região Uva e Vinho com a intenção de fortalecer a interação entre os cinco municípios que compõem a região (Veranópolis, Protásio Alves, Nova Prata, Vila Flores e Cotiporã). Por fim, a participação em eventos geradores de fluxo turístico cresceu mais de 120% no período. O crescimento reflete os esforços de planejamento e implementação de atividades estruturadoras do setor turismo como o Plano Diretor de Turismo, o lançamento do *business intelligence* do Turismo, a captação de eventos nacionais inéditos como o Encontro Brasileiro das Cidades do Patrimônio Mundial realizado em São Miguel das Missões, a Convenção de Vendas da CVC e a consolidação do RS como estado com maior número de geoparques da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

No terceiro grupamento, o da sustentabilidade, importa destacar a realização da Conferência Estadual de Turismo, com o tema Turismo Gaúcho: Protagonismo e Futuro, que recebeu 638 inscrições e credenciou 464 participantes representantes da governança pública, do *trade* turístico e da academia de todas as regiões do Estado. Destaque também, neste grupamento, para a atualização do Plano Diretor de Turismo do RS, através do qual a Setur estabeleceu diretrizes, metas e programas.

Ainda na esfera da sustentabilidade, e vinculado às atividades destinadas ao apoio ao acesso às linhas de crédito, financiamento e fomento, foi implementado o Benefício Fiscal Para Parques e Atrações Turísticas, através do qual se viabiliza a isenção de ICMS na importação de equipamentos sem similar nacional, benefício conquistado através da Setur em articulação com a Secretaria da

Fazenda (Convênio CONFAZ ICMS 75/20). Destaque ainda para o objetivo relacionado à responsabilidade socioambiental, onde a Setur e o setor turístico do RS, diante dos desastres gerados pelos eventos climáticos, posicionaram-se promovendo ajuda humanitária, com arrecadação de alimentos e bens para doação, além da criação de força-tarefa para a identificação de equipamentos turísticos atingidos e de ações para a retomada da atividade turística nos municípios, com o intuito de fomentar a recuperação da atividade econômica das cidades turísticas afetadas.

No que se refere à Ação Programática “proteção à vida e promoção do trabalho”, vinculada ao Programa Temático “RS Cidadania”, registra-se que a Setur viabilizou a entrega do auxílio emergencial a 3.109 microempreendedores individuais e 755 pessoas desempregadas. Além disso, quanto à promoção da inclusão e da acessibilidade, foram realizados o projeto Hotel Gamificado, no 35.º evento de negócios turísticos das Américas (Festuris), que, focando na sensibilização sobre acessibilidade e inclusão, buscou induzir mudanças culturais como diferencial competitivo ao criar ambientes que atendam às necessidades de todos os hóspedes. Mais de 200 membros do *trade* turístico vivenciaram a experiência no papel de uma pessoa com deficiência.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA (Sema)

Órgãos vinculados: Fepam e CRM

Ao longo de 2023, a **Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura** implementou diversas ações em cinco Programas Temáticos. Considerando o Programa Temático “Evolução Sustentável”, onde se encontra a maior quantidade de iniciativas da Secretaria, a Ação Programática “prevenção e conservação da biodiversidade”, por meio da Iniciativa “RSBIO”, destaca-se o processo de implantação de dois Planos de Ação Territorial: o PAT Planalto Sul e o PAT Campanha Sul e Serra do Sudeste. Com relação ao PAT Planalto Sul, ele se encontra no terceiro ano de execução, tendo seus resultados atualizados no relatório de progresso. Quanto ao PAT Campanha Sul e Serra do Sudeste, ele está no segundo ano de implementação, com oficina de monitoria em fase de organização. Os relatórios de progresso dos planos que estão sendo entregues incluem o histórico com as principais entregas, síntese das ações em andamento e painel com percentual de ações em implementação. Em relação à implantação do Programa Estadual de Controle de Espécies Exóticas Invasoras, encontra-se em bom estado de desenvolvimento, tendo sido realizado o 1.º Seminário Regional de Espécies Exóticas Invasoras da Região Sul. Relacionado ao RS BIO, foi implantada a Trilha em Itapuã e Banhado Grande, e implantado o projeto de incentivo à criação de meliponíneos, com a certificação de 51 criadores. Foram também realizadas ações relacionadas ao projeto Estratégia de Conservação, Restauração e Manejo Para a Biodiversidade, com ênfase à restauração em aldeias indígenas; à implantação de servidão ambiental das áreas conservadas da Quarta Colônia; à construção dos planos de conservação e recuperação da Mata Atlântica; e ao monitoramento das áreas de restauração das unidades de conservação. Por fim, em relação à Política estadual de combate às mudanças climáticas, destaca-se a recomposição do Fórum Gaúcho de Combate às Mudanças Climáticas e a elaboração do Balanço Energético 2023.

Para promoção de gestão ambiental, em relação às ações integradas de educação ambiental, destacam-se a realização de dez capacitações de gestores e técnicos municipais e a contratação de serviços técnicos especializado para a elaboração do Plano Estadual de Educação Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul (PlanEA). Já com relação à Iniciativa “gestão ambiental”, está prevista a publicação de novo edital para parcerias e concessões no primeiro semestre de 2024 e estão sendo realizadas reuniões com as comunidades para valorização de unidades de conservação

e alinhamento da elaboração dos planos de manejos. No que diz respeito à gestão de recursos hídricos, foi publicado o balanço hídrico, que se encontra disponível na plataforma do SIOUT-RS (Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul). Além disso, três barragens foram vistoriadas, e, considerando um total de 175 estações que existem na rede de monitoramento do Estado, 97 estações foram mantidas considerando o critério técnico de uma visita realizada durante o ano. Acerca do Plano Estadual de Saneamento do Rio Grande do Sul (PLANESAN-RS), o diagnóstico regional dos sistemas de serviços de saneamento existentes nos municípios está concluído e disponibilizado no *site* da Sema. Em adição, o relatório de diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) foi elaborado e está em fase de aprovação, devendo ser encaminhado para consulta pública. Cabe ressaltar que o Plano Estadual de Recursos Hídricos, construído em 2022, precisa ser revisado à luz das novas demandas do Estado. No âmbito do Programa avançar na revitalização de bacias, os projetos para Bacias do Caí e Mirim estão na fase de definição na fonte de recursos para posterior atualização do termo de referência e contratação da Emater, e o das bacias Gravataí e Sinos estão em execução ou ainda em fase de licitação. Permanecendo na Iniciativa “gestão de recursos hídricos”,

Em relação ao Programa Temático “RS Infraestrutura”, as ações da Sema visam o fortalecimento e inovação do setor energético através do PRO ENERGIA RS, destacando-se a Iniciativa “energia forte no campo”, na qual a Secretaria atua visando a qualificação das redes de distribuição de energia elétrica no meio rural. Essa ação compreendeu investimentos em obras de complementação e melhorias, como a substituição de postes de madeira por postes de concreto, instalação de transformadores, modernização nos sistemas de proteção da rede, adequação dos níveis de tensão, entre outros, qualificando, dessa forma, o fornecimento de energia ao consumidor rural. A fase um e dois de obras estão concluídas; a fase três encontra-se com as obras em execução e prestação de contas; e a fase quatro encontra-se no estágio de assinatura do convênio com as cooperativas para posterior ordem de início das obras. Cabe salientar que o Atlas de Recursos Hídricos para geração de energia se encontra em fase de implementação do plano de trabalho junto à empresa, estando em desenvolvimento os itens do produto um (introdução, Estado do Rio Grande do Sul, contexto do setor hidrelétrico, meio ambiente, recursos hídricos no RS e energia hidrelétrica e tecnologia). Em relação ao Programa de Monitoramento de Licenciamento de Empreendimentos Estruturantes, que tem por objetivo acompanhar o andamento da execução dos empreendimentos estruturantes do setor energético, com ênfase para projetos de linhas de transmissão, ele teve todos seus empreendimentos acompanhados, com 38 projetos entregues. Outra importante ação relacionada ao Programa Temático “RS Infraestrutura” diz respeito ao uso sustentável dos recursos minerais e gás, na qual foi definido o realinhamento da política de mineração do estado, descontinuando os incentivos ao carvão, e focando em matriz energética limpa.

No ano de 2023, a Sema também assumiu atribuições relacionadas ao Programa Temático “RS Cidadania”, por meio de Iniciativa vinculada à Ação Programática “proteção à vida e promoção do trabalho”, denominada “Melhores Amigos”, que tem por objetivo definir uma política estadual de assistência aos animais domésticos urbanos e rurais e aos animais comunitários de famílias em situação de vulnerabilidade social, em parceria com os municípios, órgãos federais e com a rede de proteção animal, além de realizar campanhas de sensibilização e educação contra maus tratos dos animais e promover a regulamentação de leis relacionadas à proteção animal. Nessa iniciativa, foram realizadas duas campanhas de sensibilização e educação, firmados 214 convênios, 30.910 esterilizações e capacitadas 1.860 pessoas, cabendo destacar também a regulamentação, criação ou alteração de seis leis ligadas à proteção animal.

No Programa Temático “Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias”, por meio da Iniciativa “Nota Fiscal Gaúcha”, vinculada à Ação Programática “Receita Digital 2030”, 83 entidades receberam o recurso, totalizando o valor de R\$ 486.579,78. Já no Programa Temático “Simplifica

RS”, através da Ação Programática “Descomplica RS”, visou-se a modernização e integração de sistemas, com o intuito de qualificar a gestão dos órgãos de licenciamento para desburocratização. Nesse sentido, destacam-se as melhorias no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR) e no SIOUT-RS. Além disso, na Ação Programática “modernização da legislação ambiental”, o novo código florestal foi implementado, e a modernização da legislação de uso das águas está em processo de revisão e validação de conteúdo.

Na área de atuação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam), na Ação Programática “Descomplica RS”, pertencente ao Programa Temático “Simplifica RS”, foi finalizada a Modernização do Sistema *Online* de Licenciamento Ambiental (SOL). Já no Programa Temático “Evolução Sustentável”, que busca a promoção da gestão ambiental por meio da sustentabilidade e gestão ambiental integrada, a Fepam elaborou estudos e diagnósticos ambientais do Estado, executando o monitoramento ambiental, licenciamento e fiscalização das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, de modo a assegurar o cumprimento da legislação ambiental. Em 2023, a Fundação executou 4.903 vistorias e fiscalizações e emitiu 6.749 documentos licitatórios. A unificação e atualização do procedimento de licenciamento é outra ação finalizada, assim como o volume máximo de processos mantidos está atualmente com 3.761 ainda em análise.

Com relação à **Companhia Riograndense de Mineração (CRM)**, no âmbito do Programa Temático “RS Infraestrutura”, tendo como foco o uso sustentável dos recursos minerais, a mesma promoveu a recuperação de 22,92 ha de área na Mina de Candiota e realizou a produção e fornecimento de aproximadamente 1,3 milhão de toneladas de carvão mineral, garantindo a entrega da cota mínima mensal contratada e atendendo demandas do Complexo Termelétrico de Candiota e de outros mercados de menor porte. No que diz respeito à expansão da mineração de carvão, ela depende do avanço no projeto da Usina Termelétrica (UTE) Ouro Negro, em Pedras Altas, que, por sua vez aguarda a realização de leilão de compra de energia a ser promovido pelo Governo Federal.

Eixo Estado Sustentável e Eixo Governança e Gestão

Para implementação do Programa Temático “Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias”, que visa ao desenvolvimento de um Estado mais sustentável, e do Programa Temático “Governo 4.0”, alinhado ao pilar estratégico da Governança e Gestão (**Quadro 3**), abrigam-se os esforços da Casa Civil (CC), da Procuradoria-Geral (PGE) do Estado e de várias secretarias, em destaque, as descritas nesta seção.

CASA CIVIL (CC)

Dentre as ações da **Casa Civil** em 2023, destaca-se, no Programa Temático “Governo 4.0”, visando à integridade e às boas práticas de governança pública, o desenvolvimento do projeto O Rio Grande te Escuta – Ouvidorias RS. A iniciativa de “integração entre as ouvidorias de instituições públicas no Rio Grande do Sul” foi apresentada pela CC, pasta que estruturou o projeto em parceria com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS), com o objetivo de facilitar o acesso a informações e o encaminhamento de sugestões e denúncias. Em uma solenidade, realizada no Palácio da Justiça, foi lançado o guia que relaciona as ouvidorias públicas e suas formas de contato. Com ele, será possível ampliar a divulgação dos canais de comunicação dos órgãos do Estado e permitir que o cidadão tenha conhecimento dos assuntos tratados por cada um deles, garantindo um atendimento acessível, ágil e humanizado. Para reforçar a divulgação do

projeto, foi realizada uma ação em Porto Alegre, em outubro de 2023. Próximo ao Monumento ao Expedicionário, localizado no parque da Redenção, ficaram dispostas tendas dos órgãos públicos envolvidos no projeto, realizando atendimentos e distribuindo a versão impressa do guia.

SECRETARIA DA FAZENDA (Sefaz-RS)

Órgãos vinculados: IPE Prev e Banrisul (BAC, BP, Bagergs e BCV)

Em 2023, destaca-se a Ação Programática “Receita Digital 2030”, coordenada pela **Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul**, relacionada ao Programa “Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias”. Em relação à política de relacionamento com o cidadão, com foco no desenvolvimento de serviços digitais e no atendimento virtual, foi criado o aplicativo Minha Empresa, para auxiliar na gestão dos negócios de microempresas ou empresas de pequeno porte, que são os optantes do Simples Nacional. Utilizando dados dos documentos fiscais eletrônicos, a ferramenta permite acessar gráficos e indicadores para a administração da empresa, buscando facilitar o trabalho dos empresários que não têm condições de desenvolver um sistema próprio. Desde o seu lançamento, o aplicativo já registrou cerca de três mil *downloads*, podendo beneficiar até 200 mil empresas. Ainda nessa política, houve o lançamento da plataforma Portal de Pagamento dos Precatórios, que disponibiliza informações detalhadas sobre os pagamentos das dívidas decorrentes de decisões judiciais, oferecendo à sociedade mais um canal de transparência sobre as finanças públicas estaduais. Até agosto de 2023, o Estado efetivou o pagamento de R\$ 970 milhões em precatórios, montante que supera o valor quitado no exercício financeiro de cada um dos três anos anteriores. Os pagamentos registrados nesse ano foram destinados para 6.851 beneficiários, sendo 97% deles pessoas físicas, ficando a modalidade de acordos administrativos diretos correspondente à maior parte (65%) do valor quitado. Já o estoque da dívida de precatórios no RS acumulava o valor de R\$ 16,9 bilhões até o fim do segundo quadrimestre de 2023. Nesse sentido, visando à sustentabilidade nos pagamentos, o processo de obtenção de empréstimo no valor de US\$ 500 milhões para quitar precatórios junto ao BID avançou com a aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional, que será a garantidora do financiamento. Após análise da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a operação será votada pelo Senado, para depois ser assinada. Por fim, também na perspectiva de relacionamento com o cidadão, passou-se a disponibilizar uma assistente virtual, chamada “Rê”, para esclarecer dúvidas e prestar orientações aos cidadãos e contribuintes. O *chatbot* pode ser acessado via Portal de Atendimento. A assistente virtual pode responder a questionamentos sobre diferentes assuntos da administração tributária gaúcha, como dúvidas sobre os três impostos estaduais: Imposto sobre ICMS, Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCD) de quaisquer bens e direitos. Há também uma seção destinada especificamente a dois dos principais programas estratégicos: o Nota Fiscal Gaúcha e o Devolve ICMS.

Mediante a Nota Fiscal Gaúcha, foram realizados 12 sorteios no ano de 2023. Atualmente, o programa conta com três milhões de inscritos, mais de 300 mil estabelecimentos cadastrados e mais de 3,8 mil entidades indicadas. Ademais, há novas ações realizadas no âmbito do programa, como a disponibilização e avanços na plataforma NFG Sorteios e no Receita da Sorte (prêmios instantâneos). A Implementação do Receita Certa (*cashback* gaúcho) assegura que parte do incremento real da arrecadação com o ICMS proveniente do comércio varejista seja distribuído a título de premiação em dinheiro, trimestralmente, aos cidadãos consumidores cadastrados no programa que solicitam a inclusão do CPF na nota fiscal, na hora da compra. Em 2023, o NFG destinou mais de R\$ 190 milhões aos cidadãos cadastrados. Além disso, a inclusão no programa NFG possibilita obtenção dos descontos no IPVA, que pode chegar a 5%, ao se juntar 150 documentos fiscais com o CPF.

O Devolve ICMS visa devolver o ICMS para famílias de baixa renda, abrangendo famílias cadastradas no CadÚnico, com base nos critérios de que recebam o benefício do Bolsa Família ou cujo titular familiar tenha algum dependente matriculado na rede estadual de Ensino Médio regular. A parceria firmada entre a Receita Estadual e o Banrisul para viabilizar a operação foi reconhecida nas páginas do novo livro publicado pela Associação Tríplice Hélice, em parceria com a Universidade La Salle de Barcelona. O *e-book* classifica o programa gaúcho de devolução do imposto estadual como referência mundial para o atingimento da meta de redução das desigualdades (objetivo de número 10 das metas de desenvolvimento sustentável da ONU. Em outubro, o Devolve ICMS atingiu um número recorde de famílias beneficiadas, chegando a devolver parte do imposto a 632 mil famílias de baixa renda. Em 2023, o programa transferiu R\$ 271 milhões aos titulares do cartão Cidadão.

Na busca pela sustentabilidade das finanças públicas, no Programa de Qualidade do Gasto, cujo objetivo é reduzir o desperdício, aumentar a eficiência e reestruturar os processos de trabalho, a economia global acumulada foi de R\$ 285.505.934,00. Por fim, buscando auxiliar na reestruturação dos municípios atingidos pelas enchentes de setembro de 2023 no Estado, principalmente no Vale do Taquari, publicou-se a instrução normativa 86/2023, que regulamenta a prorrogação do pagamento de ICMS — medida que abrange estabelecimentos localizados em 11 cidades. Os decretos 57.259 e 57.291 preveem que empresas localizadas em Arroio do Meio, Colinas, Cruzeiro do Sul, Encantado, Estrela, Lajeado, Muçum, Roca Sales, Santa Tereza, Taquari e Venâncio Aires poderão pagar o ICMS referente a julho, agosto e setembro de 2023 até o dia 28 de dezembro do mesmo ano — sem incidência de juros e de multas. Os estabelecimentos desses municípios não sofrerão restrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), Serasa ou protesto em cartório.

A Gestão do Regime Próprio de Previdência Social contempla as ações do **Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Prev)** no Programa Temático “Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias”. Dentre elas, a Gestão da Aposentadoria e Pensões do Poder Executivo atendeu, em 2023, 167.062 servidores inativos (142.306 civis e 24.756 militares) e 43.193 pensionistas (30.503 civis e 12.690 militares) pelo Regime Financeiro de Repartição Simples. Pelo Regime Financeiro de Capitalização, foram atendidos 62 servidores inativos (51 civis e 11 militares) e 118 pensionistas (78 civis e 40 militares). O Regime Financeiro de Capitalização é regido por fundos previdenciários específicos para servidores civis e para militares, denominados FUNDOPREV. Já a Gestão de Pensões dos Outros Poderes e Órgãos Autônomos atendeu 2.666 pensionistas pelo Regime Simples e dez pensionistas pelo FUNDOPREV. Outra realização do IPE Prev, em 2023, foi a continuidade do projeto de implantação da Pensão Previdenciária Eletrônica (PPE), para a concessão, renovação e restabelecimento de pensão por morte.

O **Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul)**, através do Programa de Crédito e Fomento, em 2023, proveu apoio aos municípios, pessoas físicas, agricultura familiar, agronegócio e micro, pequenas, médias e grandes empresas dos setores industrial, comercial e de serviços, viabilizando investimentos potenciais para a geração de emprego e renda. O Financiamento ao Setor Público disponibilizou R\$ 11.127.247,74 em recursos próprios do Banrisul aos municípios do Estado para aquisição de máquinas, equipamentos e obras civis. O Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Social repassou R\$ 50.030.174,73 em recursos do BNDES para pessoas físicas e jurídicas dos setores industrial, comercial, rural e de prestação de serviços.

Os financiamentos destinados ao setor agropecuário, com recursos próprios do Banrisul e repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) do BNDES, contabilizaram R\$ 612.037.967,48 para comercialização e armazenagem de produtos; R\$ 135.096.014 para beneficiamento e industrialização; e R\$ 997.169.698,84 para o investimento na aquisição de animais, máquinas, equipamentos agrícolas, construção de unidades de beneficiamento e

infraestrutura nas propriedades. Além desses valores, houve também a disponibilização de R\$ 4.803.637.088,26 exclusivamente em recursos próprios do Banrisul para o custeio de lavouras e criação de animais.

Já o apoio a pessoas jurídicas disponibilizou R\$ 6.820.724,81 em limite rotativo às pequenas e microempresas, com repasses feitos pelo Cartão BNDES. O financiamento para capital de giro buscou atender às necessidades de capital das micro, pequenas e médias empresas de todos os segmentos da economia, com R\$ 712.567.206,33 em recursos disponibilizados. O financiamento para pagamento de ICMS contou com R\$ 204.022,58 destinados a empresas para o pagamento do tributo. Os recursos para o financiamento das exportações buscaram apoiar a produção e comercialização do segmento com linhas de crédito específicas, totalizando R\$ 586.516.627,58. Destacam-se, ainda, os recursos disponibilizados para o atendimento a pessoas jurídicas de segmentos específicos: R\$ 87.056.741,18 em linhas de crédito para investimentos em modernização da infraestrutura física e tecnológica das universidades do Estado; R\$ 652.406.830,17 em financiamento para a saúde, atendendo hospitais públicos e privados, clínicas e laboratórios; e R\$ 10.144.111,50 em repasses de recursos da Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) para fomento de ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas.

Outras linhas de crédito buscaram apoiar pessoas físicas e jurídicas com financiamento para aquisição ou construção de imóveis residenciais e não residenciais através da disponibilização de R\$ 964.970.340,56 em recursos; e financiamento de projetos sustentáveis, que disponibilizou R\$ 47.512.523,73 para a aquisição de equipamentos. Além disso, o financiamento para crédito universitário contabilizou R\$ 45.096.937,05 para apoio ao pagamento da semestralidade dos estudantes de ensino superior. Por fim, o Banrisul também disponibilizou cerca de R\$ 1 bilhão em novas operações de financiamento para apoio às vítimas das enxurradas e enchentes que atingiram o Estado em 2023, com carência e prazos diferenciados. Este recurso buscou apoiar as prefeituras e o setor primário, além de prover crédito imobiliário e capital de giro de longo prazo aos atingidos.

No Programa Temático “Desenvolve RS”, através do “RS Competitivo”, a **Banrisul Administradora de Consórcio (BAC)** comercializou R\$ 1.668.325.769,00 em valor de carta de crédito de consórcio para a aquisição de bens duráveis móveis, imóveis ou serviços. A **Banrisul Pagamentos (BP)** contou com o cadastro de 183.660 novos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços habilitados à Rede VERO. Já a **Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs)**, que oferece solução logística na movimentação/armazenamento de cargas e digitalização/guarda de documentos no ramo do comércio exterior, disponibilizando 16.487,53 metros cúbicos em espaço de armazenagem para empresários exportadores. Por fim, a **Banrisul Corretora de Valores (BCV)** administrou R\$ 36.297.933,04 em fundos de investimentos e obteve R\$ 3.473.516,28 em receita de corretagem, com a intermediação de títulos e valores mobiliários negociados nas bolsas de valores.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO (Secom)

A **Secretaria de Comunicação**, em 2023, para garantir a inovação e modernização da comunicação, orientou suas ações a partir do Programa Temático “Governo 4.0”. A Gestão da Comunicação Governamental foi qualificada a partir da distribuição regional das informações sobre as ações de governo às emissoras e portais de notícias. A regionalização da comunicação enviou 92 áudios regionalizados à imprensa ao longo do ano. Ainda neste contexto, as redes sociais do governo atingiram aproximadamente 1,33 milhão de seguidores. Já o portal do Governo do Estado contou com cerca de cinco milhões de acessos em 2023. Também nesse ano, a Secom

lançou o canal do governo do Rio Grande do Sul em um popular aplicativo de mensagens instantâneas. Em relação à gestão da publicidade institucional, foram realizadas 51 ações de publicidade, além de 13 campanhas publicitárias: Tudo Fácil Empresas, Diálogo RS, Campanha do Agasalho, Obra nas Escolas, Consulta Popular fases um e dois, Expointer, IPE Prev Prova de Vida, Tudo Fácil Pelotas, Matrículas nas Escolas, Gripe Aviária, Solidariedade e ICMS. A Secom também produziu, ao longo de 2023, o *podcast* Diálogo RS, que vai ao ar duas vezes por semana, trazendo entrevistados para discutir temas de interesse à população; e três edições do GovCast, *videocast* apresentado pelo Governador do Estado, onde temas que estão em pauta na sociedade gaúcha são debatidos com servidores e cidadãos da sociedade civil.

Dentre as realizações da TVE/RS, TV educativa, destaca-se a produção e exibição de programas e reportagens especiais: os dez anos da tragédia da Boate Kiss; os 80 anos da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT); o Maio Laranja e o abuso e a exploração sexual infantil; e o lançamento da comemoração dos 50 anos da TVE, a serem completados em 2024, com a produção dos programas especiais Memória TVE 50 anos para os temas Festival de Cinema de Gramado, Orgulho LGBTQ+, Festivais Nativistas, Consciência Negra e Direitos Humanos. As transmissões de eventos também se destacaram: o carnaval de Porto Alegre; a Maratona Internacional de Porto Alegre; o Festival de Cinema de Gramado; a Mostra Gaúcha de Curtas; a Expointer; a Feira do Livro de Porto Alegre; o Festival Cinema Negro em Ação; os jogos do Campeonato Gaúcho de Futebol; a Califórnia da Canção Gaúcha; e o Prêmio ARI Bannisul de Jornalismo. Por fim, destacam-se também a exibição das novas temporadas do programa infantil O Laboratório Alopado Tá On e do programa Pré-Enem Seduc, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. Também, em 2023, houve a implantação do núcleo de redes sociais da TVE, com a criação dos programas e conteúdos “Minha história com a TVE” e “Eu faço parte dessa história”.

A rádio FM Cultura, em 2023, estreou os programas Cultura a Diesel, Bem Gaúcha e Moderna Tradição e renovou a programação da faixa das 21 horas. Também realizou a transmissão ao vivo do Festival Paulo Moreira de Jazz e atuou como emissora parceira do Porto Alegre em Cena. Neste ano, a FM Cultura também regulamentou a sua participação na Rede Nacional de Comunicação Pública, através da rádio do Ministério da Educação, a Rádio MEC.

SECRETARIA DE PARCERIAS E CONCESSÕES (Separ)

Órgão vinculado: AGERGS

Em 2023, as ações desempenhadas pela **Secretaria de Parcerias e Concessões** vincularam-se à Ação Programática “RS Parcerias”, relacionada ao Programa Temático “Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias”. Em relação ao desenvolvimento de negócios e parcerias, foram finalizados os estudos de pré-viabilidade para os projetos da implantação da Loteria Estadual; das Parcerias Público-Privadas (PPPs) em Educação — que prevê investimentos na manutenção e operação de 100 escolas em 15 municípios que compõem o “RS Seguro” —; e da concessão do transporte metropolitano. Também foi elaborada a modelagem de PPP para os aeroportos regionais de Passo Fundo e Santo Ângelo, prevendo obras de infraestrutura e ampliação.

Ainda visando o desenvolvimento de negócios e parcerias, a Separ publicou dois editais de licitação para os projetos de concessão do Cais Mauá e da PPP do Presídio de Erechim. A concessão do Cais Mauá, em Porto Alegre, prevê um investimento de R\$ 353 milhões, com obras de urbanização, implantação de novo sistema de contenção de cheias e restauração e adequação dos armazéns para uso comercial. Já a PPP do Presídio de Erechim prevê a construção e operação de nova unidade prisional, com investimento de R\$ 149 milhões. Destacam-se, ainda, em 2023, o programa Impulsiona RS, que visa apoiar e fomentar as concessões de serviços públicos e PPPs

nos municípios gaúchos, com ações de capacitação dos gestores locais e acompanhamento dos projetos desenvolvidos, e o início da instalação das estruturas de *free flow* nas rodovias do Bloco Três de concessões, localizadas nas regiões da Serra Gaúcha e do Vale do Caí, substituindo as praças de pedágios convencionais por pórticos de cobrança com fluxo livre.

A **Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS)** desenvolveu suas ações em 2023, no Programa Temático “RS Infraestrutura”. Visando à ampliação e manutenção da malha rodoviária estadual através do “Amplia RS”, a agência homologou o contrato de concessão do Bloco Três de rodovias, além de exercer a regulação do trecho concedido da rodovia RSC-287.

Buscando parcerias para prover melhores serviços, a agência efetivou a regulação dos serviços públicos delegados a partir da avaliação de 18 contratos de estações rodoviárias; fomentou a participação social através de dez audiências e consultas públicas; exerceu monitoramento e fiscalização a partir da emissão de 396 termos de notificação, relatórios e autos de infração; realizou 32 ações de fiscalização dos serviços de distribuição de energia elétrica; e regulou a tarifa de 16 serviços públicos delegados das áreas de fornecimento de água e saneamento, gás canalizado, travessia hidroviária, transporte metropolitano e rodovias pedagiadas. Visando ao uso sustentável de recursos minerais e gás, a AGERGS publicou duas resoluções normativas para regular a distribuição de gás canalizado e disciplinar o mercado livre do serviço, viabilizando o desenvolvimento do segmento no Estado.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO (SPGG)

Órgãos vinculados: EDP, IPE Saúde e PROCERGS

Dentre as principais realizações da **Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**, em 2023, destaca-se a Consulta Popular no âmbito do “Desenvolve RS”, programa que busca o Desenvolvimento Regional por meio da participação popular. Através da Participação popular digital, etapa da consulta popular em que os cidadãos escolhem as propostas que consideram prioritárias para a sua região, foram recebidos 185.282 votos em 2023. O número representa um aumento de 34% em relação ao ano de 2022. A votação esteve aberta entre 27 de novembro e primeiro de dezembro de 2023 pelo portal da consulta e, pelo segundo ano consecutivo, também foi possível votar por meio de um popular aplicativo de mensagens instantâneas. O portal da Consulta foi o principal meio de votação (87%), seguido pelo aplicativo popular (8%) e pelo aplicativo *offline* (5%). A Consulta Popular em 2023 disponibilizou R\$ 60 milhões para a aplicação em investimentos de propostas sugeridas pela população.

No Programa Temático “Governo 4.0” que, na busca de eficiência e assertividade no gerenciamento de obras públicas, através da implantação da estratégia BIMGov-RS (*Building Information Modeling*), inaugurou o Laboratório de Estudos de Tecnologias BIM (LaBIM), criado para impulsionar a adoção da metodologia BIM (em português, Modelagem da Informação da Construção) no âmbito da administração pública estadual. A metodologia BIM é o conjunto de tecnologias e processos que permitem a utilização de modelos digitais de uma construção de modo colaborativo, por todos os participantes do empreendimento. A finalidade é melhorar a qualidade de obras e serviços de engenharia, arquitetura e atividades relacionadas. Na Ação Programática “RS Analítica”, encontra-se uma iniciativa específica para a Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE), que visa a ampliação do número de parceiros para compartilhamento de dados espaciais e adequação do geoportal às novas necessidades. Para isso, foi assinado acordo de cooperação com o Exército Brasileiro, estabelecendo parceria para realizar o mapeamento cartográfico das Regiões Funcionais 3 e 4 do Estado, que abrangem 70 municípios. A RF 3 contempla as regiões da Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra, enquanto a RF 4

representa o Litoral. O trabalho de mapeamento será realizado na escala 1:25.000, trazendo mais detalhes e aprimoramento em relação à base cartográfica atual das regiões, realizada ainda na década de 1970, na escala 1:50.000. O trabalho abrangerá a análise e produção de mais 200 cartas topográficas, além de insumos espaciais relacionados a relevo, hidrografia, sistema de transportes, energia, estrutura viária, comunicações e infraestrutura.

Já na Ação Programática “RS.GOV.BR”, que visa transformar a experiência do relacionamento do cidadão com o Estado por meio da transformação digital, obteve-se 95% dos serviços estaduais digitalizados através da Disponibilização do Governo na palma da mão de todo cidadão. O portal rs.gov.br concentra 717 serviços estaduais. Além das funcionalidades referentes ao Executivo gaúcho, também é possível acessar serviços de outras esferas. O Estado figurou em primeiro lugar no *ranking* nacional Índice de Oferta de Serviços Digitais em 2023 da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (Abep-TIC), repetindo o desempenho de 2021 e 2022.

No Programa Temático “Simplifica RS”, através dos Canais Integrados de Atendimento, foram realizados 68.424 atendimentos via *chat* integrado e 501.843 atendimentos via central telefônica. Essas são ações que permitem uma proximidade com o cidadão por meio de um reposicionamento da estratégia de atendimento integrado e melhoria da eficácia na utilização dos recursos. Ademais, com a modernização das centrais de atendimento Tudo Fácil, foram atendidos presencialmente 633.628 pessoas e inaugurada uma nova agência da Central em Pelotas. O Tudo Fácil contribui diretamente com a simplificação dos processos e melhoria da relação do Estado com o cidadão. Em relação à Ação Programática “Descomplica RS”, na Iniciativa “gestão de desburocratização e empreendedorismo”, destaca-se o Tudo Fácil Empresas (TFE), plataforma que permite a abertura de empresas *online*, de forma gratuita, e em apenas um acesso com tempo máximo de dez minutos. Atualmente, 770 atividades consideradas de baixo risco são contempladas pelo TFE. Este número foi alcançado em março de 2023, como conclusão de um trabalho articulado pelo Descomplica RS, braço executivo do Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo (Cede). Até dezembro de 2023, 44 municípios do Rio Grande do Sul já aderiram ao fluxo rápido do Tudo Fácil Empresas. No momento, outros 106 municípios estão em fase de implantação da plataforma.

No Programa Temático “Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias”, buscando o planejamento e captação de recursos através do fortalecimento da captação de recursos técnicos e financeiros, foi captado o valor de R\$ 128.271.224,80. Através da Ação Programática “RS ativos”, visando a otimização e racionalização do patrimônio do Estado, foi lançado, no dia 3 de maio de 2023, o Painel de Imóveis do Rio Grande do Sul (rsimoveis.rs.gov.br/). A ferramenta disponibiliza a localização dos imóveis de propriedade do Estado, suas características e tipos de ocupação, como, por exemplo, postos de saúde, escolas e delegacias, atualizando e revisando documentações, processos e cadastros de aproximadamente 13 mil imóveis

Por fim, em março de 2023, foi lançado o Programa de Mitigação e Enfrentamento da Estiagem no Rio Grande do Sul, o Supera Estiagem. A construção do programa foi uma resposta do governo estadual para a ocorrência frequente de estiagens e secas no RS, que resultam em quebras de safra e altos impactos na economia gaúcha. O programa transversal envolveu várias secretarias de Estado e contou com ações de curto, médio e longo prazo — desde medidas emergenciais de apoio e assistência aos produtores até investimentos estruturantes — que foram monitoradas pelo Acompanhamento Estratégico da SPGG ao longo de todo ano. Entre recursos definidos e em prospecção, são 30 projetos abrangidos pelo programa, com um total de recursos R\$ 1,46 bilhão.

O Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP) oferece apoio ao desenvolvimento e gerenciamento de projetos dos órgãos da Administração Pública Estadual através da Ação

Programática “Sistema de Governança 4.0”, prevista no Programa Temático “Governança 4.0”, buscando o alinhamento estratégico em todos os níveis de governo, com a finalidade de contribuir para a modernização e para melhoria da eficiência do Estado. Em 2023, o EDP apoiou o desenvolvimento/gerenciamento dos seguintes projetos: Avançar SUAS, Desenvolver RS, Estradas Vicinais, Família Gaúcha, Gestão de Contratos de Abastecimento e Manutenção, Lição de Casa, Mãe Gaúcha, Programa de Recuperação da Fertilidade do Solo, RS Digital, Sementes Forrageiras, Auxílio Emergencial Gaúcho, RS.GOV.BR, Iconicidades, qualificação dos Processos do IPE Saúde, EPR2, Mapeamento dos processos auditados pela CAGE e Volta por Cima.

Em 2023, o **Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul – IPE Saúde**, por meio da Ação Programática “RS Pessoas”, no âmbito do “Governo 4.0”, visando à gestão da saúde do servidor público estadual e de seus dependentes, prestou 15.350.147 atendimentos. Ademais, com a publicação da Lei Complementar n.º 15970/2023, oportunizou-se promover o reequilíbrio financeiro e a qualificação do serviço prestado pelo Instituto. As principais mudanças em relação à contribuição passaram a valer em 1.º de outubro de 2023.

Em 2023, destacam-se as ações desempenhadas pelo **Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (PROCERGS)** relacionadas ao “Governo 4.0” na Ação Programática “RS.GOV.BR”. Mediante a adequação dos sistemas existentes e desenvolvimento de novas funcionalidades, registrou-se o crescimento de 96,48% em sistemas adequados ou desenvolvidos, resultando na otimização dos processos internos e de atendimento. Contemplaram-se diversos órgãos, dentre os quais: Departamento Estadual de Trânsito, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação. Mediante mapeamento, redesenho e informatização dos processos na perspectiva do cidadão, realizaram-se alterações de digitalização dos serviços já cadastrados e aprimorados. São 717 serviços dos 754 mapeados, ou seja, 95% dos serviços já são digitais. Com a ampliação da InfoViaRS, foram ativados 38 locais com rede de fibra ótica nas seguintes cidades: Bento Gonçalves, Canoas, Lajeado, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Uruguaiana, Caxias do Sul, Ijuí, Santa Maria, São Leopoldo, Três Passos e Vacaria. Por fim, a PROCERGS desenvolveu e implementou ferramenta digital para o protocolo de documentos e solicitações do Departamento do Consumidor (Procon RS). O objetivo da ferramenta é proporcionar maior segurança, celeridade e transparência à população. A ação faz parte do projeto Procon RS Digital, que visa modernizar e agilizar o atendimento ofertado para toda a sociedade. Dessa forma, os consumidores e fornecedores gaúchos podem protocolar digitalmente, por meio do *site* do Procon RS, processos que anteriormente eram feitos apenas de maneira presencial ou por *e-mail*. Também foi a grande vencedora do Prêmio Conip de Excelência 2023, iniciativa que visa reconhecer as melhores soluções que utilizam a tecnologia da informação para inovação e melhoria dos serviços públicos. O projeto intitulado “GESeg: EmFrente Mulher” conquistou o prêmio máximo do concurso nacional, sendo o destaque do ano na área de TI.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)

Órgão vinculado: Detran

Em relação à **Secretaria de Segurança Pública**, o combate à violência e criminalidade, no âmbito do Programa Temático “RS SEGURO”, colocado como prioridade pelo governo e com grande impacto na qualidade de vida e na economia, esteve entre as principais atividades desenvolvidas pela SSP.

Nesse âmbito, a Ação Programática “fortalecimento da capacidade de resposta da segurança pública” buscou integrar, modernizar e aparelhar as instituições para proporcionar

serviços rápidos e confiáveis. Para isso, foram disponibilizados às forças de segurança pública, 10.274 equipamentos de proteção individual, 184 novos armamentos, 417 veículos e viaturas adquiridos diretamente, além de nove recebidos em doação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) ao Instituto Geral de Perícias (IGP) e 332 novos equipamentos periciais. Ainda, com o intuito de qualificar o atendimento da Segurança Pública por meio da modernização tecnológica, 5.670 equipamentos de informática foram adquiridos e os quartéis da Brigada Militar conectados à InfoVia chegaram a 152, ampliando a qualificação e a agilidade no atendimento ao cidadão. O Programa de incentivo ao aparelhamento da segurança pública (Piseg), que permite aos contribuintes destinarem parte do que devem em ICMS para a segurança pública, alcançou ao menos R\$ 53.777.460,00 em carteira priorizada.

Por ocasião da Expointer, foram anunciadas a criação da Delegacia de Polícia *Online* do Agro (Agrodol), voltada para crimes em zona rural, e a instalação de mais três unidades das Delegacias de Polícia Especializadas na Repressão aos Crimes Rurais e ao Abigeato (Decrab), chegando a sete. No âmbito das políticas sociais, preventivas e transversais da Segurança Pública, destacam-se dois eventos que receberam, juntos, R\$ 1,23 milhão do governo do Estado, em parte oriundos do Piseg: a ExpoFavela (R\$ 248.300,00) e a Taça das Favelas (R\$ 450.164,00). A primeira, maior feira de empreendedorismo da América Latina, foi organizada pela Favela *Holding* com apoio da Central Única de Favelas (Cufa), e ocorreu de forma descentralizada, tendo sua primeira edição no RS. Ela oportuniza visibilidade para iniciativas da favela e da periferia, promovendo acesso a investidores, capacitações e momentos culturais. O evento contou com a parceria do Governo estadual e da Sedac. Já a Taça das Favelas RS, também realizada em parceria com a Cufa, recebeu apoio também da Secretaria de Esporte e Lazer (SEL), com objetivo de levar inclusão, cidadania e entretenimento às comunidades de favelas e periferias por meio do futebol. O campeonato reuniu mais de seis mil atletas em 540 times femininos ou masculinos e levou os campeões à etapa nacional.

A Ação Programática “cidadão mais seguro” abrangeu atividades para recuperar a sensação de segurança, impactada pelos índices de criminalidade percebidos por meio da redução da criminalidade e da violência no Estado. O resultado foi percebido pela queda dos índices de roubo de veículos, homicídios e abigeatos aos menores valores da série histórica. As atividades de policiamento comunitário da Brigada Militar, de caráter preventivo, efetivado através da interação com as comunidades, envolveram a realização de 144.504 visitas comunitárias. Em prol de qualificar essas atividades, foram adquiridas 16 bases móveis. O enfrentamento da violência contra grupos vulneráveis proporcionou 25.102 atendimentos a vítimas de violência doméstica e 11.591 exames periciais em vulneráveis. A Patrulha Maria da Penha, voltada para o atendimento da violência contra a mulher no âmbito doméstico ou familiar, realizou 57.052 visitas, assim como remeteu, originados de delegacias especializadas, 50.977 procedimentos policiais. Já o selo “Em frente, Mulher”, iniciativa do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, vem sendo concedido a empresas com ações contínuas de promoção da equidade de gênero no ambiente corporativo e de enfrentamento à violência contra mulheres. Desde que foi lançado em março, 13 delas receberam a certificação. Por meio da iniciativa de “qualificação das ações de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública”, foram, pelo menos, 1.077.483 ocorrências atendidas, 110.539 prisões efetuadas, 5.318.627 pessoas abordadas ou identificadas, 3.000.154 veículos fiscalizados e 188.487 barreiras policiais realizadas. Também foram apreendidas mais de nove mil armas e 40 toneladas de entorpecentes. Destaca-se a Operação Cerco Fechado, realizada em conjunto pela Brigada Militar (BM) e Polícia Civil (PC), em enfrentamento ao crime organizado, em três momentos, a qual efetuou mais de 1.300 prisões. Por ocasião das enxurradas que atingiram as regiões Norte, Serra e Vale do Taquari, foi mobilizado um grande efetivo para buscas, resgate e identificação das vítimas. Os esforços articulados pela Defesa Civil promoveram a atuação transversal do Corpo de Bombeiros Militar (CBMRS), da BM e da PC nas ações de

socorro aos atingidos. Nas missões de busca, o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul (CBMRS) empregou 11 cães em revezamento, sendo que seis eram de fora do Estado. Ainda, por meio da iniciativa de “qualificação da prevenção e combate a sinistros e das ações de busca e salvamento e defesa civil”, 326 municípios tiveram áreas de risco mapeadas, 36.620 alvarás e certificados de licenciamento referentes aos Planos de Prevenção e Combate a Incêndios (PPCI) foram expedidos e 17.165 estabelecimentos foram vistoriados.

As atividades de segurança pública para a comunidade escolar que visam à qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas, no âmbito do Programa Temático “EDUCA+RS”, ganharam reforço especial ao longo do ano devido a ameaças de ataques às instituições de ensino. Foram realizadas 91.821 visitas da Patrulha Escolar da BM a estabelecimentos de ensino. Também foram desenvolvidos programas de prevenção e de promoção da cultura de não violência, como o “Bombeiro na Escola” que atendeu 65.109 alunos, o “Papo de Responsa”, da PC atendeu 64.846 alunos. Já o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), promovido pela BM, formou 96.953 alunos. Além disso, visando à qualificação da aprendizagem, houve a manutenção da excelência no ensino do Colégio Tiradentes através da formação de cerca de 389 alunos em 2023.

A SSP também atuou na fiscalização, prevenção e repressão a ilícitos ambientais, por meio da Ação Programática “prevenção e conservação da biodiversidade”, inclusa no Programa Temático “Evolução Sustentável”. As atividades desenvolvidas envolveram educação ambiental de 25.331 pessoas. Ainda, houve a realização ou apoio a 1.983 operações e efetivação de 6.451 prisões pelo Comando Ambiental da BM. Em adição, a PC remeteu 3.401 procedimentos relativos a crimes ambientais. Quanto às perícias ambientais, 575 foram realizadas, além de uma vistoria de fiscalização a madeiras em áreas de plantio.

O **Departamento Estadual de Trânsito (Detran)** desenvolveu suas realizações em 2023 principalmente no âmbito do Programa Temático “Governo 4.0”, na Ação Programática “RS.GOV.BR”. As atividades de emissão de Carteiras Nacionais de Habilitação (CNHs) e Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo (CRVLS) e serviços técnicos da autarquia ao cidadão foram mantidas com 100% de atendimento. O quantitativo de serviços disponibilizados pela autarquia de forma digital, por meio da iniciativa “Programa Detran/RS Digital – PDD”, chegou a 48, e a base de dados de indivíduos teve sua implantação concluída. Outra conquista foi zerar a lista de espera para exames de habilitação, que chegou a 120 mil candidatos após a suspensão de prazos ocorrida em função da pandemia de covid-19.

Já no Programa Temático “Saúde Cidadã”, por meio da Ação Programática “redução da morbimortalidade por causas externas”, o Detran, visando a ampliação das abordagens nas fiscalizações de trânsito, atingiu 144.390 fiscalizações. Objetivando a educação para o trânsito na Rede Escolar e no Sistema Estadual de Trânsito, a autarquia realizou a capacitação de 2.666 profissionais para atuar com o tema trânsito. Além disso, para promover publicidade educativa de trânsito, sete campanhas publicitárias foram realizadas em 2023.

O espaço físico da Escola Pública de Trânsito do DetranRS, que já funcionava na modalidade *online*, foi inaugurado em Porto Alegre. Ele é destinado a oferecer atividades educativas para todos os públicos, fomentando uma cultura de segurança e de preservação da vida no trânsito. Destaca-se também que, após oito anos da Lei dos Desmanches, o Estado apresentou redução progressiva em roubos de veículos. O regramento implementado no Estado possui exigências ambientais e de segurança, a fiscalização de estabelecimentos foi reforçada, as sucatas são encaminhadas para reciclagem, e o *site* Peça Legal reúne empresas disponibilizando milhões de peças regulares e seguras. O sistema de desmanches gaúcho serve de referência para outros estados. Essencial para esse resultado é a Operação Desmanches, força-tarefa permanente de segurança pública, que teve 25 edições e apreendeu 2.900 toneladas de sucata em 2023. Por fim,

medidas de apoio ofertadas às populações atingidas pelos eventos climáticos incluíram emissões gratuitas de segunda via da CNH, de documentos de veículos e de autorização para troca de placas.

Secretaria Extraordinária de Inclusão Digital e Apoio às Políticas de Equidade (Seidape)

Com o objetivo de trabalhar inclusão e diversidade dentro do campo do empreendedorismo, a **Secretaria Extraordinária de Inclusão Digital e Apoio às Políticas de Equidade** coordenou 33 ações sociais dentro do *South Summit Brazil* em 2023. Ademais, fruto de missões internacionais, a Seidape promoveu o evento *Mastercard Day*, realizado em junho de 2023, em conjunto com a multinacional, no qual foram apresentadas ferramentas em processo de implantação na administração estadual para integrantes de diversas secretarias do Estado. Além desse, a pasta coordenou outros eventos e missões internacionais em busca de parcerias em soluções governamentais.

Por fim, cabe salientar que, em dezembro de 2023, a Seidape desenvolveu um *workshop* com foco na capacitação antirracista para membros do primeiro escalão do secretariado. O objetivo do curso “Entendendo o Racismo no Contexto Brasileiro” foi impulsionar discussões e reflexões sobre o tema, além de fortalecer a criação de uma forma de trabalho transversal para a construção de políticas públicas. A ação faz parte de uma trilha sobre equidade racial, com exposição da temática, dinâmicas e debate sobre tópicos relevantes para o desenvolvimento do assunto.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE-RS)

Em 2023, destacam-se as realizações desempenhadas pela **Procuradoria Geral do Estado** relacionadas ao Programa Temático “Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias”, que buscam a modernização da representação judicial, conciliação, consultoria, probidade, recuperação de ativos e gestão de passivos contingentes. Através do “Recupera + RS”, que visa a modernização do procedimento de recuperação de ativos e implantação de novas tecnologias de inteligência fiscal, conseguiu-se recuperar mais de R\$ 576 milhões do estoque da dívida ativa judicializada em 2023. No mesmo ano, foi estimada uma economia de cerca de R\$ 1,7 bilhão decorrente da atuação da perícia contábil em cumprimentos de sentença e pagamentos, bem como uma economia de R\$ 600 milhões da atuação na defesa de teses jurídicas, o que totaliza R\$ 2,3 bilhões. Através da avaliação e mapeamento do estoque de crédito judicial, foi observada uma evolução importante no que se refere à estratégia de penhora de faturamento. Com isso, atingiu-se o total de 3,5 bilhões do estoque da dívida ativa negociada.

Por fim, STF acolheu por seis votos a cinco a tese defendida pela PGE-RS, em nome dos estados e do Distrito Federal, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) n.ºs 7.066, 7.070 e 7.078, confirmando a validade da cobrança do diferencial de alíquotas do ICMS (DIFAL) nas operações interestaduais de circulação de mercadorias para consumidores finais não contribuintes do imposto a partir de 05 de abril de 2022. Com a decisão, evita-se que o Estado do Rio Grande do Sul tenha que devolver aos contribuintes o imposto cobrado em 2022. De acordo com o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), a discussão possui impacto de R\$ 14 bilhões para as Fazendas Públicas Estaduais, não havendo prejuízo na manutenção das políticas públicas.

Eixo Sociedade com Qualidade de Vida

Para alcançar uma sociedade com qualidade de vida, o PPA 2020-2023 conta com cinco Programas Temáticos: “Educa+RS”, “Evolução Sustentável”, “RS Cidadania”, “RS Seguro” e “Saúde Cidadã” (**Quadro 3**). Nesta seção, encontram-se as realizações das principais secretarias que efetuam esforços para o alcance dos objetivos temáticos desses programas, assim como as realizações da Casa Militar (CM) e do Gabinete do Vice-Governador (GVG).

CASA MILITAR (CM)

A **Casa Militar**, por meio da **Subchefia de Proteção e Defesa Civil**, realiza a Ação Programática “gestão em proteção e defesa civil”, prevista no Programa Temático “Evolução Sustentável”. Em 2023, tendo em vista os desastres naturais que assolaram o Estado, a Defesa Civil prestou assistência aos diversos municípios atingidos e às populações dessas localidades, por meio da articulação entre os órgãos do poder público estadual e as coordenadorias municipais de Defesa Civil para resgate das pessoas em risco, recebimento e distribuição de donativos, bem como por meio do apoio ao reestabelecimento dos serviços públicos essenciais e à reorganização das administrações municipais. Nesse sentido, houve, ainda, a regulamentação das transferências do Fundo Estadual de Defesa Civil aos municípios atingidos por desastres naturais, na modalidade fundo a fundo, por meio do Decreto n.º 57.292/23.

Somadas às ações supracitadas, o aprimoramento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil e Gerenciamento de Riscos e Desastres abrangeu o atendimento a 450 municípios para aprimoramento da Rede de Proteção e Defesa Civil, bem como a capacitação de 630 integrantes do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil. Destacam-se, ainda, a continuidade da estruturação do Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (SERGID) e a realização de processo licitatório para a prestação de serviços de monitoramento, acompanhamento e alerta meteorológico com previsão em tempo real.

Quanto à Iniciativa “reaparelhamento e modernização da defesa civil estadual”, foram realizadas as aquisições de 11 veículos, distribuídos entre as nove Regiões Funcionais do Estado, e de 50 rádios transceptores portáteis, também fornecidos a todas as Regiões Funcionais.

No que se refere ao “aperfeiçoamento da Comissão Estadual P2R2”, com vistas à prevenção, preparação e resposta aos acidentes com produtos perigosos, foram realizadas quatro reuniões de trabalho com os representantes dos órgãos e entidades federais e estaduais que integram a Comissão. Além disso, em 2023, houve a realização de quatro ações de capacitação e a publicação dos atos de designação da nova composição da Comissão. Ademais, foram realizadas quatro ações de fiscalização, as quais precisaram ser suspensas ainda no primeiro semestre para que os esforços dos órgãos estaduais fossem redirecionados para a resposta aos eventos climáticos que afetaram diversos municípios gaúchos.

GABINETE DO VICE-GERENADOR (GVG)

O **Gabinete do Vice-Governador** tem atuado na articulação de ações em temas estratégicos do Governo do Estado, conforme determinação do Governador. No ano de 2023, podem ser destacadas as ações de coordenação das iniciativas decorrentes das emergências climáticas ocorridas no Estado e a ação junto aos projetos especiais de Governo.

Em relação aos eventos climáticos que afetaram o Estado em 2023, o GVG assumiu a coordenação das ações dos diferentes órgãos de Governo, potencializando os trabalhos de

prevenção e resposta da Defesa Civil. As enchentes no Vale do Taquari foram as que mais demandaram resposta ágil e eficiente. Para atender às necessidades mais urgentes e auxiliar a população com o reestabelecimento dos serviços, uma força-tarefa instalou-se na região. A medida foi fundamental para possibilitar a retomada da normalidade, possibilitando a coordenação das ações governamentais nas diferentes esferas de governo e do setor privado. A força-tarefa permitiu que uma estrutura do governo fosse instalada no Vale do Taquari, e a integração das ações possibilitou reerguer rapidamente os serviços públicos. O atendimento às pessoas, a mitigação de efeitos e a aceleração do processo de reconstrução foi o foco da força-tarefa.

A atuação do GVG na coordenação dos projetos especiais foi determinada pelo Decreto 56.840/2023, alterado pelo Decreto 57.019/2023. Essa legislação criou o Gabinete de Projetos Especiais (GPE). Cabe ao grupo supervisionar e coordenar o planejamento, a implementação e a execução dos programas estratégicos do Governo do Estado. Atualmente, integram os seguintes projetos: *South Summit Brazil*, Partiu Futuro, Primeira Infância, Professor do Amanhã, Todo Jovem na Escola, Operação RS Verão Total e Transporte Metropolitano.

O *South Summit Brasil* é o maior evento de inovação, sendo uma plataforma de inovação que conecta empresários, empresas e investidores para gerar negócios e moldar o futuro. O governo do Estado é corealizador pelo segundo ano consecutivo. A edição de 2023, realizada entre 29 e 31 de março, levou mais de 22 mil pessoas ao Cais Mauá e reuniu fundos de investimento com volume de 123 bilhões de dólares sob gestão. O RS recebeu visitantes de 50 países, mais de três mil *startups* e 900 *speakers* participaram do evento. O Estado deverá sediar o evento pelos próximos quatro anos.

No dia 17 de outubro, foi lançado o novo programa de empregabilidade jovem, o Partiu Futuro. A iniciativa prevê a qualificação técnica e a aprendizagem profissional para jovens a partir de 14 anos, promovendo o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade social ao mundo do trabalho. O Partiu Futuro contempla as modalidades de estágio e Jovem Aprendiz e busca a geração de renda e o combate à evasão escolar. Entre 2024 e 2026, o governo investirá R\$ 42,3 milhões no programa e poderá beneficiar até 2.480 jovens. A iniciativa está estruturada em três eixos de atuação: estágio em escolas, Jovem Aprendiz: setor público e Jovem Aprendiz: escolas técnicas.

Em relação ao Primeira Infância RS, destaca-se a atuação na coordenação do Comitê Intersetorial pela Primeira Infância (Ceipi). Foram realizadas reuniões mensais visando discutir os temas relativos à área. Para contemplar o cuidado integral para a primeira infância, conforme recomenda o marco conceitual *Nurturing Care*, adotado como referência para elaboração do Plano Estadual Pela Primeira Infância, o Comitê Intersetorial atuou na estruturação da Ação Programática “primeira infância RS”, no PPA 2024-2027. Trata-se da estruturação de iniciativas em diferentes áreas, para que o Estado possa atuar nas várias frentes da atenção integral da primeira infância. A ação tem como resultado esperado a melhora do cuidado integral da primeira infância nas dimensões: saúde, nutrição, aprendizagem, segurança e proteção, nutrição e cuidados responsivos. No total, 13 órgãos do Estado desenvolveram iniciativas nas diferentes áreas. Destaca-se, também, o trabalho na realização do Plano Estadual pela Primeira Infância, documento técnico e político que integra o Marco legal da Primeira Infância. O Plano está sendo realizado em três grandes momentos: definições conceituais e estratégicas direcionadoras do documento; diagnóstico e problematização da temática, considerando os aspectos territoriais e as situações das diferentes infâncias; e elaboração de estratégias e propostas. Até o momento, já foi finalizada a fase de definições conceituais e estratégicas e foram realizadas audiências públicas em quatro municípios: Tenente Portela, Pelotas, Bento Gonçalves e Santana do Livramento, com foco em populações específicas. Ainda no escopo do Plano, foi organizado o Manual de Escuta Infantil, visando incluir o público-alvo no processo de construção do plano.

Ainda na temática da primeira infância, sob a coordenação do GPE-GVG, salienta-se a construção do *dashboard* da Primeira Infância, o qual apresenta indicadores atualizados para as cinco dimensões do cuidado integral da primeira infância: saúde, nutrição, cuidados responsivos, segurança e proteção e aprendizagem. Compreende 38 indicadores e dez índices sintéticos, divididos em indicadores de processo e de resultado. Tem como objetivo apoiar gestores estaduais e municipais a trabalharem e lançarem um olhar para as necessidades dos seus territórios no que diz respeito às crianças na primeira infância. É uma ferramenta de apoio à gestão na tomada de decisão para melhoria dos indicadores das cinco dimensões e deve servir de base para o acompanhamento e monitoramento do Plano Estadual Intersetorial pela Primeira Infância. O Comitê, em conformidade com o Decreto n.º 10.770/2021 e a Portaria do Ministério da Economia n.º 1410/2022, também realizou um mapeamento junto aos seus membros e à SPGG das políticas e ações voltadas à Primeira Infância no PPA 2020-2023 e na LOA do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O esforço tratou de documentar as políticas existentes da primeira infância no PPA vigente e na LOA de 2023. Como resultado, o Ceipi publicou o *e-book* Políticas para a Primeira Infância, que busca dar transparência e informar à sociedade a soma dos recursos aplicados anualmente no conjunto de iniciativas e serviços da primeira infância.

A Operação Verão Total articula um conjunto de iniciativas integradas e transversais de prestação de serviços públicos sazonais a veranistas, turistas e população residente nos meses de veraneio, nas regiões litorâneas, serra, fronteira e municípios de águas internas, com vistas à promoção de desenvolvimento econômico e social, bem-estar, segurança e valorização da vida. Busca ampliar a oferta de serviços nas regiões de praias, lagoas e balneários do Rio Grande do Sul por meio de um plano integrado das ações envolvendo 39 órgãos e secretarias do governo do Estado.

O Todo Jovem na Escola visa a permanência dos alunos em sala de aula, garantindo auxílio financeiro aos estudantes da rede estadual. Em outubro, o Governo do Estado apresentou o novo Todo Jovem na Escola, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa em dezembro e entrará em vigor em 2024. O programa foi reformulado após meses de estudos, avaliações orçamentárias, análise de iniciativas promovidas em outros estados e encontros com especialistas da área. Com este novo formato, a iniciativa gaúcha será a maior e mais completa no combate à evasão e ao abandono escolar em todo o País. Até 2023, foi realizado o pagamento de bolsa mensal no valor de R\$ 150,00 para estudantes do Ensino Médio da rede estadual. São pagas dez bolsas por ano para o aluno inscrito no CadÚnico, com renda *per capita* de até meio salário-mínimo ou três salários-mínimos totais, mediante frequência escolar mínima de 75%. A partir de 2024, serão quatro incentivos concedidos ao estudante: bolsa mensal com valores progressivos (baixa renda, pobreza e extrema pobreza), que serão estabelecidos posteriormente através de decreto; auxílio-material escolar, no valor de uma bolsa mensal, a ser pago após a matrícula; poupança aprovação, ou seja, a cada ano letivo concluso, ele receberá na conta poupança o valor correspondente a duas bolsas mensais; prêmio engajamento, no valor de R\$ 100, para aquele estudante do terceiro ano que participar das provas do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do RS (Saers) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Outra mudança é que os valores serão creditados em um cartão cidadão emitido em nome do aluno, e não mais no Cartão Cidadão do responsável familiar.

Em relação ao Professor do Amanhã, a Lei n.º 16.001 foi sancionada pelo governador Eduardo Leite no dia 04 de outubro de 2023. A iniciativa prevê o pagamento de bolsa auxílio-mensal de R\$ 800,00 por estudante e R\$ 800,00/mês por vaga para a Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES). O Professor do Amanhã será executado pela SICT. Na sequência, será aberto edital com mil vagas disponíveis para que as universidades comunitárias apresentem suas propostas de formação de professores, de acordo com as áreas prioritárias definidas pela gestão estadual. Após a conclusão da graduação, em contrapartida, o professor deve trabalhar na rede

estadual por no mínimo 1.920 horas, que corresponde a cerca de 40 horas semanais por um ano. O Executivo estadual prevê um investimento de R\$ 57,6 milhões até 2026.

No acompanhamento das ações sobre o transporte metropolitano, o GVG tem atuado para oferecer condições de licitar os serviços a partir de um modelo de oferta de viagens que melhorem a economicamente, garantam maior confiabilidade e atendam a modernização e a eficiência na prestação dos serviços. Além disso, tem buscado equacionar a política tarifária vigente, considerando os efeitos da pandemia e os auxílios transferidos aos operadores pelo poder público, baseados em três princípios fundamentais: modicidade tarifária, universalidade e equilíbrio econômico e financeiro da operação. Nessa perspectiva, iniciou a estruturação de uma modelagem da futura concessão que irá redesenhar o sistema de transporte público da RMPA para a realização da licitação. Isso irá fornecer segurança jurídica ao Estado e às empresas, bem como, aumentar a qualidade do serviço prestado à população. Para tanto, foi contratada a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pretende-se realizar a análise completa da situação atual do sistema de transporte e a proposição de aprimoramentos, que poderão implicar em mudanças de ordem contratual, no traçado das linhas, na qualidade e organização dos prestadores de serviços, na tecnologia empregada e na relação com os demais modos de transporte em operação no Estado.

SECRETARIA DA CULTURA (Sedac)

Órgãos vinculados: FOSPA e FTSP

Em 2023, a **Secretaria da Cultura** empreendeu diversas ações para a disseminação e fomento da cultura e da economia criativa, para a qualificação dos profissionais da área, bem como para a salvaguarda e difusão do Patrimônio Cultural do Estado.

No âmbito do Programa Temático “Acelera RS”, as Iniciativas da Sedac estiveram dispostas em duas Ações Programáticas. A primeira, “fazer e viver a cultura no RS”, abrange a Iniciativa “sistema estadual de cultura”, cujo propósito é difundir, valorizar e internalizar na comunidade cultural os princípios do referido Sistema, que foi instituído pela Lei n.º 14.310/2013, por meio da qual foram realizados 122 eventos e ações culturais em 2023. Também abrange a iniciativa “programa de formação e qualificação na área cultural”, que oferta qualificação técnica através de cursos especializados oferecidos pelos Institutos e Instituições vinculadas à Sedac. Foram atendidas 11.236 pessoas nos 82 cursos ofertados ao longo do ano, com destaque para o investimento de R\$ 200.000,00 na realização da Feira do Livro de Porto Alegre, com a destinação de R\$ 30.000,00 para a distribuição de vales-livro durante o evento. A ação contemplou crianças e jovens de escolas públicas, alunos de literatura em cursinhos pré-vestibulares comunitários e leitores de bibliotecas públicas do Estado. Ainda, o projeto Autor Presente, realizado por meio do Instituto Estadual do Livro (IEL), foi ampliado, visando alcançar um maior número de jovens e comunidades. Por meio de parceria com a Seduc, o investimento total no projeto passou de R\$ 50.000 para R\$ 160.000 reais, resultando em 6.650 alunos atendidos e na aquisição de acervos para 40 escolas em 33 cidades.

A segunda Ação Programática, “RS Criativo”, integrante do programa estratégico de governo de mesmo nome, criado e atualizado pelos Decretos n.º 50.975/2013 e n.º 54894/2019, com o intuito de promover o desenvolvimento e o fortalecimento da economia criativa. Nela, destacam-se a capacitação de 139 empreendedores no Ciclo de Residência Criativa, assim como a realização de 215 caravanas em todas as nove Regiões Funcionais do Estado, além de outras 23 realizadas em outros estados brasileiros e em dois outros países, as quais, somadas às capacitações ofertadas no Espaço HUB Criativa Birô, atingiram a marca de 4.103 pessoas capacitadas. Ao longo do ano, foram publicadas 12 pesquisas sobre economia criativa. Ainda, objetivando a realização de atividades de internacionalização na área da economia criativa, houve a execução de duas rodadas

de negócio, uma no Estado do Pará e outra na Argentina, com a participação de 15 empreendedores gaúchos.

Em relação ao Programa Temático “RS Seguro”, a Sedac alcançou 100% de execução do Plano Anual relativo à implantação das ações previstas nos Planos de Ação Territoriais junto aos Municípios do “RS Seguro”, prevista na Ação Programática “políticas sociais de prevenção à violência com foco territorial”.

Já no Programa Temático “RS Cidadania”, visando a “qualificação e sustentabilidade das instituições culturais”, além da manutenção das 25 instituições culturais do Estado, foi desenvolvida a Iniciativa para “realização de atividades de educação patrimonial”, ofertadas ao público frequentador dos espaços culturais sob a responsabilidade da Sedac, assim como às comunidades que apresentam relação com os bens tombados em âmbito estadual, contemplando 5.039 pessoas nas 51 atividades ou oficinas realizadas ao longo do ano. Destaca-se a promoção, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae), do Dia Estadual do Patrimônio Cultural. Para a ocasião, foi escolhido o tema “cultura e cidadania” com o fim de fortalecer o protagonismo e a participação de indivíduos e de grupos sociais na criação, na transformação e no compartilhamento de saberes culturais. Na data, foram mobilizadas 25 mil pessoas em 270 atividades espalhadas por 118 municípios. Além disso, em 2023, foi realizada a reforma ou requalificação de 18 edificações por intermédio de programas de governo, sete acervos museológicos foram recuperados, 23 acervos museológicos disponibilizados ao público e oito reservas técnicas foram requalificadas.

Também no “RS Cidadania”, a Ação Programática “sistema de fomento” abrangeu a Iniciativa “fomento à cultura”, através da qual foram registradas a liberação de R\$ 70.000.000,00 para captação pelos projetos aprovados nos editais da Lei de Incentivo à Cultura (LIC) — mecanismo de fomento indireto do Estado, por meio de renúncia fiscal — e o investimento direto de R\$ 17.989.894,81, dos R\$ 30 milhões disponibilizados, do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), os quais compõem o Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais (Pró-Cultura). Além disso, houve o investimento de R\$ 500.000,00 em recursos de convênios com os Municípios de Eldorado do Sul, Pedro Osório, Pelotas, São Lourenço do Sul e Uruguaiana. Esses recursos contemplaram a realização de 739 projetos em 28 COREDEs, abarcando 354 municípios gaúchos, além de sete municípios fora do RS.

A Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA) é um complexo musical-educativo que mantém a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), o Coro Sinfônico e a Escola de Música da OSPA (Conservatório Pablo Komlós) e gerencia o Complexo Cultural Casa da OSPA. Em 2023, a Fundação deu sequência à “realização das atividades da Escola e da Orquestra da Ospa”, Iniciativa constante na Ação Programática “acesso à cultura e ao esporte e lazer” do Programa Temático “RS Cidadania”.

Em relação à Escola de Música, que promove formação gratuita, oferecendo oportunidade de profissionalização na área aos seus estudantes, 294 alunos foram atendidos no ano em questão. Esses alunos têm a possibilidade de atuar junto à OSPA Jovem, orquestra da Escola, e aos coros jovem e infantojuvenil, formados pelos estudantes e por jovens e crianças da comunidade escolhidos mediante seleção. Contemplando um público total de 13.698 pessoas. Em 2023, foram feitas 47 apresentações, as quais abrangeram projetos como os Concertos Didáticos, que, todos os anos, leva à Casa da OSPA alunos de dezenas de escolas da Região Metropolitana de Porto Alegre, e o Escola da OSPA na Comunidade, que promove recitais de grupos de alunos em lugares como hospitais, escolas, lares de idosos e praças.

A Orquestra Sinfônica, por sua vez, atingiu um público de 41.642 pessoas nas 58 apresentações realizadas em 2023. Além dos concertos realizados na Casa da OSPA, situada em

Porto Alegre, destacam-se, ainda, as apresentações ocorridas em outros municípios, quais sejam: Cachoeirinha, Encantado, Novo Hamburgo e Pelotas. Ademais, vale salientar a permanência da categoria de ingressos solidários para as apresentações da Orquestra, permitindo ao público a aquisição de ingressos pela metade do valor, e a realização dos Concertos Solidários, em Encantado e Porto Alegre, cujos ingressos consistiram na doação de alimentos não perecíveis que foram doados às famílias afetadas pelas enchentes nos municípios.

Criada em 1982 para possibilitar a finalização das obras de recuperação do Theatro São Pedro, a **Fundação Theatro São Pedro (FTSP)**, é, hoje, responsável pela gestão do referido teatro e do Complexo Multipalco Eva Sopher, composto por diversos espaços que abrangem atividades de formação, ensaios e apresentações de diferentes linguagens artísticas.

No que se refere à “disponibilização de uma programação artística de qualidade no Theatro São Pedro”, Iniciativa presente na Ação Programática “acesso à cultura e ao esporte e lazer” do Programa Temático “RS Cidadania”, os resultados obtidos em 2023 indicam a realização de 288 espetáculos, os quais alcançaram um público de 102.926 pessoas. Além disso, por meio de parcerias com outras instituições, diversas atividades formativas foram ofertadas nas dependências do teatro e do Multipalco, atingido a soma de 441 alunos contemplados em todos os projetos.

Quanto à “qualificação estrutural do complexo do Theatro São Pedro”, prevista na Ação Programática “qualificação e sustentabilidade das Instituições Culturais”, também do “RS Cidadania”, destacam-se a inauguração do Teatro Oficina Olga Reverbel e a assinatura do contrato para início das obras do Teatro Italiano do Multipalco Eva Sopher, por meio do programa Avançar na Cultura.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (Seduc) Órgão vinculado: FETLSVC

No âmbito do Programa “Educa+RS”, a **Secretaria da Educação** empreendeu diversas ações para qualificar a educação no Estado. Buscando a “qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas”, em relação às escolas de Educação Básica, 725 delas tiveram atendimento emergencial com relação à infraestrutura, 147 escolas passaram por reforma na estrutura física, dez escolas tiveram PPCI implantado, além da construção de duas novas escolas. O Programa Lição de Casa, feito em parceria com a Secretaria de Obras Públicas, e concentrando os projetos de reformas e obras em escolas da rede estadual de ensino, chegou ao final de 2023 com R\$ 100 milhões investidos, beneficiando cerca de 90 mil alunos da rede estadual em projetos previstos para 254 escolas. Complementarmente, o Agiliza RS, política que repassa recursos diretamente às escolas para que elas próprias executem intervenções de obras e reparos de baixa complexidade, permitiu 124 intervenções em escolas públicas, com a destinação de R\$ 29.283.804,59. Ainda, no contexto das graves inundações e tempestades que atingiram o Estado ao longo do ano, a Seduc destinou R\$ 2.015.674,03 para reparo e reconstrução de escolas em áreas atingidas por calamidades ou emergências. Para qualificação da rede pública estadual, 906 equipamentos tecnológicos foram adquiridos e qualificados, 539 escolas adquiriram mobiliário básico, 145 tiveram espaço *maker* implantado, ressaltando-se que todas as 2.342 escolas da rede estadual foram atendidas com material didático qualificado, com plataforma educacional e com bibliotecas e laboratórios. Com relação à educação profissional, neste ano, 140 escolas foram beneficiadas com equipamentos, laboratórios, mobiliário básico e materiais diversos novos, além de 46 escolas atendidas emergencialmente, e cinco escolas reformadas. Visando a implementação de fluxos nos processos administrativos com o intuito de gerar resultados mais rápidos e imediatos, todas as 2.342 escolas implementaram sistemas integrados de fluxos e diários de classe, que

permitiram o acompanhamento de 738.562 alunos. Por fim, destaca-se que a restauração do Instituto de Educação Flores da Cunha (Museu Escola do Amanhã) atingiu 74,84% do projetado.

Em relação à Ação Programática “qualificação da aprendizagem”, o Saers foi implementado em todas as escolas da rede estadual e em 54,57% das escolas municipais. Visando combater os impactos da pandemia na aprendizagem, a Iniciativa “implementação do projeto de recuperação e aceleração da aprendizagem para os alunos da rede estadual” atendeu 74.756 alunos em 2.342 escolas. Ainda, 98.200 alunos foram atendidos por projetos de alfabetização, com a capacitação de 6.801 professores para atuar nesses projetos. Por sua vez, o programa Alfabetiza Tchê, proposta de parceria entre o Estado e municípios para promoção da alfabetização na idade certa, foi realizada a avaliação diagnóstica de 92 mil estudantes do segundo ano da rede estadual e municipal com relação à fluência e leitura, além de elaboração de materiais didáticos. Na Iniciativa “apoio à educação de jovens e adultos”, 40.485 alunos foram atendidos. Por fim, foram implementadas 13 escolas com projeto cívico-militar. Complementarmente, a Ação Programática “formação e valorização dos profissionais da educação” focou, em 2023, no aperfeiçoamento dos profissionais de educação por meio de formação continuada, atingindo 31.359 professores nas formações para o Novo Ensino Médio, 6.141 gestores de escolas, além da capacitação de 8,2% dos profissionais da educação no uso de tecnologias educacionais. Além disso, foram realizados 167 seminários, encontros ou conferências e implantados 33 centros de mídias e um centro de desenvolvimento dos profissionais da educação.

Através da Ação Programática “Escola Da Vida – Educação Para a Nova Economia”, 28.622 alunos matricularam-se em curso ofertado na Educação Profissional e Ensino Médio integrados. Além disso, foram implantadas 68 escolas com matriz curricular voltada para o jovem no mercado de trabalho da nova economia, 29 cursos da Educação Profissional foram criados ou revisados e 76% dos profissionais de educação que atuam na Educação Profissional foram qualificados. Ainda, atingiu-se a marca de 24% dos alunos da educação capacitados em curso ofertado à distância, e 17.522 alunos participantes de trabalhos, mostras, feiras e projetos científicos e tecnológicos, em oito mostras. Em adição, 1.184 escolas implantaram o Novo Ensino Médio com base na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Visando à garantia do acesso e permanência dos alunos na Educação Básica, a Seduc atuou por meio da iniciativa de “apoio a projetos e propostas pedagógicas visando a integração entre gestão educacional e comunidade escolar”, realizando atividades/projetos educativos, sociais e esportivos em todas as 2.342 escolas da rede estadual, atendendo 1.421 escolas dentro do Programa Escola Melhor-Sociedade Melhor, implantando o Programa de Tempo Integral em 223 escolas, e atendendo 27.515 alunos. Ainda, implantou o Programa Escola Aberta Para a Cidadania em 15 escolas. Atuando na Iniciativa “implementação de ações de prevenção à violência nas escolas e comunidades escolares”, a Seduc instituiu as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar, as CIPAVes+, em 2.195 escolas, promovendo 277 parcerias para ações de prevenção à violência nos espaços escolares e beneficiando 339.021 alunos. Ainda, para incentivar a permanência dos estudantes do Ensino Médio na rede pública estadual do RS, o Programa Todo Jovem na Escola foi fortalecido, fornecendo bolsas no valor de R\$ 150,00 mensais, atingindo a marca de 774.950 bolsas concedidas em 2023, em um total de R\$ 116.242.500 investidos. Além disso, através do Programa de Apoio ao Transporte Escolar, que possui foco no transporte de estudantes do meio rural, 68.688 alunos foram beneficiados. Por fim, 751.835 alunos foram beneficiados pelo programa de alimentação escolar.

A **Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)**, no âmbito do Programa Temático “Educa+RS”, através da Ação Programática “Escola da Vida - Educação Para a Nova Economia”, atendeu, em 2023, um total de 5.160 alunos matriculados, formando um total de 392 alunos. Além disso, modernizou cinco laboratórios para

possibilitar ensino híbrido, atualizou quatro planos de curso e revisou o projeto político pedagógico. Visando à garantia do acesso e permanência dos alunos na Educação Básica, 2.653 alunos participaram de aulas de reforço em 2.562 aulas ministradas, somadas a 1.212 horas de atividades complementares. No âmbito do Programa Temático “Acelera RS”, contribuindo para a construção de conhecimento em inovação, ciência e tecnologia, a FETLSVC apoiou o desenvolvimento de pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento humano, realizando um total de 830 pesquisas, e oportunizou a participação de 622 professores em cinco seminários organizados pela Instituição. Também em 2023, além de promover a participação de 1.976 alunos em feiras de ciências, ofertou e realizou 22 cursos de extensão, dos quais participaram 996 alunos. Além disso, a FETLSVC publicou cinco revistas científicas, incubou duas empresas e realizou duas mostras e feiras de ciências e tecnologia (FEICIT e MOSTRATEC).

SECRETARIA DA SAÚDE (SES)

As principais ações da **Secretaria da Saúde** foram realizadas através do Programa Temático “Saúde Cidadã”. Nele estão contidos os esforços para qualificação, articulação e ampliação das redes de cuidado, além de esforços intersetoriais e distribuição de recursos destinados a instituições de saúde. Manteve-se o enfrentamento à covid-19 e a outras doenças infectocontagiosas e foram realizadas ações de mitigação e correção de impactos de eventos climáticos.

Compondo a Ação Programática “melhoria do acesso aos serviços de saúde”, a Rede Bem Cuidar RS consiste em uma proposta de colaboração entre as gestões estadual e municipal para qualificação dos trabalhadores da saúde, que é desenvolvida na Iniciativa “resolutividade da atenção primária à saúde”. Em 2023, houve a adesão de 494 municípios. Outra frente de colaboração interfederativa que compõe a Iniciativa é o programa Primeira Infância Melhor, o qual, em 2023, completou 20 anos e habilitou mais 258 municípios, chegando a 98,7 % dos municípios do Estado habilitados ou em habilitação. Executado através de visitas semanais a populações vulneráveis e de risco para promover o desenvolvimento humano a partir de uma abordagem integral, o programa atendeu 34.534 famílias. Ainda na mesma Iniciativa, o Programa Saúde na Escola atingiu 495 municípios, enquanto 32 receberam apoio para manutenção da Planificação da Saúde, proposta que auxilia os municípios na organização dos macroprocessos da atenção primária à saúde e da atenção ambulatorial especializada. Complementarmente, já foram ampliadas 2.450 equipes de Saúde da Família, 53 equipes de Atenção Básica de Saúde Prisional, 1.173 equipes de Saúde Bucal, 261 laboratórios regionais de prótese dentária, 39 centros de especialidade odontológica e realizados 183 eventos e capacitações.

Ainda buscando a melhoria do acesso aos serviços de saúde, a Iniciativa “modernização da gestão e da assistência em saúde” manteve em 93,95% a cobertura dos atendimentos pré-hospitalares de urgência cofinanciados pelo Estado ou aderidos ao projeto Chamar 192, em que a regulação é feita pela Central Estadual de Regulação das Urgências. Em 2023, foi implantada a Central Estadual de Regulação de Saúde Mental, e informatizadas a Central Estadual de Regulação Hospitalar e a Central Estadual de Regulação Ambulatorial.

Na Iniciativa “regionalização e organização das redes”, em 2023, a SES participou do cofinanciamento de 220 hospitais e 106 serviços da rede de atenção ao parto, implantou 87% do serviço hospitalar planejado para o Hospital Regional de Santa Maria e alcançou 75% da Rede Hemoterápica Pública reorganizada. Além disso, manteve apoio ao Hospital Público Regional de Palmeira das Missões, assim como 88,88% da Rede Estadual de Oncologia estruturada e 14 ambulatórios de egressos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal. Através da mesma

Iniciativa, ampliou para 26 os leitos em serviços de referência para o pré-natal de alto risco e para 135 os leitos de gestantes nesta condição.

Através da Iniciativa “melhoria de acesso a bebês de risco em leitos de UTI”, foi mantida a regulação integral de forma informatizada. Já em relação ao aprimoramento da Assistência Farmacêutica, a SES ampliou para 95% a disponibilidade de medicamentos padronizados à população, bem como manteve o cofinanciamento para o Componente Básico da Assistência Farmacêutica a todos os municípios gaúchos. Com relação à qualificação da ouvidoria do SUS, foram ampliadas 26 ouvidorias municipais e 18 regionais, além de terem sido realizados, em 2023, três eventos e capacitações. Por fim, através da Iniciativa “valorização da Residência Integrada em Saúde”, foram disponibilizadas 148 bolsas de residência.

No âmbito da Ação Programática “fortalecimento da prevenção e promoção em saúde”, buscando o fortalecimento da política estadual de saúde mental, em 2023, destaca-se a realização de 2.852.224 atendimentos psicossociais ambulatoriais, a disponibilização de 2.932 dispositivos da rede de atenção psicossocial, a instituição de 50% dos dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial Escola (RAPS Escola) nas macrorregiões de saúde, habilitando seus dois primeiros municípios, e a realização de dez capacitações e eventos. Ainda, nesse ano, houve a inauguração do Residencial Terapêutico Florescer, construído para viabilizar o processo de desinstitucionalização de 98,15% dos pacientes moradores de longa permanência do Hospital Psiquiátrico São Pedro, reinserindo essas pessoas na sociedade. O Hospital Colônia Itapuã, que passa por processo semelhante, conseguiu desinstitucionalizar 97,77% dos moradores. Além disso, nesse ano a SES manteve cinco Centros Macrorregionais de Referência em Transtorno do Espectro Autista ativos. A política estadual de atendimento integrado à pessoa com transtorno do espectro autista (TEAcolhe) beneficiou, mensalmente, 3,4 mil pacientes. A rede de cuidado foi qualificada pela criação de Centros de Atendimento em Saúde (CAS/TEAcolhe) para oferta de atendimento especializado multidisciplinar, sendo que 23 unidades já foram inauguradas. Cada município recebe incentivo financeiro de R\$ 70.000,00 mensais para atender 150 usuários, realizar 1.200 atendimentos e registrar a produção dos serviços.

Na Iniciativa “vigilância em Saúde”, agora, todos os 497 municípios possuem vigilância da saúde do trabalhador implantada, 333 ampliaram o programa de controle do tabagismo e 325 utilizam o Sistema de Informação em Vigilância Sanitária (SIVISA). Além disso, o Estado atingiu mais de 97% da população na utilização da água com desinfecção fornecida por sistema de abastecimento e soluções alternativas coletivas. Também se ampliou para 75% o número de hospitais com núcleo de segurança do paciente cadastrado no Sistema de Notificações Para a Vigilância Sanitária (NOTIVISA), e foram realizados 247 eventos e capacitações e análise de 173 resíduos de agrotóxicos. Visando à redução das doenças infectocontagiosas, foram mantidos 24 serviços especializados em cuidados, em IS/AIDS/HIV e realizados 19 eventos ou capacitações. Cabe salientar que o Tratamento Diretamente Observado Ampliado (TDO Ampliado), uma forma de cuidado dos pacientes com tuberculose disponibilizado pelo Hospital Sanatório Partenon, recebeu destaque pelo Ministério da Saúde como experiência bem-sucedida. O método engloba saúde física e atenção psicossocial a fim de melhorar a adesão ao tratamento em uma perspectiva de redução de danos. Ainda, firmou-se a adesão a um projeto-piloto federal para a vigilância genômica dessa doença em casos de resistência ao tratamento. Ele traz a possibilidade de redução do tempo de tratamento de 18 para seis meses, o que pode diminuir o abandono. Algumas outras doenças infectocontagiosas também receberam medidas específicas: as imunizações contra a covid-19 estiveram direcionadas inicialmente ao público infantil e, com a chegada da vacina bivalente, iniciou-se um novo momento da vacinação. Com casos de dengue acima da média em janeiro, foi introduzido um método de aplicação de inseticida com resultados satisfatórios no Norte do Brasil e em outros países para enfrentamento ao *Aedes aegypti*, a borrifação residual

intradomiciliar (BRI). Após ser observado aumento de 6% nas internações de indivíduos entre zero e 14 anos por doenças típicas de inverno em 2022 com relação a 2019 e de 83,9% nos atendimentos na atenção primária, foi lançado o Programa Inverno Gaúcho com Saúde. Ele preconizou diversas medidas para ampliação da prevenção e assistência à saúde para incremento dos atendimentos pediátricos no período entre junho e agosto, disponibilizando R\$ 10 milhões a hospitais habilitados. Com relação à qualificação do cuidado integral à pessoa idosa no Estado, 323 selos de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) Amiga do Idoso foram entregues às unidades que implementaram ações voltadas à população idosa, alcançando indicadores de promoção da saúde, como número de atendimentos e vacinação. Além disso, foram realizados quatro cursos para cuidadores de idosos.

No âmbito do Programa Temático “Acelera RS”, a SES também atuou na Ação Programática “conhecimento em inovação, ciência e tecnologia” através da Iniciativa “pesquisa em saúde”, na qual foram implementados oito projetos de pesquisa e estabelecidas cinco parcerias. Já no Programa Temático “RS Seguro”, através da Ação Programática “políticas sociais de prevenção à violência com foco territorial”, a SES implantou um Centro de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência e manteve a execução das ações previstas nos Planos de Ações Territoriais junto aos municípios. Em 2023, foi lançado o Painel Centros de Referência ao Atendimento Infantojuvenil (CRAIs), centros especializados em atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Ele foi desenvolvido em parceria com a SPGG e com a Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (SMAP) de Porto Alegre, a fim de divulgar os centros existentes no Estado, os municípios para os quais são referência e as formas de encaminhamento.

Cabe salientar outras realizações da SES que também se destacaram ao longo de 2023. O programa de financiamento Farmácia Cuidar+ alcançou 90% dos municípios gaúchos, realizando transferências para ampliar, qualificar e promover os serviços das farmácias de medicamentos especiais locais. O Assistir, programa de incentivos hospitalares, investiu R\$ 20,1 milhões, ampliando os ambulatórios de especialidades para 320. Já o Avançar na Saúde investiu R\$ 56,5 milhões na qualificação de hospitais, sendo R\$ 12,5 milhões na rede complementar e R\$ 14 milhões em hospitais estaduais. Os hospitais de pequeno porte com até 50 leitos, responsáveis pela assistência local em saúde e que atuam como referência em sua microrregião e como suporte para demais níveis de complexidade, tiveram R\$ 30 milhões disponibilizados. Foram apoiados projetos em hospitais que atendessem usuários do SUS ou pretendessem retomar esses atendimentos. Este programa também destinou R\$ 42,8 milhões para apoiar 161 projetos de ampliação ou de reforma de UBSs.

Por ocasião das enxurradas que acometeram o Estado em setembro de 2023, o Governo Estadual destinou R\$ 20 milhões em recursos extraordinários à saúde, divididos entre incentivos a 43 municípios e sete hospitais atingidos. Esses recursos foram direcionados para adequação e recuperação estrutural de unidades básicas de saúde e hospitais, substituição de equipamentos danificados e perdidos e oferta de equipe multidisciplinar de apoio psicológico.

A Terra Indígena da Guarita recebeu uma força-tarefa emergencial a partir da qual foram constatados problemas assistenciais, estruturais e de saneamento básico, bem como de insegurança alimentar. Ações emergenciais foram realizadas a partir de fevereiro, diretamente ou por meio de articulação, para reverter a situação em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social. Dentre as ações, destacam-se: a oferta de consultas e exames; o reajuste de fluxos de atendimento; a investigação de óbitos; a ampliação de vagas no PIM; a busca ativa e o cadastro no SUS; a contratação de médicos por meio do programa federal Mais Médicos; a aquisição de caixas d’água, insumos de saúde e materiais de saneamento básico; a perfuração de poços artesianos e a visita de caminhões-pipa, além da entrega de quatro mil cestas básicas.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Sedes)
Órgãos vinculados: FADERS e FPERGS

A Lei n.º 16.051, de 5 de dezembro de 2023, alterou o nome da então Secretaria de Assistência Social para **Secretaria do Desenvolvimento Social**. No Programa Temático “RS Cidadania”, buscando enfrentar a pobreza, riscos à subsistência e vulnerabilidades social, a Sedes promoveu, em 2023, diversas ações para a proteção à vida e promoção do trabalho. Destacam-se as relativas à Iniciativa “Criança Feliz (Primeira Infância no SUAS)”, com a retomada do monitoramento *in loco* dos municípios, assim como a realização de apoio técnico, tanto presencial quanto *online*, de forma integral aos 85 municípios com adesão ao Programa Criança Feliz. Além disso, nesses municípios, foi finalizado o ciclo de capacitações de disseminadores das metodologias obrigatórias, de forma regionalizada, permitindo a atualização de forma integral dos supervisores e a qualificação da execução do Programa Criança Feliz.

No que tange à qualificação no atendimento da política estadual de assistência social, foi realizado o cofinanciamento aos 494 municípios habilitados ao Sistema Único de Assistência Social, sendo que, em relação a 2022, houve um acréscimo de três municípios (Nova Roma do Sul, Nova Pádua e Monte Belo do Sul). Também houve a entrega do primeiro módulo do Sistema Estadual de Gestão Digital da Assistência Social (SEGDA), referente ao Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), que contribuirá para uma melhor gestão, monitoramento e avaliação da Política Estadual de Assistência Social. Além disso, em 2023, 240 beneficiários foram atendidos em residência inclusiva cofinanciada, outros 2.400 beneficiários foram atendidos no Centro Dia cofinanciada e 1.031 gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foram apoiados tecnicamente. Através do Programa Avançar SUAS RS, foram lançados dois editais para seleção de municípios, um com o objetivo de repassar recursos para obras e equipamentos e outro para aquisição de equipamentos e material permanente, num total de R\$ 15 milhões, beneficiando cerca de 100 equipamentos públicos (Centro Pop, Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

Buscando o acesso universal à alimentação adequada e saudável, no ano de 2023, a Sedes manteve o Sistema de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, apoiou o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e realizou duas campanhas sobre alimentação saudável e adequada. Em novembro de 2023, o RS formalizou sua adesão ao Plano Brasil Sem Fome, que foi instituído em agosto desse ano com o principal objetivo de erradicar a fome e reduzir progressivamente a população afetada pela insegurança alimentar em todo o território nacional através da integração e articulação das políticas públicas e sociais. Também apoiou a realização da oitava Conferência Estadual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do RS + 1, cujo tema foi “erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade”. Atendendo à demanda dos municípios, foram distribuídas 57.000 cestas básicas para cerca de 430 municípios.

Para o aprimoramento da gestão estadual da Assistência Social, a Sedes apoiou o Conselho Estadual de Assistência Social, a realização da XV Conferência Estadual da Assistência Social e a participação dos delegados do Rio Grande do Sul à XIII Conferência Nacional de Assistência Social. Buscando a articulação com o terceiro setor e as empresas para desenvolvimento de projetos sociais, foram apoiados 43 projetos sociais de entidades desse setor. Tendo em vista os prejuízos causados à população do Estado vítima das contingências decorrentes de eventos climáticos severos, foi instituído, através do Programa Volta por Cima, o auxílio emergencial de apoio à atividade econômica e de proteção social, que beneficiou 15.224 famílias hipossuficientes atingidas por eventos climáticos severos ocorridos principalmente no Litoral Norte e Vale do Taquari.

Em 2023, também foram efetivadas atividades de educação permanente para o aprimoramento e qualificação da rede assistencial. Dessa forma, além de 1.800 gestores e trabalhadores do SUAS terem sido capacitados nos municípios, os 497 municípios do RS foram

capacitados para a ampliação cadastral no CadÚnico, 87 municípios foram capacitados no Programa Acessuas Trabalho e 142 municípios foram capacitados no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Nesse ano, a Sedes contribuiu nas ações do Sistema de Fomento, através da Lei da Solidariedade (Pró-Social), registrando 2.271 entidades civis no sistema “Gestão de Sistemas Sociais” e cadastrando 26 projetos sociais, sendo aportados R\$ 7,06 milhões via compensação de ICMS. Na esfera do Programa Temático “Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias”, a Secretaria também contribuiu, no mesmo ano, para o Programa Nota Fiscal Gaúcha - SEAS, repassando recursos para 73 entidades.

No âmbito do Programa Temático “RS Cidadania”, a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas Para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS) desenvolveu iniciativas relacionadas ao Sistema Estadual de Direitos Humanos. Em relação à atenção à pessoa com deficiência (PcD) e à pessoa com altas habilidades e superdotação (PcAHS), através de metodologias de atendimento e inclusão, a Unidade de Acolhimento propicia escuta sensível, orientações e informações para recursos de atendimento na comunidade. A maior demanda é por informações sobre Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) e direitos da PcD seguida pela solicitação por locais de atendimento educacional e clínico terapêutico.

Já a unidade de passe-livre faz a análise de documentos e homologação de solicitações de credencial de passe-livre intermunicipal. Em 2023, ela beneficiou 16.224 cidadãos com o passe-livre intermunicipal para residentes de 383 municípios do RS (77%). A rede de apoio constituída já abrange 485 municípios, aproximando as pessoas com deficiência de baixa renda e seus familiares dos Centros de Referência de Assistência Social para garantir esse e outros direitos. A Unidade Ocupacional Centro Abrigado Zona Norte, em Porto Alegre, prestou atendimento presencial a 92 PcDs adultas, por meio de oficinas ocupacionais oferecidas diariamente nos dois turnos para residentes na região do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, totalizando 8.163 atendimentos no período.

Em 2023, também foram desenvolvidas atividades culturais e de socialização que se traduziram em 276 atendimentos no período. Através do Projeto Praia Acessível 2022-2023, foram disponibilizadas atividades de lazer e banho de mar assistido para PcDs em cadeiras anfíbias. No período, 477 pessoas participaram das atividades de banho assistido, totalizando 906 atendimentos, com a seguinte distribuição, por deficiência: física, 321; mobilidade reduzida, 34; visual, 33; espectro autista, 12; e intelectual, oito.

A Unidade de Saúde Centro de Atendimento e Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas proporciona atendimento clínico terapêutico a PcDs e seus familiares, referentes ao desenvolvimento de metodologias inclusivas e especializadas nas seguintes modalidades: estimulação precoce, fonoaudiologia, fisioterapia, neurologia, odontologia, psicologia, pedagogia, psicopedagogia e equoterapia. Em 2023, foram realizados 2.632 atendimentos em Grupos de Apoio a Familiares da Pessoa com Espectro Autismo (GAFAPA).

A FADERS também é responsável pela emissão de Carteiras de Identificação da PcTEA (CIPTEA). Em 2023, houve 11.269 solicitações e, destas, 10.186 foram aprovadas e emitidas para residentes em 416 municípios. A rede, constituída para apoio à CIPTEA, totaliza 459 instituições em 333 municípios do RS. Nesse ano, foram 717 paratletas acompanhados em atividades esportivas e paradesportivas com vistas à inclusão e melhoria da qualidade de vida da PcD e ao desenvolvimento de uma cultura esportiva inclusiva, em 16 regiões do RS. O total de atendimentos realizados alcançou 19.634 PcDs e PCAHs.

Buscando a construção de uma cultura de acessibilidade, a FADERS proporcionou a audiodescrição de imagens e ambientes para garantir a acessibilidade comunicacional em três eventos realizados em três diferentes regiões, assim como em redes sociais e meios virtuais, para

pessoas com deficiência visual, cegas e com deficiência intelectual. Também se destaca o estande Estação Acessibilidade na Expoiner 2023, oferecendo oficinas de Libras, de Altas Habilidades, de Educação Ambiental Inclusiva, além de orientações sobre passe-livre municipal, CIPTEAs, Mercado de Trabalho, Direitos e Políticas Públicas e a atividade de visita guiada para PcD Visual.

Em 2023, foi realizado o assessoramento para acessibilidade no Parque de Exposições Assis Brasil, resultando na construção e pintura de rampas e vagas para a PcD no estacionamento do parque. Além do atendimento a 17 municípios no Projeto Praia Acessível, foram realizadas três campanhas de conscientização e uma exposição temática. Em adição, foi coordenada, organizada e realizada, em conjunto com a sociedade civil organizada, a XIX Semana Estadual dos Direitos da PcD, articulando o cronograma de eventos nos COREDEs Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Hortênsias, Serra, Litoral, Fronteira Noroeste e Produção. No período, foram efetivados quatro Espaços para Cultura, Esporte e Lazer dotados de acessibilidade.

Para a Iniciativa “Gestão do Conhecimento para a Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação”, foram desenvolvidas atividades mediante a prestação de assessoramento técnico a órgãos públicos, instituições de ensino, entidades privadas e representativas, participação em câmaras técnicas, celebração de termos de cooperação, orientação a trabalhos acadêmicos na temática da deficiência e supervisão a estágios obrigatórios, tendo as unidades de atendimento referencial da FADERS como campo de estudo e desenvolvimento. Em 2023, foram prestados 341 assessoramentos, atingindo 111 municípios em 27 regiões do Estado. Foram promovidos cursos de formação continuada e eventos formativos para profissionais, agentes sociais e comunidade em geral, visando capacitação para atenção à PcD e à PcAH em todos os aspectos da vida social que a inclusão exige. Em 2023, foram realizados 33 eventos, capacitando 6.050 pessoas domiciliadas nos 28 COREDEs do RS e mais 45 de outras unidades da Federação, totalizando 6.095 capacitados. Além disso, foram desenvolvidos estudos e pesquisas com vistas a suporte, subsídios e fundamentação às ações temáticas da FADERS, bem como à contribuição para a construção do conhecimento científico na área das deficiências e das Altas Habilidades/Superdotação. Cabe salientar que estão em andamento seis estudos e pesquisas. Destaque para a implantação do Banco de Dados a partir da emissão de CIPTEA, referencial à elaboração de estatísticas, metodologias e políticas voltadas ao Transtorno, articulado ao Banco de Dados em nível federal, que resulta na publicação anual intitulada “Perfil dos Usuários da CIPTEA no RS”. Outro destaque é a pesquisa perfil dos usuários da CIPTEA sobre as características da população com TEA no RS, desenvolvida a partir do Banco de Dados gerido pela FADERS, que é produzida e publicada anualmente. Salienta-se que, a partir da edição 2022, foi agregado o estudo Características das pessoas com transtorno do espectro autista no Vale do Paranhana, premiado como Melhor Pesquisa Científica da TEA mostra: Mostra Cultural e de Vivências do Autismo realizada na FACCAT, em Taquara.

Em 2023, a FADERS também desenvolveu atividades para promoção da acessibilidade e inclusão por meio da articulação de políticas públicas, dentre elas, a realização de dez plenárias em diferentes municípios do interior do Estado, com a participação de representantes de 104 municípios no total. Neste contexto, a FADERS realiza a coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCDs, que é um instrumento para articulação e desenvolvimento de políticas voltadas às PcDs e PcAHs nas diferentes esferas públicas, privadas e áreas de atuação governamental, reunindo gestores estaduais e municipais, representantes de prestadores de serviços e lideranças de entidades representativas. Por fim, no âmbito do Programa Temático “Evolução Sustentável”, a FADERS contribuiu com ações para promoção de gestão ambiental através da Iniciativa “espaço de educação ambiental inclusivo”, realizada na Unidade Terapêutica CAZON/FADERS, onde pessoas com deficiência em idade adulta desenvolvem atividades de cultivo de sementes, cuidados de folhagens e reciclagem de materiais orgânicos, todas

voltadas à preservação do ambiente. Em 2023, os aprendizes apresentaram os produtos de seu trabalho e distribuíram mudas na edição 2022-2023 do Praia Acessível, interagindo com banhistas em Capão da Canoa, e na Estação Acessibilidade/ FADERS na Expointer, interagindo com o público visitante em Esteio.

A Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do SUL (FPERGS) desenvolve ações no âmbito do Programa Temático “RS Cidadania”. Em 2023, ela contribuiu com o Sistema Estadual de Direitos Humanos através da Iniciativa “fortalecimento do atendimento por meio da rede intersetorial”, através da qual atendeu 126 crianças e adolescentes com doenças e/ou deficiências. Ainda contribuiu na Ação Programática “reconectando vidas”, atuando na Iniciativa “garantia dos direitos à convivência familiar e comunitária e à inserção social das crianças e adolescentes atendidos”, através da qual inseriu 22 adolescentes em atividades de qualificação profissional e trabalho. Através dessa Iniciativa, foram inseridos 37 crianças e adolescentes no Programa de Apadrinhamento afetivo, desenvolvido através da parceria Instituto Amigos de Lucas, configurando-se como uma importante estratégia para a garantia ao direito e à convivência familiar e comunitária, favorecendo a construção de laços entre os acolhidos e a comunidade, estimulando a participação de crianças e adolescentes na vida diária da comunidade, dos serviços, dos espaços públicos e de eventos e festividades locais. Em relação ao Programa de Desligamento Institucional, que é um conjunto de ações de auxílio às crianças e adolescentes e suas famílias no processo de desligamento da Fundação Proteção, 60 crianças e adolescentes foram nele inseridos. Para tanto, foram entregues 186 kits alimentação, 186 kits de higiene e limpeza, 34 kits de material escolar básico e um kit com de material de construção para pequenas reformas, visando à melhoria das condições de moradia. Ainda, foram realizados três Círculos de Apoio ao Desligamento em razão da maioria, além de quatro Práticas de Justiça Restaurativa, utilizando os Círculos de Construção de Paz.

A FPERGS realiza algumas ações que buscam a ampliação da rede de apoio e o fortalecimento das famílias das crianças e adolescentes acolhidos para a superação das vulnerabilidades e riscos que resultaram na medida de proteção de acolhimento de seus filhos. Em 2023, a equipe técnica da Fundação orientou e encaminhou 326 famílias para a rede de atendimento e também propiciou a participação de crianças e adolescentes em um total de 865 atividades de lazer eventuais desenvolvidas na comunidade ou acessadas através de parcerias estabelecidas com outras instituições, tais como passeios na praia, na Serra Gaúcha, em parques temáticos, em reservas ambientais, em museus, em teatros, em circos, no cinema, em atividades desportivas, em festas juninas, dentre outras atividades.

Através da Iniciativa “Implantação, qualificação e manutenção do Atendimento de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes”, em 2023, a FPERGS atendeu 262 crianças e adolescentes em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, tanto na modalidade de acolhimento institucional, nos municípios de Porto Alegre e Taquari quanto através de compra de vagas. Esse atendimento inclui ações e projetos relacionados às áreas jurídica, de saúde, assistência social, educação e profissionalização, esporte, cultura e lazer. Destaca-se que foram acolhidos 55 crianças e adolescentes ameaçados de morte e egressos da Fase. Nesse ano, a Fundação dotou mais quatro espaços de acolhimento com acesso a computadores e internet. Ainda, foram desenvolvidas várias ações para melhorias e adequações nos espaços da Fundação e também ao atendimento a situações mais pontuais e em caráter de urgência, totalizando 684 intervenções relacionadas aos serviços de hidráulica (vazamentos e ruptura de canos), elétrica (substituição de chuveiros e ventiladores), pinturas, substituição de pisos, esgoto, marcenaria, conserto em janelas, fechaduras e reparos em reboco. Por fim, salienta-se que o Núcleo de Qualificação Profissional é o responsável pelas atividades de formação destinadas aos trabalhadores da FPERGS, realizando formações por demandas dos diversos setores e por iniciativa do próprio núcleo, conforme a natureza do trabalho

institucional atendida. Dessa forma, em 2023, o núcleo expediu 514 certificações de atividade de qualificação e formação profissional.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (Sehab)

Com a reestruturação administrativa realizada em 2023 (Lei n.º 15.934/2023), a **Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária** passou a ser a responsável por formular, coordenar e executar as políticas de habitação de interesse social e de regularização urbana e fundiária do Estado. Em consonância com as suas atribuições, as realizações da Sehab encontram-se no âmbito da Ação Programática “ações habitacionais”, prevista no Programa Temático “RS Cidadania”.

Em relação à Iniciativa “produção habitacional”, em 2023, a conclusão de empreendimentos habitacionais de interesse social, com a aprovação das prestações de contas dos convênios, chegou ao montante de 276 unidades habitacionais, as quais estão distribuídas em sete das nove Regiões Funcionais do Estado (apenas as Regiões 1 e 3 não tiveram empreendimentos concluídos). Além disso, em parceria com os municípios, por meio do programa Nenhuma Casa sem Banheiro, 28 módulos sanitários foram entregues para beneficiários inscritos no CadÚnico que residem em regiões com maior defasagem de saneamento. Juntas, as duas políticas totalizaram 304 entregas à sociedade. Para seguir mitigando a carência habitacional no Estado, a Sehab realizou, ainda, a contratação de 816 unidades habitacionais em investimentos com os municípios através do programa A Casa é Sua. Nesse mesmo formato, a contratação de 308 módulos sanitários dá continuidade ao Nenhuma Casa sem Banheiro. Ao todo, foram realizadas 1.317 novas contratações.

No âmbito da Iniciativa “Regulariza RS - Regularização Fundiária e Urbana”, que tem por finalidade a regularização fundiária de núcleos urbanos informais consolidados situados em áreas de propriedade do Estado, de forma total ou parcial, 121 famílias foram assistidas por Termos de Legitimação Fundiária. Ademais, foram assinadas 23 escrituras definitivas transferindo a propriedade de imóveis remanescentes da COHAB-RS.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS (SJC DH)

A **Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos** desenvolve suas ações no Programa Temático “RS Cidadania”. Em relação ao Sistema Estadual de Direitos Humanos, buscando a ampliação do atendimento por meio do fortalecimento dos fundos públicos, em 2023, foram atendidos 2.416 beneficiários de projetos realizados por meio de parceria ou convênio e foram capacitadas 1.607 pessoas em Marco Regulatório da Sociedade Civil. Para o aperfeiçoamento da defesa dos direitos do consumidor, foram realizados quatro campanhas educativas e preventivas, 20 operações de fiscalização e dois cursos da Escola Superior de Defesa do Consumidor. Ainda, foram disponibilizados a plataforma Procon RS Digital, facilitando a resolução de conflitos em 410 municípios gaúchos, e mais um serviço em plataforma digital. Visando ao aperfeiçoamento do planejamento, da cidadania e dos direitos humanos, foram atendidas e encaminhadas 435 pessoas em situação de violação de direitos. Para o fortalecimento da cidadania por meio de espaços de participação e deliberação, foram capacitados 669 Conselheiros Tutelares e de Políticas de Direitos. Buscando o fortalecimento das políticas de atendimento às mulheres, nesse ano, foram realizados 369 atendimentos por meio de denúncias mediante o canal 0800 e 240 assessoramentos. Além disso, foram capacitados e atualizados 53 profissionais para o atendimento de mulheres vítimas de violência e implantados 46 Núcleos Regionais de Atendimento à Mulher Vítima de Violência. Uma Ação Programática de destaque foi

o “POD+: Programa de Oportunidades e Direitos”, com um investimento de R\$ 6,7 milhões. Para o fortalecimento da gestão do POD+, em 2023, seu sistema de gestão e monitoramento foi totalmente implantado e foram realizados cinco eventos.

Em relação à Iniciativa “fortalecimento das políticas de atenção à juventude – Centros da Juventude”, nesse ano, 4.144 jovens foram atendidos nos Centros da Juventude, 9.688 foram capacitados e 1.454 participantes de POD+ foram inseridos no ensino fundamental e médio. Além disso, 4.104 bolsas foram disponibilizadas para jovens multiplicadores e seis Fóruns Permanentes da Juventude foram implantados nos Centros da Juventude.

Relacionado à Iniciativa “fortalecimento e implantação de políticas para a juventude”, em 2023, 342 jovens lideranças foram formadas mediante a incubação de projetos com tecnologias avançadas e 7.654 jovens foram capacitados por meio de oficinas e participaram de cursos, seminários, outras capacitações e encontros. Além disso, foram criadas três plataformas *online* para atualização de informações.

A SJCDH contribuiu com as ações de preservação e proteção da vida de crianças e adolescentes ameaçadas de morte, vulneráveis ou em cumprimento de medidas socioeducativas através da Ação Programática “reconectando vidas”. Com a execução e ampliação dos Sistemas de Proteção e do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), em 2023, 87 crianças e/ou adolescentes foram protegidos. Já através da execução, ampliação e fortalecimento do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas (PROTEGE), foram atendidas 465 testemunhas ameaçadas. Por fim, a SJCDH realizou o primeiro seminário de capacitação, abordando os desafios e protagonismos da realidade dos agentes que integram o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas do Estado do Rio Grande do Sul (PPDDH/RS).

No âmbito da Ação Programática “Sistema Estadual de Direitos Humanos”, por meio da Iniciativa “fortalecimento da cidadania por meio de espaços de participação e deliberação”, foram capacitados 2.276 Conselheiros Tutelares e de Políticas de Direitos.

Já através da Iniciativa “aperfeiçoamento do planejamento da cidadania e dos direitos humanos”, 10.340 profissionais da rede foram capacitados e houve o atendimento e o encaminhamento de 647 pessoas em situação de violação de direitos. Com relação à Iniciativa “aperfeiçoamento da defesa dos direitos do consumidor”, nesse ano, foram realizadas 20 operações de fiscalização, quatro campanhas educativas e preventivas, dois cursos da Escola Superior de Defesa do Consumidor, além de terem sido disponibilizados mais dois serviços em plataformas digitais. Ainda, por meio da Iniciativa “ampliação do atendimento por meio do fortalecimento dos fundos públicos”, 2.416 pessoas foram beneficiadas por projetos realizados através de parceria ou convênio e 1.607 pessoas foram capacitadas em Marco Regulatório da Sociedade Civil. Por fim, através da Iniciativa “fortalecimento das políticas de atendimento às mulheres”, a SJCDH promoveu a realização de 369 atendimentos via denúncias pelo canal 0800 e 240 assessoramentos. Além disso, promoveu a capacitação de 53 profissionais para o atendimento às mulheres vítimas de violência e a implantação de 46 núcleos regionais.

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS (SOP)

Em 2023, a **Secretaria de Obras Públicas**, no escopo do Programa Temático “Campo em Ascensão”, visando à redução do impacto da estiagem e à qualificação da infraestrutura no campo, finalizou 89% do reservatório da Barragem do Jaguari e 60% do reservatório da Barragem do Taquarembó.

Buscando a eficiência e a assertividade no gerenciamento de obras públicas, na esfera do Programa Temático “Governo 4.0”, a SOP atuou a partir da Iniciativa “Prestação de serviços de arquitetura e engenharia para reforma ou construção de novas edificações e equipamentos públicos estaduais”, entregando Termos de Recebimento Provisório (TRPs), a partir da fiscalização de obras concluídas, totalizando 11.300 m², e elaborando projetos de arquitetura e engenharia para um total de 45.367 m² em novas edificações.

Ainda, foram elaborados pareceres técnicos para diversos órgãos da Administração Pública Estadual relativos aos processos licitatórios. Nesse contexto, foram realizadas 207 análises sobre a qualificação técnica de licitantes durante a fase de habilitação e emitidos 15 pareceres técnicos em resposta aos recursos apresentados pelos licitantes em relação aos julgamentos de qualificação técnica e 21 em resposta aos questionamentos e pedidos de impugnação aos editais, estes apresentados por licitantes durante a fase preliminar de habilitação. Também foram realizados 65 levantamentos planialtimétricos ou planimétricos de terrenos visando à elaboração de projetos de edificações públicas ou a regularização de imóveis de propriedade do Estado do RS, totalizando 598.995,41 m² de área de levantamentos topográficos. A SOP também implantou 20% do sistema de manutenção das edificações e/ou equipamentos públicos do Estado. Este sistema visa padronizar a descrição de procedimentos-padrões para manutenção rotineira e permanente de edificações e equipamentos públicos segundo tipologia de uso elaborado, disponibilizar manual de conservação de novas edificações e novos equipamentos públicos estaduais elaborados segundo tipologias de uso e permitir o cadastramento de edificação e gestor responsável no sistema de manutenção preventiva de ativos do RS, implantando um projeto-piloto com relação às obras da Seduc.

No âmbito do Programa Temático “Educa+RS”, visando à qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas, em 2023, a SOP, a partir da Iniciativa “melhoria e/ou construção de novas edificações/equipamentos escolares”, fiscalizou a conclusão de 130 obras com entrega de TRPs, que totalizaram 62.356 m², além de ter elaborado projetos de arquitetura e engenharia que totalizaram 40.591 m² para o Estado via programa denominado “Lição de Casa”. Além disso, foram elaborados projetos para a implantação de 28 PPCIs e projetos executivos de arquitetura e engenharia para os equipamentos da Seduc, com obtenção dos respectivos certificados de aprovação junto ao CBMRS em área de atuação de 24.697 m².

Já no âmbito do Programa Temático “RS Seguro”, com relação à Ação Programática “adequação e modernização do sistema prisional”, buscando a melhoria das edificações prisionais existentes e novas construções para suprir a carência de vagas prisionais, a SOP entregou TRPs para obras concluídas, somando um total de 29.023 m², com destaque para a Penitenciária Estadual de Charqueadas II, a Penitenciária de Canoas I, e para a readequação dos módulos de vivência coletiva e infraestrutura da Cadeia Pública de Porto Alegre. Nesse contexto, em 2023 também foram elaborados projetos de arquitetura e engenharia referentes a uma soma de 14.390 m² de área para recuperação e conclusão da Penitenciária Estadual de Guaíba. Já com relação à Ação Programática “reconectando vidas”, inclusa no Programa Temático “RS Cidadania”, visando à melhoria das edificações existentes ou implantação de novas edificações para internação socioeducativa, a SOP atuou na elaboração de projetos de arquitetura ou engenharia referentes a 7.261,1 m², com destaque para projetos nas cidades de Alvorada e Porto Alegre.

Para a melhoria do acesso aos serviços de saúde, no escopo do Programa Temático “Saúde Cidadã”, a SOP contribuiu através da Iniciativa “melhoria ou construção de edificações para atenção à saúde”, fiscalizando a construção de obras e entregando TRP, totalizando 4.36 m². Nesse contexto, também elaborou projetos de arquitetura e/ou engenharia para mais 5.181 m², além de ter elaborado PPCIs, com obtenção dos respectivos certificados de aprovação junto ao CBMRS, em área de atuação total de 6.212,88 m². Dentre as obras relacionadas à área da saúde, destacam-se: a elaboração de projetos básico de arquitetura e engenharia para emissão de PPCI, com efetiva

aprovação do Plano no Hospital Psiquiátrico São Pedro, na Unidade Mário Martins; as adequações civis para implantação de PPCI na Divisão de Assistência Farmacêutica; e a elaboração de projeto mecânico para climatização de câmaras frigoríficas do Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Centro Estadual de Vigilância em Saúde.

Cabe salientar, ainda, que, nesse ano, também foram elaborados, ao todo, 25 projetos básicos de arquitetura e engenharia para PPCIs para os equipamentos da SSP e órgãos vinculados, com área de atuação total de 44.430,49 m².

SECRETARIA DE SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO (SSPS)

Órgão vinculado: Fase

A **Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo** realizou uma série de ações importantes para qualificar a ressocialização de jovens e adultos e para melhorar a qualidade do sistema penal. No escopo do Programa Temático “RS Seguro”, com relação à Ação Programática “adequação e modernização do sistema prisional”, a SSPS atuou, por meio da Iniciativa “geração de vagas qualificadas no sistema prisional”, na geração de 825 vagas prisionais qualificadas em 2023, através da entrega da nova Penitenciária Estadual de Charqueadas II. Destaca-se, também, a desocupação final e demolição dos últimos dois pavilhões da Cadeia Pública de Porto Alegre para reconstrução completa do presídio, em obra que já atingiu 63,2% de execução. Ainda, através da Iniciativa “promoção do caráter educativo da pena”, foram alcançados 29,3% de presos condenados que estavam estudando e 9,2% de presos condenados que estavam trabalhando. No sentido de promover a Iniciativa “qualificação e inovação tecnológica do sistema prisional”, 100% dos estabelecimentos prisionais tiveram a identificação biométrica implantada, 110 unidades prisionais foram equipadas para a realização de videoaudiências e 4.953 tornozeleiras eletrônicas foram disponibilizadas para cumprimento de pena em regime domiciliar.

No âmbito do Programa Temático “RS Cidadania”, através da Ação Programática “Sistema Estadual de Direitos Humanos”, a SSPS procedeu o acompanhamento de 75% dos egressos do sistema prisional para promover sua inclusão social e reintegração à sociedade. Ainda, foi inaugurada a Associação de Proteção e de Assistência aos Condenados de Passo Fundo, que atende, no momento, até 24 recuperandos e está em expansão para 40 vagas. Com relação à Ação Programática “POD+: Programa de Oportunidades e Direitos”, do mesmo Programa Temático, visando à modernização do processo de ressocialização, a SSPS reformou e equipou o Centro de Convivência e Profissionalização, em parceria com a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo. Além disso, em 2023, implantou 77% do Sistema de Acompanhamento do Socioeducando e 22 sistemas de videomonitoramento em Centros de Atendimento Socioeducativos. Ainda em 2023, buscando o fortalecimento das políticas de inclusão social dos egressos de medidas socioeducativas, foram assegurados benefícios a 241 egressos da socioeducação vinculados ao POD+ e participação de 294 egressos em cursos profissionalizantes. Por fim, visando à Redução dos ciclos de violência por meio de Práticas de Justiça Restaurativa, a SSPS realizou 33 atividades de práticas restaurativas na socioeducação, além de capacitar 158 profissionais em práticas restaurativas.

A Fase atua no Programa Temático “RS Cidadania” através da Ação Programática “Reconectando Vidas”. Visando à adequação, qualificação e manutenção do atendimento ao socioeducando, assim como o fortalecimento da rede intersetorial, em 2023, a Fase promoveu a participação de 559 membros da sociedade civil em fóruns e seminário sobre a socioeducação, e atendeu 1.199 socioeducandos. No sentido de promover o aperfeiçoamento do atendimento ao socioeducando por meio da qualificação do Plano Individual de Atendimento (PIA), nesse ano, 71,1% das famílias de socioeducandos foram orientadas e encaminhadas para a rede

socioassistencial. A partir da implantação da Central Reguladora de Vagas (CRV) e do sistema de audiências por videoconferência, 100% dos socioeducandos foram inseridos em centros de atendimento adequados e 60% deles foram atendidos em audiência judicial por videoconferência.

Com relação à Iniciativa “implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de adolescentes e Jovens em Regime de Internação e Semiliberdade”, foram realizados 9.197 atendimentos de socioeducandos em ações de assistência e de tratamento de saúde, proporcionando o atendimento a 1.174 socioeducandos a partir do Programa Saúde na Escola (PSE). Os atendimentos e tratamentos de saúde considerados para o período foram: 827 doses de vacinas aplicadas em adolescentes, 2.331 atendimentos com médico clínico, 1.637 atendimentos com médico psiquiatra, 921 atendimentos odontológicos, 3.240 consultas de enfermagem (privativas do enfermeiro), 48 consultas na rede de especialistas médicos, 43 consultas de especialistas em odontologia, 109 adolescentes que realizaram exames laboratoriais simples e 41 adolescentes encaminhados para atendimento de urgência, emergência ou internação.

Por fim, por meio da Iniciativa “qualificação do fazer pedagógico na socioeducação”, foi reformado e equipado o Centro de Convivência e Profissionalização (Ceconp), em Porto Alegre. Além disso, 580 socioeducandos foram inseridos em cursos com certificação pelo CECONP e pelos Centros de Atendimento Socioeducativos (Cases). Por fim, buscando a ressignificação de práticas violentas do socioeducando por meio de práticas restaurativas, foram realizadas, em 2023, 200 práticas restaurativas em Centros de Internação e Semiliberdade. Ainda, ao longo desse ano, foi concluído o novo sistema de esgoto cloacal e adaptações em sala do prédio seis para espaço para visitas íntimas no Case Passo Fundo.

SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL (STDP)

Órgão vinculado: FGTAS

No Programa Temático “RS Cidadania”, em 2023, a STDP desenvolveu ações de empregabilidade e desenvolvimento profissional através da Ação Programática “RSTER – trabalho, emprego e renda”, na qual buscou promover o acesso ao mercado conectando 251 empresas. Por meio da Iniciativa “qualificação profissional”, a STDP, em conjunto com a Superintendência Regional do Trabalho, os órgãos municipais de desenvolvimento econômico e assistência social, a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) e o Sistema Nacional de Emprego (Sine), realizou a busca ativa dos trabalhadores em situação análoga à escravidão, prestando assistência para o recebimento de indenizações, seguro-desemprego especial e reinserção no mercado daqueles municípios em que houve o resgate. Entre janeiro e agosto, foram realizados seminários nos Municípios de Bento Gonçalves, Pelotas e Alpestre, reunindo, ao todo, 478 pessoas, entre produtores rurais, lideranças sindicais e empresariais, autoridades e comunidade local. O objetivo foi promover e orientar quanto às boas práticas de trabalho, cuidados a serem tomados com relação à contratação de cooperativas ou empresas terceirizadas e quanto às condições ambientais de trabalho. Em dezembro, a STDP aderiu ao pacto pelas Boas Práticas Trabalhistas e de Enfrentamento à Concorrência Desleal no Ambiente do Trabalho Terceirizado, juntamente com representantes de sindicatos, entidades, órgãos públicos e o Ministério do Trabalho e Emprego, assinando convênios com os 202 municípios selecionados no programa RS Qualificação, com o investimento de R\$ 14,1 milhões para oferta de cursos de capacitação e formação profissional.

Nesse ano, a STDP realizou 13 edições do Seminário Regional Artesão em Foco, em uma ação transversal com a Secretaria da Cultura, por meio do programa estratégico “RS Criativo” e as prefeituras. Também, em conjunto com a FGTAS, foi proporcionado apoio à realização de feirões de empregos nos municípios do RS. Nessas atividades, foram orientadas 768 pessoas e qualificadas 1.863.

Também no RS Cidadania, a STDP contribuiu na Ação Programática “proteção à vida e promoção do trabalho”. Visando ao fortalecimento e ao empreendedorismo da economia popular solidária, foi reativado o Conselho Estadual de Economia Solidária (Cesol-RS), através do Decreto n.º 57.130, de 26 de julho de 2023. Além disso, durante o ano, a STDP apoiou 39 feiras e/ou empreendimentos de Economia Popular Solidária e 14 Feiras de artesanato gaúcho. Destaque para a participação da Secretaria na Expo Favela *Inovation* RS, realizada em POA, com um estande onde foi apresentada a plataforma do + Gestão RS e realizada palestra sobre qualificação profissional.

A **FGTAS** tem sua atuação no âmbito do Programa Temático “RS Cidadania”, contribuindo, principalmente, para a Ação Programática “proteção à vida e promoção do trabalho”. Em 2023, através da Iniciativa “ações de inclusão social”, foram instalados 16 serviços de entes públicos e de organizações da sociedade civil (OSCs) no espaço Vida Centro Humanístico (VCH), que propiciaram 246.597 atendimentos. Além disso, foram realizados 17 serviços de revitalização no VCH, que qualificaram o espaço, e, ainda, realizados 13 cursos, palestras ou oficinas voltadas à inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social.

Na Iniciativa “ações de promoção de trabalho e renda”, destaca-se o evento Ação Jovem 2023, realizado nas agências FGTAS/Sine do Rio Grande do Sul, com ações de atendimento preferencial para jovens, com idades entre 14 e 29 anos, para vagas de emprego, estágio, aprendizagem profissional e orientações sobre a Carteira de Trabalho Digital, além de atividades de orientação profissional. Mediante esse evento, foram ofertadas 6.528 vagas e encaminhadas 845 pessoas para ocupação de vagas. Por meio do evento de empregabilidade Ação Mulher 2023, realizado no dia 08 de março de 2023, também nas agências FGTAS/Sine, foram ofertadas 1.130 vagas e atendidas 2.636 mulheres. Dentro da programação oficial da 29.ª Semana Estadual da Pessoa com Deficiência, foi organizado o dia de atendimento preferencial para pessoas com deficiência e reabilitados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Realizado de 21 a 24 de agosto de 2023, também nas agências FGTAS/Sine, o evento teve como objetivo promover e ampliar a inclusão de pessoas com deficiência ao mundo do trabalho por meio da oferta de vagas de emprego, palestras sobre o tema, atividades de orientação profissional e orientações sobre a Carteira de Trabalho Digital. Ao todo, foram 4.722 vagas ofertadas e 484 pessoas encaminhadas para vagas.

Ainda, em novembro, foi realizada no VCH, e, no interior do Estado, nas Agências FGTAS/Sine, a oitava edição do Empregar RS. Foram ofertadas 9.827 vagas de emprego no Estado, sendo 1.561 vagas na capital, e atendidas aproximadamente cinco mil pessoas. Por fim, através do evento alusivo à Semana do Trabalhador, realizado em diversas agências FGTAS/Sine no Estado no período de 02 a 05 de maio, 6.624 vagas foram ofertadas, 17.408 foram atendidas, 6.602 pessoas foram encaminhadas a vagas de emprego e 584 pessoas foram contratadas durante o evento. No total, as ações de promoção de trabalho e renda resultaram em 122.215 vagas de emprego captadas, 952.009 pessoas atendidas via intermediação de mão-de-obra e seguro-desemprego, 30.862 trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, e 13.439 jovens inseridos no mercado de trabalho por intermédio do projeto Banco de Oportunidades.

Através da Iniciativa “desenvolvimento do artesanato gaúcho”, várias atividades foram realizadas visando capacitar os agentes, qualificar e padronizar o atendimento dos artesãos nos municípios da região metropolitana e interior. Dessa forma, foi produzido e enviado material de orientação consolidado, com protocolos de atendimento e manuais do Programa Gaúcho do Artesanato (PGA) a todas as unidades de atendimento da FGTAS, exceto agências FGTAS/Sine de Porto Alegre, foram realizadas capacitações presenciais e *online*, foram feitos mutirões para avaliação de testes de habilidade para emissão ou renovação da carteira de artesão, e foi feita a contratação de banda larga exclusiva para comercialização de artesanato na 40.ª EXPOARGS 2023. A Casa do Artesão é uma iniciativa do PGA e envolve um espaço de exposição e

comercialização que serve como apoio e incentivo aos artesãos. Em 2023, foram mantidas 17 casas e emitidas 6.166 Carteiras de Artesão PGA e PAB. Ainda, 639 artesãos foram contemplados com espaços de comercialização em feiras e eventos, como a EXPOARGS 2023, e 2.313 Artesãos foram qualificados por meio de cursos, oficinas e palestras.

Além disso, em 2023, foram desenvolvidas atividades de orientação, qualificação profissional e de empreendedorismo para trabalhadores. Nesse sentido, foi assinado um termo de cooperação técnica com a Centro Universitário FADERGS, com a finalidade de promover o repasse de conhecimento, o acesso à qualificação e o apoio na promoção de ações de inclusão produtiva e social, de empreendedorismo e de orientação ao mundo do trabalho ao público atendido nas Agências FGTAS/Sine através do Programa Gaúcho de Artesanato e do Programa Vida Centro Humanístico.

Por fim, na Ação Programática “RS TER - Trabalho, Emprego e Renda”, o projeto Sine na Escola, por meio de palestras com orientações sobre o mundo do trabalho, atingiu 7.028 alunos de escolas públicas e promoveu a realização de duas oficinas. Outra parceria estabelecida foi com o Instituto PROA para oferta de cursos de qualificação *online* gratuitos, voltados a jovens de 17 a 22 anos que já tenham concluído ou estejam cursando o terceiro ano do ensino médio em escolas públicas de todo o Estado. Foram oferecidas 1.000 vagas, além de terem sido matriculados 1.120 alunos e formados 115 alunos, dos quais 58% foram inseridos no mercado de trabalho. A atuação da FGTAS também se deu através dos Núcleos de Inovação para o Trabalho (NITs), que são espaços para a formação profissional situados em escolas técnicas estaduais. Os núcleos têm o objetivo de potencializar a aproximação e inserção no mundo do trabalho através da oferta de cursos de curta duração nos 32 NITs, distribuídos em 19 municípios. Dessa forma, em 2023, foram matriculados 860 alunos, dos quais foram 707 concluintes.

SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER (SEL)

Ao longo de 2023, a **Secretaria do Esporte e Lazer** empreendeu diversas iniciativas para a promoção das práticas de esporte e lazer, por meio da qualificação de espaços públicos através de convênios com os municípios; da distribuição de materiais esportivos para projetos sociais, da realização de atividades no Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE), da consecução de eventos esportivos e paradesportivos e do apoio para a participação de atletas e paratletas em competições nacionais; e do fomento direto e indireto aos projetos submetidos ao Pró-Esporte.

Em relação ao Programa Temático “Saúde Cidadã”, visando ao fortalecimento da prevenção e promoção da saúde, a SEL realizou a Iniciativa “implantação e/ou implementação e qualificação de centros de treinamento, núcleos de esporte e lazer e espaços esportivos”. Através dela, 88 espaços públicos destinados à prática esportiva passaram por intervenções para a melhoria de sua infraestrutura ou iluminação, ação que foi foco do programa Avançar no Esporte.

Uma ação focada no Avançar no Esporte, no âmbito do Programa Temático “RS Seguro”, foi a realização da primeira fase do projeto Segue o Jogo. A parceria do Governo do Estado com a Central Única das Favelas (Cufa) de Frederico Westphalen contemplou 1.305 projetos esportivos voluntários com a entrega de *kits* esportivos de uniformes, bolas e cadeiras adaptadas, de acordo com a necessidade de cada instituição. A parceria com a Cufa também resultou na efetivação da primeira edição da Taça das Favelas no Rio Grande do Sul, competição que reuniu 541 times e mais de seis mil atletas inscritos. Essas ações corresponderam à execução de 100% do plano de ação anual referente à Iniciativa “implantação das ações previstas nos Planos de Ação Territoriais Junto aos Municípios do SEL Programa RS Seguro”, presente na Ação Programática “políticas sociais de prevenção à violência com foco territorial”.

Já no Programa Temático “RS Cidadania”, as iniciativas da SEL estiveram dispostas em três Ações Programáticas. Na primeira, “acesso à cultura e ao esporte e lazer”, encontram-se as atividades previstas pela Iniciativa “CETE sustentável”. No ano em questão, cinco entidades estiveram conveniadas para o uso do espaço, o que resultou na oferta de cinco atividades. Além disso, o cadastro de frequentadores do CETE foi iniciado e 993 cadastros foram realizados.

Na segunda, “fomento e promoção do esporte”, por meio da Iniciativa “desenvolvimento e permanência dos atletas gaúchos”, foi realizada a concessão de auxílio-financeiro a 600 atletas para o custeio de sua alimentação, passagem, hospedagem e/ou inscrição em eventos esportivos. Também foi instituída e regulamentada a denominada “Bolsa-Atleta”, cuja Lei foi aprovada e sancionada em 2023, permitindo a concessão de bolsas com prioridade ao esporte educacional, com a destinação de 50% das bolsas para esse público, e o aditivo aos paratletas, que receberão 25% de bônus sobre os valores estipulados. Destaca-se, ainda, a Iniciativa “promoção do circuito esportivo e paradesportivo”, que contou com a realização de quatro eventos: Copa RS de Futebol Amador, Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul (Cergs), Campeonato Paraesportivo do Rio Grande do Sul (Paracergs) e 46.^{os} Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul. Juntos, os eventos somaram cerca de 7.000 participantes inscritos. Além disso, em 2023, houve a capacitação de proponentes de projetos esportivos, com a oferta de quatro cursos de capacitação e participação de 200 proponentes de projetos.

Por fim, na Ação Programática “sistema de fomento” situa-se a Iniciativa “Pró-Esporte RS”, que reúne as ações relativas ao Programa de Incentivo ao Esporte do Estado do Rio Grande do Sul, instituído pela Lei n.º 13.924/2012. Em 2023, 236 projetos foram viabilizados por meio da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), mecanismo de fomento indireto que oferece benefício fiscal para as empresas que patrocinem os projetos aprovados. Outros 1.354 projetos (somando-se aqueles beneficiados pelo edital Segue o Jogo e os quatro selecionados por meio dos editais de ocupação do CETE) pelo Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte (FEIE), mecanismo de fomento direto do Estado para os proponentes de projetos selecionados através de editais. Além disso, em 2023, foi concluída a implantação do Sistema de Informação do Pró-Esporte.

PRIORIDADES PARA 2024

Nesta seção, estão apresentadas as prioridades governamentais para o desenvolvimento das políticas e ações públicas para o período de 2024 (**Quadro 4**). As prioridades são compostas pelas Iniciativas do Plano Plurianual 2024-2027⁴⁶ referentes a atividades elencadas como estratégicas em cada um dos órgãos.

Quadro 4 - Prioridades do Poder Executivo para o Exercício de 2024

Programa Temático	Ação Programática	Iniciativa	Órgão Responsável*
EIXO SOCIEDADE JUSTA E FELIZ			
Agropecuária Pujante e Sustentável	Apoio à ampliação da produtividade e da sustentabilidade da agropecuária gaúcha	Fomento à agroecologia e agricultura urbana e periurbana	SDR
	Desenvolvimento rural sustentável: diversificação dos sistemas produtivos, geração de renda e sucessão familiar no campo	Equalização de juros - Plano Safra Estadual	SDR
		Fomento à aquicultura sustentável	SDR
		Fomento ao acesso a sementes e insumos - Troca-Troca de Sementes	SDR
		Fomento ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e pecuária familiar	SDR
		Infraestrutura para pequenas propriedades rurais	SDR
	Supera Estiagem	Apoio à infraestrutura hídrica em comunidades urbanas e pequenas comunidades	Sseap
		Apoio à infraestrutura hídrica rural	Seapi
		Construção da barragem Jaguari	SOP
		Construção de novos equipamentos de irrigação	SOP
		Descarbonização da agropecuária gaúcha	Seapi
		Evolução qualitativa da emissão de outorga de uso da água e da fiscalização de usuários	Sema
		Instituir Plano Estadual de Segurança Hídrica	Sema
		Manejo e conservação do solo	Seapi
		Manutenção de estradas vicinais rurais	Seapi
		Melhoria à infraestrutura rural	Seapi
		Mitigação dos efeitos da seca pelo desenvolvimento e difusão de tecnologias	SICT
		Monitoramento hidrometeorológico	Sema
		Proteção e restauração de Bacias Hidrográficas	Sema
		Sistema de monitoramento agroclimático	Seapi
Cultura de Paz e Segurança		Qualificação, fortalecimento e modernização do sistema prisional	Modernização, ampliação da estrutura física e manutenção do sistema prisional
	RS mais seguro	Enfrentamento à violência contra os grupos vulneráveis	SSP
		Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do contínuo aparelhamento da segurança pública	SSP
		Implementação do mapeamento e análise das organizações criminosas	SSPS
		Implementação do Sistema <i>On-line</i> de Licenciamento do Corpo de Bombeiros Militar	SSP
		Modernização tecnológica da segurança pública	SSP
		Qualificação da infraestrutura da segurança pública	SSP
		Qualificação dos serviços periciais	SSP
	Operação Verão Total	Balneabilidade e operação de fiscalização ambiental para o período de verão	Fepam
		Divulgação e promoção dos destinos turísticos gaúchos durante o verão	Setur
Intensificação do Programa Balada Segura no RS Verão Total		Detran	
	Rede Praia Acessível	FADERS	
Educação Acolhedora <small>(continua)</small>	Aumento dos índices de aprendizagem e aprovação da educação básica da rede pública estadual do RS	Consolidação do Ensino Médio Gaúcho	Seduc
		Expansão do Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral	Seduc
		Programa estadual de alfabetização em regime de colaboração - Alfabetiza Tchê	Seduc
		Qualificação e expansão da educação profissional e técnica	Seduc
	Formação de professores no âmbito do programa Professor do Amanhã	Formação de professores qualificados para o Século XXI	SICT
	Garantia de acesso e permanência da educação básica na rede pública estadual do RS	Ações educativas relacionadas às diferentes expressões artísticas no âmbito escolar (Arte com educAÇÃO)	Sedac
	Incentivo à permanência dos estudantes do ensino médio na rede pública estadual do RS	Programa Todo Jovem na Escola	Seduc

⁴⁶ RIO GRANDE DO SUL. **Plano Plurianual 2024-2027**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2023. *E-book* (410 p.). Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202311/28172943-mensagem-ppa-2024-2027-pos-emenda-28112023-final-1.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023.

Educação Acolhedora <small>(continuação)</small>	Qualificação da infraestrutura física, administrativa e de recursos tecnológicos das escolas na rede pública estadual do RS	Conecta RS: Iniciativas de conectividade para as escolas de Educação Básica	Seduc
		Construção, ampliação e reforma de escolas da Educação Básica	Seduc
		Manutenção predial de prédios escolares	SOP
		Manutenção/conservação predial preventiva e corretiva em escolas de Educação Básica	Seduc
		Modernização e gestão do Instituto de Educação Flores da Cunha - Museu Escola do Amanhã	Seduc
		Programa de autonomia financeira Escolas de Educação Básica	Seduc
		Programa de autonomia financeira Escolas de Educação profissional e Técnica	Seduc
Inclusão Social e Geração de Oportunidades	Ações Habitacionais e Regularização Fundiária	Promoção de ações habitacionais	SEHAB
		Regulariza Tchè - Apoio aos municípios	SEHAB
	Enfrentamento das desigualdades	Articulação de atendimento intersetorial a famílias de extrema vulnerabilidade social	Sedes
		Cofinanciamento Estadual da Política de Assistência Social	Sedes
	Garantia e promoção de direitos e enfrentamento dos ciclos de violência na trajetória das infâncias, adolescências e juventudes	Ampliação e fortalecimento do Programa de Oportunidades e Direitos (POD)	SJCDH
	Geração de renda e qualificação rural	Desenvolvimento social e sustentável da pesca artesanal	SDR
		Fomento às atividades produtivas rurais	SDR
		Fortalecimento produtivo e qualificação social de indígenas e quilombolas	SDR
		Qualificação produtiva de assentamentos da reforma agrária	SDR
	Jovem Aprendiz	Programa Empregabilidade Jovem	Sedes
	Qualificação, fortalecimento e modernização do atendimento socioeducativo	Adequação, qualificação e manutenção das estruturas de atendimento ao socioeducando e modernização e manutenção permanente de bens e equipamentos	Fase
		Qualificação da profissionalização na socioeducação	Fase
	RS Sem Fome	RS sem fome - Do campo ao prato	Sedes
RS TER: +Trabalho e Desenvolvimento Profissional	Apoio ao empreendedorismo para a gestão de negócio	STDP	
	Fortalecimento da Política do Trabalho no RS	STDP	
	Qualificação profissional para a inovação no mundo do trabalho - Escola do Trabalhador	STDP	
Qualidade de Vida e Diversidade	Combate ao racismo e à desigualdade étnico-racial	Combate ao Racismo Estrutural no RS	SJCDH
	Desenvolvimento da economia e cultura do esporte	Desenvolvimento e formação de atletas e treinadores gaúchos	SEL
		Distribuição de material para o esporte e lazer	SEL
		Fomento ao esporte e ao paradesporto	SEL
		Promoção do esporte e do paradesporto	SEL
	Envelhecimento Ativo e Saudável	Qualificação e implementação de infraestruturas esportivas	SEL
		Qualificação do cuidado integral à pessoa idosa no Estado	SES
	Garantia de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e Oportunidades para todos	Promoção da dignidade e acolhimento da população LGBTQIA+	SJCDH
		Promoção da dignidade e igualdade da mulher e acolhimento de mulheres em situação de violência (Rede Lilás)	SJCDH
		Proteção à vida e dignidade da pessoa humana	SJCDH
	Impulsiona Cultura	Fomento à cultura	Sedac
		Pesquisa, formação e qualificação na área cultural	Sedac
	Primeira Infância RS	Ampliação da oferta de vagas de creches e pré-escolas nas redes municipais	Seduc
		Assessoramento, capacitação e estimulação para o desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional na Primeira Infância	FADERS
		Fortalecimento de famílias em condições de vulnerabilidade social e econômica compostas por gestantes e/ou crianças na Primeira Infância	Sedes
		Promoção da Primeira Infância	SES
Promoção e garantia dos direitos humanos, cultura da não violência e efetivação dos planos temáticos da Primeira Infância		SJCDH	
Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais	Qualificação estrutural do Complexo do Theatro São Pedro e Multipalco	FTSP	
	Realização das obras do Complexo Cultural Casa da OSPA e Escola de Música	FOSPA	
	Restauração e requalificação de equipamentos culturais e conjuntos históricos	Sedac	
Saúde e Bem-Estar	Fortalecimento do acesso aos serviços de saúde	Fortalecimento da Assistência Farmacêutica	SES
		Regionalização e organização das redes	SES
		Resolutividade da Atenção Primária em Saúde	SES
	Redução da incidência e morbimortalidade de doenças infectocontagiosas	Redução das doenças infectocontagiosas	SES
EIXO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INOVADOR			
Sustentabilidade Ambiental <small>(continua)</small>	Ações para Mitigar as Mudanças Climáticas	Ampliação da abrangência do Monitoramento da Qualidade do Ar	Sema
		Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)	Sema
	Fortalecimento do Potencial Sustentável da Matriz Energética e Mineração	Desenvolvimento da cadeia de energias alternativas	Sema
		Programa Energia Forte no Campo	Sema
	Gestão Integrada em Proteção e Defesa Civil	Aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (SEGIRD)	CM
Criação do Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres		CM	

Sust. Amb. (continuação)	Gestão Sustentável da Água e Promoção do Acesso ao Saneamento	Implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos	Sema
	Gestão Sustentável, Preservação e Conservação da Biodiversidade	Programa Melhores Amigos	Sema
Desenvolvimento Produtivo e Inovador	Ciência e Tecnologia para Inovação	Desenvolvimento e difusão de tecnologias para a cadeia de valor da saúde	SICT
		Fortalecimento da cadeia produtiva de semicondutores	SICT
		Intensificação das atividades de PD&I na matriz produtiva	SICT
		PD&I voltadas à transição energética sustentável	SICT
		Uergs 20+	UERGS
	Desenvolver RS	Ampliação do Fundopem/Integrar e PROEDI	Sedec
		Apoio às ações visando o desenvolvimento econômico do Estado	Sedec
	Ecossistema de Inovação	Aplicação de tecnologias para promoção de cidades inteligentes e sustentáveis	SICT
		Desenvolvimento de condições propícias para o ecossistema de inovação gaúcho	SICT
	Invest RS	Atração de investimentos	Sedec
		Plataforma InvestRS	Sedec
	RS Criativo	Fomento à cadeia criativa	Sedac
		Pesquisa, capacitação e formação na área da economia criativa	Sedac
RS Innovation	Promoção de ambientes de conexão entre os agentes envolvidos com inovação e empreendedorismo	SICT	
	Turismo Destino RS	Ampliação e melhoria da infraestrutura turística	Setur
Infraestrutura e Desenvolvimento Regional	Aprimoramento da infraestrutura rodoviária	Fortalecimento da marca de turismo do RS (Branding)	Setur
		Ampliação de capacidade de rodovias	Daer
		Conservação e manutenção de rodovias	Daer
		Construção de acessos municipais	Daer
		Construção de rodovias e ligações regionais	Daer
	Aprimoramento da intermodalidade	Construção e manutenção de obras de arte especiais	Daer
		Modernização e ampliação do sistema aeroportuário	Selt
	Aprimoramento do sistema hidroportuário	Manutenção e modernização do sistema hidroviário	Selt
	Eficiência e assertividade na gestão de obras	Adequação de prédios estaduais às normas de segurança contra incêndio	SOP
		Integração Urbana e Desenvolvimento Sustentável	Aperfeiçoamento do planejamento e mobilidade urbana das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas
	Pavimentação		Sedur
	Qualificação e revitalização urbana em territórios do RS Seguro		Sedur
	EIXO ESTADO PRÓSPERO		
Equilíbrio Fiscal e Novas Parcerias	Aprimoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Revisão do RRF	Sefaz-RS
	Modelo de controle interno do Estado aderente às melhores práticas	Promoção da integridade pública e privada	Sefaz-RS
	Qualidade do gasto: melhorar a gestão da aplicação dos recursos públicos	Programa de Inovação do Tesouro	Sefaz-RS
	Receita Digital 2030+	Gestão efetiva dos gastos tributários	Sefaz-RS
		Qualificação do Programa Devolve ICMS	Sefaz-RS
	RS Parcerias	Desenvolvimento de negócios e parcerias	Sefaz-RS
Reestruturação do Parque Estadual da Guarita		Setur	
EIXO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO			
Governo Moderno e Eficiente	Desenvolvimento Regional	Iconicidades	SPGG
		Digitalização das retransmissoras da emissora pública TVE	Secom
	Inovação e aprimoramento da comunicação	Digitalização do acervo de imagens da TVE	Secom
		Fomento à produção audiovisual	Secom
		Fomento à produção jornalística independente	Secom
	Inteligência e governança de dados	Qualificação das ações de promoção de transparência ativa e governança de dados	CC
		Junta Comercial Integrada	JucisRS
	Melhoria na gestão, inovação e integração de processos	Modernização e integração dos sistemas de tecnologia da informação	Sema
		Modernização e qualificação dos serviços ao cidadão	Canais integrados de atendimento ao cidadão
	Qualificação da entrega de políticas e serviços públicos de forma integrada nos territórios do RS Seguro		CC

DESASTRES NATURAIS NO RS

Por desastre natural, entende-se a repercussão de eventos hidrometeorológicos e climatológicos extremos sobre um sistema social vulnerável, resultando em danos humanos, materiais e prejuízos econômicos. Segundo o relatório do Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sua sigla em inglês), a atividade humana tem impulsionado alterações em grande escala nos parâmetros básicos da atmosfera, dos oceanos e dos solos, que podem estar impactando na ocorrência de eventos meteorológicos e climáticos severos, os quais, associados às condições geográficas e socioeconômicas, definem o grau de exposição e de vulnerabilidade.

Só no ano de 2023, o Rio Grande do Sul foi acometido por 623 ocorrências de desastres naturais, conforme levantamento de decretos de situação de emergência ou de estado de calamidade pública reconhecidos pelo Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR). De acordo com o levantamento, 425 municípios tiveram pelo menos um decreto reconhecido pelo MIDR, o que significa que 85,5% dos municípios do Estado enfrentaram danos e prejuízos decorrentes de desastres naturais no presente ano. Ainda convém ressaltar, que, desse total, 159 municípios tiveram o reconhecimento de dois ou mais decretos ao longo do ano, ou seja, foram afetados mais de uma vez por eventos hidrometeorológicos ou climáticos extremos. Como resultado dessas ocorrências, um total de 3.388.218 pessoas foram afetadas, o que repercutiu em em 46 mortes, 1.009 feridos, 676 enfermos, 11.351 desabrigados⁴⁷ e 97.854 desalojados⁴⁸, 92 desaparecidos e 3.277.190 indiretamente afetados, ou seja, que de alguma forma sofreram impacto decorrente dos desastres.

Diante desses números e de outros que serão apresentados a seguir, percebe-se a crescente necessidade de o Estado promover ações voltadas ao fortalecimento dos pilares de proteção e defesa civil, quais sejam: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, buscando, portanto, a redução do impacto dos desastres naturais sobre o sistema social.

OCORRÊNCIAS DE DESASTRES NATURAIS ENTRE 2003 E 2023

Primeiramente, convém ressaltar que a análise apresentada ao longo deste capítulo foi embasada no levantamento de decretos de situação de emergência ou de estado de calamidade pública reconhecidos pelo MIDR, e a construção da base de dados utilizada foi possível a partir do acesso ao Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres (S2iD)⁴⁹. Salienta-se, ainda, que o levantamento dos dados seguiu a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade), detendo-se nos seguintes grupos e tipos: (i) desastres naturais geológicos, que abrangem movimentos de massas; (ii) desastres naturais hidrológicos, que abarcam inundações, enxurradas e alagamentos; (iii) desastres naturais meteorológicos, como tornados, granizos, chuvas intensas, vendavais, geadas e ciclones; e (iv) desastres naturais climatológicos, de que são exemplos estiagens e secas.

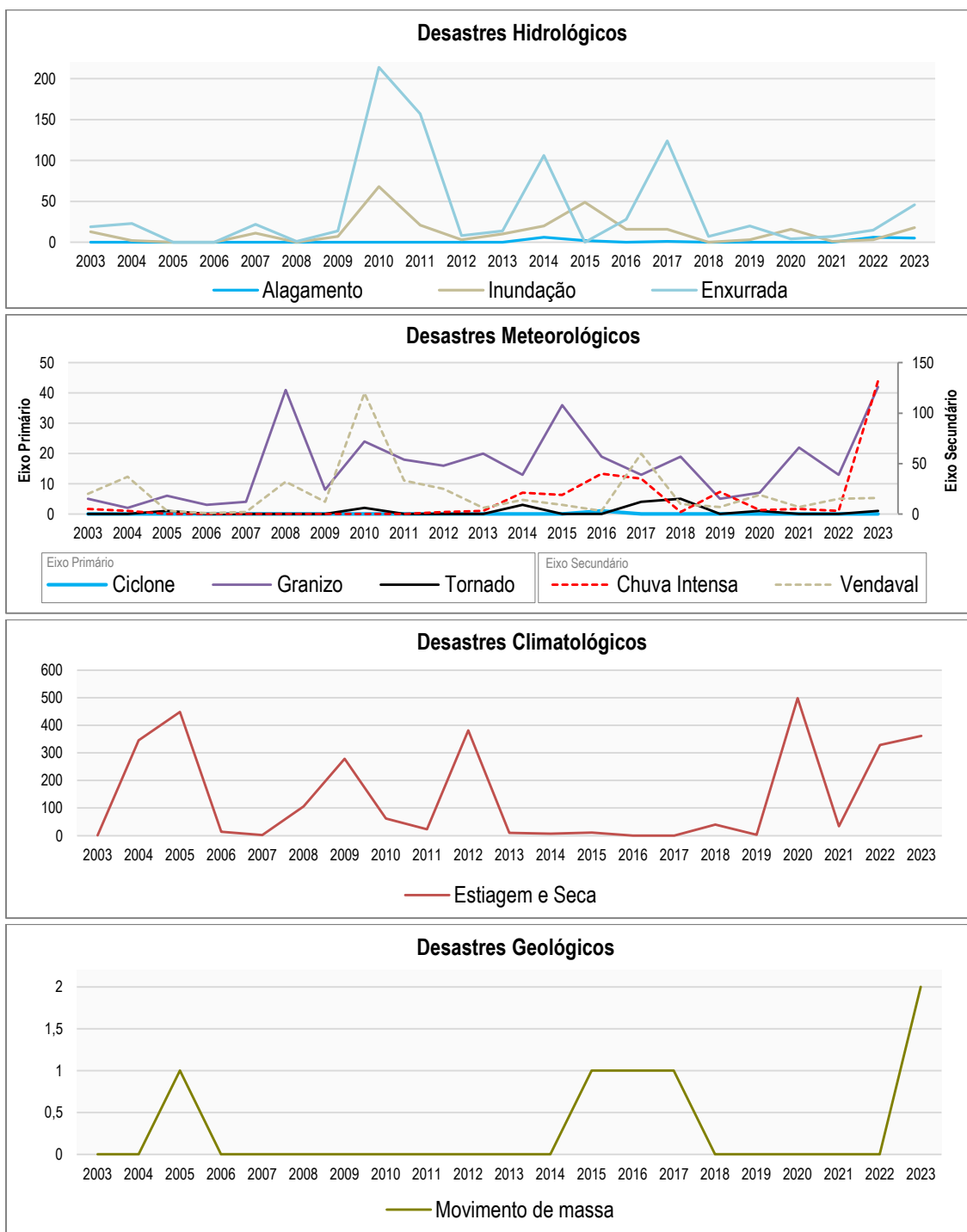
⁴⁷ Desabrigados são pessoas que precisaram deixar sua residência e serem alocadas em abrigo fornecido pelo poder público.

⁴⁸ Desalojados são as pessoas que necessitam deixar sua residência, mas foram hospedadas na casa de familiares ou amigos.

⁴⁹ Convém ressaltar que este capítulo teve metodologia semelhante à do documento **Desastres Naturais no Rio Grande do Sul: estudo sobre as ocorrências no período 2003-2021**, publicado pela SPGG-RS em 2022. No entanto, para a presente análise, foram agregados os dados de desastres naturais dos anos de 2022 e 2023. O estudo está disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/desastres-naturais-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 14 dez. 2023.

No período 2003-2023, foram reconhecidas 5.195 ocorrências de desastres naturais no Rio Grande do Sul pelo MIDR. Dessas, as ocorrências de estiagem e seca representaram 56,9%, com 2.955 ocorrências. Após, apareceram as ocorrências de enxurrada, com 16,0%. As ocorrências de vendaval, com 8,7%, granizo, com 6,5%, chuva intensa, com 5,7%, e inundação, com 5,3%, apareceram na sequência. A **Figura 17** demonstra o número de ocorrências reconhecidas dos principais tipos de desastres naturais no Rio Grande do Sul.

Figura 17 - Número de ocorrências dos principais tipos de desastres naturais no RS — 2003-2023



Fonte dos dados brutos: MIDR/S2iD.

No que se refere aos dados de estiagem e seca, observam-se quatro períodos com acentuado número de ocorrências no Rio Grande do Sul: de 2004 e 2005, com 794 ocorrências; de 2008 a 2009, com 385 ocorrências; em 2012, com 381 ocorrências; e entre 2020 e 2023, com diminuição acentuada em 2021, com 1.222 ocorrências. Por sua vez, em relação às ocorrências de enxurrada, houve três picos pronunciados: 2010 e 2011, com 371 ocorrências; em 2014, com 106 ocorrências e em 2017, com 124 ocorrências. Em 2023, também se identifica um aumento importante das ocorrências de chuva intensa, com 132, e de granizo, com 42.

DANOS E PREJUÍZOS OCASIONADOS POR DESASTRES NATURAIS

Os desastres naturais derivam da ocorrência de um fenômeno natural intenso sobre um sistema social, e como resultados dessa interação, têm-se os danos humanos, diretos e indiretos, os danos materiais e os prejuízos econômicos, público e privados. Em relação aos danos humanos, destaca-se que os diretos resultam da contabilização de pessoas que foram desalojadas e/ou desabrigadas, dos enfermos, desaparecidos, feridos e mortos. Os indiretos, por sua vez, resultam da contabilização de todas as pessoas que foram afetadas pela ocorrência do evento, exemplificando a suspensão temporária de um serviço público ou fornecimento de energia elétrica. É conveniente ressaltar que tanto os danos humanos e materiais, quanto os prejuízos econômicos são informados no momento da emissão do decreto de situação de emergência ou de estado de calamidade pública pelo poder executivo municipal ou estadual.

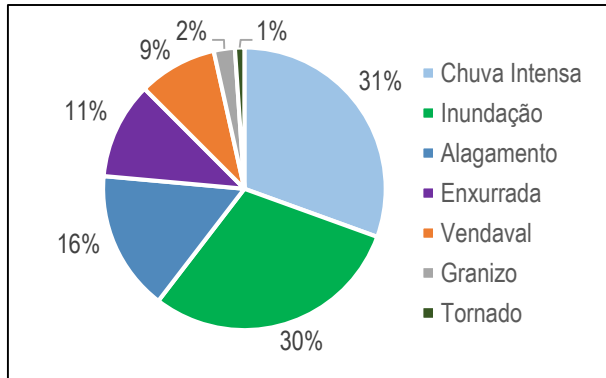
Conforme informado anteriormente, a base de dados utilizada é proveniente do S2iD, sistema repositório que contempla o histórico de decretos desde o ano 2003 até o momento atual. Entretanto, os dados referentes aos danos e prejuízos estão disponibilizados somente a partir do ano de 2017 até o presente. Por essa razão, as análises apresentadas a seguir estarão restritas a esse período, salientando-se que o ano de 2023 abarca todos os desastres ocorridos até 30 de novembro.

Quando se avaliam os danos humanos, é possível observar que o Rio Grande do Sul registrou um total de 189.005 pessoas que foram diretamente atingidas, com destaque para os eventos de chuva intensa, responsáveis por afetar 57.701, e as inundações, que atingiram 56.492 pessoas. Além desses eventos, também foram relevantes os alagamentos (30.271 atingidos), as enxurradas (20.932 atingidos) e os vendavais (17.013 atingidos). Avaliando-se o dano em si, em relação ao total observado, constata-se a ocorrência de 61 mortes, 1.439 pessoas feridas, 893 enfermas, 93 desaparecidas, 18.746 desabrigadas e 167.773 desalojadas. Destaca-se o ano de 2023, cujos danos humanos representaram 58,7% do total observado para o período. Os valores apresentados anteriormente não estavam contabilizando os indiretamente afetados, característicos dos eventos de estiagem e seca, de maneira que, quando também considerados, tem-se um total de 7.382.065 pessoas atingidas, direta e indiretamente, com destaque para os Municípios de Bagé, Pelotas, Uruguaiana e Santa Maria. A **Figura 18** demonstra a distribuição dos danos humanos por tipo de evento, enquanto a Figura 19 ilustra a distribuição espacial no território do Rio Grande do Sul, sem especificar o tipo de evento, apenas uma contabilização total.

No que concerne aos danos materiais, a análise tratou de dois grupos distintos: os danos habitacionais, por acometer diretamente a população local, considerando as habitações destruídas e danificadas; e os danos ocasionados em infraestruturas públicas, uma vez que podem impedir o fornecimento de serviços essenciais. No que se refere aos danos habitacionais, destacam-se os eventos de chuvas intensas, granizos e vendavais como os que mais provocaram danos às habitações. Os municípios que apresentaram maiores contabilizações de habitações danificadas e destruídas por desastres naturais, no Rio Grande do Sul, foram: Santa Cruz do Sul, Cachoeirinha,

Eldorado do Sul, Bagé, Lagoa Vermelha, São Leopoldo e Canoas. As **Figura 20 e Figura 21** demonstram, respectivamente, os danos habitacionais, por tipo, espacializados no território do Estado.

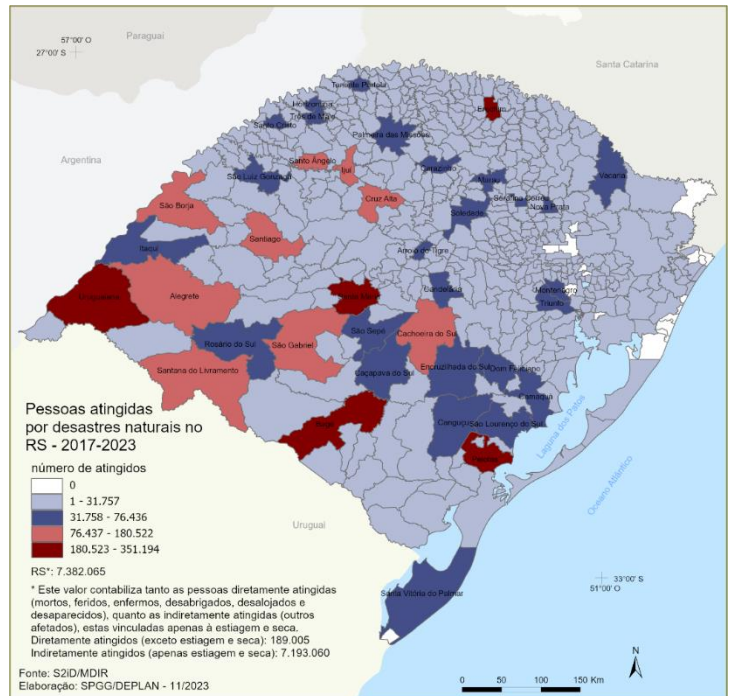
Figura 18 - Distribuição dos danos humanos, por tipo de desastre natural, no RS — 2017-2023



Fonte: S2iD/MIDR.

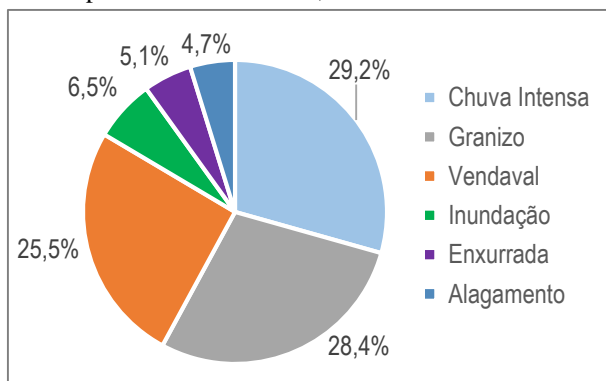
Nota: Dados de 2023 contabilizados até 30 de novembro, extraídos em 05 de dezembro.

Figura 19 - Danos humanos no RS — 2017-2023



Fonte: Elaboração própria.

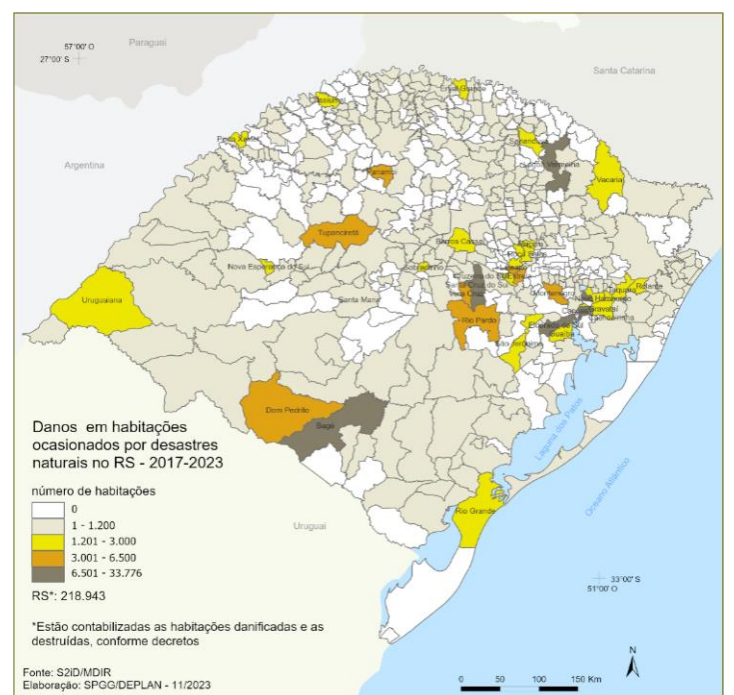
Figura 20 - Distribuição dos danos habitacionais, por tipo de desastre natural, no RS — 2017-2023



Fonte: S2iD/MIDR.

Nota: Dados de 2023 contabilizados até 30 de novembro, extraídos em 05 de dezembro.

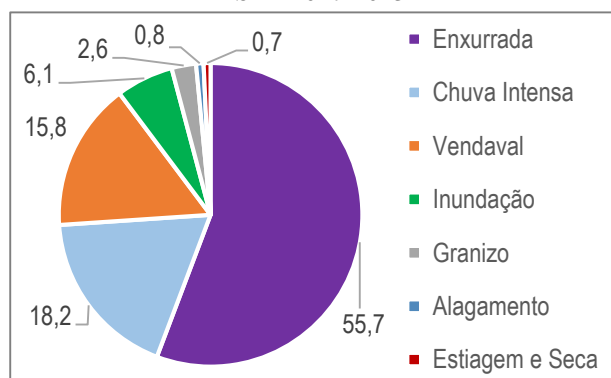
Figura 21 - Danos materiais em habitações, no RS — 2017-2023



Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos danos materiais ocasionados em infraestruturas públicas, foram consideradas as instalações públicas de ensino, de saúde, de uso comunitário, prestadoras de outros serviços, além de obras de infraestrutura que foram danificadas ou destruídas por desastres naturais. Salienta-se que os desastres decorrentes de enxurradas, chuvas intensas e vendavais foram os que mais provocaram danos nessas infraestruturas, conforme demonstra a **Figura 22**. Os municípios que apresentaram maior quantidade de infraestrutura pública destruída ou danificada, por desastre natural, foram: Rosário do Sul, Capão Bonito do Sul, Esperança do Sul e Riozinho, conforme ilustra a **Figura 23**.

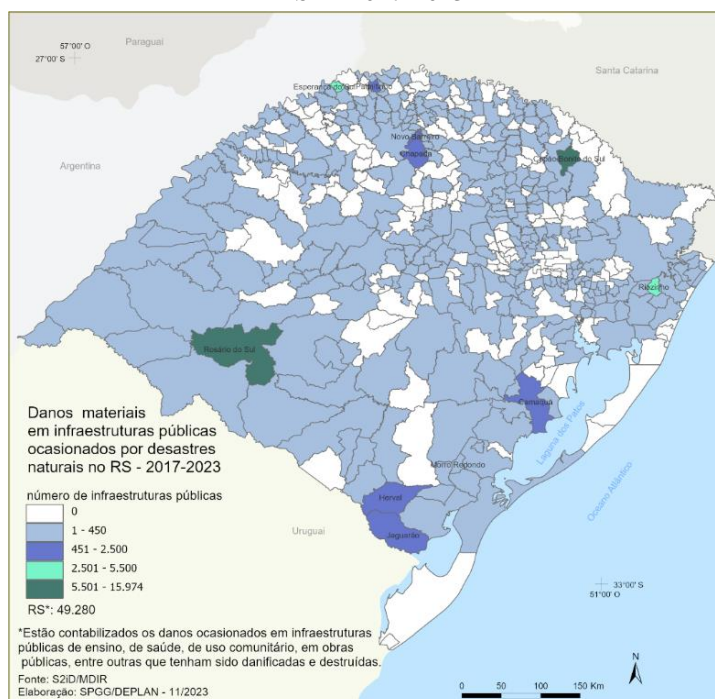
Figura 22 - Distribuição dos danos materiais em infraestrutura pública, por tipo de desastre natural, no RS — 2017-2023



Fonte: S2iD/MIDR

Nota: Dados de 2023 contabilizados até 30 de novembro, extraídos em 05 de dezembro.

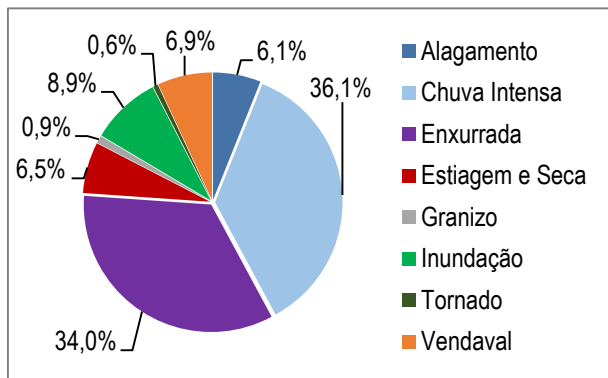
Figura 23 - Danos materiais em infraestruturas públicas, no RS — 2017-2023



Fonte: Elaboração própria.

Os prejuízos econômicos causados por desastres, segundo a base do S2iD, podem ser divididos em dois tipos: prejuízos econômicos públicos (PEPLs) e prejuízos econômicos privados (PEPRs). Em relação aos PEPLs, entre 2017 e 2023, o Rio Grande do Sul apresentou um valor de, aproximadamente, R\$ 924 milhões. Desse valor, destacam-se as ocorrências registradas de chuva intensa, com R\$ 333 milhões, seguidas pelas de enxurrada, com R\$ 314 milhões. As ocorrências de estiagem e seca foram responsáveis por um valor de PEPL de, aproximadamente, R\$ 60 milhões. A **Figura 24** representa a participação dos tipos de desastre no total de PEPL no Rio Grande do Sul. No período 2017-2023, no que refere aos PEPLs causados por desastres naturais no RS, destacaram-se três municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre: Eldorado do Sul e São Leopoldo com, aproximadamente, R\$ 43 milhões, e Canoas, com R\$ 37 milhões. Após, apareceram dois municípios da Metade Sul do Estado: Alegrete, com R\$ 34 milhões, e Bagé, com R\$ 29 milhões. É importante destacar, também, os eixos dos municípios do Vale do Taquari, com Roca Sales, Imigrante, Lajeado e Estrela, e do Vale do Paranhana e da Encosta da Serra, com Rolante, Riozinho, Maquiné e Itati, conforme demonstrado no mapa da **Figura 25**.

Figura 24 - Prejuízos econômicos públicos gerados por desastres naturais, por tipo de desastre, no RS — 2017-2023

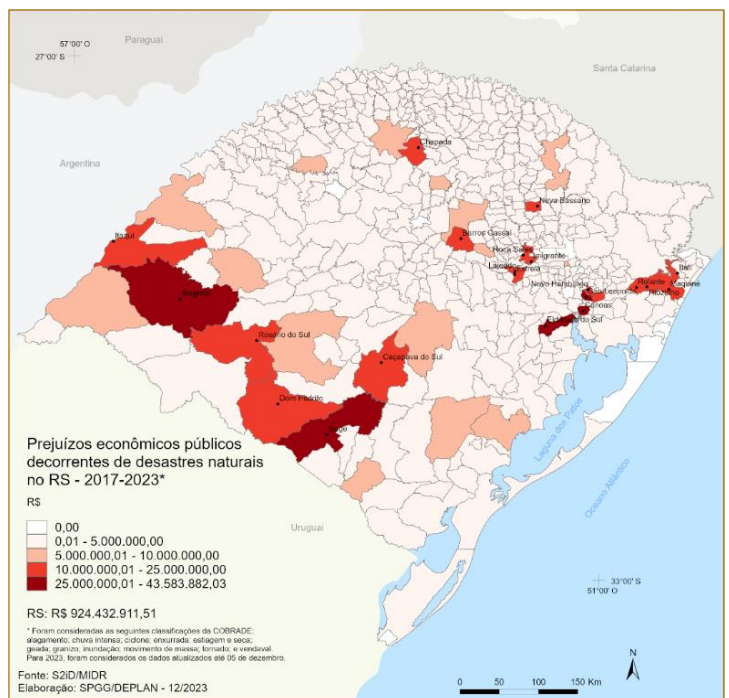


Fonte: S2iD/MIDR.

Nota 1: Dados de 2023 contabilizados até 30 de novembro, extraídos em 05 de dezembro.

2: Não estão representados os dados de ciclone, geada e movimento de massa, com menos de 0,1% do total de prejuízos.

Figura 25 - Prejuízos econômicos públicos decorrentes de desastres naturais no RS — 2017-2023



Fonte: Elaboração própria.

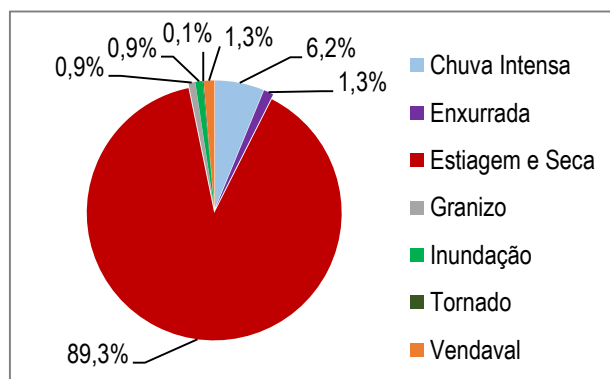
Por sua vez, em relação aos PEPRs, entre 2017 e 2023, o Rio Grande do Sul apresentou um valor de, aproximadamente, R\$ 66 bilhões. Desse valor, destacam-se as ocorrências de estiagem e seca, com R\$ 59 bilhões. Após, aparecem as ocorrências de chuva intensa, com R\$ 4 bilhões. A **Figura 26** representa a participação dos tipos de desastre natural no total de PEPR. No período 2017-2023, no que refere aos PEPRs causados por desastres naturais no RS, destaca-se o Município de São Lourenço do Sul, com R\$ 1,4 bilhão, seguido por São Sepé, com R\$ 1,1 bilhão. Itaqui, Santa Tereza, Dom Pedrito, Palmeira das Missões e São Gabriel aparecem na sequência, todos com valores superiores a R\$ 800 milhões. Ao contrário dos PEPLs, observa-se uma menor concentração dos PEPRs na região nordeste do Estado, especialmente na Região Metropolitana de Porto Alegre e no litoral, menos atingidos pelas estiagens e secas. A **Figura 27** apresenta os prejuízos econômicos privados decorrentes de desastres naturais, no Estado, no período 2017-2023.

PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO EM RELAÇÃO AOS DESASTRES NATURAIS

Em relação às ações da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura realizadas durante o período de vigência do PPA 2020-2023 para a mitigação dos efeitos dos desastres naturais, pode-se destacar: a recomposição do Fórum Gaúcho de Combate às Mudanças Climáticas; a implementação do Programa Estadual de Revitalização de Bacias Hidrográficas; a elaboração de Planos de Bacias Hidrográficas; e as ações integradas de educação ambiental, conservação, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas no Rio Grande do Sul. A Secretaria promoveu o lançamento, em 2023, do plano “Estratégias Para as Ações Climáticas do ProClima 2050”, que

servirá como um roteiro para as medidas promovidas pelo Governo do Estado para mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação e resiliência frente às mudanças climáticas.

Figura 26 - Prejuízos econômicos privados gerados por desastres naturais por tipo de desastre, no RS — 2017-2023

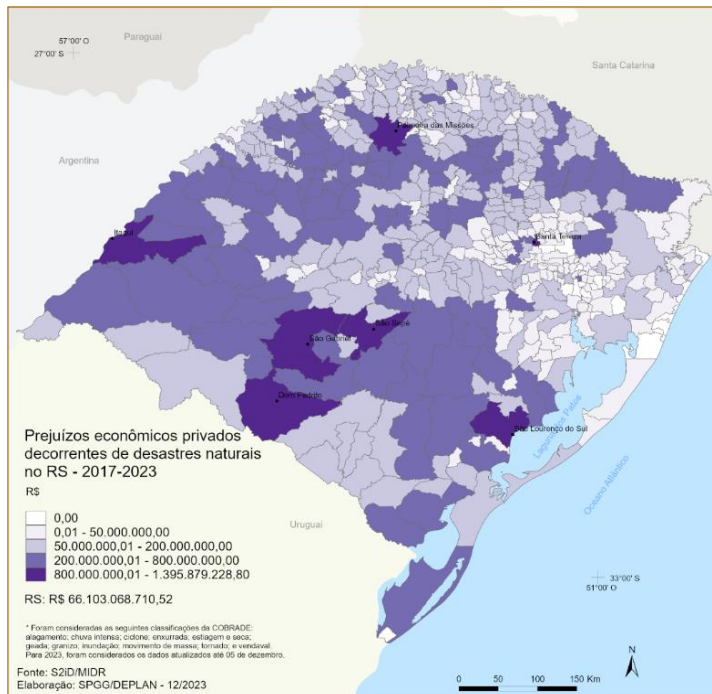


Fonte: S2iD/MIDR.

Nota 1: Dados de 2023 contabilizados até 30 de novembro, extraídos em 05 de dezembro.

2: Não estão representados os dados de alagamento, ciclone, geada e movimento de massa, com menos de 0,1% do total de prejuízos.

Figura 27 - Prejuízos econômicos privados decorrentes de desastres naturais, no RS — 2017-2023



Fonte: Elaboração própria.

Por parte da Casa Militar, de 2020 a 2023, foram capacitados 1.365 integrantes do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, bem como foram adquiridos 25 veículos para uso da Defesa Civil estadual e diversos equipamentos de informática, periféricos e comunicação, dentre os quais destacam-se 50 rádios transceptores portáteis. Além disso, é possível ressaltar duas ações efetivadas em 2023: a regulamentação das transferências do Fundo Estadual de Defesa Civil aos municípios atingidos por desastres naturais na modalidade fundo a fundo, por meio do Decreto n.º 57.292/2023, que permitiu a transferência de R\$ 110 milhões; e a realização de licitação para contratação de serviços de monitoramento, acompanhamento e alerta meteorológico com previsão em tempo real para Porto Alegre e região metropolitana.

No que se refere às ações da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação, no período 2020-2023, com foco na mitigação dos efeitos dos desastres naturais, são destaques: o projeto Sistema de Monitoramento e Alertas Agroclimáticos do RS (Simagro-RS), que visa ao monitoramento climático no Estado, com a elaboração de produtos e informações para viabilizar o planejamento e atuar como suporte para medidas de curto, médio e longo prazo no setor agropecuário; a construção de 305 poços tubulares; a recuperação de estradas vicinais em municípios atingidos pelas chuvas em 2023; a disponibilização de R\$ 10 milhões em horas-máquina⁵⁰ para municípios afetados pelas chuvas no mês de setembro de 2023; e o empréstimo de máquinas para auxiliar o município de Carará, afetado por enxurradas no mês de junho de 2023.

⁵⁰ Custo operacional de máquinas agrícolas, o qual é calculado, geralmente, somando-se todos os custos variáveis, dividindo-os pelo número de horas trabalhadas durante o ano.

A Secretaria de Desenvolvimento Rural promoveu repasse de recursos para a recuperação de áreas cultiváveis dos municípios que possuíam decreto de situação de emergência homologado e que apresentaram perda de solo de áreas cultiváveis. A ação dividiu-se em dois editais: o primeiro atendendo 22 municípios atingidos pelo ciclone extratropical na região litorânea, ocorrido em junho de 2023, e o segundo, voltado para a região do Vale do Taquari, que contemplou 18 municípios atingidos pelas chuvas intensas e alagamentos ocorridos em setembro desse mesmo ano. No âmbito do Programa Troca-Troca de Sementes, houve reposição aos beneficiários do Programa que tiveram perdas de sementes de milho e doação para outros produtores nos municípios em situação de calamidade e emergência.

No âmbito das políticas sociais, em junho de 2023, foi lançado, pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, o Programa Volta por Cima, que tem como objetivo amparar vítimas de situações de calamidade ou emergência. Segundo o regramento do Programa, as famílias desabrigadas ou desalojadas recebem um valor de R\$ 2.500,00, enquanto as famílias atingidas parcialmente — que tiveram danos parciais em suas residências, mas que nela permaneceram — receberam R\$ 700,00. Assim, no período de junho a outubro de 2023, 8.355 famílias receberam o benefício, enquanto o valor total concedido às famílias foi de R\$ 14.526.300,00. No total, ao longo do ano foram 15.224 famílias hipossuficientes atingidas por eventos climáticos beneficiadas com auxílio para situações de calamidade ou emergência. Além disso, a Secretaria da Educação destinou R\$ 2.015.674,03 para reparo e reconstrução de escolas em áreas atingidas por calamidades ou emergências. Por sua vez, a Secretaria da Saúde repassou R\$ 6.150.000,00 aos municípios atingidos por calamidades ou emergências para apoiar medidas de saúde direcionadas às vítimas das calamidades e emergências, além de R\$ 1.400.000,00 para hospitais das mesmas regiões, destinou R\$ 1.660.460,62 para recuperação de Unidades Básicas de Saúde e R\$ 440.000,00 para atendimento psicológico.

Em agosto de 2023, para dar suporte à elaboração de políticas públicas mais eficientes, as informações sobre ocorrências de desastres naturais no Rio Grande do Sul entre os anos de 2003 e 2022 foram disponibilizadas no Portal da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (Iede-RS)⁵¹. No painel, elaborado pela SPGG em parceria com a Defesa Civil, o usuário pode consultar, de forma detalhada, dados sobre os registros de eventos como enxurradas, inundações, estiagem e seca, chuvas intensas e vendaval e granizo em cada município. Entre as informações disponibilizadas estão o tipo e o número de ocorrências, os danos humanos e os prejuízos econômicos. Produzido pela Deplan, o material foi elaborado tendo como referência a regionalização usada pela Defesa Civil, a qual divide o RS em nove Coordenadorias Regionais. Além disso, teve como base os dados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e a publicação "Desastres Naturais no RS: estudo sobre as ocorrências no período 2003 - 2021", divulgada pelo Deplan em dezembro de 2022⁵².

Em resposta à crise hídrica que atingiu o Estado por três anos consecutivos, o Governo apresentou, em 2023, o Programa Supera Estiagem, um plano transversal para conter os impactos causados pela falta de chuva, com ações estruturantes voltadas ao desenvolvimento socioeconômico e à qualidade de vida da população. O Programa, que se soma a ações já encadeadas anteriormente, organiza-se em quatro eixos: disponibilidade e acesso à água; comunicação e monitoramento; governança e gestão; e apoio e assistência. O "Supera Estiagem" envolve várias secretarias de Estado e conta com ações de curto, médio e longo prazo — desde medidas emergenciais de apoio e assistência aos produtores até investimentos estruturantes —, que

⁵¹ O painel sobre Desastres Naturais pode ser visualizado em <https://iede.rs.gov.br/>.

⁵² RIO GRANDE DO SUL. **Desastres Naturais no Rio Grande do Sul: estudo sobre as ocorrências no período 2003-2021**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2022. *E-book*. (110 p.). ISBN 978-65-87878-07-2. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/desastres-naturais-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 14 dez. 2023.

são monitoradas pelo Acompanhamento Estratégico da SPGG à medida que são executadas. Entre recursos definidos e em prospecção, são 30 projetos abrangidos pelo Programa, com um valor total de R\$ 1,46 bilhão.

No que se refere às ações do Governo do Estado, previstas no PPA 2024-2027, para mitigação dos efeitos dos desastres naturais, podem ser apontadas as seguintes:

A Ação Programática “supera estiagem”, cujo resultado esperado é a mitigação dos efeitos da estiagem nos municípios do Estado, com ampliação do acesso à água, melhoria na infraestrutura do campo e no manejo dos recursos disponíveis. Nessa Ação Programática, destacam-se Iniciativas como a “proteção e restauração de bacias hidrográficas”, com custo estimado de, aproximadamente, R\$ 6,6 milhões nos quatro anos; o “monitoramento hidrometeorológico”, com valor estimado de R\$ 10 milhões; o “Plano Estadual de Segurança Hídrica”, com valor de R\$ 2,5 milhões; a “evolução qualitativa da emissão de outorga de uso da água e da fiscalização de usuários”, com valor estimado de R\$ 10 milhões; a “descarbonização da agropecuária gaúcha”, com valor de R\$ 600 mil; o “estudo de viabilidade e projeto de captação de águas e canais irrigantes”, com custo estimado de R\$ 38,9 milhões; e o “Sistema de Monitoramento agroclimático”, com valor R\$ 1,8 milhão. Também estão previstas a construção de 800 poços tubulares e 2.150 cisternas, além da implantação ou ampliação de 4.200 açudes.

A Ação Programática “ações para mitigar as mudanças climáticas”. Nela, estão abrangidas as Iniciativas “governança climática”, cujo objetivo é publicar normas e metas para a Política Estadual de Mudanças Climáticas, firmando o compromisso do Estado frente aos desafios das mudanças climáticas globais, e definir as condições para adaptações necessárias aos impactos derivados das mudanças climáticas. Para essa Iniciativa, o custo estimado é de R\$ 10,4 milhões. Uma segunda Iniciativa são os “pagamentos por serviços ambientais”, que se referem ao pagamento das atividades humanas voluntárias de preservação, conservação, manutenção, proteção, restabelecimento, recuperação e melhoria dos ecossistemas. O valor estimado para os quatro anos é de R\$ 10 milhões. Por fim, ainda nessa Ação Programática, será implantada a Iniciativa “ampliação da abrangência do monitoramento da qualidade do ar”, com custo estimado de R\$ 4 milhões.

Na Ação Programática “fortalecimento do potencial sustentável da matriz energética e mineração”, destaca-se a Iniciativa “desenvolvimento de cadeias de energia alternativa”, com custo estimado de R\$ 54,5 milhões para o período 2024-2027.

Na Ação Programática “gestão sustentável, preservação e conservação da biodiversidade”, destacam-se as Iniciativas “regramentos para uso e ocupação do solo”, com valor estimado de R\$ 800 mil para o período 2024-2027; “combate à perda da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais”, com valor de R\$ 7 milhões; “ações integradas de educação ambiental”, com valor estimado de 5,2 milhões; e “fortalecimento das unidades de conservação”, com valor estimado de R\$ 56,1 milhões para os quatro anos de vigência do PPA 2024-2027.

Na Ação Programática “gestão integrada em proteção e defesa civil”, destacam-se as Iniciativas “aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres” (SEGIRD), com custo estimado R\$ 249,1 mil para o período 2024-2027; “criação do Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres”, com valor de R\$ 6,7 milhões; e “promoção de ações de educação, capacitação e conscientização”, que prevê a realização de capacitações e seminários.

Na Ação Programática “integração urbana e desenvolvimento sustentável”, destaca-se a Iniciativa “gestão de projetos e estudos de alternativas para prevenção de cheias”, com projetos, estudos e concepção de obras para a prevenção de cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre.

A intensificação dos eventos de desastres naturais nos últimos anos — conforme observado nos gráficos da **Figura 17**, a partir dos dados, principalmente, de chuva intensa, granizo e estiagem e seca — demanda ações do Governo do Estado para a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação aos seus efeitos. Dessa forma, as ações previstas no PPA 2024-2027 visam a uma intensificação dos investimentos estaduais nessa área, agregando Iniciativas da Sema, Seapi, de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedur) e de Obras Públicas (SOP), além da Casa Militar (CM).

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO - SPGG

Secretária: Danielle Santos de Souza Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silva da Silveira

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

Subsecretário Adjunto de Planejamento: Alessandro Castilhos Martins

Coordenação:

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL – DEPLAN/SPGG

Diretor: Henrique Gomes Acosta

Diretora Adjunta: Juliana Feliciati Hoffmann

Coordenadora Técnica: Mery Stefani Leivas Pereira

Elaboração:

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL – DEPLAN/SPGG

Henrique Gomes Acosta, Juliana Feliciati Hoffmann, Mery Stefani Leivas Pereira, Amanda Oliveira de Souza, Bruno de Oliveira Lemos, Bruno do Valle Brick, Camila Eidelwein Capeletti, Fernanda Rodrigues Vargas, Fernando Maya Mattoso, Larissa Couto Silva, Luana de Lima e Silva, Luciana da Silva Mieres, Othon Veloso Schenatto, Paulo Augusto Coelho de Souza, Paulo Victor Marocco Milanez, Silvia Leticia Lorenzetti, Thays Regina Gonçalves e Vanderlea Rabelo Kich.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – DEE/SPGG

Pedro Tonon Zuanazzi, Martinho Roberto de Lazzari e Tomás Amaral Torezani

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF/SPGG

Murilo Maximo Santana Borges, Marcos Vinicius Borges Calgaroto, Adi Collazuol e Liderau dos Santos Marques Junior

Revisão de Língua Portuguesa: Tatiana Zismann

Colaboração: Assessoria de Comunicação (Ascom/SPGG) e Secretaria de Comunicação (Secom).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa / Rio Grande do Sul.
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de
Planejamento Governamental. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento,
Governança e Gestão, 2024.

135 p.: il.

1. Ciência Política. 2. Planejamento Governamental. 3. Gestão
Pública I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e
Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. II. Título.

CDU 320

Bibliotecária responsável: Irma Carina Brum Macolmes – CRB 10/1393